

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

**Camponeses e pequenos escravistas: estrutura
econômica, reprodução social e vínculos
extradomiciliares de produtores rurais em Porto
Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII**

Luciano Costa Gomes

Porto Alegre, outubro de 2018

Luciano Costa Gomes

Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII

Orientação: Prof.^a Dr.^a. Helen Osório

Tese apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul
para obtenção do título de
Doutor em História.

Porto Alegre, outubro de 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Gomes, Luciano Costa
Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII / Luciano Costa Gomes. -- 2018.
332 f.
Orientadora: Helen Osório.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Família camponesa. 2. Escravidão. 3. Organização social. 4. Rio Grande de São Pedro. I. Osório, Helen, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica,
reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores
rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século
XVIII

Banca examinadora

Prof. Dra. Helen Osório (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Libby
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dra. Ana Silvia Volpi Scott
Universidade de Campinas

Prof. Dr. Luís Augusto Farinatti
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Fábio Kühn
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Agradeço ao povo brasileiro por ter financiado esta pesquisa, via CNPq, bem como à administração do Partido dos Trabalhadores por ter priorizado o investimento em ciência. Agradeço à Professora Helen Osório pela generosa e cuidadosa orientação. Aos professores Douglas Libby, Ana Silvia Scott, Luís Augusto Farinatti e Fábio Kühn, agradeço pela rica argumentação na defesa, em relação à qual tentei corrigir o texto até onde foi possível. Conteí, também, com valiosos comentários relativos a apresentações feitas em eventos, como os de José Flávio Motta, Lucia Helena Oliveira Silva, Maria Inés Moraes, Martha Hameister e de Raul Fradkin.

Agradeço à secretaria do PPG, sempre muito solícita. Agradeço aos professores das disciplinas cursadas, pois suas aulas foram valiosas. Fica registrado meu reconhecimento frente ao trabalho dos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, por seu papel decisivo no cenário historiográfico gaúcho: apesar de todas as mazelas enfrentadas, o Arquivo é um lugar acessível para pesquisa e aberto para todas as iniciativas de cunho científico e de divulgação. Da mesma forma, agradeço ao Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e à historiógrafa Vanessa Gomes.

Tive a felicidade de passar por dois projetos paralelos à pesquisa de doutorado que foram enriquecedores. Agradeço às e aos colegas Bruno Ortiz, Fernanda Oliveira, Jardélia Sá, Marcus Rosa, Melina Perussatto, Sarah Calvi e Sherol dos Santos por compartilharmos a experiência de elaborar o livro *Pessoas comuns, histórias incríveis*, vencedor do concurso organizado pelo Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS, coordenado pelas Profas. Carla Meinerz, Carmen Gil e Carolina Pacievitch. Agradeço, também, ao Prof. Paulo Matos, do CHAM/Universidade de Nova Lisboa, pelo convite para participar de projeto sobre os mapas de população da América portuguesa.

Devo muito aos e às colegas pelas conversas, debates e trocas de material, que muito contribuíram para esta pesquisa, especialmente aos também orientandos da Profa. Helen e os do GT de História da Infância, Juventude e da Família. Sou devedor em relação a alguns colegas por cederem material utilizado nesta pesquisa, como a Denize Freitas, Jonathan Silva, Edsiana Aita, Rachel Marques e Vanessa Schommer. Da mesma forma, agradeço aos colegas e professores que me concederam acesso a suas bases de dados: Adriano Comissoli, Helen Osório, Marcelo Matheus, Martha Hameister e Tiago Gil.

Agradeço a muitos amigos, amigas e parentes, bem como aos colegas da EMEF São Pedro, que estiveram por perto e muito incentivaram.

Dedico esta tese ao meu irmão, pai e mãe. Dedico a Aline, que compartilhou comigo as alegrias e dificuldades destes últimos anos. Muito especialmente, dedico à pequena Antônia, que veio deixar a vida mais leve e o sono, mais curto.

Resumo

Porto Alegre e Viamão, em fins do século XVIII, eram formadas por um amplo espaço rural ocupado por uma maioria de pequenos e médios produtores envolvidos com a produção de trigo, classificados como lavradores. Indivíduos escravizados faziam-se presentes na maioria das unidades produtivas. Comerciantes, funcionários reais, famílias não possuidoras nem de terras nem parentes proprietários fundiários, pretos e pardos libertos, militares, padres, bem como grandes proprietários fundiários, dentre outros, fazem-se, igualmente, presentes. O objetivo desta pesquisa é tentar entender como esses indivíduos e famílias, tão diferentes entre si, organizavam-se por meio de vínculos parentais, relações de comércio, compadrio, acordos de trabalho, agregação e laços de clientela. Quando possível, queremos saber quando e por qual motivo entravam em conflito. A documentação base desta pesquisa são os *róis de confessados*, as *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão* e os *livros de batismos*. Foram utilizados uma série de outros documentos, de forma paralela. A metodologia mais importante empregada é a da identificação nominal dos indivíduos e famílias. Há cinco hipóteses a serem defendidas nesta tese. O sistema de mão-de-obra da região pode ser qualificado como camponês e pequeno escravista, algo semelhante ao modelo do “Sul de Minas”. Havia duas fortes tendências de vinculação clientelista na região, pois lavradores mais ricos aproximaram-se dos comerciantes, enquanto os mais pobres deles tendiam a procurar grandes estancieiros. As famílias extensas de pequenos e médios produtores, em virtude da limitação patrimonial dos pais, bem como da crescente autonomia dos filhos crescidos, tendia a apresentar uma organização não centralizada, de modo que os núcleos domésticos se articulavam com apenas alguns de seus parentes, mas não com todos. Por fim, a multiplicação de vínculos, dos mais variados tipos, em direção a grupos os mais variados na escala social, revelou-se útil ao ampliar o leque de origem de recursos sociais, econômicos, políticos e, por que não, afetivos. Espera-se que esta pesquisa possa favorecer um melhor entendimento sobre a organização social ao sul da América portuguesa.

Palavras-chave:

Família camponesa; escravidão; organização social.

Abstract

Porto Alegre and Viamão, at the end of the 18th century, were formed by a large rural area occupied by a majority of small and medium producers involved in the production of wheat, classified as farmers. Individuals enslaved were present in most productive units. Traders, real officials, families not owning land or relatives landowners, blacks and liberated *pardos*, military, priests, as well as large landowners, among others, are also present. The purpose of this research is to try to understand how these individuals and families, so different from each other, organized themselves through parental bonds, trade relations, *compadrio*, work agreements, aggregation and clientele ties. When possible, we want to know when and for what reason they were in conflict. The basic documentation of this research is the *Rol de confessados*, the *Relação de Moradores* of Porto Alegre and Viamão and the *books of baptisms*. Several other documents were used in parallel. The most important methodology used is the nominal identification of individuals and families. There are five hypotheses to be defended in this thesis. The labor system of the region can be qualified as peasant and small slave, something similar to the model of the "South of Minas". There were two strong patronage tendencies in the region, as richer farmers approached merchants, while the poorest of them tended to seek out large ranchers. The large families of small and medium-sized producers, because of the limited assets of their parents, and the growing autonomy of their children, tended to present a non-centralized organization, so that the domestic nuclei were articulated with only some of their relatives, but not with everyone. Finally, the multiplication of links, of the most varied types, towards the most varied groups in the social scale, proved useful in widening the range of origin of social, economic, political and, why not, affective resources. It is hoped that this research may favor a better understanding of the social organization to the south of Portuguese America.

Keywords:

Peasant family; slavery; social organization.

Lista de abreviações

ANRJ: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

AHCMPA: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

APERS: Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

BNRJ: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Índice de tabelas

Tabela 1 – Medidas de tendência central e de concentração de escravos na área rural de Viamão (1781), área rural de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), considerando apenas a população cativa com mais de seis anos	52
Tabela 2: Distribuição de proprietários e escravos (%) conforme faixas de tamanho da posse cativa na área rural de Viamão (1781), área rural de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), considerando apenas a população cativa com mais de seis anos.....	54
Tabela 3 - Taxa de crescimento anual (%) das populações pertinentes às freguesias do Rio Grande de São Pedro, entre 1780 e 1802 (freguesias agrícolas em destaque)	65
Tabela 4 - Participação (%) de escravos nas populações das freguesias do Rio Grande de São Pedro, 1780, 1798 e 1802 (com exclusão dos índios de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos para o ano de 1780).....	69
Tabela 5 – Categoria ocupacional dos produtores de Porto Alegre e Viamão, 1784-5	91
Tabela 6 - Faixas de produtores conforme quantidade de reses possuídas e tamanho mediano dos rebanhos, Viamão e Porto Alegre, 1784-5.....	92
Tabela 7 - Faixas de produtores conforme quantidade de reses possuídas e proporção de possuidores de potros e burros, Viamão e Porto Alegre, 1784-5	93
Tabela 8 - Faixas de produtores conforme o tamanho dos rebanhos e a ocupação exercida, Porto Alegre e Viamão, 1784-5	94
Tabela 9 - Produtores rurais conforme a extensão de suas propriedades fundiárias, Porto Alegre e Viamão, 1784-5	96
Tabela 10 - Produtores rurais conforme extensão de suas propriedades fundiárias e ocupação exercida, Porto Alegre e Viamão, 1784-5.....	97
Tabela 11 - Domicílios e mão-de-obra conforme a ocupação dos produtores, Porto Alegre e Viamão, 1784-5.....	98
Tabela 12 - Domicílios e mão-de-obra (livre e escrava) conforme o tamanho do rebanho dos produtores, Porto Alegre e Viamão, 1784-5	99
Tabela 13 - Domicílios e mão-de-obra conforme a extensão da propriedade fundiária dos produtores, Porto Alegre e Viamão, 1784-5.....	100
Tabela 14 - Composição da mão-de-obra dos domicílios conforme a ocupação do produtor, Porto Alegre e Viamão, 1784-5	101
Tabela 15 - Composição da mão-de-obra dos domicílios conforme o tamanho do rebanho do produtor, Porto Alegre e Viamão, 1784-5	101
Tabela 16 - Composição da mão-de-obra dos domicílios conforme a extensão da propriedade fundiária do produtor, Porto Alegre e Viamão, 1784-5	102
Tabela 17 - Número de domicílios e mão-de-obra dos agregados chefes de domicílio conforme a ocupação dos pais, Porto Alegre e Viamão, 1784-5.....	110
Tabela 18 - Composição (%) da mão-de-obra disponível aos agregados chefes de domicílio conforme ocupação dos pais, Porto Alegre e Viamão, 1784-5.....	111

Tabela 19 - Composição da mão-de-obra disponível aos agregados chefes de domicílios conforme a extensão da propriedade fundiária dos pais, Porto Alegre e Viamão,	111
Tabela 20 - Domicílios e mão-de-obra de casais conforme a ocupação dos pais, Porto Alegre e Viamão, 1784-5	112
Tabela 21 - Composição (%) da mão-de-obra dos domicílios de casais conforme a ocupação dos pais, Porto Alegre e Viamão, 1784-5	113
Tabela 22 - Domicílios e mão-de-obra conforme a extensão da propriedade fundiária dos pais de um dos cônjuges de casal encontrado nos livros de batismos, Porto Alegre e Viamão, 1784-5.....	114
Tabela 23 - Composição (%) da mão-de-obra dos domicílios conforme a extensão da propriedade fundiária dos pais de um dos cônjuges de casal encontrado nos livros de batismos, Porto Alegre e Viamão, 1784-5.....	115
Tabela 24 - Classificação econômica dos produtores rurais de Porto Alegre e Viamão, década de 1780.....	128
Tabela 25 - Distribuição dos qualitativos sociais conforme a classificação econômica dos produtores rurais	129
Tabela 26 - Valores pagos (mil réis) pela Fazenda Real por farinha de mandioca e trigo a alguns produtores de Porto Alegre e Viamão	153
Tabela 27 - Naturalidade dos recrutas nascidos no Rio Grande de São Pedro.....	160
Tabela 28 - Distribuição dos recrutas conforme quantidade de mão-de-obra disponível nos seus domicílios, Viamão e Porto Alegre, 1777-1790.....	161
Tabela 29 - Distribuição dos recrutas conforme o tamanho da posse escrava nos domicílios, em Porto Alegre e Viamão, 1777-1790.....	162
Tabela 30 - Filhos recrutados conforme a classificação produtiva dos pais, produtores de Porto Alegre e Viamão	162
Tabela 31 - Medidas de tendência central relativas ao grau de saída gerados por vínculos de compadrio, conforme classificação econômica rural dos solicitadores de compadres em Porto Alegre e Viamão, 1781-1790	199
Tabela 32 - Proporção de presença (por dez) de padrinhos e madrinhas conforme ocupação do padrinho, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	200
Tabela 33 - Medidas de tendência central relativas ao grau de entrada gerados por vínculos de compadrio, conforme ocupação ou classificação econômica rural em Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	202
Tabela 34 - Medidas de tendência central relativas ao peso de arestas gerados por convites de compadrio e comadrio feitos por lavradores e por não proprietários de terras, área rural de Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	203
Tabela 35 - Monte mor de inventariados conforme classificação produtiva, Porto Alegre e Viamão, 1781-1794.....	230
Tabela 36 - Presença transferências patrimoniais anteriores ou paralelas às legítimas destinadas a herdeiros específicos, filhos de produtores com bens rurais, por inventário, em Porto Alegre e Viamão, 1781-1794	239
Tabela 37 - Filhos de produtores rurais beneficiados por transferências patrimoniais anteriores ou paralelas às legítimas em Porto Alegre e Viamão, 1781-1794.....	239

Tabela 38 - Transferências de dotes e doações a filhos de produtores com bens rurais, conforme faixa de riqueza e sexo do recebedor, Porto Alegre e Viamão	240
Tabela 39 - Transferências de recursos a filhos de produtores com bens rurais, excluídos dotes e doações, conforme faixa de riqueza e sexo do herdeiro, Porto Alegre e Viamão	241
Tabela 40 - Tipos de bens repassados via dote ou doação, por inventário, entre os produtores rurais, Porto Alegre e Viamão, 1781 a 1794.....	241
Tabela 41 - Valores repassados via dote, conforme tipo de bem, entre os produtores com bens rurais, Porto Alegre e Viamão, em réis, 1781 a 1794	243
Tabela 42 – Valores (%) repassados via dote/doação, conforme faixas de fortuna, entre os produtores com bens rurais, Porto Alegre e Viamão, em porcentagem, 1781 a 1794.....	243
Tabela 43 - Valores (%) repassados via dote/doação, conforme tipo de bem, entre os produtores com bens rurais, Porto Alegre e Viamão, em porcentagem, 1781 a 1794.....	244
Tabela 44 - Valor (em mil réis) dos adiantamentos conforme classificação produtiva, Porto Alegre e Viamão, 1781-1794.....	245
Tabela 45 - Valor mediano do monte mor e da propriedade fundiária conforme o tipo de distribuição das terras quando da transmissão do patrimônio aos herdeiros, em Porto Alegre e Viamão, 1781-1794.....	249
Tabela 46 - Número de beneficiados por mecanismos de distribuição do patrimônio anteriores ou paralelos às legítimas de acordo com a forma de distribuição das terras, em Porto Alegre e Viamão, 1781-1794	250
Tabela 47 - Formas de legar terra conforme classificação econômica rural das famílias, Porto Alegre e Viamão, 1891-1794	250

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Composição (%) da população da área rural de Porto Alegre, conforme condição jurídica e faixa etária, em 1782.....	58
Gráfico 2: Distribuição (%) dos adultos (entre 15 e 44 anos) da área rural de Porto Alegre, 1782.....	59
Gráfico 3: Composição (%) da população de Viamão, conforme condição jurídica e faixa etária, em 1781.....	60
Gráfico 4: Distribuição (%) dos adultos (entre 15 e 44 anos) de Viamão, 1781.....	61
Gráfico 5: Composição etária (%) das populações escravas de Viamão (1781), do agro de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), com exclusão das crianças com seis anos ou menos.....	61
Gráfico 6 - Tamanho mediano dos domicílios conforme ciclo de vida e ocupação dos produtores rurais, considerando apenas indivíduos com 7 anos ou mais, Porto Alegre e Viamão, 1781-1782.....	122
Gráfico 7 - Tamanho mediano dos domicílios conforme ciclo de vida e extensão das terras possuídas, considerando apenas indivíduos com 7 anos ou mais, Porto Alegre e Viamão, 1781-1782.....	123
Gráfico 8 - Tamanho mediano das famílias e escravarias de lavradores-criadores em Porto Alegre e Viamão, 1781-2.....	124
Gráfico 9 - Tamanho mediano das famílias e escravarias de lavradores em Porto Alegre e Viamão, 1781-2.....	125
Gráfico 10 - Distribuição do valor da dívida (%) entre os alimentos requisitados pela Fazenda Real junto aos lavradores do Rio Grande de São Pedro, entre 1775 e 1781.....	148
Gráfico 11 - Total de mantimentos retirados e não pagos aos lavradores entre 1775 e 1781 e produção agrícola de 1780, Rio Grande de São Pedro.....	150
Gráfico 12 – Balanço das dívidas da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro, entre 1780 e 1788, em réis.....	151
Gráfico 13 - Tendência polinomial dos valores pagos pela Fazenda Real a alguns produtores de Porto Alegre e Viamão e as respectivas posses escravas.....	153
Gráfico 14 - Origem dos recrutas, se naturais ou não do Rio Grande de São Pedro.....	159
Gráfico 15 - Escolha de compadres e comadres por lavradores-criadores e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	188
Gráfico 16 - Escolha de compadres e comadres por lavradores ricos e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	189
Gráfico 17 - Escolha de compadres e comadres por lavradores remediados mais ricos e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	190
Gráfico 18 - Escolha de compadres e comadres por lavradores remediados mais pobres e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	191
Gráfico 19 - Escolha de compadres e comadres por lavradores pobres e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	192

Gráfico 20 - Escolha de compadres e comadres por não proprietários e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790	193
Gráfico 21 - Escolha de compadres e comadres pertencentes a famílias de negociantes ou de lavradores-criadores pelos diferentes segmentos de produtores rurais, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790.....	195

Índice de diagramas

Diagrama 1 - Vínculos de compadrio e de filiação estabelecidos por famílias de produtores rurais em Porto Alegre (azul) e Viamão (vermelho), 1781-1790	208
Diagrama 2 - Vínculos de compadrio e de filiação estabelecidos por famílias de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, com ênfase para lavradores-criadores e criadores (cor preta), 1781-1790	210
Diagrama 3 - Vínculos de parentesco e compadrio envolvendo o casal Mateus Pereira Dias e Maria Rodrigues Moreira, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790	212
Diagrama 4 - Vínculos de parentesco e compadrio envolvendo o casal Manuel de Ávila de Souza e Catarina Isabel, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790	214
Diagrama 5 - Vínculos de parentesco e compadrio envolvendo Dona Catarina de Lima, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790	217
Diagrama 6 - Vínculos de parentesco e compadrio envolvendo o casal Diogo Inácio de Barcelos e Ana Felícia do Nascimento, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790	219
Diagrama 7 - Vínculos de compadrio, dívida, familiaridade e escravidão na área rural de Porto Alegre, décadas de 1770 e 1780	299

Sumário

Introdução	17
Capítulo 1 – Trabalho familiar e escravidão entre lavradores: Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII.....	41
Capítulo 2 – Listas nominativas, reconstituição de famílias e estrutura agrária: crítica da fonte, métodos e classificação das unidades produtivas rurais.....	74
Capítulo 3: Mantimentos e soldados: lavradores, agentes da Coroa portuguesa e comerciantes no Rio Grande de São Pedro, durante o início de um período de paz	131
Capítulo 4: Compadrio e clientelismo em uma comunidade camponesa e pequeno-escravista	166
Capítulo 5: Herança e sucessão entre os produtores rurais de Porto Alegre e Viamão	224
Capítulo 6: Formas de acesso à terra, vizinhança, crédito e parentesco espiritual envolvendo libertos.....	275
Conclusão	307
Referências	313

Introdução

O tema desta pesquisa é a estrutura social e política de uma comunidade formada por uma maioria de pequenos e médios produtores rurais. Por *estrutura*, entendemos o conjunto de recursos e regras que os sujeitos dispõem para agir no mundo¹. Nosso interesse é o de entender como as pessoas construíam suas famílias e espaços domésticos a partir das condições objetivas de suas existências, de modo a promover tanto sua organização interna quanto a criação de vínculos junto a outras famílias ou instituições detentoras de recursos necessários, expedientes estes que condicionaram a reprodução da vida biológica, econômica e social.

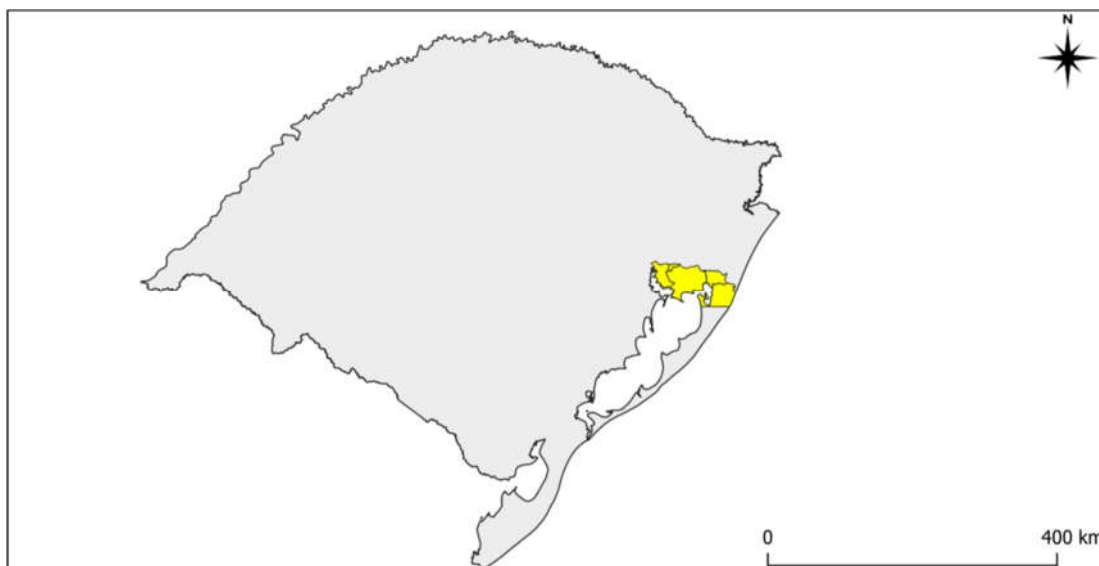
O objeto de nossa pesquisa são as famílias de produtores rurais de Porto Alegre e Viamão, durante a década de 1780. Após a reconquista da vila de Rio Grande, em 1776, a Coroa portuguesa produziu inúmeros documentos sobre a capitania do Rio Grande de São Pedro com o intuito de melhor conhecer os súditos que nela residiam e planejar seu crescimento econômico. De fato, a paz recém-iniciada instaurou um período de crescente desenvolvimento da produção de grãos e criação de rebanhos, processos associados à expansão das fronteiras.

O território formado pelas duas freguesias, a partir de 1772, pode ser visualizado no mapa seguinte. A região tinha como limite setentrional o Rio Gravataí; o meridional era a Lagoa dos Patos; ao oeste fica o Guaíba; ao leste, por fim, temos o litoral junto ao oceano Atlântico. O limite leste foi estabelecido a partir do fato de que os maiores proprietários de terras região, o vigário João Diniz de Alvares e sua mãe, dona Catarina de Lima, possuíam os Rincões de Palmares e Capivari, fazendas homônimas às cidades contemporâneas de Palmares do Sul e Capivari do Sul².

¹ GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2009, p. 19s, 303s.

² FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001, p. 55s; *Relação de moradores de Viamão, 1784-5*, Códice 104, ANRJ.

Mapa 1
Território de Porto Alegre e Viamão (em amarelo) a partir de 1772



Obs.: as demarcações presentes no interior do território em amarelo referem-se à divisão político-administrativa atual entre as cidades de Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Capivari do Sul e Palmares do Sul.
Fonte das informações: *Relação de moradores de Viamão, 1784-5*, ANRJ.

No que diz respeito à história colonial do Rio Grande do Sul, há uma tendência de associar o escravismo sulino quase que exclusivamente às charqueadas³. Certamente estas eram unidades que concentravam de dezenas a centenas de cativos em um sistema de trabalho que muito recordava o dos engenhos de açúcar. No entanto, pesquisas nem mais tão recentes demonstraram não só a ampla presença de escravos em toda história do Rio Grande do Sul desde o período colonial, como a predominância dos pequenos proprietários entre os senhores de cativos⁴. Pretendemos, nesse sentido, estudar o funcionamento de uma sociedade na qual eram muitos os escravos, possuídos principalmente por senhores de poucos cativos. Muitos deles, pequenos e médios lavradores.

O termo “lavrador” é empregado na documentação analisada e se refere a pequenos e médios produtores agrícolas que eram também pastores, possuidores de rebanhos de limitada extensão para os parâmetros regionais, diferente dos lavradores de cana baianos,

³ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 30; SANTOS, Corcino. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1984, p. 1.

⁴ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. Tese de doutorado, p. 110s; OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII. In: *Anais 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2007b; OSÓRIO, Helen. Esclavos de la frontera: padrones de la esclavitud africana en Rio Grande do Sul, 1765-1825. In: BETANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex; FREGA, Ana. (Org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004b, p. 7-15.

que eram produtores escravistas que possuíam razoável número de escravos e, frequentemente, eram dependentes dos senhores de engenho⁵. Conforme a definição de Helen Osório, os estratos a serem estudados dividem-se entre os lavradores (cuja média de animais possuída era de 61 cabeças) e os que se dedicavam “mais a lavoura que a criação” (média do rebanho de 104 animais), cujos rebanhos eram de pequeno porte frente aos dos pecuaristas (média de 852 animais). Com muita frequência, eram proprietários ou possuidores de suas terras⁶.

Partimos do princípio de que processo de diferenciação social ocorrido nas comunidades de lavradores pesquisadas deve considerar os inúmeros contextos domésticos, os quais são marcados pela acesso ou posse de recursos naturais e produtivos, pelo ciclo de vida familiar, pelas formas de organizar a família extensa e pelos meios de se obterem recursos externos necessários à reprodução da vida. Em suas demandas quotidianas, os agentes históricos mobilizaram os recursos disponíveis e criaram suas rotinas laborais, a partir das quais estabeleceram interações com outros tantos agentes sociais e instituições. A reprodução de tais interações no tempo e no espaço foi capaz produzir formas mais estáveis de integração social e, deste modo, condicionou o processo mais amplo de estruturação da sociedade⁷.

Como hipótese geral desta pesquisa, argumentamos que as relações de trabalho na agricultura, nas freguesias de Viamão e Porto Alegre, constituíam-se por forte associação entre o trabalho familiar e o escravismo de pequena dimensão (formado por plantéis com até nove cativos). A formação de semelhante sistema de trabalho ocorreu em um território no qual a ação estatal diminuiu a intensidade da concentração fundiária e garantiu que o acesso à terra fosse ampliado, enquanto a possibilidade de produzir e comercializar bens valorizados (trigo e gado) permitiu a formação de patrimônios de variados níveis.

Dentro de um quadro econômico relativamente matizado entre o extremo mais rico e o mais pobre, as famílias de lavradores constituíram as mais diferentes rotinas de trabalho, vizinhança e troca. Algumas unidades domésticas cuidavam de poucas dezenas de reses, cultivavam pequenas plantações em terrenos de extensão bem limitada e alguns de seus membros precisavam se empregar temporariamente nas lavouras de vizinhos para complementar os rendimentos. Por sua vez, houve famílias extensas de lavradores que

⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 251-4.

⁶ OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p. 81-86.

⁷ GIDDENS, *A Constituição da Sociedade*, op. cit., p. 84, 98s; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; IMÍZCOZ, José Maria. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: Imízcoz (dir.). *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996.

conseguiam congregar núcleos domésticos em terrenos de maior dimensão e dispunham de filhos, netos, escravos e agregados para cultivar seus trigais e pastorear rebanhos de centenas de animais. Se algumas famílias produziam poucos excedentes para além do exigido para a subsistência e não dispunham de todos os recursos agrários necessários, outras possuíam propriedades com águas, matos e campo suficiente para produzir trigo destinado ao comércio e enriquecer.

Dentro do amplo leque de tarefas, demandas e rendimentos possíveis, as famílias estabeleciam relações diferentes no interior da comunidade de lavradores e definiam se havia necessidade de estabelecer vínculos com setores que concentravam recursos escassos, fossem agrários, comerciais ou políticos. Nossa hipótese é a de que as variadas possibilidades de mobilização de recursos econômicos, as rotinas laborais e as interações sociais estabelecidas tiveram por resultado a constituição de duas tendências ou sistemas de clientela paralelos e não contraditórios na região, um deles chefiado por grandes produtores rurais e, outro, por comerciantes.

No que diz respeito às formas de organização das famílias, defendemos a hipótese de que articulações restritas a poucos núcleos domésticos poderiam surgir no interior de uma mesma família extensa, fenômeno condicionado não somente pelo nível de posse de bens rurais como pelas escolhas adotadas por seus membros. Se táticas ou estratégias familiares porventura fossem elaboradas por pequenos e médios produtores rurais, elas poderiam ser as mais variadas possíveis, sem abarcarem todos os membros da família extensa. Os resultados de tais formas de organização poderiam levar a choques familiares e redundar em desigual distribuição da fortuna ou da pobreza entre parentes de sangue e afinidade.

O objetivo geral da pesquisa, enfim, é o de estudar como os agentes históricos dispunham e mobilizam recursos sociais e econômicos para produzir e reproduzir a própria vida. O resultado das múltiplas e correlacionadas ações condicionaram o processo de diferenciação social entre famílias em uma economia camponesa e pequeno-escravagista. Desejamos, nesse sentido, entender as formas de organização social e as estratégias familiares praticáveis no seio de uma população na qual havia um nível de concentração de recursos bem menos intenso se comparado àquele encontrado nas áreas mais lucrativas da economia da capitania (onde se praticava a pecuária extensiva) e para a qual eram pouco acessíveis os mecanismos institucionais de distinção⁸.

⁸ Sobre a exiguidade dos meios de distinção na região, ver KUHN, *Gente da fronteira...*, *op. cit.*

O contexto histórico da formação da economia agrária da capitania

A incorporação do território localizado ao sul de Laguna aos domínios do rei de Portugal ocorreu por meio da expansão de famílias bandeirantes que tinham no indígena escravizado uma de suas principais bases de trabalho. Os paulistas conheciam bem a região desde o século XVII, pois esta fazia parte do caminho para as Missões jesuíticas e, mais tarde, para as vacarias formadas após a dispersão dos rebanhos guaranis. As missões eram entendidas como reservas de cativos; as vacarias, de gado⁹.

Nas primeiras décadas do século XVIII, os condutores de gado criaram fazendas para invernada nos Campos de Viamão, onde estabeleciam os animais para engordá-los durante o inverno, antes de sua condução para São Paulo. Neste período, as terras não possuíam qualquer valor e apenas a partir da década de 1730 se iniciaram as primeiras solicitações e concessões de sesmarias em Tramandaí e Viamão, apesar de a ocupação dos Campos de Viamão remontar ao final da década de 1720. Viamão estava subordinada à vila de Laguna e tornou-se uma unidade religiosa-administrativa apenas em 1741, quando foi erigida capela na localidade¹⁰. É importante salientar que, ao longo do século XVIII, as famílias paulistas souberam incorporar a sua parentela indivíduos oriundos de Portugal, os quais poderiam trazer recursos econômicos e sociais para garantir a reprodução familiar¹¹.

Além do interesse paulista, a região despertava preocupação na Coroa portuguesa. A ocupação do território passou a ser vista como estratégica para estabelecer um ponto de apoio para a Colônia do Sacramento – importante praça comercial localizada no Rio da Prata, constantemente assediada pelas forças hispano-guaraníticas, sendo aí a caça ao gado e o comércio dos couros uma atividade lucrativa –, bem como para garantir a proteção da fronteira sul, cujo ponto mais extremo era a vila de Laguna. Como plano, a Coroa estabeleceu um presídio (um acampamento militar) na entrada da Lagoa dos Patos, no ano de 1737, e ocupou os arredores com famílias oriundas de Trás-os-Montes, saídas de Portugal com a intenção fracassada de ocupar a Colônia do Sacramento. Somam-se famílias charrua e guarani e migrantes de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Desta maneira foi fundada

⁹ MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. Tese de doutorado.

¹⁰ FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001, p. 19ss, 37ss, 53ss; KÜHN, *Gente da fronteira...*, *idem*, OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 1990, p. 38, 43; CESAR, *História do Rio Grande do Sul...*, *idem*, p. 57ss, 76s, 88-96; FORTES, *Os casais açorianos...*, *idem*, p. 56s.

¹¹ KÜHN, *Gente da fronteira...*, *idem*, p. 191-229.

Rio Grande, elevada à condição de vila em 1751 e sede do governo da capitania do Rio Grande em 1760¹².

A expansão bandeirante e a oficial/militar sobre a região ao sul de Laguna fazia parte da disputa global entre Portugal e Espanha pela apropriação de terras e, por consequência, na definição dos limites de seus territórios. Para dirimir o conflito, ambos os impérios realizam o Tratado de Madri no ano de 1750, no qual ficou acertado o reconhecimento da ocupação dos Campos de Viamão pelos portugueses, bem como a troca da Colônia do Sacramento pelas sete Missões jesuíticas, localizadas no lado leste do rio Uruguai. Paralelamente, a Coroa portuguesa organizou o reforço populacional da capitania de Santa Catarina e a ocupação do território até então guarani-missioneiro com casais originários das Ilhas do Açores. Segundo cálculos recentes, a soma dos ilhéus alistados nas ilhas de origem supera 8 mil pessoas, enquanto a dos desembarcados em Santa Catarina, entre 1748 e 1754, pode superar a cifra de 7 mil indivíduos¹³.

No entanto, Portugal e Espanha fracassaram ao tentar efetivar do Tratado de Madri devido à oposição de sete aldeias missioneiras, *imbróglia* que levou à chamada “Guerra Guaranítica”, em 1753. Para os portugueses, a frustração em não obter o território das Missões levou a outro problema, referente à alocação das famílias de ilhéus recém-chegadas ao Continente de São Pedro. Elas acabaram se distribuindo ao longo do curso da Lagoa dos Patos e dos rios Guaíba e Jacuí¹⁴. Paralelamente, após o término trágico da guerra, algumas centenas de famílias indígenas foram conduzidas por Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro, e passaram ao domínio português. Para alocar os indígenas, foram criadas as Aldeias dos Anjos e de São Nicolau¹⁵.

¹² HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006. Tese de doutorado. p. 18; OSÓRIO, *Apropriação da terra...*, *idem*, p. 36ss; QUEIRÓZ, Maria Luiza. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987; CESAR, *História do Rio Grande do Sul...*, *idem*, p. 101ss.

¹³ CESAR, *História do Rio Grande do Sul...*, *idem*, p. 125-131; PIAZZA, Walter. *A epopeia açóricomadeirense: 1748-1756*. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora Lunardelli, 1992; QUEIRÓZ, *A Vila do Rio Grande...*, *idem*, p. 88ss. Os novos números de açorianos desembarcados em Santa Catarina encontram-se em SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: PPGHE-USP, 2007.

¹⁴ OSÓRIO, *Apropriação da terra...*, *idem*, p. 48s; CESAR, *História do Rio Grande do Sul...*, *idem*, p. 132-6; FORTES, *Os casais açorianos...*, *idem*, p. 75-88.

¹⁵ GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese de doutoramento em História. Niterói: UFF, 2007, 76; SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. (1765-1784)*. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2008; SANTOS, Corcino. Os índios e a civilização cristã ocidental: Aldeia de N.S. dos Anjos em Gravataí. In: *Anais do II Simpósio Estadual Sobre Cultura*, v. 2, p. 44-109, 1988; MELO, Karina. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2011. Dissertação de mestrado.

A década de 1750 foi marcada não apenas por este *boom* demográfico, como pela expansão para a fronteira oeste e a formação de grandes propriedades dominadas por antigos estancieiros de Viamão e Rio Grande, militares, comerciantes e oficiais da Coroa. Ao se dirigir do Rio de Janeiro para o Rio Grande e desta vila para as Missões guaraníticas com o objetivo de conduzir as forças luso-americanas durante a guerra, Gomes Freire efetuou as concessões de sesmarias, o que conferiu uma base jurídica para a estrutura fundiária então existente e ofereceu novas oportunidades para sua reprodução em direção ao oeste, ocupando-se as áreas que deram origem a Rio Pardo e Santo Amaro. Consolidava-se, pois, uma sociedade marcada por extrema concentração de recursos agrários¹⁶.

Os grupos recém-chegados tornaram-se dependentes da Fazenda Real para garantir a sobrevivência, pois esta instituição fornecia farinha de mandioca e carne às famílias indígenas e açorianas¹⁷. Algumas famílias, por sua vez, aproximaram-se dos grandes proprietários ou militares, obtiveram acesso ao uso da terra e, em alguns casos, estabeleceram verdadeiras relações de clientela¹⁸. Surgiram, nas décadas seguintes, situações graves de conflito social opondo fazendeiros às aldeias guaranis ou agrupamentos de casais de ilhéus¹⁹. Todas estas famílias, inegavelmente, enfrentaram inúmeros padecimentos.

A base econômica da capitania, no período, era a extração de couros e a pecuária, acompanhada por lavouras de mantimentos. A maioria das fazendas e rebanhos concentrava-se na área de Viamão e uma parcela menor encontrava-se na vila de Rio Grande, mas aos poucos deslocava-se para a fronteira oeste. É importante salientar que uma das principais fontes de mão-de-obra para a pecuária era a escravidão. Em 1751, em Viamão, 45% da população era escrava ou formada por índios administrados e mais da metade dos chefes de domicílio era senhor de cativos. Uma pequena parcela destes escravos era indígena e possuída por proprietários empobrecidos oriundos principalmente de Laguna. Nesse sentido,

¹⁶ OSÓRIO, *Apropriação da terra...*, *idem*; QUEIRÓZ, *A Vila do Rio Grande...*, *idem*, p. 95-106.

¹⁷ Aos casais, foi-lhes assegurado, por edital, o fornecimento de farinha por um ano, até que tivessem suas primeiras colheitas (ver PIAZZA, *A epopeia açórico-madeirense...*, *idem*, p. 92). Sobre a política de “bom tratamento” da Coroa para com os indígenas, ver GARCIA, *As diversas formas...*, *idem*, p. 76.

¹⁸ HAMEISTER, *Para dar calor...*, *idem*, p. 348-55.

¹⁹ Para os campos de Viamão, ver, especialmente, KÜHN, *Gente da fronteira...*, *idem*, p. 117ss.). Dom Antônio Castell Branco, liderança dos açorianos residentes nas franjas das terras de Jerônimo de Ornelas, por exemplo, foi assassinado pelo filho do último (KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 60. A descrição do caso encontra-se em: Primeiro livro de óbitos de Viamão, AHCOMPA, folha 31, registro 114, de 08/11/1760). No final dos anos 1760, os fazendeiros de Viamão reclamavam à Coroa, por meio da Câmara, das dificuldades em arrematar o trabalho dos indígenas aldeados e que estes eram preguiçosos e ladrões de gado. Reclamavam, também, da requisição de carne para sustentar a Aldeia dos Anjos (ver: KÜHN, *Gente da fronteira...*, *idem*, p. 119s; GARCIA, *As diversas formas...*, *idem*, p. 95-99)

a escravidão era uma instituição enraizada desde os tempos primevos do Rio Grande do Sul e representou uma fonte fundamental para obtenção de mão-de-obra²⁰.

Novo cataclismo ocorreu em 1763, com a conquista hispano-americana da vila do Rio Grande, até então sede do governo da capitania. Os moradores da vila fugiram de maneira desorganizada e febril, com muitas perdas materiais. É importante destacar, entretanto, que carregaram consigo as relações pretéritas que desenvolveram na vila, contando com parentes consanguíneos e espirituais, amigos, vizinhos, clientes e patronos²¹. Seus rumos foram os mais variados, mas uma parcela expressiva permaneceu no Continente, instalando-se em diferentes localidades que ofereceriam novos e desfavoráveis contextos para a reorganização de suas vidas. Depois de Estreito, para onde se deslocaram 81 casais, Porto Alegre, Viamão e Morro Grande de Santa Ana receberam o segundo maior aporte de refugiados, com 55 dos casais, todas as três localidades pertencentes à área mais ampla dos Campos de Viamão²².

A reação da Coroa portuguesa tomou grande envergadura e ultrapassou uma iniciativa exclusivamente militar, pois levou a uma reformulação administrativa do Continente e à execução de uma espécie de “reforma agrária”. Foram criadas freguesias na capitania, como Taquari, Porto Alegre, Conceição da Serra, Mostardas e Encruzilhada, cuja base populacional, em sua maioria, foi assentada por meio da distribuição de datas de terras. Estas datas eram reservadas aos casais de ilhéus e seus descendentes. Com a conquista de Rio Grande, a Câmara transferiu-se para Viamão e, depois, para a recém-inaugurada freguesia de Porto Alegre, em 1772, tornada nova e definitiva sede do governo²³.

Quando do fim da guerra de reconquista luso-portuguesa da vila de Rio Grande, em 1776, iniciou-se um longo período de estabilidade político-militar, que favoreceu o desenvolvimento econômico regional. Conforme demonstrou Osório, os lavradores tornaram-se os mais comuns produtores rurais da capitania, desenvolveram uma agricultura mista, voltada tanto para o próprio consumo quanto para o mercado, e eram possuidores de rebanhos e escravos; os criadores eram possuidores de grandes rebanhos de gado e terras e

²⁰ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira...*, *idem*, p. 109-12; BLANCO, Márcio. *Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740-1760)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012. Dissertação de mestrado; DIEHL, Isadora. *Carijós, mulatas e bastardos: a administração indígena nos campos de Viamão e na vila de Curitiba durante o século XVIII*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2016. Dissertação de mestrado.

²¹ Extrapolação do raciocínio de Hameister quando esta aborda a fuga dos casais açorianos da Colônia em direção a Rio Grande para o caso dos casais que fugiram desta vila para outras localidades da capitania (ver HAMEISTER, *Para dar calor...*, *idem*, p. 255). Sobre o impacto da chegada dos refugiados em Viamão, ver KÜHN, *Gente da fronteira...*, *idem*, p. 115ss.

²² QUEIRÓZ, *A Vila do Rio Grande...*, *idem*, p. 120-122. A freguesia do Morro de Santa Ana não vingou e seu território passou a fazer parte da freguesia de Viamão.

²³ KÜHN, *Breve história...*, *idem*, p. 61s.

os mais afortunados deles cultivavam lavouras; a elite econômica da região, entretanto, eram os comerciantes, que possuíam um papel decisivo na reprodução do sistema por serem os compradores dos bens de exportação, venderem escravos, fazendas e outros apetrechos, além de controlarem os contratos de dízimos²⁴.

Para os lavradores, o artigo de exportação era o trigo. No Rio de Janeiro e Salvador, as classes abastadas tinham no pão feito de farinha de trigo um alimento diário, enquanto a maioria da população dependia do milho ou da farinha de mandioca²⁵. No século XVII, o cereal originava-se das plantações paulistas baseadas no trabalho de indígenas escravizados; no final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, o principal produtor era o Rio Grande de São Pedro; a partir da década de 1820, o trigo norte-americano passou a dominar o mercado regional devido a sua competitividade e ampla quantidade.

Entre 1780 e 1820, o trigo era cultivado de maneira generalizada no Continente, pois sua produção envolvia desde pequenos produtores sem escravos até os criadores-lavradores, o grupo agropecuário mais enriquecido da capitania. Havia pouco capital disponível aos produtores para investirem em suas unidades e as técnicas de cultivo e armazenamento eram rústicas. Apesar disso, dentro do contexto da expansão do escravismo na América portuguesa de fins do século XVIII, havia razoável possibilidade de se obter cativos junto aos comerciantes que compravam trigo, o que permitiu que um amplo número de escravos estivesse a trabalhar nas lavouras²⁶.

No entanto, o trigo sul-rio-grandense encontrou dois fortes concorrentes ainda na primeira metade do século XIX. O primeiro deles, a expansão da pecuária, destinada a atender a cada vez mais robusta economia charqueadora, que se tornaram concentradoras dos escravos novos que chegavam ao Continente²⁷. O segundo, a triticultura norte-americana que se desenvolveu após a guerra de independência, no início do século XIX, com estímulos estatais e acesso ao crédito por parte dos produtores, situação inimaginável na América portuguesa. Nos Estados Unidos, formou-se uma infraestrutura de transporte e produção que garantia a exportação da farinha de trigo de melhor qualidade, maior quantidade e com preços competitivos. Na região de Chesapeake, uma das principais produtoras, o sistema de

²⁴ OSÓRIO, *O império português...*, *idem*.

²⁵ BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 91, 94.

²⁶ OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 82ss, 170-174; OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas..., *idem*; PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. Tese de doutorado.

²⁷ FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010; VARGAS, Jonas. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2013

mão-de-obra era escravista, pois a participação de escravos chegou a 30% da população e, particularmente na Virgínia, a 40% do total²⁸. A demanda de cativos por parte da expansão conjunta da pecuária e das charqueadas e o aparecimento da farinha norte-americana no mercado carioca foram, portanto, dois elementos explicativos para a quebra da cultura do trigo no Rio Grande do Sul.

Entre as décadas de 1780 e 1820 há um longo período de 40 anos dentro do qual os lavradores do Rio Grande de São Pedro produziram um artigo que lhes rendia razoável lucro e que, dentre outras vantagens, garantiu a obtenção de razoável número de cativos. O desenvolvimento do escravismo sob a tricultura representou, pois, a reprodução e um novo direcionamento de um modelo de arregimentação da mão-de-obra já existente na região desde fins da década de 1740 nos Campos de Viamão, quando a atividade principal era a pecuária e elevado era o número de pequenos proprietários de cativos²⁹.

Ao apresentar de maneira sintética os elementos da história da capitania do Rio Grande de São Pedro, desejamos não apenas apontar acontecimentos pertinentes para se entender a formação das unidades camponesas da região, como tencionamos também elencar elementos justificadores das balizas teóricas que estão a orientar o planejamento desta pesquisa.

Quadro teórico-conceitual

A sociedade luso-americana e escravagista não se dividia apenas entre senhores e escravizados, mas apresentava ampla camada de indivíduos e famílias – livres ou libertos – remediados ou pobres com algum nível de autonomia econômica e social. Como até 1850 o escravo era uma propriedade relativamente acessível, muitos destes indivíduos e famílias conseguiam comprá-los, inclusive no Rio Grande do Sul³⁰. O sistema escravista, por sua complexidade, engendrou inúmeros formatos de trabalho e opressão, de modo a gerar

²⁸ BROWN, Gregory. The Impact of American Flour Imports on Brazilian Wheat Production: 1808-1822. *The Americas*, Vol. 47, No. 3 (Jan., 1991), pp. 315-336; BERLIN, Ira. *Gerações do Cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 140ss, 322.

²⁹ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. Tese de doutorado; BLANCO, Márcio. *Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740-1760)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012, p. 77ss; OSÓRIO, Para além das charqueadas..., *idem*.

³⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; LUNA, Francisco. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-55. Aqui, p. 40; BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; OSÓRIO, *O império português...*, *idem*; OSÓRIO, Helen. *Esclavos de la frontera...*, *op. cit.*, 7-15.

condições particulares nas quais homens e mulheres negras compartilharam suas experiências³¹.

A pesquisa em história social exige a elaboração de um modelo teórico-analítico que hierarquize os fatores que explicam a produção e reprodução das sociedades³². Nas formações sociais não-capitalistas, lembra-nos Perry Anderson, a estrutura econômica não pode ser vista como exclusivamente preponderante e desligada da superestrutura política, social e jurídica³³. Esse é o alerta de João Fragoso e Manolo Florentino quando afirmam que

a formação colonial tardia [da América portuguesa] impede que a economia possa ser pensada por si mesma, i. é, sem levar em conta os aspectos não econômicos que informavam seu funcionamento. Daí a hipótese (...) de que a reprodução do sistema econômico se imbricava organicamente na contínua reiteração de uma hierarquia social fortemente excludente³⁴.

Nesse sentido, é preciso criar ferramentas conceituais para vincular o fator econômico aos fatores de ordem social, cultural e político na explicação histórica. Escolhemos, pois, três elementos para balizar a presente pesquisa: a estrutura agrária regional, os processos de organização e reprodução familiar e as relações pessoais e institucionais de variados tipos. Cada um destes campos pode constituir uma área específica de pesquisa, mas entendemos que a percepção da interdependência entre os mesmos garante uma análise mais complexa dos processos de transformação histórica. Faremos uma rápida apresentação de cada um destes elementos para, ao fim, apontar as expectativas advindas da vinculação de tais perspectivas.

O estudo das estruturas agrárias tem por objetivo compreender as transformações dos sistemas de produção agrícola, o que se obtém por meio da análise das possibilidades de acesso à terra em suas variadas formas, da distribuição dos bens de produção, das relações sociais de trabalho estabelecidas entre diferentes proprietários e/ou produtores diretos e o papel exercido pelo capital mercantil no funcionamento e transformação das comunidades de produtores. O recorte tradicional da história agrária é o regional, o qual permite o conhecimento intensivo das fontes relativas a uma localidade, dentro de um determinado

³¹ Ver, especialmente, MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio*, op. cit.; FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³² HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

³³ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 403.

³⁴ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 18s.

período. Além disso, o estudo da história regional, como observa Maria Yedda Linhares, possibilita tanto o teste de generalizações mais amplas graças à visão ao microscópio, quanto à reformulação do conhecimento de uma “história geral” por meio da percepção da complexidade dos sistemas socioeconômicos visíveis na reconstituição de situações localizadas³⁵.

Nossa perspectiva filia-se à história social do mundo rural e da escravidão e, por isso, apresenta algumas premissas. A terra, como recurso, não é apenas objeto de interesses econômicos, mas também é atravessada por uma série de relações sociais³⁶. No Brasil, a transformação da terra em propriedade privada e a criação de um mercado de terras são resultados, em alguma medida incompletos, de um longo processo que se iniciou a partir da década de 1850 com a criação da Lei de Terras, com o fim do tráfico atlântico de indivíduos escravizados e com os projetos de imigração europeia para o Brasil, no contexto do desenvolvimento do capitalismo³⁷.

O domínio sobre a terra dependia não tanto da confirmação jurídica, mas principalmente do consenso sobre quem era seu dono e quem tinha direito ao usufruto da mesma. A capacidade de mobilizar o uso da força, o reconhecimento de vizinhos, a antiguidade, o parentesco e relações de clientela eram fundamentais para garantir a permanência sobre um território, ao que poderia se agregar o reconhecimento público formal sobre o domínio da terra. Além disso, um mesmo espaço territorial delimitado poderia ter seus domínios direto e de uso compartilhados, sendo que os direitos daqueles que usufruíam tal espaço poderiam ser socialmente reconhecidos³⁸.

³⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 13-93; LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184; TERRADAS I SABORIT, Ignasi. “La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la historia local y la historia general.” In: FERNANDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). *Lugares para la historia. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, 2001, p. 179-208. Aqui, p. 191.

³⁶ Ver, especialmente CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia*. Barcelona: Crítica, 2007, cap. 4.

³⁷ MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 27ss; MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p. 90s; ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p. 56-102; GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado. p. 28ss.

³⁸ Ver, especialmente, MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do Século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; CONGOST, *op. cit.*, p. 126ss; GARAVAGLIA, Juan. *San Antonio de Areco, 1680-1800: um pueblo de la campaña, del Antiguo Régimen a la modernidade argentina*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2009, p. 228-44; GELMAN, Jorge. Un gigante com pies de barro. Rosas y los pobladores de la campaña. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (org.) *Caudillismo rioplatenses*. Buenos Aires, EUDEBA, 1998, p. 223-240; FRADKIN, Raul. Antigüedad de asentamiento, orientaciones productivas y capital comercial en la conformación de una estructura regional: Buenos Aires, XVIII y XIX. *Revista de Historia*, núm. 5, 1995, p. 223-244.

A família é uma das mais elementares instituições humanas. Organizada a partir de vínculos sanguíneos, de afinidade, espirituais e de convivência, representa um dos ambientes essenciais na educação e socialização dos jovens e é um espaço nevrálgico onde podem se formar estratégias de grupo que, ao fim, podem vir a garantir sua reprodução e gerar as diferenças sociais. Particularmente nas sociedades de Antigo Regime, a família indicava a posição social do indivíduo, bem como se constituía enquanto uma peça-chave no funcionamento das redes econômicas e da estrutura política³⁹.

Como enfatiza Lorenç Ferrer i Alòs, o estudo da família não possui um sentido em si mesmo. É preciso entendê-la em sua relação dialética com o meio social, pois tanto a família transforma a sociedade ao reproduzir-se, como é, ao mesmo tempo, condicionada pela estrutura social, econômica e política. Nesse sentido, o estudo da família serve para entender aspectos importantes da reprodução do sistema social ao se considerarem as decisões tomadas em seu interior, bem como as relações estabelecidas entre as diferentes gerações⁴⁰.

Um conceito que serve como embasamento para esta pesquisa é o de *economia doméstica de Antigo Regime*, caracterizado por apresentar dois âmbitos, um interno e outro externo. O primeiro diz respeito às relações dos chefes do domicílio com seus familiares e dependentes, dentre os quais se incluem os escravos. O segundo, por sua vez, é formado pelas relações do chefe doméstico com outros chefes ou com autoridades. A economia doméstica é um complexo formado por mecanismos e vínculos que visa garantir a

³⁹ Ver BJERG, María & BOIXADÓS, Roxana. Presentación. In: BJERG, María; BOIXADÓS, Roxana (org.). *La familia: campo de investigación interdisciplinario. Teorías, métodos y fuentes*. Buenos Aires: Universidad de Nacional de Quilmes, 2004. p. 9-29, aqui, p. 12-15; HENRY, Louis. *Manual de demografía histórica*. Barcelona: Crítica, 1983; WRIGLEY, E. A. *Historia y población*. Barcelona: Crítica, 1994; FLANDRIN, Jean-Louis. *Familias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; IMÍZCOZ, José María. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: Imízcoz (dir.). *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996; ANDERSON, Michel. *Elementos para a História da Família Ocidental. 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercus, 1984; MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco. La historia de la familia. Debates metodológicos y problemas conceptuales. In: CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco. *El Viaje de las familias em la sociedad española. Veinte años de historiografía*. Murcia: Universidade de Murcia, 2014, p. 61-73; FARIA, *A Colônia em movimento... op. cit.*; SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998; SCOTT, Ana Sílvia. *Familias, formas de união e reprodução no noroeste português*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2012; CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, núm. 37, p. 5-16, 1981; KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, 1988/1989, p.37-63.

⁴⁰ FERRER I ALÓS, Llorenç. De la historia agraria a la historia de la familia. O de cómo la historia económica es historia social. In: BJERG, María; BOIXADÓS, Roxana (org.). *La familia: campo de investigación interdisciplinario. Teorías, métodos y fuentes*. Buenos Aires: Universidad de Nacional de Quilmes, 2004. p. 63-99, aqui, p. 91.

reprodução social e econômica da família⁴¹.

As relações externas eram fundamentais para garantir a obtenção de recursos não disponíveis ou produzidos no interior do domicílio, dentre os quais podemos citar o apoio político, a obtenção de mão-de-obra temporária, o acesso à recursos naturais ou a efetivação de negócios. Em um primeiro momento, tais relacionamentos podem ser caracterizados como horizontais ou verticais, se os vinculados possuem recursos assemelhados ou não. Além disso, também podem ser caracterizados como formais ou informais, se ocorridos ou não no interior de certas instituições reconhecidas publicamente e que dispunham de poder, como o Estado ou a Igreja⁴².

A interação social diz respeito aos encontros entre indivíduos em situação de co-presença, os quais, se tornados rotineiros, permitem a constituição das características institucionalizadas dos sistemas sociais. Seguindo a teoria da estruturação de Anthony Giddens, nesse sentido, a rotina constitui-se enquanto elemento básico para a reprodução social. Os mais variados tipos de vínculos podem ser estabelecidos pelos indivíduos para além daqueles criados no interior de suas unidades domésticas, sejam eles de caráter econômico, político, social ou, mesmo, cultural. Por vezes, não se restringem a indivíduos e podem ter por objetivo aproximar ou amainar tensões entre famílias ou instituições⁴³.

As comunidades antigas, do ponto de vista do historiador, são visíveis somente a partir dos conjuntos documentais disponíveis, os quais delimitam, por exemplo, comunidades de fiéis ou de contribuintes, como argumenta Ana Silvia Volpi Scott⁴⁴. A partir de pesquisa metodologicamente orientada para a busca de nomes, é possível empregar a documentação disponível para reconstituir os espaços de sociabilidade dos indivíduos e famílias, os quais constituíam a base das comunidades vividas⁴⁵. A partir da definição de

⁴¹ IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane (ed.) *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madrid: Silex, 2010. p. 15-51.

⁴² IMÍZCOZ, KORTA, *Economía doméstica...*, *op. cit.*; ver também WOLF, Eric. *Parentesco, amizade e relações patrono-clientes em sociedades complexas*. In: BELA FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO, Gustavo (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p. 117-145.

⁴³ GIDDENS, *A constituição da sociedade*, *op. cit.* 83s, 97s; CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco. História de Grupos: parentesco, famílias, clientelas, linajes. In: JIMENEZ, Francisco. *El Viaje de las familias em la sociedad española. Veinte años de historiografía*. Murcia: Universidade de Murcia, 2014, p. 223-239.

⁴⁴ SCOTT, Ana Silvia. *Famílias, formas de união e reprodução no noroeste português, séculos XVIII e XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 104.

⁴⁵ SCOTT, Ana Silvia. Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaio sobre os espaços de sociabilidade a partir do cruzamento nominativa de fontes eclesiásticas. In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antônio. *Temas Setecentistas: governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/ Fundação Araucária, 2008, p. 413-428.

Wellman e Wetherel, as comunidades serão entendidas enquanto redes sociais formadas por vínculos de diferentes tipos, através dos quais circulam variados recursos⁴⁶.

Para avançar no debate, é preciso diferenciar as relações institucionais das alianças pessoais⁴⁷. As relações institucionais são ligações de trabalho, troca ou governança, regidas ou asseguradas por uma autoridade, como a Igreja ou o Estado. De modo geral, tais relações são instituições reconhecidas como legítimas pela maioria das pessoas, são previsíveis, contínuas, como o mercado, a família, a escravidão, a servidão. Algumas delas são formadas a partir de contratos, como o arrendamento.

Tais instituições, entretanto, apresentam limitações que podem deixar insatisfeitas certas expectativas ou necessidades dos envolvidos. Para remediar ou evitar situações arriscadas, os indivíduos envolvidos em uma relação institucional podem acionar vinculações pessoais pretéritas ou criar alianças novas, de modo que cada um se comprometa a oferecer favores especiais ao aliado. Se estas alianças pessoais paralelas às relações institucionais estiverem a unir pessoas com recursos ou posição social diferentes, classificamo-las como relações patrão-cliente ou relações de clientela.

O problema geral desta pesquisa é entender como se desenvolveu um sistema agrícola específico, considerando-se como condicionadores os processos de reprodução das famílias e os vínculos que tais famílias estabeleceram entre si, com as instituições de governança, grandes proprietários fundiários e comerciantes. Era no interior das famílias que decisões importantes eram tomadas, como a quantidade adequada de grãos a plantar destinados ao mercado, a escolha dos cônjuges dos filhos que chegam à idade adulta, o investimento a ser feito nos dotes das filhas, a retenção dos filhos em casa ou a liberação dos que desejassem migrar em busca de novas oportunidades. O sucesso ou o fracasso das estratégias de reprodução das famílias poderiam garantir sua sobrevivência, seu enriquecimento ou a dilapidação do patrimônio obtido ao longo de uma vida após a morte do chefe de domicílio.

Por meio da obtenção de créditos com vizinhos ou comerciantes, escravos ou sementes poderiam ser comprados para garantir a ampliação da produção. Relações

⁴⁶ WELLMAN, Barry; WETHERELL, Charles. Social network analysis of historical communities: some questions from the present for the past. *The History of the Family*, v.1, n. 1, p. 97-121, aqui, p.103.

⁴⁷ As seguintes considerações são baseadas em LANDÉ, Carl. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, S. W. (Eds.) *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. 13-37 (utilizamos versão traduzida e datilografada em português); WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo (orgs.). *Antropologia e poder*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003, p. 93-114; e SCOTT, James. Patronazgo, o explotación? GELLNER, Ernest (org.). *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madrid: Ediciones Jucar, 1985, p. 36-61.

pretéritas ou familiares poderiam garantir a indivíduos sem patrimônio o acesso ao uso da terra de terceiros, ou mesmo a preferência em uma oportunidade de venda de parcelas de propriedade fundiária. Relações comerciais ou laborais poderiam ser reforçadas ou atenuadas com o estabelecimento de laços espirituais por meio do compadrio e apadrinhamento. Tais vinculações poderiam fortalecer laços entre famílias amigas ou efetivar relações de clientela. Estas possibilidades representavam recursos desigualmente distribuídos no conjunto da sociedade e definiam maior ou menor margem para o sucesso de reprodução das famílias. Nesta pesquisa, desejamos avaliar como tais elementos foram acionados por indivíduos e famílias e, deste modo, condicionaram a dinâmica e a perpetuação da estrutura agrária.

Camponês: do conceito aos problemas

A discussão do conceito de camponês para o tema desta pesquisa é inescapável e fornecerá o mapa intelectual para elaboração dos problemas desta tese. Os tópicos a serem apresentados a seguir não compõem uma lista de características, mas um conjunto sistemático de tópicos e questionamentos levantados a partir da bibliografia pertinente, cujas respostas são particulares, dadas pelo objeto de pesquisa e pelo conjunto documental disponível. As perguntas sobre o que é ser camponês são gerais, mas a resposta do que é ser camponês em Porto Alegre e Viamão, em fins do século XVIII, isso é específico e particular. Ao conhecer os resultados particulares, podemos compará-los com outras situações e contextos e produzir conclusões mais gerais.

Muitos autores tendem a afirmar que a unidade doméstica camponesa é caracterizada pelo predomínio da mão-de-obra familiar. Mas não exclusivamente, pois pode contar com trabalho extraordinário de criados, assalariados, agregados ou escravos. Daniel Thorner, ao definir o conceito de modo-de-produção camponês, propõe como um dos critérios fundamentais que a maioria dos produtores seja membro de uma família cuja produção é dedicada principalmente à própria subsistência⁴⁸. Não utilizaremos o conceito de Thorner, mas o critério utilizado por ele é útil e coloca-nos diante do problema de avaliar a composição da mão-de-obra doméstica, em termos quantitativos, em uma economia onde havia escravos.

⁴⁸ THORNER, Daniel. La economía campesina como una categoría en la historia económica. In: SHANIN, Teodor (org.). *Campeños y sociedades campesinas*. Mexico: FCE, 1979, p. 182-196, aqui, p. 183.

O camponês possui razoável autonomia produtiva. Em linhas gerais, tem acesso estável às terras e bens de produção e, com sua família, decide quais são as culturas a serem desenvolvidas, bem com o destino das mesmas, se o autoconsumo ou o mercado⁴⁹. Com base nesta autonomia, a lógica da organização camponesa não se pauta pela obtenção de lucro, mas primeiramente pelo suprimento das necessidades familiares, concepção esta da autoria de Alexander Chayanov⁵⁰. Portanto, precisamos avaliar em que medida os produtores rurais alcançavam sua autonomia produtiva e decidiam o destino do produto de suas lavouras e da criação de seus rebanhos.

Ainda que alcançassem um nível razoável de autonomia, os camponeses encontram-se em uma relação de subordinação para com comerciantes, grandes proprietários ou autoridades políticas⁵¹. Os produtores frequentemente precisam produzir excedentes para pagar tributos, dívidas para com comerciantes ou o arrendamento de terras ou equipamentos de grandes fazendeiros. Por este motivo, diferentes autores enfatizam que o campesinato é uma cultura/agrupamento parcial ou classe que pertence a uma unidade societária de maior dimensão, em situação de subordinação⁵². Nesse sentido, precisamos nos perguntar junto a que grupos os lavradores de Porto Alegre e Viamão viam-se em situação de subordinação.

Para Frank Ellis, o elemento integrador de um modelo econômico camponês é a incorporação parcial dos produtores aos mercados e o caráter imperfeito dos últimos. Os mercados disponíveis são locais, seu funcionamento é esporádico e descontínuo e os sistemas de comunicação e transporte são pobres. Não há, nesse sentido, um mercado de terras, trabalho ou crédito regionalmente integrado e impessoal, ao mesmo tempo em que são poucos os que dominam informações relativas à oferta e procura de produtos oriundas de diferentes regiões. Ao fim e ao cabo, alguns poucos agentes econômicos dominam o funcionamento do mercado e estão em condições de subordinar os produtores aos seus interesses⁵³. As relações pessoais assimétricas, portanto, precisam figurar enquanto um elemento fundamental no estudo da comunidade alvo desta pesquisa.

⁴⁹ WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo (orgs.). *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, Editora da Unicamp, 2003, p. 117-141, aqui, p. 119; CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1ª ed. 1987], p. 56; SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. In: *Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 26, p. 41-80, 1980, aqui, p. 46.

⁵⁰ CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

⁵¹ THORNER, La economia campesina..., *idem*, p. 183s

⁵² WOLF, Eric. Tipos de campesinato..., *idem*, p. 117-141, aqui, p. 122; SHANIN, A definição de camponês..., *idem*, p. 68ss; ELLIS, Frank. *Peasant economics: farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 6.

⁵³ ELLIS, *Peasant economics...*, *idem*, p. 6.

Tal situação, também apontada por Eric Wolf, faz com que este autor enfatize a importância do caráter pessoal da relação entre produtor e comerciante, o qual se torna estrutural no funcionamento do sistema econômico. O estabelecimento de relações de clientela, os possíveis conflitos originados nessas relações (entre patronos e clientes ou entre patronos) e o papel representado por intermediários tornam o fator político importante no processo de conhecimento do mundo camponês⁵⁴. Entretanto, ainda que em situação de inferioridade, como defende James Scott, a submissão total do camponês não pode ser presumida e as estratégias que lhe estão disponíveis devem ser consideradas⁵⁵. As avaliações de Ellis e Wolf, nesse sentido, apontam a necessidade de conhecer o mundo mercantil junto ao qual os lavradores negociavam e se, de fato, estabeleceram-se relações mais estreitas, clientelistas, de modo a subordinar os produtores de forma menos agressiva.

A família, base da unidade de produção camponesa, está sob constante pressão de fatores aleatórios de ordem biológica, política ou econômica. Maior fertilidade ou maior propensão a doenças podem elevar ou diminuir o número de jovens para alimentar ou disponíveis para trabalhar. O alistamento militar, por sua vez, retira do ambiente doméstico jovens em idade para contribuir com a manutenção da família. O falecimento de um dos cabeças da casa, por sua vez, pode causar desorganização do núcleo familiar. O fracasso em uma colheita pode comprometer não só a alimentação da família, como levar ao endividamento para com comerciantes ou bancos. Há uma série de elementos, portanto, capazes de criar pequenas e grandes diferenças entre as famílias em uma mesma região⁵⁶.

Por outro lado, as famílias podem realizar escolhas para promover o enriquecimento e/ou o aumento de seu status, como intensificar a produção de excedentes para comercialização, selecionar como maior rigor os futuros parceiros matrimoniais de seus jovens filhos ou exibir bens ostentatórios em eventos públicos. A diferenciação social no interior de comunidades camponesas, portanto, é uma realidade também produzida por seus próprios membros⁵⁷. Os mecanismos empregados para tal, nesse sentido, devem ser alvo de investigação e podem fornecer elementos importantes para entender a reprodução do sistema social ora estudado.

⁵⁴ WOLF, Eric. Tipos de campesinato..., *idem.*, p. 135; ELLIS, *Peasant economics...*, *idem.*, p. 7.

⁵⁵ SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, n. 1, jan./jun. 2002, p. 10-31.

⁵⁶ CHAYANOV, *La Organización...*, *idem.*, p. 83ss; FERRER I ALÓS, Llorenç. De la historia agraria a la historia de la familia. O de cómo la historia económica es historia social. In: BJERG, María; BOIXADÓS, Roxana (org.). *La familia: campo de investigación interdisciplinario. Teorias, métodos y fuentes*. Buenos Aires: Universidad de Nacional de Quilmes, 2004. p. 63-99, aqui p. 74.

⁵⁷ WOLF, Eric. Tipos de campesinato..., *idem.*, p. 136s; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 96.

Ao elencar estas discussões conceituais, abrimos caminho para a elaboração dos problemas pertinentes a esta pesquisa, referentes à composição da mão-de-obra para agricultura, a algumas das características dos núcleos domésticos e às formações específicas de relacionamentos entre famílias de produtores, ou destas junto a agentes da Coroa e comerciantes em Porto Alegre e Viamão, na transição do século XVIII ao XIX.

As transformações da família camponesa sob o escravismo na América portuguesa e Império do Brasil

Há consenso entre os especialistas de que a posse de escravos não altera, substancialmente, a organização de comunidades de camponeses, entendidos estes como pequenos agricultores cujas produções destinam-se ao próprio consumo e à disponibilização de algum excedente para o mercado⁵⁸. Marília Luiza Marcílio, em seu estudo sobre Ubatuba, por exemplo, demonstra que a transformação significativa da localidade ocorreu somente depois da expansão da produção cafeeira, que trouxe amplo capital para a região, inclusive novas formas de administração das propriedades, com a presença de administradores e feitores, e com maior incidência de senhores absenteeístas. Sob a economia camponesa, o escravo representava, para Marcílio, uma complementação da mão-de-obra familiar, além de conferir algum nível de *status* e poder às famílias camponesas⁵⁹.

Bert Barickman, a partir de estudo sobre freguesias produtoras de fumo e farinha de mandioca da Bahia, demonstra que os tipos de bens produzidos e o nível de vinculação dos pequenos produtores com o mercado são decisivos, nesse sentido. Quando produziam fumo, artigo bastante vinculado ao mercado internacional, os pequenos produtores tinham maior possibilidade de obter lucro e comprar escravos, o que possibilitou o aparecimento de agricultores prósperos e, mesmo, ricos, com muitos escravos e propriedades grandes. No entanto, a comercialização de farinha de mandioca não se mostrava tão lucrativa, tornando mais difícil a obtenção de cativos. De maneira geral, os produtores escravistas de farinha possuíam escravarias que apresentavam de dois a oito cativos. A família mantinha-se, portanto, como a principal mão-de-obra utilizada⁶⁰.

⁵⁸ CARDOSO, *Escravo ou camponês?...*, *idem*, p. 56; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Edusp, 2006 [1ª ed. 1986], p. 120; CASTRO, Hebe Mattos de. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 70s; BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2001, p. 130-4; BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, *op. cit.*, p. 245; OSÓRIO, Helen. *O império português...*, *idem*, p. 176-9.

⁵⁹ MARCÍLIO, *Caiçara...*, *idem*, p. 120-4.

⁶⁰ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...*, *idem*, p. 245-252.

Hebe Mattos pontuou, muito corretamente, que é preciso atentar para o impacto da introdução de cativos na lógica organizacional da unidade doméstica. Enquanto os escravos eram poucos em um domicílio camponês, não havia uma transformação significativa da lógica familiar e, ao fim do ciclo de vida do casal chefe de fogo, os escravos tornavam-se substitutos dos filhos. No entanto, a unidade doméstica deixava da lógica familiar e adotava a empresarial, pequeno-escravista, quando o número de escravos ultrapassava em importância o trabalho familiar⁶¹.

Para o caso de Sorocaba, uma região com limitada presença de cativos, Bacellar apontou que tal modificação ocorria somente a partir dos domicílios com 5 ou mais escravos, ponto a partir do qual os cativos superavam os livres enquanto mão-de-obra disponível⁶². Em estudo sobre Furquim, freguesia rural de Mariana, Minas Gerais, Leandro Andrade constatou que o predomínio dos cativos no conjunto da mão-de-obra doméstica ocorria a partir das posses com 3 escravos⁶³. Carlos Malaquias, ao contabilizar a distribuição da população ativa de São José, Minas Gerais, no ano de 1795, constatou um resultado parecido, pois os escravos adultos predominavam sobre os livres a partir das posses com 3 ou mais cativos, e conclui que as posses com até 10 escravos havia a tendência de mescla entre trabalho escravo e familiar⁶⁴. Com base nos dados de Porto Alegre, em 1782, chegamos a conclusões semelhantes as de Andrade e Malaquias⁶⁵.

Estes casos parecem revelar que uma maior intensidade da presença de escravos, como no caso das localidades mineiras, facilitava a transição de uma lógica familiar para uma pequeno-escravista. No entanto, salientam todos que uma análise estritamente quantitativa corre o risco de ignorar uma série de fatores, como idade dos cativos ou seu estado de saúde. Como apontaram os estudos de Hebe Mattos para Capivari e Helen Osório para o Rio Grande de São Pedro, o estado de saúde dos escravos das menores posses tendia a ser pior que o das maiores propriedades, o que seguramente causava impacto sobre produtividade⁶⁶.

⁶¹ MATTOS, Hebe. Campesinato e escravidão. In: TEIXEIRA DA SILVA, F; CASTRO, H.; FRAGOSO, J. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. p. 331-350, aqui, p. 339.

⁶² BACELLAR, *Viver e sobreviver...*, *idem*, p. 148.

⁶³ ANDRADE, Leandro. *Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2007. Dissertação de mestrado. p. 67

⁶⁴ MALAQUIAS, Carlos. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2010. Dissertação de mestrado, p. 61s.

⁶⁵ GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012, p. 159s. Dissertação de mestrado.

⁶⁶ CASTRO, Hebe Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p. 70; OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 175s.

Uma série de fatores, entretanto, estão a indicar mudanças significativas nas comunidades e no interior das famílias devido à presença de pequenas posses de cativos. Marcílio aponta que o escravo era uma contradição na economia de subsistência, pois podia tanto complementar a mão-de-obra doméstica em caso de desestabilização familiar devido a doença ou morte de um dos cabeças de casal, como podia favorecer a extensão de plantações cujos produtos tinham saída para o mercado externo⁶⁷. Hebe Mattos e Carlos Bacellar elencam a possibilidade de a posse de um escravo representar um instrumento para garantir a “aposentadoria” de um chefe que entrava na fase final do seu ciclo de vida, quando saíam os filhos para criar novos domicílios⁶⁸.

Barickman, apesar de argumentar não terem existido significativas diferenças entre produtores com um ou dois escravos e os não possuidores, sinaliza que a posse de escravos garantia maior segurança econômica, ao ter possibilitado o aumento da produção tanto para o consumo quanto para venda⁶⁹. Bacellar apresenta uma contribuição muito importante ao comparar a produtividade de domicílios escravistas e não escravistas a partir de uma lista nominativa de 1810. Ao dividir os domicílios entre os com e os sem escravos, distribuí-los conforme o número total de trabalhadores e contabilizar o lucro médio de cada segmento, constatou uma tendência de maior produtividade dos domicílios com cativos frente àqueles com idêntica quantidade de trabalhadores, mas sem cativos⁷⁰. A presença ou a falta de cativos pode levar a mudanças nas relações entre os livres, como demonstrou Cacilda Machado em seu estudo sobre São José dos Pinhais, uma localidade paranaense onde o decréscimo da já relativamente pequena população escrava levou a uma maior pressão sobre a população livre dependente nos domicílios que produziam excedentes comercializáveis⁷¹.

Estes autores servirão de base para reflexão sobre o impacto do escravismo nas comunidades camponesas do Rio Grande de São Pedro. Particularmente, desejamos entender como a posse de cativos favorecia a organização de uma família de pequeno ou médio produtor e como interferia no processo de diferenciação social. Enfim, nosso objetivo é o de tentar demonstrar em que sentido podemos falar de uma *comunidade camponesa e pequeno-escravista*.

⁶⁷ MARCÍLIO, *Caiçara...*, *idem*, p. 120.

⁶⁸ CASTRO, *As cores do silêncio...*, *idem*, p. 70s; BACELLAR, *Viver e sobreviver...*, *idem*, p. 156.

⁶⁹ BARICKMAN, *Contraponto baiano...*, *idem*, p. 252.

⁷⁰ BACELLAR, *Viver e sobreviver...*, *idem*, p. 150-3

⁷¹ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 49-60.

Plano de capítulos

No *primeiro capítulo*, a partir da análise de dados populacionais da capitania do Rio Grande de São Pedro, entre 1780 e 1802, elaboramos a hipótese que sustenta esta tese. No início deste período, em ao menos três freguesias onde a agricultura constituía-se enquanto uma das atividades mais importantes, desenvolveu-se um modelo de arregimentação da mão-de-obra que associava o trabalho camponês, familiar, ao pequeno-escravista. Ao final do período, tal sistema pode ter se tornado comum a todas as freguesias nas quais a agricultura era uma das atividades mais importantes. A hipótese desenvolvida nesta etapa é a de que a economia agrícola regional se tornou *assemelhada* à do Sul de Minas, considerada como uma economia pequeno-escravista voltada para o abastecimento de alimentos.

No *segundo capítulo* apresentamos os grupos sociais a serem estudados e a documentação analisada. Explicamos como construímos o banco de dados e organizamos as informações a partir da pesquisa nominal. A metodologia empregada é a da prosopografia generalizada, pela qual reunimos informações padronizadas sobre as famílias que estamos a estudar, as quais foram definidas a partir de um conjunto documental que são as *Relações de moradores*, complementado por informações provenientes dos *róis de confessados* e dos *livros de batismo*⁷². Por fim, apresentamos o perfil dos produtores, a partir da classificação que receberam das autoridades, da extensão das terras, do tamanho dos rebanhos e da mão-de-obra disponível para cada família. O principal resultado deste capítulo é a elaboração de uma classificação produtiva que hierarquiza as famílias de acordo com uma série de parâmetros definidos a partir da análise dos documentos.

No *terceiro capítulo*, abordaremos a política agrária efetivada durante a formação do complexo agropecuário baseado em pequenas propriedades durante e após a guerra de reconquista do Rio Grande, a partir de meados da década de 1770, tomando por base documentos produzidos pela Fazenda Real e por escritos de militares e funcionários reais que lutaram no Continente. Entre os documentos encontram-se cartas, relatórios, memórias e balanços financeiros. Em linhas gerais, os indícios encontrados permitem defender que as requisições impostas pela Fazenda Real não representaram um empecilho significativo para o desenvolvimento da agricultura regional *durante a década de 1780*. Antes, desenha-se um quadro político-econômico razoavelmente complexo, envolvendo diferentes segmentos de

⁷² LEVI, *A herança imaterial...*, op. cit., p. 45ss; STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, Cambridge, v. 100, n. 1, 1971, p. 46-79; CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org). *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

produtores, autoridades e comerciantes. Ao estudar o caso dos lavradores de Porto Alegre e Viamão, encontramos evidências de que foram as famílias mais enriquecidas, escravistas, as preferencialmente acionadas para atender as demandas da Coroa, cumprindo com seus deveres de súditos do monarca português.

No *quarto capítulo*, a partir dos registros de batismo, estudaremos a vinculação de famílias por meio das relações de compadrio, que podem ser indicativos do estabelecimento de relações horizontais ou verticais. Particularmente, nosso interesse é o de entender as relações assimétricas que os lavradores estabeleciam com grupos detentores de recursos escassos – fossem agrários, comerciais ou políticos. Com o emprego das técnicas pertinentes à análise de redes sociais⁷³, podemos organizar as informações de modo a perceber as possíveis correlações entre variáveis (isto é, os padrões sociais) e as vinculações estabelecidas entre indivíduos, famílias e grupos a partir de diferentes oportunidades. A hipótese defendida neste capítulo é a de que se formaram duas tendências ou sistemas de clientela, criadas pelas vinculações de lavradores junto a comerciantes ou grandes produtores rurais.

No *quinto capítulo*, analisaremos a transmissão da propriedade, particularmente da fundiária, entre os produtores rurais de Porto Alegre e Viamão. O problema a ser abordado é um dos mais elementares nos debates sobre família: quais eram as práticas de transmissão disponíveis às diferentes famílias de produtores e como essas famílias se organizavam no processo de sucessão da propriedade fundiária? A documentação utilizada foram os inventários do período entre 1780 e 1794, particularmente a relação da divisão dos bens e os processos anexos. Em linhas gerais, concluímos que processos de transmissão eram inegavelmente condicionados pelo ciclo de vida do casal chefe doméstico e pelo nível de patrimônio acumulado. Dentro do confuso leque de demandas e dilemas que as famílias enfrentavam, sugerimos a hipótese de que as famílias de pequenas e médias fortunas não tendiam a elaborar estratégias coesas, formuladas pelos cabeças da família. Antes, núcleos domésticos específicos da família extensa poderiam (de forma isolada ou articulados com um ou outro núcleo) estabelecer táticas ou estratégias para alcançar objetivos ou interesses

⁷³ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. In: Páginas, ano 4, n. 6, Rosario, 2012, p. 47-80; MOUTOUKIAS, Zacarías. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pp. 221-241; BERTRAND, Michel; LEMERCIER, Claire. Introducción: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en Historia? *REDES-Revista hispana para el análisis de redes sociales*, vol. 21, n. 1, Dez. 2011, p. 1-12. Visualizado em 23 de junho de 2015; IMÍZCOZ, José. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: Imízcoz (dir.). *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996, p.13-50.

próprios, de forma independente aos demais parentes. Semelhante procedimento poderia tornar desigual um processo que era regulado juridicamente para ser igualitário.

No *sexto e último capítulo* serão abordadas as formas de acesso à terra por parte de homens e mulheres libertos e as relações sociais e econômicas por eles estabelecidas em Porto Alegre, nas duas últimas décadas do século XVIII. Além de um pequeno grupo de proprietários fundiários forros, foi possível descobrir um segundo grupo de famílias de forros cujas residências eram vizinhas das de lavradores escravistas, o que pode indicar a posse de terrenos devolutos ou a existência de relações de agregação junto a terras de terceiro ou acertos de trabalho temporários. De qualquer forma, vislumbram-se formas de acesso ao uso da terra, ainda que temporários. Serão utilizados registros de batismo e o inventário de uma pequena comerciante preta forra para identificar as relações estabelecidas pelo grupo de forros que obteve o acesso à propriedade ou ao uso da terra. O conjunto de informações obtidas permite constatar que a autonomia relativa doméstica de forros não pode ser entendida apenas a partir da riqueza econômica por ventura adquirida (como terras ou escravos), mas deve considerar o campo de relações sociais e econômicas que lhes foi possível construir.

Capítulo 1 – Trabalho familiar e escravidão entre lavradores: Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII

Diante das muitas dificuldades que existiam no Rio Grande de São Pedro, o comerciante Manuel Antônio de Magalhães apresentou, em carta endereçada a Sua Alteza Real, a rainha Maria I, datada de 1805, uma proposta de colonização da região. Defende que se “mandasse vir das Ilhas 50 ou 100 famílias, e as fizesse estabelecer logo que aqui chegassem” e “se mandar distribuir a cada família um casal de escravos”. Para viabilizar esta operação, os “escravos deviam ser vendidos [a] um preço razoável com a condição que o pagamento dos mesmos se lhes tomaria em linho cânhamo”⁷⁴. O comerciante, portanto, propôs um modelo de ocupação em que cada casal, vindo das ilhas do Açores, deveria ser acompanhado por um casal de cativos, vindo de África.

Na mesma época, o sargento-mor Domingos José Marques Fernandes, em uma instrução enviada ao príncipe Dom João, também sugeriu projetos para enriquecer a capitania do Rio Grande de São Pedro. Ao visualizar a possibilidade de se expandir a produção açucareira e a fabricação de cachaça, o sargento-mor sugeriu trazer casais das Ilhas ou, mesmo, contar com casais naturais da capitania. Para cada casal, o soberano deveria proteger com a oferta de terras, ferramentas e “um casal de escravos”. Devido à inviabilidade de uma unidade nova estabelecer um engenho, sugere que cada família pague os custos iniciais com a produção e entrega de algodão⁷⁵. Se o algodão parecia a Domingos José Marques mais vantajoso que o linho, o modelo de trabalho permanecia o mesmo sugerido por Manuel Antônio Magalhães: um casal livre (açoriano ou nativo), acompanhado por um casal de cativos.

Ambos os textos foram escritos no primeiro quinquênio do século XIX. Ambos os autores sabiam bastante sobre a história e as condições econômicas e sociais do Rio Grande de São Pedro. Provavelmente, conheciam-se. Ao pensarem sobre o futuro da capitania e as possibilidades de seu desenvolvimento, concordavam sobre a utilidade da associação entre o trabalho livre e o cativo, organizados sob a chefia de um casal açoriano ou nativo da América. De onde tiraram semelhante ideia? Domingos José Marques, o sargento-mor,

⁷⁴ Magalhães, Manoel Antonio de. Carta onde o autor expõe à rainha d. Maria I a situação de miséria em que se encontra a província do Rio Grande, com o contrabando feito pelos espanhóis próximo à costa. Narra os esforços realizados pelo seu governador. Porto Alegre, 01/02/1805. Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MS 554(3) d87.

⁷⁵ FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição corográfica, política, civil e militar da capitania do Rio Grande de São Pedro. *Pesquisas – História*, n. 15, 1961, p. 83.

afirma que seu discurso tem por base “a experiência e diversos exemplos”. O argumento que defendemos neste capítulo é, justamente, que ambos os autores basearam seu projeto de colonização na organização real da economia do Rio Grande de São Pedro, no qual a associação entre a família livre e seus escravos (frequentemente organizados, também, em famílias) constituía-se enquanto a base da mão-de-obra da agricultura regional.

A agricultura era uma atividade fundamental na capitania do Rio Grande de São Pedro em fins do século XVIII. A partir das *Relações de Moradores de 1784*, uma lista de produtores agrícolas, Helen Osório constatou que os lavradores eram a maioria dos produtores da capitania e encontravam-se em quase todas as freguesias⁷⁶. Fábio Kühn, por sua vez, demonstrou ampla presença de escravos em Viamão ao longo da segunda metade do século XVIII, desde 1751 até 1797⁷⁷. Ao tomar por ponto de partida estas duas contribuições, desejamos analisar o papel do escravismo no desenvolvimento da agricultura da capitania.

As duas localidades alvos desta pesquisa são as freguesias de Porto Alegre e Viamão, mas, pela oportunidade brindada por um documento encontrado no Arquivo Nacional, também utilizaremos dados referentes à freguesia de Mostardas⁷⁸. As duas primeiras eram (e continuam sendo) localidades espacialmente contíguas, enquanto Mostardas localiza-se ao sudeste do estado do Rio Grande do Sul, entre a Lagoa dos Patos e o oceano Atlântico. Em nosso entender, há alguns fatores comuns na história setecentista das três localidades que justificam analisá-las a partir de um único problema de pesquisa.

As três localidades formaram-se a partir da ocupação inicial de grandes pecuaristas, que receberam sesmarias ou ocuparam terras devolutas. Nas três foram distribuídas datas de terras a mais de centena de casais açorianos na década de 1770. Na década de 1780, a maioria

⁷⁶ OSÓRIO, H. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007a, p. 82, 87, 178.

⁷⁷ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. Tese de doutorado, p. 110-130.

⁷⁸ Agradecemos a Marcelo Matheus pela generosidade em ceder o banco de dados com informações do documento.

dos produtores locais vivia da agricultura⁷⁹. No início desta mesma década, as três apresentavam alta participação de escravos em suas populações, superiores a 28%. As três localidades, por fim, não foram palco da guerra da reconquista portuguesa da Vila de Rio Grande, concluída em 1776, e não sofreram o impacto negativo e imediato do conflito sobre suas economias⁸⁰.

Nossa hipótese é a de que se desenvolveu no Rio Grande de São Pedro, em algumas localidades, uma economia agrícola camponesa com ampla participação da mão-de-obra escravizada, disseminada esta em inúmeras pequenas propriedades, algo semelhante – mas não idêntico – ao sistema produtivo agropecuário de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII e ao longo de parte do XIX. Pelos fatores acima levantados (e explicados ao longo do capítulo), consideramos que Porto Alegre, Viamão e Mostardas enquadram-se nessa caracterização, ao que poderia ser incluído Rio Pardo e, talvez, alguns dos distritos da vila de Rio Grande⁸¹. Pela disponibilidade de fontes, serão analisadas apenas as três localidades em questão.

No primeiro tópico, faremos uma discussão sobre o emprego de escravos em economias produtoras de alimentos para o abastecimento interno, incluindo o debate historiográfico referente ao Rio Grande de São Pedro. No segundo, terceiro e no quarto tópicos, analisamos os impactos dos escravos em uma economia camponesa, por meio da

⁷⁹ Em Porto Alegre, no ano de 1784, a totalidade dos produtores eram agricultores. Em Viamão e Mostardas, cerca de 90% também o eram. Como *lavradores* foram classificados desde os agricultores que eram também pequenos pastores (lavradores que possuíam mais de cem cabeças de reses) até aqueles que plantavam para subsistência. Para a ampla região dos arredores de Porto Alegre, em 1797, ver OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII. In: *Anais 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2007b. p. 1-15; particularmente para Porto Alegre, ver GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012. Dissertação (mestrado); para Viamão, ver DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Os dados sobre Mostardas foram compulsados a partir da Relação de moradores, disponível no Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁸⁰ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 189-94.

⁸¹ Rio Pardo apresentava, conforme o *mapa de população de 1780*, descontado o total da população indígena, cerca de 27% de sua população formada por cativos (conforme veremos adiante, neste capítulo), enquanto a maioria dos produtores era formada por agricultores (conforme a *Relação de moradores de 1784*, vol. 6, ANRJ, f. 272ss). Rio Grande, em 1780, era formada por quatro distritos e, apesar de possuir a maior população escrava, em termos quantitativos, era uma das menores em termos relativos, devido ao fato de serem muitas as famílias de refugiados vindos de Maldonado e da Colônia do Sacramento que chegaram ao local. Muitas delas instalaram-se em Tororotama, onde seguramente eram poucos ou inexistentes os cativos. Ao considerarmos que uma parcela não desprezível dos lavradores do distrito de Povo Novo permaneceu com suas posses após a fuga dos espanhóis, supomos que poderia apresentar um número razoável de cativos em uma freguesia onde predominavam os lavradores. No entorno da vila, por sua vez, apesar de ter sido reocupada apenas após a fuga espanhola por elementos luso-americanos, era frequente a presença de agricultores-criadores, isto é, lavradores com mais de cem cabeças de reses. Eram lavradores com maior patrimônio produtivo, neste sentido, bastante dedicada à criação de equinos, inclusive. Ver *Relação de moradores de 1784*, vol. 8, ANRJ, f. 35ss.

análise da presença de cativos entre os adultos e da distribuição da posse escrava entre os domicílios. No último, por fim, analisaremos a extensão e intensidade do emprego de escravos nas freguesias agrícolas do Rio Grande de São Pedro nas duas últimas décadas do século XVIII.

Abastecimento e escravidão na América portuguesa/Império do Brasil e na capitania/província do Rio Grande de São Pedro

Para tornar compreensíveis nossas análises, apresentaremos de maneira sucinta alguns aspectos dos debates relativos ao emprego de cativos na economia de abastecimento na América portuguesa e, depois, Império do Brasil. Estudos já clássicos comprovam a importância do mercado interno para a formação dos sistemas de produção e comércio durante os séculos XVIII e XIX. As discussões que envolveram autores como Roberto Borges Martins, Robert Slenes e Douglas Libby demonstraram que a grande importação de cativos para Minas Gerais, no século XIX, está intimamente associada à produção de alimentos destinados aos mercados mineiro e carioca⁸². No Nordeste, inúmeras freguesias cresceram a partir da produção voltada não apenas para o autoconsumo dos agricultores, como para o abastecimento das freguesias urbanas, das tropas, das tripulações de navios, das escravarias dos engenhos, bem como das populações metropolitanas portuguesas. Soma-se ainda o fumo, cujo destino era o mercado internacional, especialmente por ser um produto importante no comércio negreiro. Tanto Stuart Schwartz quanto Bert Barickman enfatizam que estes mercados incentivavam a expansão da agricultura mercantil escravista⁸³.

Dentro deste debate, a obra de João Fragoso e Manolo Florentino interessa-nos particularmente. Os autores demonstraram que os grandes mercadores cariocas de fins do período colonial eram responsáveis por um amplo negócio internacional que envolvia fumo e cachaça brasileiros, panos indianos, prata da América espanhola e africanos escravizados. Como resultado, chegavam inúmeros carregamentos de cativos no porto do Rio de Janeiro, os quais eram posteriormente redistribuídos para o Sul e Sudeste da América. A

⁸² MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 13 (1), jan./abr. 1983, p. 181-209; SLENES, R. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 18, num. 3, set./dez. 1988, p. 449-495; LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 45ss, 74ss.

⁸³ PALÁCIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UNB, 2004, p. 36ss; SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 123ss; BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 87ss, 216s, 244ss.

lucratividade deste negócio era tão alta que, para cobrir o déficit do comércio externo, bastavam as reexportações de escravos para Santos e o Rio Grande do Sul. A estabilidade deste mercado interno era tamanha que as crises do comércio internacional não o afetaram de maneira significativa. Os comerciantes de “grossa ventura” representavam, pois, o topo da elite econômica e eram responsáveis pela reprodução global do sistema social interno à colônia portuguesa⁸⁴. Na esteira destes autores, Helen Osório enfatiza que tal comércio criava vínculos de subordinação dos produtores sulinos para com o capital fluminense⁸⁵.

As regiões produtoras conectavam-se a diferentes mercados e, estes, nem sempre representavam o destino último das mercadorias. A circulação interna poderia efetuar-se através dos caminhos percorridos por tropas de mulas e reses, como o que ligava o Viamão a Sorocaba, ou pelo comércio de cabotagem, que ligava os mais importantes portos aos menores. A constituição de redes terrestres e marítimas/fluviais permitia uma ampliação das alternativas de comércio e das distâncias a serem percorridas pelas mercadorias, de modo que produtos mineiros poderiam chegar à Bahia ou ao Rio de Janeiro e, daí, serem embarcados para o Rio Grande de São Pedro, ou, produtos desta região serem carregados até o porto de Rio Grande para serem enviados ao Rio de Janeiro, Pernambuco ou Bahia, de acordo com as demandas de cada mercado⁸⁶. Havia um mercado interno razoavelmente dinâmico no período colonial.

Na historiografia brasileira, durante muito tempo predominou a visão de que a escravidão brasileira se constituía basicamente pela relação entre senhores dedicados à produção para o mercado externo e seus cativos, concepção esta particularmente inspirada nos trabalhos de Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior. A escravidão, nesta ótica, só poderia ser considerada enquanto uma instituição completa nas grandes propriedades escravistas⁸⁷. No entanto, as pesquisas de demografia histórica realizadas a partir da década de 1980 demonstraram que, em realidade, a escravidão brasileira caracterizava-se pela existência de uma multidão de pequenos proprietários, mesmo que frequentemente os grandes escravistas

⁸⁴ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

⁸⁵ OSÓRIO, H. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p. 222ss.

⁸⁶ FRAGOSO, FLORENTINO, *O arcaísmo como projeto*, *op. cit.*; ALDEN, Dauril. El Brasil colonial tardío, 1750-1808. In: BETHEL, Leslie (ed.) *Historia de América Latina*, vol. 3. Barcelona: Editorial Critica, 1990, p. 306-358; SLENES, Os múltiplos de porcos e diamantes..., *op. cit.*; OSÓRIO; *O Império Português...*, *op. cit.*; GIL, Tiago. *Coisas do caminho. Tropeiros e seus negócios de Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2009; CARRARA, Angelo. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 113ss; MARCONTE, Renato. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. *Revista de economia política*, 32 (1), 2012, p. 142-66; CESCO, S. *Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2009. Tese de doutorado.

⁸⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000, p. 117ss; FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006.

concentrassem a maioria dos cativos⁸⁸.

As áreas destinadas à produção de alimentos para o mercado interno também eram responsáveis por forte importação de cativos, sendo a propriedade de escravos amplamente distribuída nos domicílios existentes. Em Minas Gerais, onde se encontrava a maior população cativa do Brasil no século XIX, apenas pequena parcela desta encontrava-se em áreas de produção de café⁸⁹. A participação de escravos nas freguesias do sul do Recôncavo baiano, produtoras de mandioca e fumo, era elevada. Na freguesia de Jaguaripe, em 1781, por exemplo, cerca de $\frac{3}{4}$ dos roceiros arrolados em um levantamento eram escravistas⁹⁰. Existia, portanto, sob determinados contextos de mercado, a possibilidade de sistemas voltados para o abastecimento terem adquirido significativa quantidade de cativos. Esta ampla difusão da propriedade escrava no Brasil constituía-se, para alguns autores, como um dos principais pilares legitimadores da escravidão e garantidores da estabilidade do sistema durante os três séculos de sua existência.

Em síntese, partimos de dois pressupostos básicos. O primeiro, o de que o mercado interno da América portuguesa – e depois Império do Brasil – desenvolveu razoável vigor, pois estava vinculado a alguns mercados inelásticos (como a demanda alimentar das populações urbanas, por exemplo) e por vincular-se ao mercado de exportação. O segundo, tomando as palavras de Schwartz, é o de que “a escravidão no Brasil distribuía-se largamente entre a população livre, constituindo-se na base econômica da sociedade como um todo e em uma forma de investimento extremamente comum e acessível”⁹¹.

Na história do Rio Grande do Sul predominou, durante décadas, a ideia de que foram as charqueadas as responsáveis pela volumosa importação de cativos na região. João Borges Fortes preconizou o papel predominante do elemento europeu na formação do Rio Grande do Sul. Os negros “brancos”, em seu entender, não “poderiam realizar a obra transcendente de fixar uma civilização, sendo eles pela sua própria natureza apenas instrumentos de trabalho”. Portanto, a agricultura era levada a cabo apenas pela população livre⁹². Posteriormente despida de explícito racismo, tal ideia tornar-se-ia um argumento central em alguns estudos sobre o Continente de São Pedro.

⁸⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 383; LUNA, Francisco. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-55.

⁸⁹ MARTINS, Minas Gerais..., *idem*, p. 196ss.

⁹⁰ BARICKMAN, *Contraponto baiano...*, *idem*, p. 217.

⁹¹ SCHWARTZ, *Segredos Internos...*, *idem*, p. 368.

⁹² FORTES, João Borges. *Os casais açorianos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978 [1ª ed. 1935], p. 15s.

Publicada no início dos anos 1960, a obra de Fernando Henrique Cardoso representou um verdadeiro marco pois, sob orientação de Florestan Fernandes, foi uma das primeiras a problematizar a relação entre escravidão e agricultura. Em seu entendimento, a triticultura foi o motor primeiro da entrada maciça dos escravos no Rio Grande de São Pedro. Para o autor, na medida em que os lavradores açorianos conseguiam acumular algum pecúlio, compravam seus escravos. No entanto, apesar da significativa presença de escravos, foi somente com o aparecimento das charqueadas que a escravidão se afirmou enquanto sistema de trabalho *completo* no Rio Grande do Sul⁹³. Observe-se, pois, que Cardoso norteou-se por uma concepção segundo a qual a escravidão, em seu sentido pleno, estaria necessária e exclusivamente ligada às grandes unidades de produção, como as *plantations* produtoras de açúcar no nordeste e sudeste. Esta é uma avaliação que, evidentemente, deve ser compreendida no marco historiográfico da época de sua produção.

A inovadora, ainda que parcialmente imprecisa, análise de Cardoso ao avaliar o papel da escravidão nos trigais gaúchos⁹⁴ foi ignorada por historiadores como Guilhermino Cesar, Maria Luiza Bertuline de Queiróz e Corcino dos Santos. Guilhermino César tanto não discute a abordagem de Cardoso quanto afirma categoricamente que os poucos recursos obtidos pelos açorianos em sua produção não permitiam o luxo de adquirir cativos. Em contraste com Cardoso, o autor afirma que apenas as charqueadas permitiram a introdução de grandes levas de africanos. Ao referir-se às estatísticas do início do século XIX (“pouco merecedoras de fé”, segundo sua concepção), defende que as grandes concentrações de cativos estariam associadas aos portos e charqueadas⁹⁵.

Corcino Medeiros dos Santos reconhece a amplitude da presença de escravos nas últimas décadas do século XVIII. A expressiva presença de cativos a partir da década de 1780, apontada nos mapas de habitantes, sinaliza a incorporação do Rio Grande do Sul à economia atlântica. Apesar de indicar a relevância do comércio de escravos e enfatizar o fato de que o crescimento da população escrava foi maior que a livre, Corcino Santos defende que nas fazendas predominava o trabalho familiar e de agregados, caracterizando-se o emprego de cativos como acessório. Para o autor, “o número de negros teria sido avultado no Rio Grande somente a partir de 1780, em consequência da instalação das charqueadas”⁹⁶.

⁹³ CARDOSO, Fernando. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 [1ª ed. 1962], p. 67, 77.

⁹⁴ A principal crítica encontra-se em OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 178s

⁹⁵ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 30s.

⁹⁶ SANTOS, Corcino. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1984, p. 1, 30, 56.

Maria Luiza de Queiróz, em estudo sobre a Vila do Rio Grande, posiciona-se de maneira mais clara. Para a autora, a produção agrícola – não somente da vila, como *de todo o Continente* – voltava-se para a autossustentabilidade, praticada por uma população miserável e que não podia se dedicar à pecuária. O mercado consumidor interno era bastante retraído, constituído pelos soldados alimentados pela insolvente Fazenda Real. A presença de escravos, neste contexto, era diminuta⁹⁷.

Helen Osório foi a primeira pesquisadora a abordar o problema da presença de escravos na agricultura durante o período colonial por meio de análise serial, utilizando uma amostra de inventários de todo o Rio Grande de São Pedro e a *Relação de Moradores de 1797*, uma espécie de censo dos produtores agrícolas referente às freguesias de Porto Alegre, Viamão, Aldeia dos Anjos e ao distrito de Caí. A partir dos inventários, a autora constatou ampla distribuição de escravos entre os lavradores, sendo que estes possuíam um número médio de escravos bem inferior ao dos estancieiros (3,3 contra 11). Os pequenos proprietários de cativos predominavam e poucos eram os senhores possuidores de mais de 49 cativos. Devido à modesta dimensão das escravarias dos pequenos produtores e à baixa participação de cativos em Rio Grande, a maior produtora de trigo da capitania conforme o mapa de habitantes de 1780, a autora argumentou que, ao menos no início da produção tritícola, predominou o trabalho familiar. No entanto, em outra oportunidade, ao ressaltar a elevada distribuição da população escrava encontrada na *Relação de moradores de 1797*, a autora indica que, *no mínimo*, a escravidão representou uma mão-de-obra complementar ao trabalho familiar dos pequenos produtores de Porto Alegre e freguesias vizinhas⁹⁸.

Fábio Kühn, por meio da análise de róis de confessados de 1751 e 1778 e da *Relação de moradores de 1797*, demonstrou que o escravismo foi uma instituição que permeou de maneira estrutural a economia de Viamão ao longo da segunda metade do século XVIII. Apesar das transformações ocorridas na freguesia, de uma localidade dominada inicialmente por estâncias e que sofreu um processo de crescimento de famílias camponesas, especialmente devido à emigração de fazendeiros para a freguesia de Triunfo, a participação

⁹⁷ QUEIRÓZ, Maria Luiza. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987, p. 77; 95ss, 103, 142ss. Alguns fatores fragilizam a argumentação da autora. Em primeiro lugar, a análise da distribuição dos escravos restringe-se à década de 1750, quando chegaram os casais açorianos, não existindo referências à década de 1780. A metodologia empregada (a avaliação da distribuição dos cativos nascidos ou falecidos entre os casais da vila), por sua vez, subestima a participação dos cativos homens, que eram a maioria dos cativos do Rio Grande. Por fim, ao referir-se à “miserabilidade” do setor agrícola, emprega apenas relatos elaborados logo após a retomada da vila (*Ibidem*, p. 96).

⁹⁸ OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 175s; OSÓRIO, *Para além das charqueadas...*, *idem*.

de cativos não baixou de 40% entre 1751 e 1778. Em 1797, em todo o período, eram os pequenos proprietários os senhores escravistas mais comuns⁹⁹.

Gabriel Aladrén, com base nos inventários da fronteira Oeste (Rio Pardo, Cachoeira e Encruzilhada, nos séculos XVIII e XIX) e fronteira Sul (exclusivamente Jaguarão no século XIX), apresentou um modelo de desenvolvimento do escravismo elaborado a partir da tese de Fernando Henrique Cardoso, reelaborando-a sob vários aspectos. Com base na análise da estrutura da posse de escravos, o autor afirmou que a economia das estâncias só se tornou escravista entre a última década do século XVIII e as primeiras do XIX. Em nosso entendimento, existem dois problemas que fragilizam a argumentação do autor. Primeiro, a variação da presença de senhores escravistas detectados nos inventários dos períodos 1777-1801 e 1832-1840 é muito pequeno (cerca de 5 pontos percentuais¹⁰⁰) e a variação do número médio de cativos é irregular, sendo que os valores mínimo e máximo são 4,1 e 8,4. Há um aumento de fato das grandes escravarias e a correlativa diminuição das pequenas, mas o aumento da participação dos domicílios escravagistas é pequeno.¹⁰¹ Além disso, o autor não debate com as propostas feitas por Fabio Kühn e Helen Osório, supracitados, e não explica, por exemplo, por que a freguesia de Viamão, em 1751, com 40% de cativos, não pode ser considerado escravista. Nesse sentido, este modelo apresentado por Aladrén parece não se sustentar, pois seus dados tendem a indicar que o escravismo sulino transformou-se no sentido de se tornar mais concentrado – e não mais enraizado (pois este enraizamento já era profundo desde a década de 1750 e continuou nas muitas décadas seguintes).

Ian Danilevicz verificou ampla dispersão de escravos em Viamão por meio da análise dos róis de confessados de 1776 a 1782. A partir de um interessante cruzamento dos dados dos róis com os da *Relação de moradores de 1784*, constatou que todos os criadores e produtores mistos possuíam cativos, da mesma forma que a maioria dos lavradores. Ao considerar a superioridade do número médio de familiares frente ao de escravos – apesar de estes serem mais frequentes que os filhos – o autor, ao concordar com Osório, classificou a participação do trabalho escravo como complementar ao familiar nas unidades agrícolas. É interessante destacar, entretanto, que a maioria dos escravistas eram lavradores, os quais somavam, em 1782, 71% dos casos analisados¹⁰².

Em nossa pesquisa sobre Porto Alegre, no último quartel do século XVIII, avaliamos o papel da escravidão nas unidades agrícolas. Utilizando róis de confessados,

⁹⁹ KÜHN, *Gente da fronteira...*, *idem*, p. 109-138.

¹⁰⁰ Os inventariados sem cativos passaram de 13 para 8%.

¹⁰¹ ALÁDREN, Gabriel. *Sem respeitar fê nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói: PPGH-UFF, 2012, p. 97ss

¹⁰² DANILEVICZ, *Aspectos demográficos...*, *idem*, p. 36ss

constatamos ampla difusão da propriedade escrava, expressiva presença de cativos entre os adultos (compunham eles metade desta população) e a associação entre a formação de grupos de parentesco via casamento e a posse de cativos. Em vista destes achados, qualificamos o sistema de produção local como *familiar-escravista*: não apenas os escravos eram possuídos por muitos senhores e representavam elevada parcela da mão-de-obra disponível, como também o escravismo se revelou enquanto um mecanismo fundamental no processo de diferenciação social nesta incipiente comunidade de lavradores¹⁰³.

Particularmente a partir das contribuições de Osório, Danilevicz e da nossa própria, analisaremos a distribuição da posse escrava em três freguesias agrícolas.

Distribuição da posse escrava em Porto Alegre, Viamão e Mostardas

Há estudos sobre a estrutura de posse escrava de Viamão e Porto Alegre elaborados por diferentes autores, com o emprego de variados documentos (róis de confessados, relações de moradores, livros de batismos), por meio dos quais se evidenciou ampla distribuição da posse escrava e o predomínio das pequenas escravarias¹⁰⁴. Ao comparar pesquisas e dados relativos às freguesias de Porto Alegre e Viamão, ao que se somam os dados relativos a Mostardas, desejamos problematizar a dimensão do papel do escravismo enquanto instituição fornecedora de mão-de-obra para a agricultura no Rio Grande de São Pedro.

A documentação utilizada neste estudo são os *róis de confessados* de Porto Alegre de 1782 e de Viamão de 1781 e a *Lista de escravos* de Mostardas. Os róis eram elaborados pela Igreja anualmente em todo império marítimo português para controlar a participação dos fiéis nos ritos da Quaresma. A população era distribuída conforme os domicílios onde habitavam, constando informações individuais de nome, idade, condição jurídica e posição no domicílio¹⁰⁵. Para o caso de Porto Alegre, serão utilizados apenas os registros dos

¹⁰³ GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*.

¹⁰⁴ KÜHN, *Gente da fronteira...*, *idem*, p. 129s; OSÓRIO, *Para além das charqueadas...*, *idem*; DANILEVCZ, *Aspectos demográficos...*, *idem*; 2009; SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011; GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*, p. 97ss.

¹⁰⁵ Sobre a documentação utilizada, ver GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*; DANILEVCZ, *Aspectos demográficos...*, *idem*; FREITAS, Denize. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Porto Alegre: PPGH, 2017, 122ss. Tese de Doutorado; SCOTT, Ana Silvia. *Família e relações intergeracionais: limites e possibilidades de abordagem a partir do estudo de Porto Alegre no final dos anos setecentos*. In: *III Congresso da ALAP*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2008. Sobre os róis de confessados, ver SCOTT, Ana Silvia. *Famílias, formas de união e reprodução no noroeste português, séculos XVIII e XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

domicílios dos moradores da área rural da freguesia, excluindo-se os moradores da urbe. A *Lista de escravos matriculados* de Mostardas de 1787 é um documento de invulgar importância, pois é uma das poucas listas populacionais de escravos com informações como origem, cor, idade e outras características físicas para o período colonial do Rio Grande do Sul¹⁰⁶.

Os documentos disponíveis têm particularidades que dificultam comparações. Os *róis* de Porto Alegre apresentam a idade de toda a população, livre e escrava; para os de Viamão, apenas o de 1781 apresenta a informação de idade, mas constam no documento apenas os fregueses com sete anos ou mais; a *Lista* de escravos apresenta apenas a população cativa, de todas as faixas etárias. É preciso, portanto, utilizar parâmetros idênticos para elaborar as comparações.

Para tanto, excluímos as crianças com menos de sete anos dos *róis* de Porto Alegre e da *Lista* de Mostardas ao elaborar a estrutura de posse escrava. O resultado apresentado, portanto, faz ignorar o impacto da reprodução endógena das escravarias da região e tende a enfatizar o peso do tráfico de escravos na composição das mesmas¹⁰⁷. Para Porto Alegre, utilizamos apenas os registros dos moradores da área rural, alocados fora dos muros do incipiente núcleo urbanizado da localidade, cuja maior parcela era formada por produtores agrícolas.

O primeiro passo é avaliar a distribuição de escravos no conjunto dos chefes de domicílio. Os *róis* de confessados de Viamão e Porto Alegre oferecem as informações mais interessantes para isso, pois indicam quais domicílios apresentavam cativos. Para Mostardas, é necessário um expediente indireto, que é o de procurar os proprietários arrolados na *Lista de escravos* de 1787 nas *Relações de moradores* de 1784. Feito isso, poderemos comparar o total de escravistas da *Relação de Mostardas* de 1784 com o das *Relações de Viamão e Porto Alegre* de 1797 (pois estas apresentavam o número de cativos dos produtores) e, assim, verificar se a distribuição era ou não semelhante.

Em Viamão, no período entre 1776 a 1782, a menor participação de senhores escravistas indicada nos *róis* de confessados é de 60% entre os chefes de fogo¹⁰⁸ e, se

¹⁰⁶ Lista dos escravos da Freguesia de São Luiz de Mostardas do ano de 1787, assinada pelo Capitão Comandante Francisco Lopes de Mattos. Série Justiça – Africanos. Código do Fundo “AM”, Seção de guarda “CODES”, notação “IJ6”, maço 934. “Relações dos Escravos das freguesias de São Nicolau da Cachoeira, Triunfo (1788/1789) e Mostardas (1787)”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Sobre o documento, ver MATHEUS, Marcelo; MOREIRA, Paulo. As matrículas de escravos da Capitania de São Pedro do Rio Grande: análise dos plantéis de cativos das freguesias de Mostardas, Cachoeira e Triunfo – década de 1780. In: 6º *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013.

¹⁰⁷ Sobre a reprodução endógena sob o cativo em Porto Alegre, ver GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*, p. 51ss.

¹⁰⁸ Ver DANILEVICZ, *Aspectos demográficos...*, *idem*.

excluída a provável área do povoado, o resultado chega a 67%¹⁰⁹. Na área rural de Porto Alegre, em 1782, o valor correlato é de 61%. Por sua vez, nas *Relações de moradores*¹¹⁰ de 1797, Viamão e Porto Alegre apresentavam 75 e 76% de proprietários escravistas entre os produtores listados, respectivamente. As Relações apresentam os dados levemente inflados, o que se deve, em nosso entendimento, ao fato de não estarem registrados alguns núcleos familiares residentes na localidade por não serem produtores ou proprietários de terras. Ao tentar identificar os escravistas entre os produtores constantes nas *Relações de Mostardas* de 1784, encontramos uma estimativa (ainda que parcial) de cerca de 70%, valor semelhante aos de Porto Alegre e Viamão (76 e 75%, respectivamente). Em Mostardas, portanto, também muitos eram os senhores de escravos.

Um bom instrumento para avaliar as características da estrutura de posse são as medidas de tendência central e de concentração. Helen Osório constatou, a partir de inventários, que o número médio de cativos era de 9 indivíduos em todo o Rio Grande de São Pedro, entre 1765 e 1825¹¹¹. Ao distribuir os inventariados por faixa de posse de reses, aqueles que possuíam até cem cabeças (caracterizados pela autora como pequenos agricultores e pastores) apresentavam um número médio de 3,3 cativos, muito inferior ao de 21,8 dos grandes estancieiros, possuidores de mais de mil cabeças¹¹². Abaixo, seguem os valores relativos às freguesias pesquisadas.

Tabela 1 – Medidas de tendência central e de concentração de escravos na área rural de Viamão (1781), área rural de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), considerando apenas a população cativa com mais de seis anos

	Número médio	Número mediano	Número modal	Índice de Gini
Viamão	3,4	2	1	0,43
Porto Alegre	3,6	3	1	0,36
Mostardas	3,0	2	1	0,42

Fonte: rol de confessados de Viamão de 1781, AHCMPA; rol de confessados de Porto Alegre de 1782, AHCMPA; Relação de escravos de Mostardas, 1787, ANRJ.

¹⁰⁹ A área do povoado foi identificada pelo fato de que praticamente todos os produtores rurais identificados encontram-se a partir do domicílio de número 46. Apenas dois grandes criadores residiam na área do povoado. Na área do povoado encontram-se um vigário, uma funileira e alguns comerciantes.

¹¹⁰ As Relações de moradores são listas dos produtores rurais e seus agregados produzidas nos anos de 1784-5 e 1797 para a maioria das freguesias da capitania. Nelas constam informações como forma de acesso à terra, tamanho dos rebanhos e se havia produção agrícola, mas não há registro dos escravos nas de 1784. O primeiro estudo a trabalhar de maneira serial com a documentação foi OSÓRIO, *O império...*, *idem*.

¹¹¹ OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 112.

¹¹² OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 168.

As médias encontradas em Viamão, no cinturão agrícola de Porto Alegre e em Mostardas são baixas, muito inferiores àquela registrada para toda a capitania do Rio Grande de São Pedro, de nove cativos. São condizentes, por sua vez, com o número médio de cativos dos pequenos agricultores e pastores de toda capitania, de 3,3. O resultado é coerente pelo fato de predominarem os lavradores nas três localidades ora estudados, como acima comentamos.

Por depender menos dos valores extremos, a mediana ajuda a refinar a comparação. Em Porto Alegre, metade dos escravistas possuía até três cativos, enquanto em Viamão e Mostardas o valor correlato é de 2 cativos, resultado que evidencia melhor distribuição do referido patrimônio na primeira localidade. Tal avaliação é confirmada pelo índice de Gini, pois o valor encontrado em Porto Alegre indica menor concentração da posse de escravos. As maiores concentrações verificadas em Viamão e Mostardas devem-se à existência de estancieiros que possuíam escravarias de maior porte. Em Porto Alegre, por sua vez, a exclusão das crianças acarretou a redução das escravarias com dez ou mais cativos de 5 para apenas uma.

Avaliaremos, agora, a distribuição de proprietários e de escravos conforme o tamanho da posse escrava. Para o caso do Rio Grande do Sul, do período colonial, Osório constatou que os produtores agrícolas possuidores de até nove cativos representavam 75% dos proprietários, mas eram aqueles que possuíam dez ou mais cativos que detinham a maior parcela dos cativos, com 64% do total. Tais resultados indicam o agudo nível de concentração de riqueza no Rio Grande de São Pedro¹¹³.

Para o Rio Grande do Sul do século XIX, em linhas muito gerais, é possível afirmar que regiões onde agricultura e pecuária mesclavam-se mais intensamente, não apenas a maioria dos senhores possuía poucos cativos, como a maioria dos cativos era por eles possuída. Citam-se como exemplos os casos de Rio Pardo e de São Francisco de Paula. Regiões onde a economia girava ao redor da produção de mercadorias mais lucrativas, como

¹¹³ OSÓRIO, Helen. Esclavos de la frontera: padrones de la esclavitud africana en Rio Grande do Sul, 1765-1825. In: Betancur, Arturo; Borucki, Alex; Frega, Ana. (Org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004b, p. 7-15.

na pecuária extensiva ou nas charqueadas, tendiam a apresentar ampla concentração da posse escrava, como foi o caso de Alegrete ou Pelotas¹¹⁴.

De maneira geral, na literatura pertinente são considerados como pequenos proprietários os senhores de até nove cativos. No entanto, como abordamos três localidades onde as escravarias apresentavam limitada dimensão (como já indicado pelas médias acima apresentadas), preferimos classificar como pequenas as escravarias que apresentassem até 4 cativos, como médias aquelas com 5 a 9 membros, e grandes as com dez ou mais.

Tabela 2: Distribuição de proprietários e escravos (%) conforme faixas de tamanho da posse cativa na área rural de Viamão (1781), área rural de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), considerando apenas a população cativa com mais de seis anos

Posse cativa	Proprietários			Posse cativa	Escravos		
	Viamão	Porto Alegre	Mostardas		Viamão	Porto Alegre	Mostardas
Entre 1 e 4	72,7	77,6	83,0	Entre 1 e 4	39,6	53,4	55,7
Entre 5 e 9	24,7	18,4	13,4	Entre 5 e 9	43,9	34,1	28,6
10 ou mais	3,6	4,1	3,6	10 ou mais	16,5	12,5	15,7
Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: rol de confessados de Viamão de 1781, AHCMPA; rol de confessados de Porto Alegre de 1782, AHCMPA; Relação de escravos de Mostardas, 1787, ANRJ.

Nas três localidades predominavam, de maneira incontestável, proprietários com até nove cativos, sendo estes também os detentores da maior parcela dos escravos. Há particularidades, entretanto. A presença de escravistas medianos (com 5 a 9 cativos) era acentuada em Viamão, resultado da presença de antigos pecuaristas enriquecidos ou seus herdeiros, possuidores de escravarias de maior dimensão. Pode-se considerar, também, a existência de uma reprodução endógena dos escravos mais antiga, o que pode ter favorecido

¹¹⁴ PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. Tese de doutorado; TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos*. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil, São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGH-UFSC, 2008; PINTO, Natália. *A benção do compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2012; PESSI, Bruno. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850-1884)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGHS-USP, 2012; FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010; MATHEUS, Marcelo. *Fronteiras da liberdade: Escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012; ARAÚJO, Thiago. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2008; FONTELLA, Leandro; MATHEUS, Marcelo. Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico (c. 1820 - c. 1870). In: *Revista Latino-americana de História*, vol. 2, n. 9, dez. 2013, p. 76-96.

a existência de uma parcela maior de adultos crioulos¹¹⁵. Mostardas apresentava o menor nível de capitalização, pois nela os pequenos proprietários faziam-se mais presentes e possuíam a maior parcela dos cativos. Em Porto Alegre, por sua vez, os maiores proprietários de cativos possuíam a menor parcela dos cativos pelo fato de não haver pecuaristas na localidade, os quais se encontravam em Viamão e Mostardas. Soma-se, também, uma reprodução endógena mais recente ocorrida principalmente nas posses de maior dimensão. Deve-se observar que a exclusão dos jovens com menos de 7 anos prejudica a representatividade dos mais enriquecidos¹¹⁶.

As três localidades destacavam-se pelo predomínio dos agricultores e, dentre os senhores de escravos, a maioria era formada por pequenos proprietários. Tal configuração distinguia-se das localidades onde predominava a pecuária. Em Cai (distrito de Porto Alegre) e na Aldeia dos Anjos, conforme as Relações de moradores de 1797, os proprietários de dez ou mais cativos possuíam, respectivamente, 64 e 46% dos cativos, evidenciando expressiva concentração da posse escrava. Portanto, nas localidades agrícolas ora estudadas havia uma ampla presença de escravos, distribuídos de maneira relativamente equilibrada em pequenas e médias escravarias. Ainda que num nível de concentração muito inferior ao da pecuária, a agricultura também permitia aquisição ampliada de escravos (mas não concentrada), de modo a resultar na estabilização do escravismo enquanto uma instituição fundamental para a aquisição de mão-de-obra.

Enfatiza-se, desde já, o fenômeno de formação de um estrato de lavradores mais enriquecido, senhores de uma parcela mais ampla de cativos, em oposição à maioria de produtores das três freguesias, possuidores de poucos cativos. Ainda que a posse de pouco mais de dez cativos seja considerada pequena em muitas regiões, era o suficiente para distinguir um seletivo grupo de agricultores.

A população disponível para o trabalho

Conforme discutimos na introdução desta tese, os diferentes pesquisadores evidenciaram não ter ocorrido mudanças radicais nas famílias de pequenos produtores agrícolas quando estas adquiriam alguns poucos cativos. No entanto, há modificações sensíveis, que não podem ser desconsideradas. Com o incremento do trabalho de um ou dois cativos, poderia haver maior segurança econômica, maior rentabilidade da produção, maior

¹¹⁵ BLANCO, Márcio. *Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário* (Campos de Viamão, c. 1740-1760). Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012.

¹¹⁶ GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*, p. 115ss.

disponibilidade de alimentos para consumo ou venda. A presença de um cativo tende, também, a minimizar a perda temporário ou definitiva de membros adultos da família, inclusive em épocas de recrutamento militar que tanto afetaram as populações da América portuguesa e, depois, império do Brasil. Diminuíu, também, a pressão sobre a população livre dependente, inclusive sobre os próprios filhos do casal, os quais poderiam ser liberados mais cedo para formar seus próprios domicílios. A escravidão, ainda que de pequena envergadura, era capaz de trazer novidades aos domicílios de pequenos produtores, ou camponeses, e neste trabalho tentaremos apresentar algumas conclusões adicionais a este respeito¹¹⁷.

Em relação ao agro do Rio Grande de São Pedro, no período colonial, a obra de Helen Osório representou um expressivo avanço no debate, como demonstramos anteriormente. A partir de inventários *post-mortem*, a autora comparou o tamanho das famílias de pequenos proprietários inventariados com o tamanho de suas respectivas posses de escravos e constatou que em 79% dos casos as famílias tendiam a ser maiores que as escravarias. Como apenas um terço dos escravos em idade adulta destes senhores encontrava-se saudável, a autora concluiu que a mão-de-obra elementar, ao menos no início da produção tritícola, era familiar, sendo a escravidão complementar à mesma. Em outra oportunidade, ao encontrar ampla disseminação da propriedade escrava em Porto Alegre e Viamão nas Relações de moradores de 1797, a autora considera que a escravidão era, *no mínimo*, complementar a mão-de-obra familiar¹¹⁸.

A experiência de Ian Danilevicz para avaliar a participação de familiares, escravos, agregados nos domicílios dos produtores rurais de Viamão aportou importantes constatações. O autor cruzou os dados disponíveis nos *Róis de confessados* de 1780 a 1782 com as informações das *Relações de moradores* de 1784, o que lhe permitiu observar a composição dos domicílios de criadores, lavradores e de produtores mistos.

O autor verificou que filhos e escravos eram uma constante em todos os domicílios e que agregados eram frequentes apenas nos domicílios de criadores de gado. Entre os lavradores, quatro quintos deles possuíam cativos. Quando comparados familiares e escravos nos domicílios de lavradores, os primeiros predominavam sobre os segundos, sendo as médias de cada um de respectivamente 4,2 e 2,3 no ano de 1780. Entre criadores e produtores

¹¹⁷ CARDOSO, *Escravo ou camponês?...*, *idem*, p. 56; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Edusp, 2006 [1ª ed. 1986], p. 120; MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 70s; BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2001, p. 130-4; BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 245.

¹¹⁸ OSÓRIO, *O império...*, *idem*, p. 173-179; OSÓRIO, Para além das charqueadas..., *idem*, p. 10.

mistos, pelo contrário, a média de escravos sempre se sobrepunha a de familiares. Ao fim, o autor concluiu que os lavradores de Viamão poderiam ser classificados como camponeses, pois o número de escravos era inferior ao de familiares¹¹⁹.

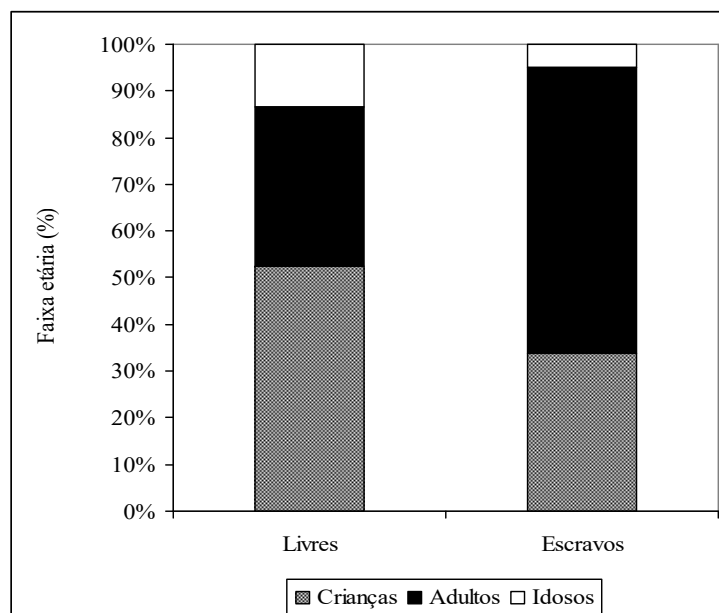
Consideradas estas contribuições, podemos dar o primeiro passo em nossa avaliação sobre a participação de livres e escravos nas atividades agrícolas, que é conferir a distribuição etária e sexual das duas populações, conforme os gráficos seguintes. Serão analisados apenas os dados de Porto Alegre e Viamão, que estão disponíveis nos róis de confessados. Para Porto Alegre, serão utilizados apenas os registros dos moradores da área rural da localidade, que somavam um terço do total. Para Viamão, usamos o rol de 1781, o único a apresentar a informação de idade dos indivíduos arrolados. Registre-se que os indivíduos arrolados neste rol possuíam sete anos ou mais (os menores não estão listados) e que contamos com apenas 60% dos registrados com informação de idade preservada, o que nos obriga a utilizar os dados com algum nível de suspeição. Para Mostardas, poderemos apenas comparar as características da sua população escrava com a das duas outras localidades.

De acordo com o próximo gráfico, a população livre do agro de Porto Alegre era predominantemente jovem, com 53% do total, enquanto a cativa era bastante envelhecida, pois os adultos representavam 61% do conjunto. A população de crianças cativas, entretanto, era relativamente alta para os padrões da demografia escrava, conforme discutimos em outra oportunidade¹²⁰.

¹¹⁹ DANILEVCZ, *Aspectos demográficos...*, *idem*, p. 37ss.

¹²⁰ GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*.

Gráfico 1 - Composição (%) da população da área rural de Porto Alegre, conforme condição jurídica e faixa etária, em 1782

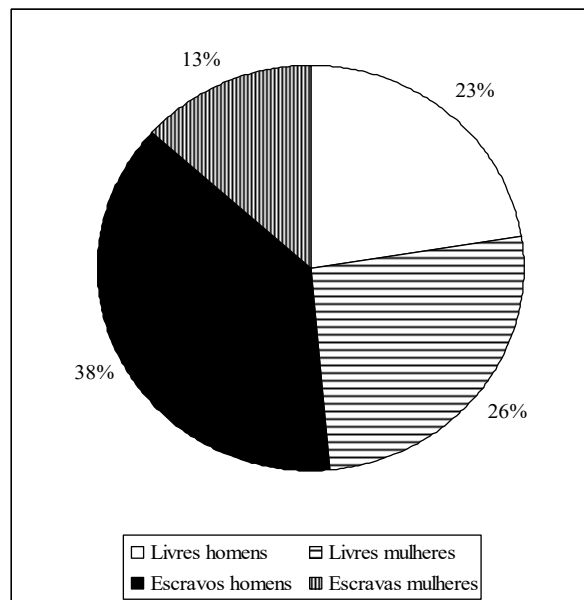


Obs.: total de livres: 385 indivíduos; total de escravos: 227 indivíduos. Foram considerados adultos os indivíduos com idade entre 15 e 44 anos.

Fonte: *Rol de confessados de Porto Alegre, 1782*. AHCMPA.

Conforme o gráfico 2, a seguir, considerados apenas os adultos, havia paridade entre livres e escravos, com pequena vantagem para os últimos. Ao se considerar o sexo dos indivíduos, observa-se o predomínio incontestável dos escravos homens, somando quase dois quintos da população, enquanto as mulheres cativas eram poucas, apenas 13%. As escravarias da localidade, portanto, estavam ocupadas por uma população com alto potencial produtivo, particularmente para as tarefas mais pesadas (como cavar fossos para proteger as lavouras).

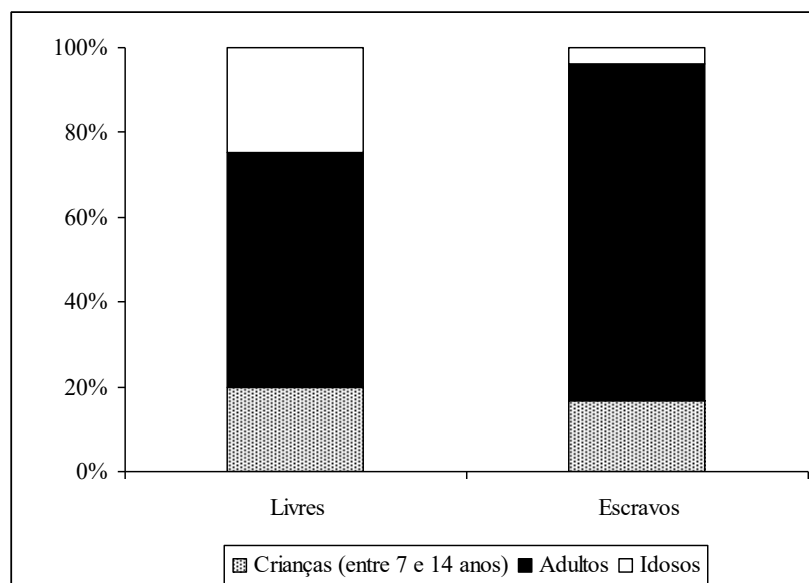
Gráfico 2: Distribuição (%) dos adultos (entre 15 e 44 anos) da área rural de Porto Alegre, 1782



Obs.: total de livres: 131 indivíduos; total de escravos: 139 indivíduos.
Fonte: *Rol de confessados de Porto Alegre, 1782*. AHCMAPA.

Para Viamão, como já anunciado, a comparação das populações livre e escrava é prejudicada pela falta das crianças com seis anos ou menos. Ainda assim, o resultado é bastante expressivo, conforme demonstra o gráfico abaixo. A importância dos jovens com 7 a 14 anos é um pouco maior entre os livres do que entre os cativos (20 contra 16%). A diferença do peso dos adultos nas duas populações é impressionante, pois eles representam 55% dos livres e 80% dos cativos. Por fim, os idosos são escassos entre os escravos, mas eram o segundo maior grupo dos livres, o que se deve especialmente à antiguidade da freguesia, ocupada desde a década de 1730.

Gráfico 3: Composição (%) da população de Viamão, conforme condição jurídica e faixa etária, em 1781

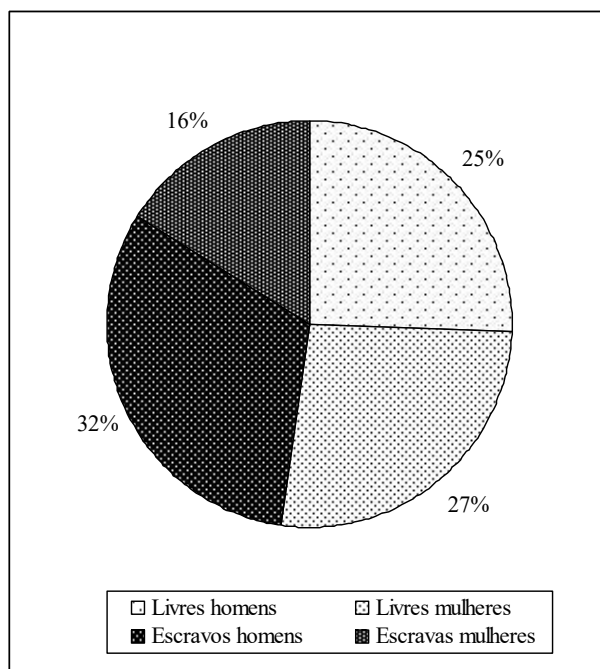


Obs.: total de livres: 460 indivíduos; total de escravos: 293 indivíduos. Foram considerados adultos os indivíduos com idade entre 15 e 44 anos.

Fonte: *Rol de confessados de Viamão, 1781*. AHCMPA.

Ao tomar de maneira exclusiva os adultos de Viamão, encontramos nova paridade entre livres e de escravos, agora, com pequena vantagem para os livres. Novamente, os homens cativos eram o maior dos subgrupos, com um terço do total, e as mulheres cativas, a menor. Note-se que a disparidade da presença destes dois grupos é evidentemente menor que em Porto Alegre. Para as duas localidades, constata-se ampla presença de adultos, com predomínio dos escravos homens, o que evidencia, portanto, o decisivo papel da escravidão como instituição fornecedora de mão-de-obra para as atividades agrícolas da localidade.

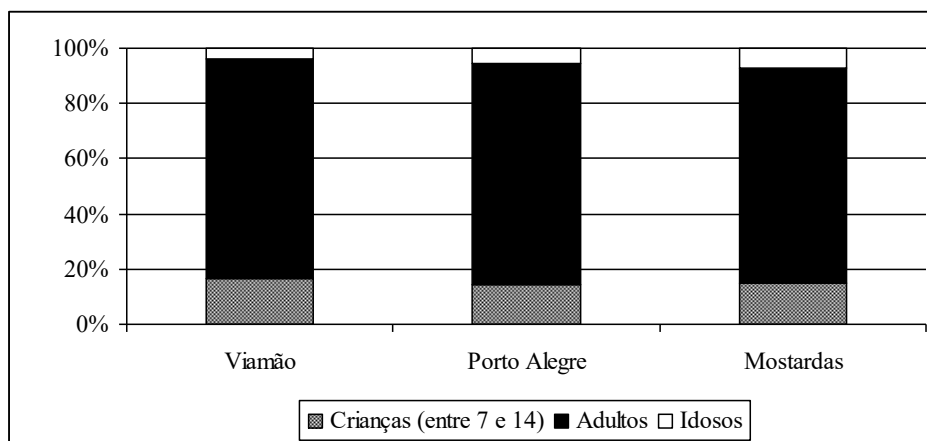
Gráfico 4: Distribuição (%) dos adultos (entre 15 e 44 anos) de Viamão, 1781



Obs.: total de livres: 254 indivíduos; total de escravos: 233 indivíduos.
 Fonte: *Rol de confessados de Viamão, 1781*. AHCMPA.

Para Mostardas, não é possível comparar as populações livres e escrava, o que não impede a comparação entre as populações cativas das três freguesias, com a devida exclusão das crianças com menos de sete anos, como vemos abaixo.

Gráfico 5: Composição etária (%) das populações escravas de Viamão (1781), do agro de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), com exclusão das crianças com seis anos ou menos



Fonte: rol de confessados de Viamão de 1781, AHCMPA; rol de confessados de Porto Alegre de 1782, AHCMPA; Relação de escravos de Mostardas, 1787, AN.

As três populações cativas são bastante parecidas. Mostardas diferencia-se exclusivamente por apresentar uma população dependente (crianças e idosos) superior à das duas outras localidades. Ao considerarmos que os escravos eram 28% da população de Mostardas em 1780 (valor inferior ao encontrado nas duas outras localidades) e que a distribuição dos escravos era um pouco menos ampla (apesar de alta), supomos que os escravos também representaram uma parcela muito importante da mão-de-obra local, mas em um nível um pouco inferior. Entretanto, é possível que no fim do século XVIII e início do seguinte houvesse maior semelhança entre as três localidades. Os dados ora avaliados permitem-nos qualificar como decisivo o papel do escravismo enquanto instituição garantidora de parcela fundamental da mão-de-obra disponível, valores que se aproximam à metade da população adulta.

A presença escrava nas freguesias agrícolas

Pretendemos, agora, avaliar em que medida o perfil econômico de Porto Alegre, Viamão e Mostardas pode ter sido comum a outras freguesias agrícolas do Rio Grande de São Pedro. Para isso, utilizaremos como documentação os mapas de habitantes ou de população, que são quadros estatísticos sintéticos produzidos desde o período da administração pombalina para conhecer as populações sob domínio metropolitano. Por apresentarem as informações para cada freguesia e discriminarem livres e escravos, tais documentos tornam-se um ótimo meio para avaliar a dimensão populacional dos escravos em cada localidade.

A utilização dos mapas de habitantes, assim como os de produção, de rebanhos e outros, iniciou-se no governo de Pombal, como uma forma de conhecer e controlar com maior eficiência os povos, as atividades agropecuárias e comerciais, bem como os contingentes de homens disponíveis para a guerra sob o domínio do rei de Portugal. Da elaboração destes mapas participavam os setores civil e eclesiástico a serviço da Coroa, incluindo vigários, bispos, comandantes de milícias, ouvidores e capitães gerais. Apesar das muitas dificuldades enfrentadas, da pouca competência técnica dos burocratas portugueses, da irregularidade na coleta das informações, das distâncias, os mapas de habitantes representam uma das poucas fontes que permitem conhecer as populações da América

portuguesa¹²¹.

Os mapas utilizados são os dos anos de 1780, 1798 e 1802¹²². As variáveis demográficas (condição jurídica, cor, idade, etc.) presentes em cada um destes documentos não são constantes. Em todos eles, as populações são divididas entre livres/escravos e homens/mulheres. Como os corpos de milícia e de ordenanças eram compostos principalmente por homens livres e brancos (ou entendidos enquanto tais), tal população foi discriminada com maior atenção, dividida em faixas etárias nos mapas de 1780 e 1802. Nos mapas de 1798 e 1802 aparecem as categorias de forros e índios e, além disso, forros e escravos são separados conforme sua cor (pretos ou pardos). Conforme aponta Dauril Alden, estes são os dois únicos mapas da América portuguesa de fins do século XVIII que apresentam tais informações¹²³. No mapa de 1780, as crianças brancas com menos de sete anos não foram contabilizadas, um problema encontrado em mapas coevos de outras regiões¹²⁴. No de 1798, os diferentes segmentos sociais (formados a partir de condição jurídica ou origem, cor e sexo) são divididos entre casados e solteiros. Portanto, o primeiro dos mapas é bastante simples, se comparado aos dois últimos¹²⁵.

Em vista desta diversidade de formatos, as comparações devem ser feitas com muito cuidado. Como o mapa de população de 1780 não apresenta o total de crianças brancas com menos de 7 anos (e, seguramente, nem das cativas), foi preciso elaborar uma estimativa de

¹²¹ ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. In: *The Hispanic American Review*, Durham, vol. 43, n. 2, maio-1963, p. 173-205; LARA, Silvia. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, cap. 3; MATOS, Paulo de; SOUSA, Paulo. A Estatística da População na América Portuguesa, 1759-1820. *Memórias*, vol. 25, Barranquillas, 2015, p. 73-103.

¹²² Sugerimos a leitura de outros artigos que abordam os mesmos mapas de população ora analisados: OSÓRIO, H. Expansão territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX. SCOTT, Ana Silvia; FLECK, Eliane (org.) *A corte no Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2008, p. 235-252; SCOTT, Ana; BERUTE, Gabriel; SCOTT, Dario; SILVA, Jonathan; Freitas, Denize. Counting colonial populations: a comparative exercise between ecclesiastical and civil sources from the southernmost region of Portuguese America in the late colonial period. *Anais de história de além-mar*, vol. 16, Lisboa, 2015, p. 281-312. A transcrição de todos os mapas pode ser encontrada em SANTOS, 1984, p. 32s. Agradecemos a Prof.^a Helen Osório por, gentilmente, ceder os dados do mapa de 1780. Registre-se que Rodrigo Weimer constatou não existir a categoria de “índios” neste último mapa, apesar de Aurélio Porto incluí-la em sua transcrição, copiada posteriormente por Fernando Henrique Cardoso e Corcino dos Santos. Dauril Alden também não apresentou tal categoria em sua tabulação (ALDEN, The population of Brazil..., *idem*, p. 196). Agradecemos também a Aline Mello Fernandes pela ajuda na tabulação dos dados dos mapas.

¹²³ ALDEN, The population of Brazil..., *idem*, p. 198.

¹²⁴ ALDEN, The population of Brazil..., *idem*, p. 190ss.

¹²⁵ Foram encontrados alguns equívocos no mapa de 1798, bem como na transcrição de Santos (1984, p. 35). No mapa, a soma dos diferentes grupos populacionais de Vacaria e Santo Amaro não coincide com a soma final. Também foram registrados, em Cachoeira, mais de 600 escravos negros casados enquanto, entre as negras, o total é de 60 casadas. Este é um dado inverossímil e parece resultar de um erro na elaboração da fonte, motivo pelo qual excluímos o primeiro algarismo, contabilizando um total de 62 negros casados. As transcrições do número de brancos solteiros em Porto Alegre e Triunfo de Santos estão equivocadas e o total das populações das duas freguesias não concorda com o do mapa. Tanto no mapa quanto na transcrição de Santos a soma dos pardos solteiros das diferentes freguesias não concorda com o número total apresentado no final da coluna.

sua participação. Em uma primeira oportunidade, empregamos uma variante do método proposto por Alden para enfrentar o problema¹²⁶. Alden havia proposto que as crianças representavam 11,75% da população, com base em 7 censos de fins do século XVIII. Nossa reelaboração baseou-se exclusivamente nos dados do Rio Grande de São Pedro do ano de 1802. No entanto, tal metodologia possui um problema: não considera a população cativa com menos de 7 anos.

Para fazer frente a este problema, reelaboramos a metodologia: contabilizamos separadamente a estimativa da população de crianças com menos de 7 anos brancas e cativas. De acordo com o mapa de população de 1802, as crianças brancas somam 27,4% da população branca. Ao considerar que a demografia da população livre apresentava uma presença de crianças muito superior aquela verificada entre os cativos, estabelecemos que a presença de cativos com seis anos ou menos soma metade do verificado entre os brancos¹²⁷. O valor correspondente foi arredondado para baixo e definido em 13%¹²⁸. Extrapolamos esses resultados (27,4 e 13%) para as populações do Rio Grande de São Pedro do ano de 1780 e obtivemos um total estimado de 22.144 pessoas. O principal resultado desta opção metodológica é a de obtermos valores mais realistas, particularmente no que diz respeito à taxa de crescimento geométrico da população e à participação dos cativos no conjunto da população¹²⁹.

Ao dispor dos dados dos mapas, podemos comparar a dimensão do uso de escravos em localidades agrícolas ou pecuárias. A agricultura era predominante ou, no mínimo, apresentava bastante relevo em Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio, Rio Pardo, Taquari, Estreito, Mostardas e Rio Grande (nos distritos de Povo Novo, no entorno da Vila e de Tororotama). Em freguesias como Cachoeira (e seu distrito de Encruzilhada), Rio Grande (em seu distrito de Cerro Pelado), Triunfo, Santo Amaro e Vacaria, a pecuária predominava

¹²⁶ ALDEN, The population of Brazil..., *idem*, p. 191.

¹²⁷ Realizamos esta discussão em GOMES, *Uma cidade negra...*, *op. cit.*, p. 50ss

¹²⁸ É interessante observar que tal valor pode ser conservador, pois, com base no rol de confessados de Porto Alegre de 1782 e nas matrículas de escravos de Cachoeira, Triunfo e Mostardas (de 1787), chegamos a uma participação de 18,1% de menores de sete anos entre os cativos. Fontes: *Relação dos Escravos que se acham matriculados no Livro da Freguesia de São Nicolau da Cachoeira, assinada pelo Capitão Manoel Carvalho da Silva, Comandante dos Distritos da Cachoeira; Relação dos Escravos que possuem os moradores da Freguesia do Triunfo, e que se acham matriculados desde o ano de 1788. Freguesia do Triunfo. 1º de [Janeiro] de 1789, assinado por Manoel Carvalho de Sousa; Lista dos escravos da Freguesia de São Luiz de Mostardas do ano de 1787, assinada pelo Capitão Comandante Francisco Lopes de Mattos*. Série Justiça – Africanos. Código do Fundo “AM”, Seção de guarda “CODES”, notação “IJ6”, maço 934. Agradecemos a Marcelo Matheus por repassar estes dados.

¹²⁹ Ao considerar que a demografia da população branca era marcada por uma acentuada participação de crianças e a cativa, por baixa, os dados brutos do mapa de 1780 inflam a presença de cativos. A metodologia ora utilizada reduz esta inflação, portanto.

ou era uma atividade também importante¹³⁰. É preciso lembrar, entretanto, que a coexistência entre pecuária e agricultura era a regra: tanto havia lavradores com pequenos e médios rebanhos, como criadores de gado com lavouras¹³¹. Ao indicar as freguesias onde predominava a produção agrícola, podemos analisar as taxas de crescimento anual, apresentadas na tabela seguinte. Segue-se, também, um mapa localizando as freguesias, tomando por base cartográfica as cidades atuais.

Tabela 3 - Taxa de crescimento anual (%) das populações pertinentes às freguesias do Rio Grande de São Pedro, entre 1780 e 1802 (freguesias agrícolas em destaque)

	Taxa de crescimento		
	global 1780-1802	Apenas livres	Apenas escravos
Porto Alegre	3,5	3,0	4,3
Viamão	-0,5	-1,0	0,3
Nossa Senhora dos Anjos	-0,4	-1,1	3,6
Conceição do Arroio	2,9	2,8	3,0
Santo Antônio	1,8	1,4	3,1
Vacaria de cima da Serra	0,9	1,7	-0,4
Rio Pardo	1,1	0,3	3,1
Cachoeira	6,6	6,8	6,0
Triunfo	3,1	4,0	2,0
Santo Amaro	2,9	2,5	3,9
Taquari	0,3	-1,0	4,5
Rio Grande	4,8	3,7	7,3
Estreito	0,4	-0,7	3,3
Mostardas	2,3	1,9	3,0
Capitania (total)	2,3	1,7	3,7

Fonte: Mapa coreográfico de 1780, BNRJ. Mapas de habitantes de 1798 e 1802, AHU.

Obs.: os valores do mapa de 1780 foram reajustados por meio de uma estimativa da participação de crianças, diferenciando as livres das cativas, as quais não foram originalmente incluídas no cômputo.

¹³⁰ Conforme Osório, os lavradores (produtores agrícolas com rebanhos inferiores a 100 cabeças de reses) predominavam amplamente em Taquari, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, mas não em Santo Amaro e Triunfo (*O império português...*, *idem.*, p. 97); Em Porto Alegre, todos os produtores eram lavradores (GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem.*, p. 132ss); em Viamão, a maioria o era (DANILEVICZ, *Aspectos demográficos...*, *idem.*, p. 34). Poucas foram as datas distribuídas em Santo Amaro e Conceição do Arroio (FORTES, *Os casais...*, *idem.*, p. 131). Medimos a importância da agricultura por meio da avaliação da proporção de bois (o animal mais indicado para o uso nas atividades agrícolas) por reses, utilizando o *Mappa das carruagens arados animais vacuns...* de 1791. Dez de 20 distritos apresentavam uma proporção menor de 30 cabeças de reses por boi: Povo Novo (distrito de Rio Grande), Taquari, Porto Alegre, Estreito, Rio Pardo (a vila), Santo Antônio, Rio Grande (o entorno da vila), Mostardas, Passo do Coito (distrito de Rio Pardo) e Viamão, localidades onde justamente predominavam os lavradores. Tal metodologia foi utilizada, originalmente, por OSÓRIO, *O império português...*, p. 85.

¹³¹ Das escravarias dos estancieiros da amostra de inventários de Osório, por exemplo, 20% dos cativos com ocupação definida foram classificados como roceiros; além disso, em 66% desses inventários encontraram-se ao menos dois instrumentos indicadores de prática agrícola. As unidades produtivas, portanto, apresentavam um caráter misto (OSÓRIO, *O império português...*, *idem.*, p. 83, 149s, 163).

O crescimento da população do Rio Grande de São Pedro foi elevado, de 2,3%, mas com significativas variações regionais¹³². Enquanto algumas freguesias tiveram crescimento explosivo, como Cachoeira (6,6%), Viamão e Nossa Senhora dos Anjos viram suas populações diminuir. A população cativa, como regra, foi a responsável por maior velocidade do crescimento verificada.

Nas freguesias localizadas nas áreas de ocupação mais antigas, próximas aos principais cursos fluviais (Viamão, Rio Pardo, Taquari e Estreito), ocorreu um processo de pequeno crescimento ou, então, de decréscimo da população, o que pode estar associado a dinâmica agrária regional. Entre os lavradores predominou a distribuição de datas ou a compra como forma de acesso à propriedade da terra, processo demonstrado por Osório, o que contribuiu para a estabilização da fronteira agrária em tais freguesias¹³³. A terra, nessas áreas, tinha dono e a ocupação de terrenos devolutos era mais difícil. O acesso à posse dependia da compra, frequentemente, e o acesso ao uso do solo frequentemente dependia de vinculações pessoais ou parentais com proprietários¹³⁴. Tal fenômeno pode ter dificultado a obtenção de terras por casais jovens ou por agricultores que desejavam expandir sua área de produção, como também pode ter desestimulado o estabelecimento de migrantes. Porto Alegre, apesar de possuir um entorno agrícola estruturado e definido, não se encaixa neste padrão de estabilidade populacional devido ao crescimento do núcleo urbanizado¹³⁵.

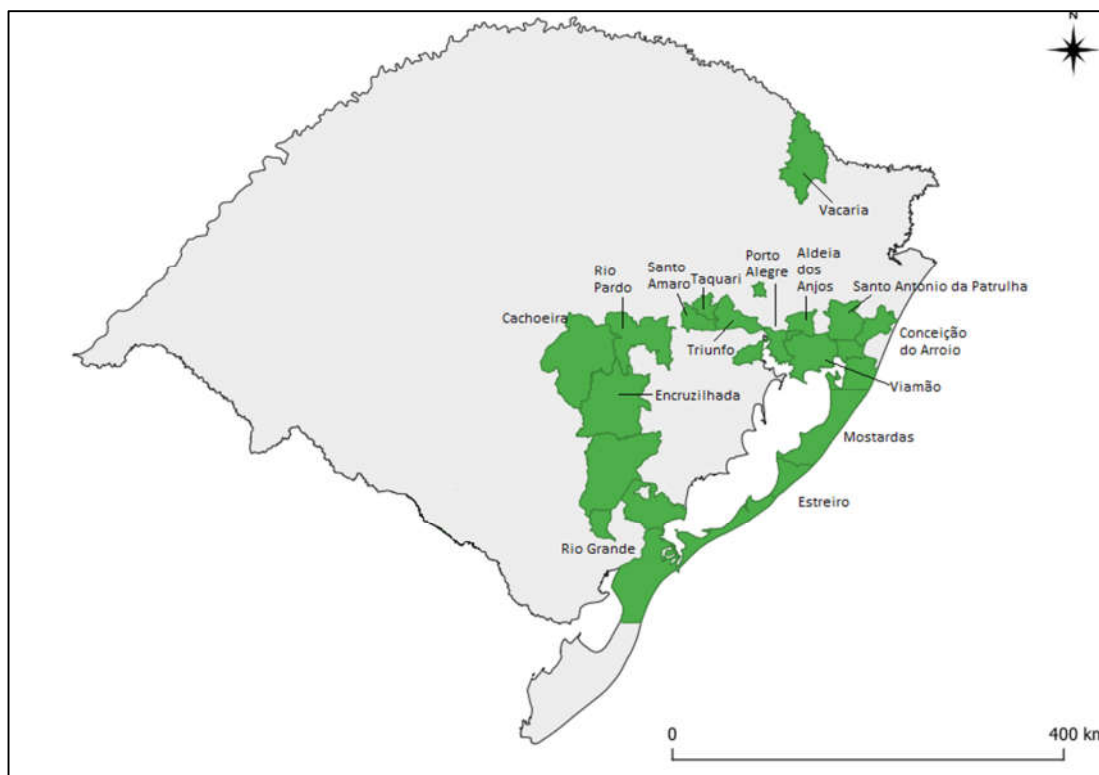
¹³² Ao considerar os cativos com menos de 7 anos na elaboração da estimativa da população de 1780, encontramos um resultado inferior e mais moderado (2,3%) se comparado ao apresentado por nós em outra publicação (2,7%), bem como ao encontrado por Ana Silvia Scott *et al* (2,9%). Ver GOMES, Luciano. Escravidão e agricultura no período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. *Revista Latino-Americana de História*. , vol. 3, n. 10, São Leopoldo, 2014, p. 89-110 ; SCOTT, *et al*. Counting colonial populations..., *op. cit*.

¹³³ OSÓRIO, *O império português...*, *op. cit.*, p. 97s.

¹³⁴ OSÓRIO, *O império português...*, *op. cit.*, p. 98; ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-35*. Niterói: UFF, 2008. Dissertação de mestrado, p. 90ss; COMISSOLI, Adriano. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). *Revista Aedos*, v. 2, p. 74-96, 2009; ECKHARDT, Sandra. O perfil dos moradores de São José do Taquari a partir de uma Relação de moradores de 1784. *Anais do III Encontro de Pesquisa Histórica – PPGH/PUCRS*, Porto Alegre, p. 90-101, 2016.

¹³⁵ GOMES, *Uma cidade...*, *idem.*, p. 137.

Mapa 2 Freguesias do Rio Grande de São Pedro, 1780



Obs.: Para elaborar o mapa, utilizamos base cartográfica contemporânea. Conceição do Arroio é a atual cidade de Osório. Porto Alegre inclui dois distritos, que são as atuais cidades de Guaíba e São Sebastião do Caí. Viamão compreende, também, as atuais cidades de Alvorada, Palmares do Sul e Capivari do Sul. Rio Grande compreende distritos que são as atuais cidades de Cerrito, Pelotas e Canguçu. Estreito compreende as duas cidades atuais de São José do Norte e Tavares. Santo Amaro é a atual cidade de General Câmara.

Por outro lado, quanto mais próximo da fronteira, maior é o crescimento demográfico. Esta área, que começou a ser ocupada a partir dos anos de 1750 para criação do gado, conheceu uma segunda onda de ocupação pecuária, ainda mais intensa, a partir da década de 1780. As oportunidades de lucro representaram um poderoso chamariz de homens. Cachoeira (que inclui o então distrito de Encruzilhada), Rio Grande (em seu distrito de Cerro Pelado, depois Piratini), Santo Amaro e Triunfo apresentaram taxas de crescimento elevadíssimas, superiores a 3% anuais. É importante atentar para estes valores, pois, como apontou Edward Wrigley, uma taxa de 3% é resultado de uma dinâmica demográfica muito rápida e uma taxa de 4%, raras vezes é alcançada¹³⁶. Esta região foi ocupada por estâncias formadas graças à distribuição de sesmarias ou despachos do governador a indivíduos social e economicamente bem colocados, como oficiais das tropas auxiliares ou de ordenanças, muitos dos quais alegavam participação na guerra de 1763/1776¹³⁷.

¹³⁶ WRIGLEY, E. *Historia y población*. Barcelona: Critica, 1994. p. 56.

¹³⁷ SANTOS, *Economia e sociedade...*, *op. cit.*, p. 47; OSÓRIO, *O império português...*, *op. cit.*, p. 90.

Apesar das diferenças verificadas em ambas as macrorregiões, um fenômeno geral em toda a capitania do Rio Grande é o fortalecimento da escravidão. Tanto as frentes de expansão da pecuária quanto as freguesias predominantemente agrícolas de Taquari e Estreito vivenciaram aumentos significativos de suas populações cativas. Apesar da dificuldade em mesurar com nitidez a participação escrava nas diferentes atividades, torna-se evidente que, numa dimensão inferior à pecuária, a agricultura foi também capaz de empregar muitos escravos a partir dos anos 1780. A forma como se deu este processo é um problema a ser resolvido, ainda.

Uma metodologia importante para medir o peso da escravidão é a avaliação da participação dos cativos no conjunto de uma população. Localidades e regiões onde os escravos faziam-se muito presentes apresentavam taxas geralmente superiores a 30%. No Recôncavo baiano, uma das principais regiões produtoras de açúcar, nos anos de 1816-17, 31% da população era cativa. Em Vila Rica, importante centro comercial mineiro, no ano de 1804, os escravos somavam outros 31%¹³⁸. Por outro lado, taxas inferiores a 20% indicam fraca presença de escravos. No Paraná, cujas vilas e freguesias faziam parte da jurisdição de São Paulo e onde predominava a pecuária e a agricultura em pequena escala, os cativos representavam cerca de 18% da população entre 1800 e 1830¹³⁹.

A velocidade diferenciada do crescimento de livres e escravos (como vimos na tabela anterior) levou a alterações na composição das populações. No quadro abaixo, apresentamos a participação dos escravos no conjunto das freguesias. A partir dela abordaremos o problema das relações entre produção agrícola e escravidão.

¹³⁸ MARCÍLIO *apud* SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 373; COSTA, Iraci; LUNA, Francisco. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, I & LUNA, F. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 57-77, p. 62.

¹³⁹ GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago, 1987.

Tabela 4 - Participação (%) de escravos nas populações das freguesias do Rio Grande de São Pedro, 1780, 1798 e 1802 (com exclusão dos índios de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos para o ano de 1780)

Freguesias	1780	1798	1802
Porto Alegre	33,3	41,6	40,0
Viamão	36,8	37,5	43,8
Nossa Senhora dos Anjos	37,6	29,1	23,2
Conceição do Arroio	40,4	35,4	41,6
Santo Antônio	20,7	29,4	27,2
Vacaria de Cima da Serra	40,5	31,2	30,2
Rio Pardo	27,6	42,3	36,5
Cachoeira	33,1	34,0	29,7
Triunfo	47,1	38,5	37,0
Santo Amaro	26,5	47,9	32,7
Taquari	14,3	30,4	35,6
Rio Grande	22,5	31,7	38,1
Estreito	20,1	30,9	37,5
Mostardas	29,8	42,1	34,6
Capitania (total)	27,1	35,9	35,3

Fontes: Mapa coreográfico de 1780, BNRJ. Mapas de habitantes de 1798 e 1802, AHU.

Obs.: os valores do mapa de 1780 foram reajustados por meio de uma estimativa da participação de crianças brancas e cativas, as quais não foram originalmente incluídas no cômputo.

Para as freguesias de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos foram elaboradas estimativas de participação de escravos com exclusão das aldeias indígenas de São Nicolau e a de Nossa Senhora dos Anjos. Para calcular a presença cativa em Rio Pardo, excluímos um total de 400 pessoas livres, tamanho da população da aldeia referido por Bettamio (BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande, 1780. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXI, 1858, p. 239-299, p. 223). Para a Aldeia dos Anjos foi utilizada a participação de cativos constante no rol de confessados de 1780 da referida freguesia, que não inclui os indígenas (SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, dissertação de mestrado, p. 78).

Se compararmos os valores encontrados no mapa de 1780 com os dois seguintes, notar-se-á o aumento gradativo da participação dos cativos no conjunto da população. Os valores inferiores a 30% passaram de 7 freguesias para apenas 2 em 1802. Ao se creditar fé aos valores do mapa, observa-se ampla disseminação da escravidão em todas as áreas do Rio Grande de São Pedro, independente da atividade econômica, ainda que com visível predomínio da pecuária (linhas da tabela com fundo branco). Para servir de parâmetro para os dados analisados, compararemos os valores encontrados com aqueles de um sistema de produção escravista voltado para o abastecimento alimentar.

Desde Caio Prado Junior, passando por autores como Alcir Lenharo, Martins, Slenes e Libby, dentre outros, formou-se um consenso de que a economia do Sul de Minas representava um modelo escravista particular. Nesta região, na segunda metade do século XVIII e no XIX, os muitos escravos estavam distribuídos em pequenas e médias

propriedades voltadas para a produção de bens de subsistência para o mercado interno. De modo especial, a Corte representava um destino importante dos alimentos mineiros¹⁴⁰.

Conforme os dados apresentados por Libby, em sua amostra dos mapas de população de 1831-1840, os escravos representavam 32% da população do Sul de Minas, situação que não diferia muito das demais áreas. O Oeste (cujas “atividades produtivas se voltaram para a mesma economia de subsistência que encontramos no Sul”) apresentava 27% de cativos. No Alto Parnaíba, onde as atividades agropecuárias “fixaram um pequeno contingente populacional na região e a integraram à economia mercantil de subsistência”, os cativos somavam 31% da população. Na Região do Triângulo, os escravos chegavam a 35% do total. Para Libby, a semelhança destes resultados é reveladora, *grosso modo*, de uma estrutura econômica comum a extensas áreas da província de Minas Gerais¹⁴¹.

Refinaremos a análise comparando os dados de nosso estudo com os de duas vilas do Sul de Minas, Campanha e Pouso Alegre, nos anos de 1833-35. As vilas selecionadas eram importantes produtoras mercantis de alimentos e centros de comercialização para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. A vila da Campanha apresentava 16 distritos e, nelas, a participação de escravos variava entre 19 e 44%. Do total, 7 distritos apresentavam mais de 30% de cativos e, destes, apenas 1 superava 40%. Por sua vez, a vila de Pouso Alegre possuía 9 distritos, nos quais a população escrava variava entre 14 e 33%. Do total, apenas três distritos estavam na faixa dos 30%¹⁴².

Outras regiões agropecuárias de Minas, em períodos diferentes, apresentaram participações de escravos mais elevadas. Na freguesia de São José, nove de dez capelas apresentaram entre 30 e 60% de cativos no ano de 1795, situação que se manteve em 1831¹⁴³. É importante destacar que semelhante modelo econômico não se resume a Minas. Nos dados apresentados por Barickman relativos ao Sul do Recôncavo baiano, em fins do XVIII e início do XIX, em 5 de 7 freguesias onde predominava a cultura da mandioca ou do fumo havia mais de 30% de cativos na população¹⁴⁴.

No Rio Grande de São Pedro, em 1780, 7 das 14 freguesias apresentavam 30% ou mais de escravos; em 1798, o total chegou a 12 das 14 freguesias; por fim, em 1802, 11 de

¹⁴⁰ MARTINS, Minas Gerais..., *idem*; SLENES, Os múltiplos de porcos..., *idem*; LIBBY, *Transformação e trabalho...*, *idem*.

¹⁴¹ LIBBY, *Transformação...*, *idem*, p. 44-52.

¹⁴² DELFINO, Leonara. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, MG, 2010, p. p. 58ss; 72s.

¹⁴³ MALAQUIAS, Carlos. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, 2010, p. 36.

¹⁴⁴ BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 214s

14 apresentavam 30% ou mais. Particularmente em 1798, quatro freguesias encontravam-se na casa dos 40%. Das sete freguesias onde a agricultura era a atividade principal ou de bastante relevo¹⁴⁵: no ano de 1780, apenas três apresentavam mais de 30% de cativos, enquanto duas possuíam mais de 25%; nos dois anos seguintes, apenas uma freguesia apresentava menos de 30% de cativos (Santo Antônio, com cerca de 28% entre 1798 e 1802). Portanto, a população de escravos cresceu muito nas áreas agrícolas do Rio Grande de São Pedro, tornando-se a participação de cativos na população semelhante, mas não idêntica, àquele verificado em Minas Gerais.

O contraste com as freguesias e vilas de Santa Catarina de fins do século XVIII ressalta a semelhança do caso rio-grandense ao mineiro. No ano de 1796, as localidades catarinenses envolvidas com a produção canavieira, a pesca de baleias ou a produção de arroz, apresentavam populações cativas próximas a 30% do total, como Lapa do Ribeirão e São Miguel. Por outro lado, freguesias envolvidas com a cultura de mandioca, sem contarem com fábricas ou engenhocas, eram bastante pobres e possuíam poucos cativos em suas populações, como a freguesia de Santo Antônio (15%), Vila Nova, distrito de Laguna (16%) e São Francisco (17%). As freguesias agrícolas do Rio Grande de São Pedro, nesse sentido, possuem um perfil populacional semelhante as freguesias mais enriquecidas de Santa Catarina e bem distante das mais pobres, as quais contavam com predomínio do trabalho de famílias de agricultores¹⁴⁶.

Tais comparações ajudam-nos a problematizar o papel da escravidão no Rio Grande de São Pedro. Os escravos aumentaram bastante sua participação e passaram a compor parcela expressiva da população de diferentes freguesias em 1802, inclusive naquelas onde a lavoura era uma atividade de peso. Nesse sentido, considerando o avanço nos estudos sobre escravidão, que apontam para a pluralidade de formatos do escravismo brasileiro e corroborando análises anteriores como as de Kühn e Osório¹⁴⁷, é improdutivo atribuir às charqueadas o papel de ter tornado “completo” o sistema escravista sulino. Em realidade, tanto a pecuária como a agricultura foram as primeiras atividades responsáveis pela entrada

¹⁴⁵ Relembramos: Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio, Rio Pardo, Taquari, Estreito e Mostardas. Dois distritos de Rio Grande também eram formados por uma maioria de lavradores.

¹⁴⁶ GOMES, Luciano. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 34, n. 3, p. 593-615, 2017.

¹⁴⁷ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado; OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII. In: *Anais 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2007.

maciça de cativos no Rio Grande do Sul¹⁴⁸ e pela consolidação de um tipo de escravidão que apresenta alguns traços semelhantes àqueles do conhecido modelo do “Sul de Minas”. Particularmente, há algumas freguesias predominantemente agrícolas onde, desde 1780, era elevada a presença de cativos.

Os resultados encontrados nos mapas de população para as freguesias de Porto Alegre, Viamão e Mostardas vão ao encontro das informações presentes nos róis de confessados e na lista de matrícula de cativos, apresentadas nos tópicos anteriores, pois estão a apontar para ampla importância da escravidão nas referidas localidades. No mapa de 1780, são estas três as freguesias agrícolas com maior presença de cativos, justamente. No entanto, passados cerca de 20 anos, tal padrão relativo à presença de escravos (com valores superiores a 30%) tornou-se comum a todas as freguesias agrícolas.

No mesmo quinquênio em que o comerciante Manuel Antônio de Magalhães e o sargento-mor Domingos José Marques Fernandes defenderam um modelo de ocupação territorial baseado no trabalho agrícola e na entrega de um casal de escravos para cada casal colonizador livre, foi publicado um mapa de população (o de 1802) no qual se constata a presença de, aproximadamente, um terço de cativos nas freguesias agrícolas. Dados qualitativos e quantitativos, pontuais e seriais, portanto, permitem argumentar que o emprego de escravos na lavoura foi comum e rotineiro, assumindo um papel verdadeiramente estrutural.

Conclusão

Atualmente, há dados suficientes para refutar as posições de autores como Borges Fortes, Guilhermino Cesar e Maria Bertuline de Queiróz, os quais desconsideraram o trabalho de escravos nas lavouras sulinas no período colonial. Inclusive localidades formadas a partir de núcleos açorianos, como Taquari, apresentavam cativos em sua população. O que está em debate, por ora, é tentar avaliar qual a medida adequada para caracterizar o papel do escravismo entre os pequenos produtores agrícolas do Rio Grande de São Pedro.

Pelo menos desde 1750, os escravos eram parcela expressiva da população dos Campos de Viamão. Para a década de 1780, a situação não era diferente. Muitos trabalhos para o século XVIII e XIX evidenciaram ampla distribuição da posse escrava.

¹⁴⁸ Ao estudar Viamão, no início da década de 1750, cuja economia girava em torno da pecuária, Fábio Kühn qualifica a localidade como “fortemente dependente da mão-de-obra escrava, especialmente africana” (2006, p. 104-111).

Particularmente em Porto Alegre, Viamão e Mostardas, localidades onde os lavradores eram a maioria ou a totalidade dos produtores, havia significativa presença de escravos, muitos eram os senhores e os pequenos proprietários detinham a maioria dos escravos. Se considerados apenas adultos de Porto Alegre e Viamão, os cativos formavam quase de metade do contingente. Em Mostardas não deve ter sido diferente. A análise das taxas de crescimento da população livre e cativa, em contraste, aponta para a importância da população escrava para a dinâmica geral do crescimento demográfico da capitania, de modo a reforçar as teses que defendem a forte vinculação do Rio Grande de São Pedro com o tráfico atlântico. Em significativa medida, o emprego de escravos em uma parte do Rio Grande de São Pedro faz lembrar aquele do modelo do sul de Minas Gerais (mas que se aplicava a maioria do território mineiro do período, em realidade), considerado consensualmente como escravista.

O quadro explicativo aqui elaborado para três freguesias do Rio Grande de São Pedro faz-nos pensar que os escravos foram mais do que uma mão-de-obra secundária para a agricultura, como inicialmente afirmou Osório. A escravidão constituía-se em um elemento estrutural e decisivo na conformação e reprodução da produção agrícola dos espaços estudados, pois oferecia uma parcela realmente expressiva da mão-de-obra disponível. Essa mesma instituição parece ter sido importante na constituição dos grupos sociais e na criação das diferenças entre os que produziam mais e os que produziam menos. A hipótese é a de que foi uma instituição fundamental, portanto, no processo de diferenciação social no interior destas comunidades de produtores.

Capítulo 2 – Listas nominativas, reconstituição de famílias e estrutura agrária local: a construção do banco de dados e a elaboração do perfil da população analisada

A leitura comparada de dois tipos de listas nominativas da década de 1780 pode causar um sentimento de intriga. Os documentos em questão são as *Relações de Moradores* e os *róis de confessados* de Porto Alegre e Viamão. A *Relação* é uma lista dos produtores rurais, fossem donos de terras ou seus agregados, feita a mando do vice-Rei do Brasil. Os *róis*, por sua vez, são arrolamentos de famílias feitas pela Igreja católica no período da Quaresma. Uma visualização rápida de ambos os documentos permite verificar que muitos dos produtores das *Relações* estão nos *róis*, mas o inverso não é verdadeiro. Isto causa a intriga a que nos referimos, a qual se desdobra em uma série de perguntas: é possível associar de forma serial a informação dos bens agrários possuídos por uma família presente na *Relação* à composição das unidades domésticas informado pelo *rol*? Por outro lado, quem são moradores da área rural de Porto Alegre e Viamão que não são listados como produtores rurais, mas que se encontram nos *róis*? São eles filhos dos produtores ou outros parentes? São famílias sem parentes na localidade? Se o são, estabelecem que tipo de relação com os proprietários? Estas são algumas das questões iniciais que motivam esta tese.

Para tentar responder estas e outras questões, um terceiro conjunto documental foi acionado: os *livros de batismo* de Porto Alegre e Viamão. Neles, os padres anotavam uma série de informações dos indivíduos envolvidos no rito batismal, como o nome dos pais, avós e padrinhos, bem como sua naturalidade e condição jurídica. Ao compulsar tais informações, foi possível estabelecer uma relação segura entre proprietários, seus filhos já casados e outros parentes presentes nas *Relações* e nos *róis de confessados*, assim como, pelo contrário, delimitar a população que não possuía relações de parentesco com os proprietários. O fio condutor da pesquisa, portanto, foi o *nome*, matéria-prima dos métodos empregados pela demografia histórica de Louis Henry e pela micro-história italiana¹⁴⁹.

¹⁴⁹ GUINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GUINZBURG, Carlo, et al. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-79; HENRY, Louis. *Manual de demografia histórica*. Barcelona: Critica, 1983; FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, 202, p. 41-70; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 40; HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006, p. 80ss. Tese de doutorado; LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Uma família da Vila de São José: empregando a reconstituição familiar pormenorizada para elucidar a História Social. In: LIBBY, Douglas, et al (org.). *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 51-95.

Os livros de batismo permitem conhecer não apenas os vínculos entre produtores rurais e seus filhos. Inúmeros outros agentes sociais aparecem no documento, frequentemente a batizar os filhos ou os netos dos produtores. Ou, por outro lado, pequenos e médios lavradores podem ser encontrados a batizar filhos de outros agentes sociais antes não identificados. Uma miríade de pessoas, portanto, das mais diferentes categorias sociais, fazia-se presente na pia batismal junto aos produtores rurais, como capitães, comerciantes e pretos forros ou escravizados. As informações dos três conjuntos documentais organizadas a partir do nome dos indivíduos permitirá conhecer, para além espaço familiar e vicinal, o mundo social mais amplo em que os produtores estavam envolvidos.

O pensamento mais elementar que inspira esta pesquisa é aquele de Karl Marx, segundo o qual os seres humanos fazem a história, mas não escolhem as circunstâncias de suas vidas. As práticas humanas, nesse sentido, estão no centro da explicação histórica nesta pesquisa. Adiante, quando tratarmos da estrutura fundiária, dos rebanhos de animais ou da composição da força de trabalho dos núcleos domésticos, estes não serão entendidos como o motivo causal das tendências seriais porventura encontradas. Antes, estas estruturas econômicas e demográficas são entendidas como resultantes de inúmeras ações pretéritas de agentes contemporaneamente vivos ou já falecidos, e estas mesmas estruturas compunham o conjunto de regras e recursos empregados pelas pessoas no seu dia-a-dia. Esta estrutura poderia não só representar um constrangimento, como também – e principalmente – era o meio que permitia a ação social individual e coletiva¹⁵⁰.

O presente capítulo pretende analisar criticamente os documentos utilizados, apresentar os métodos empregados e avaliar algumas das variáveis que caracterizam a população estudada em termos econômicos e demográficos. No final, será elaborada uma classificação econômica dos produtores, procedimento necessário para dar continuidade ao trabalho dos próximos capítulos. A unidade de análise desta pesquisa é o espaço doméstico das famílias de produtores rurais, o qual será abordado a partir do conceito de economia doméstica de Antigo Regime. Tal conceito é pertinente à historiografia da família, a qual redimensionou o papel dos vínculos parentais na explicação histórica, colocando a família como uma das instituições estruturadoras – ou vertebradoras, conforme José Imizcóz e Oihane Korta – das sociedades europeias de Antigo Regime ou formadas a partir desta

¹⁵⁰ GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2009, p. 19s, 303s.

matriz¹⁵¹.

A noção de economia doméstica compreende dois âmbitos das famílias, um interno e outro externo. Diferente da concepção atual segundo a qual a família restringe-se a apenas alguns parentes, particularmente os que vivem sob o mesmo teto, a família de Antigo Regime compreendia o conjunto de familiares e bem como os dependentes não aparentados sob o comando de um casal chefe de domicílio. Neste sentido, os estudos de economia doméstica, ao abordarem a face interna da família, enfocam os processos de sucessão e herança, as estratégias de reprodução social e econômica e a composição da mão-de-obra disponível conforme o ciclo de vida do chefe do agregado doméstico¹⁵².

Os chefes de domicílio eram os responsáveis por se relacionar com outros chefes de família, comerciantes, trabalhadores temporários, vizinhos. Da mesma forma, os chefes de domicílios eram responsáveis pelos contatos com as autoridades institucionais, como Estado ou Igreja. A face externa do estudo da economia doméstica abarca tais relacionamentos, os quais incluíam, nesse sentido, as relações de trabalho, clientelismo, parentesco espiritual ou por afinidade, amizade ou fidelidade política. O conceito de economia doméstica, a partir de suas duas facetas, permite analisar o complexo conjunto de mecanismos e vínculos que visam garantir a reprodução social e econômica da família¹⁵³.

As expressões “domicílio” ou “unidade doméstica”, empregadas neste trabalho, têm o mesmo sentido atribuído por Juan Garavaglia à “unidade de censo”, isto é, o conjunto dos membros descritos nos arrolamentos populacionais vivendo sob o mesmo teto. Neste caso, o espaço parental frequentemente estava unido ao do trabalho, e esposa, filhos, cativos e agregados compartilham a obediência ao chefe da casa. É muito provável, entretanto, que fosse bastante comum o compartilhamento da autoridade entre os cônjuges chefes de

¹⁵¹ IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane (ed.) *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madrid: Silex, 2010, p. 15-51; ANDERSON, Michel. *Elementos para a História da Família Ocidental. 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercus, 1984, p. 65ss; FERRER I ALÓS, Llorenç. De la historia agraria a la historia de la familia. O de cómo la historia económica es historia social. In: BJERG, María; BOIXADÓS, Roxana (org.). *La familia: campo de investigación interdisciplinario. Teorías, métodos y fuentes*. Buenos Aires: Universidad de Nacional de Quilmes, 2004. p. 63-99, aquí, p. 91; HAMEISTER, *Para dar calor ...*, op. cit.

¹⁵² ANDERSON, *Elementos para a História da Família...*, op. cit., p. 65ss; IMÍZCOZ, KORTA. *Economía doméstica...*, op. cit.

¹⁵³ IMÍZCOZ, KORTA. *Economía doméstica...*, op. cit.; FRADKIN, Raul. Antigüedad de asentamiento, orientaciones productivas y capital comercial en la conformación de una estructura regional: Buenos Aires, XVIII y XIX. *Revista de Historia*, núm. 5, 1995, p. 223-244. Ver também WOLF, Eric. *Parentesco, amizade e relações patrono-clientes em sociedades complexas*. In: BELA FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO, Gustavo (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p. 117-145; ZUÑIGA, Jean-Paul. Clan, parentela, familia, individuo: ¿Qué métodos y qué niveles de análisis? In: Anuario del IEHS, Vol. 15, Tandil, 2000, p. 52-60; LANDÉ, Carl. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, S. W. (Eds.) *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português).

domicílio, talvez com a divisão de áreas de atuação específicas, especialmente em regiões rurais. Semelhante situação de divisão de autoridade era facilitada pelo fato de que as mulheres, sob a legislação portuguesa – e europeia, em geral –, possuíam o direito de herdar as terras dos pais ou do marido falecido¹⁵⁴.

A população alvo do estudo foi delimitada por meio de uma adaptação para a documentação serial do método de amostragem conhecido como “bola de neve”, utilizado em pesquisas antropológicas ou sociológicas com grupos de pessoas, que consiste em definir uma população inicial e aumentá-la com indivíduos a ela vinculados apenas posteriormente detectados¹⁵⁵. O ponto de partida para delimitar a população é o conjunto das *Relações de moradores* Porto Alegre e Viamão, documentos produzidos nos anos de 1784 e 85. Dispomos de quatro *Relações*, divididas em duas versões, sendo uma o *borrador* e a outra versão oficial enviada ao Rio de Janeiro. Como já mencionamos acima, as *Relações* são listas de produtores rurais e seus agregados, nas quais se informam as propriedades ou posses fundiárias detidas, as atividades desenvolvidas e o tamanho dos rebanhos.

Houve um segundo e pequeno acréscimo de 9 produtores a partir das informações obtidas nos inventários, sendo que alguns deles encontravam-se já falecidos quando da elaboração das *Relações*, outros constituíram posteriormente seus domicílios enquanto, por fim, alguns pequenos produtores aparentemente foram ignorados pelos oficiais responsáveis por produzir o documento. Foi acrescentado, por fim, a viúva de um grande estancieiro, dentre os primeiros estabelecidos na região, assim como dois chefes de domicílio aparentados, um dos quais possuía arrendatário em suas terras¹⁵⁶.

A procura nominal pelos produtores rurais nos *livros de batismo* de Porto Alegre e Viamão permitiu ampliar o leque populacional estudado, pois os filhos dos chefes listados nas *Relações* foram identificados e inseridos no banco de dados. Por fim, produtores e parentes foram identificados nos róis de confessados de Viamão (ano de 1781) e Porto

¹⁵⁴ GARAVAGLIA, Juan. *San Antonio de Areco, 1680-1800: um pueblo de la campaña, del Antiguo Régimen a la modernidade argentina*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2009, p. 140s, 269; LE ROY LADURIE, Emanuel. *História dos camponeses franceses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol.1, p. 113; GOODY, Jack. Inheritance, property and women: some comparative considerations. In: GOODY, Jack, et al (org.). *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Londres: Cambridge University Press, 1976, p. 10-36, aqui, p. 10; FARIA, *A Colônia em movimento...*, *op. cit.*, p. 40. Sobre a situação de relativa autonomia das viúvas no Rio Grande de São Pedro, ver SELLISTER, Michelle. “*A viúva rica com um olho chora e com o outro repica*”: *viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2014. Dissertação de mestrado.

¹⁵⁵ HANNEMAN, Robert. Introducción a los métodos del análisis de redes sociales. In: *Revista Redes*, s/d, cap. 1, p. 13. Disponível na página revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Introduc.pdf. Acesso em junho de 2015.

¹⁵⁶ O tutor dos órfãos de Paulo Duarte dos Santos pagava o quarto dos animais procriados pelo arrendamento de terras pertencentes a Pedro Crisóstomo Fiúza (Inventário de Paulo Duarte dos Santos, de 1784, Primeira Vara da Família e Sucessão, n. 114, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul). Este Pedro Crisóstomo foi inserido ao grupo analisado.

Alegre (1782). Por exclusão, a operação permitiu identificar os domicílios de famílias moradoras da área rural que não eram nem proprietárias nem aparentadas de proprietários.

Até aqui, portanto, a delimitação da população a ser estudada se deu por três modos: 1 – o arrolamento dos produtores rurais e seus agregados descritos nas *Relações de moradores*; 2 – a busca pelos filhos casados dos proprietários rurais que viviam nas terras de seus pais ou de outro vizinho nos *livros de batismos* e nos *róis de confessados*; 3 – a identificação das famílias não aparentadas a proprietários rurais que foram encontradas a residir na área rural, de acordo com a organização dos *róis de confessados*. Há um quarto grupo, fundamental para esta pesquisa, que são os comerciantes ou indivíduos que em algum momento exerceram comércio. A delimitação deste grupo ocupacional não se baseou em uma fonte, mas na procura por indivíduos envolvidos com negócios em diferentes documentos, pesquisas publicadas e bases de dados.

A base de dados é composta pelo registro de 829 famílias nucleares ou indivíduos solteiros chefes de domicílio. Somam 196 produtores (proprietários de terras e/ou rebanhos ou agregados), 126 filhos de produtores ou de agregados, 35 outros parentes de produtores rurais (irmãos, netos, pais, sogros, sobrinhos), 68 domicílios de moradores da área rural não aparentados a proprietários rurais e 51 comerciantes. Por fim, outras 353 famílias ou indivíduos foram agregados por, em algum momento, terem sido escolhidos ou escolherem lavradores como compadres, dentre os quais encontramos padres, moradores da área urbana, militares e outros indivíduos. Nas próximas páginas explicaremos como delimitamos o corpo de comerciantes e como foram elaborados os parâmetros de avaliação do nível socioeconômico dos lavradores.

Comerciantes

A América portuguesa era um espaço de produção de mercadorias destinadas ao mercado europeu e oferecia condições à reprodução das hierarquias sociais e políticas metropolitanas. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se um mercado interno para abastecer a crescente população nativa ou radicada na América e, ao mesmo tempo, as estruturas sociais e políticas transformaram-se pelas mudanças nos contextos mais amplos do mercado internacional e pela atuação de novos agentes ou grupos sociais¹⁵⁷. Neste complexo processo, os comerciantes possuem um papel relevante.

¹⁵⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000; FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Em relação a Minas Gerais do século XVIII, Júnia Furtado verificou que os comerciantes possuíam vínculos de subordinação junto a grandes comerciantes metropolitanos, estabeleciam relações de clientela com potentados locais ou indivíduos dependentes e ocupavam cargos na administração real. Para além de seu papel comercial, que permitia o fluxo de recursos monetários da América para a Coroa e comerciantes metropolitanos, os negociantes participavam de uma cadeia política que hierarquizava sociedades territorialmente descontínuas e, assim, permitia a interiorização da metrópole¹⁵⁸. No mesmo sentido, como sintetizou Antônio Carlos Jucá, os comerciantes sediados no Rio de Janeiro ocupavam importantes cargos e ofícios na administração local e postos de Ordenanças, além de serem arrematadores de contratos régios. Assim, a elite mercantil, especialmente ao longo do século XVIII, tornara-se parte da base aliada que garantia a governabilidade colonial em favor da Coroa, como, por outro lado, a Coroa legitimava a posição social alcançada por estes comerciantes¹⁵⁹.

A tese de Helen Osório possui o mérito de ter demonstrado a real dimensão econômica dos comerciantes que atuavam no Rio Grande de São Pedro. Conforme os dados levantados nos inventários do período entre 1765 a 1825, esse grupo constituía a verdadeira elite econômica regional. Muitos destes negociantes eram originários da província portuguesa do Minho, possuíam relações com homens de grosso trato da praça do Rio de Janeiro e, quando possível, investiam em terras e animais. Osório abordou dois campos de sua atuação: o primeiro, o comércio marítimo que envolvia charque, sebo, chifres, couros e trigo oriundos do Rio Grande de São Pedro, e escravos e fazendas, embarcados no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia; o segundo, a arrematação dos contratos do município das tropas, da cobrança dos dízimos e do quinto dos couros e gado em pé. Em linhas gerais, Osório demonstrou os fortes vínculos econômicos entre o Rio Grande de São Pedro e as praças comerciais carioca e baiana¹⁶⁰.

A tese de Tiago Gil, por sua vez, analisou a constituição econômica e social do comércio de animais que ligava o Rio Grande de São Pedro a São Paulo em fins do século XVIII e início do XIX. Foram muitas as pessoas que montaram, conduziram e comercializaram tropas de animais ao menos uma vez, mas eram pouquíssimas aquelas que repetiam a operação. Estes últimos eram frequentemente enriquecidos produtores rurais,

¹⁵⁸ FURTADO, Júnia. *Homens de negócio*. São Paulo: HUCITEC, p. 2006, p. 46ss, 197ss.

¹⁵⁹ SAMPAIO, Antônio Carlos. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 459-484.

¹⁶⁰ OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

oficiais das Ordenanças ou milícias que se esforçavam em consolidar um crédito pessoal capaz de cativar a confiança de agentes com liquidez para fazer empréstimos. Esses capitães eram membros das elites locais, detinham poder de mando e, alguns deles, possuíam o privilégio ilegal de beneficiar-se do contrabando. Eles produziam e estavam envolvidos em cadeias de relacionamento de diferentes naturezas, como crédito ou matrimônio, as quais cruzavam os limites paroquiais e chegavam a outras capitanias. A trama social assim criada permitiu a efetivação de circuito econômico terrestre que ligava Viamão a Sorocaba¹⁶¹.

Em Porto Alegre, nos anos de 1780, os dois circuitos comerciais conectavam-se. A freguesia era a sede da câmara, sem ser vila, e ponto de referência obrigatório no caminho fluvial que ligava os portos de Rio Grande e Rio Pardo. Era, também, um dos pontos de passagem em direção ao interior do Continente. Semelhante papel político e econômico explica a presença de figuras eminentes na localidade, como o Provedor da Fazenda Real Inácio Osório Vieira, o grande comerciante e sargento-mor Manuel Bento da Rocha e o capitão Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, estancieiro genro do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e envolvido no comércio de tropas. Em Porto Alegre, enfim, encontramos tanto comerciantes ligados ao circuito mercantil fluvial e marítimo como ao terrestre, o caminho das tropas. Os registros mais antigos de parte dos comerciantes ora estudados datam de meados da década de 1770.

Em 1775, corria a guerra entre Portugal e Espanha pelo território da capitania do Rio Grande de São Pedro. Nesse momento, alguns dos comerciantes encontravam-se em atividade, vendendo farinha e outros mantimentos para abastecer as tropas luso-brasílicas. No maço 20 dos *Manuscritos avulsos da Fazenda Real*, encontramos alguns registros de compra de bens, como os seguintes: Manuel Fernandes Guedes vendeu 230 alqueires e uma quarta de farinha de guerra; Pedro José de Almeida vendeu 141 alqueires; José Guedes Luís, por sua vez, vendeu diversos gêneros além de farinha, como panos, aguardente, pratos de estanho e sal. A maior venda ficou por conta do sargento-mor Manuel Bento da Rocha e o capitão Manuel Fernandes Vieira, que venderam oito mil alqueires de farinha¹⁶².

Finda a guerra, todos eles decidiram permanecer em Porto Alegre, ao menos por algum tempo. Passados quase dez anos da venda de produtos no *front* de guerra, os comerciantes acima listados estavam reunidos num processo de inventário *post mortem* do criador e lavrador Antônio José Pinto, aberto em 1784, a cobrar dívidas pendentes. Manuel

¹⁶¹ GIL, Tiago. *Coisas do caminho. Tropeiros e seus negócios de Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2009.

¹⁶² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). *Manuscritos Avulsos da Fazenda Real*, maço 20, Diversos documentos - 1775, núm. 114, 143, 144, 168, 171, 174, 179, 180, 188, 178, 190, 192, 196.

Bento da Rocha cobrou 170 mil réis; José Guedes Luís, 41 mil; José Estácio Brandão, menos de cinco mil. Pedro José de Almeida, que passara a atuar como boticário, cobrava 37 mil por unguentos¹⁶³.

Esses agentes prestaram um serviço inestimável à Coroa portuguesa quando abasteceram as tropas que lutavam pela reconquista da vila de Rio Grande. Prestaram outros serviços ao rei, ainda na década de 1770 e na década seguinte, quando atuaram na Câmara, como vereadores e oficiais municipais. Adriano Comissoli demonstrou que uma parcela expressiva dos agentes camarários, cerca de um terço, vivia do comércio. José Guedes Luís foi juiz de barrete em 1774 e 1776. José Estácio Brandão foi escolhido para a Câmara nos anos de 1777, 1780, 1783 e, por fim, como juiz em 1787. Manuel Bento da Rocha, por sua vez, atuou duas vezes, uma em 1781, um ano antes de voltar para o Rio Grande¹⁶⁴.

O conjunto dos comerciantes, apesar de representarem uma camada superior nesta comunidade fronteiriça, não estava destacado do restante da sociedade. Aceitavam, inclusive, convites para se tornar parentes espirituais de jovens batizados e seus pais. José Estácio Brandão e sua esposa aparecem em 14 registros dos *livros de batismo* durante a década de 1780, sendo que a maioria dos seus afilhados eram filhos de produtores rurais. Manuel Bento foi escolhido como padrinho quase tantas vezes, mas por um público mais seletivo composto por alguns comerciantes e grandes criadores, sendo um deles tenente.

Como observou Júnia Furtado em sua obra *Homens de negócio*, os mercadores que atuavam nas Minas Gerais formavam um grupo heterogêneo e difícil de classificar. Em linhas gerais, advoga a autora, havia dois universos distintos, um composto por homens brancos e portugueses que dominavam o varejo e o atacado e, outro, composto por pequenos comerciantes de alimentos, frequentemente mulheres e negras¹⁶⁵. Em nosso estudo, os comerciantes pertencem todos, com uma exceção, ao primeiro grupo. A exceção é representada por Catarina Duarte, preta forrada provavelmente envolvida com a venda de alimentos e possuidora de quatro juntas de bois.

No inventário de Antão Silveira, lavrador falecido em 1782, encontra-se a cobrança de restos de uma dívida por parte do negociante Antônio Caetano Ramalhosa, que vendeu uma jovem escravizada Benguela de 14 anos. Antônio Caetano possuía, provavelmente, vínculos com fornecedores de cativos da praça do Rio de Janeiro¹⁶⁶. Por sua vez, Manuel

¹⁶³ Inventário de Paulo Duarte dos Santos, de 1784, Primeira Vara da Família e Sucessão, n. 110, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁴ COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008.

¹⁶⁵ FURTADO, Júnia. *Homens de negócio...*, op. cit., p. 230ss.

¹⁶⁶ Inventário de Antão Silveira, de 1782, Primeira Vara da Família e Sucessão, n. 97, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Duarte Santarém, em uma cobrança de dívida presente em um inventário aberto em 1786, é descrito como dono de loja localizada em Viamão. Vendia fazendas e, muito provavelmente, bebidas¹⁶⁷. Ainda que todos sejam designados como comerciantes, suas trajetórias eram bastante heterogêneas e os nichos ocupados, bem específicos. Ainda assim, eram homens brancos, dominavam os negócios e possuíam distinção social.

Os comerciantes mercadejaram nos *fronts* de guerra e em suas lojas, participaram da governança local e fizeram-se presentes na vida comunitária. Atuavam como compradores dos produtos locais e revendiam escravos e fazendas. Esta apresentação da forma como os negociantes foram identificados na documentação teve um propósito não apenas metodológico, como o de demonstrar a pertinência do problema levantado nesta pesquisa, que é avaliar os processos de vinculação deste setor junto aos diferentes segmentos produtores rurais. A forma como os produtores rurais foram identificados na documentação e posteriormente segmentados em termos econômicos será apresentada nos próximos tópicos.

Os produtores rurais e a documentação

Os principais documentos utilizados para identificar os lavradores são as *Relações de moradores*, feitos sob a ordem do Vice-rei do Brasil, cujo objetivo era conhecer a distribuição de terras no Rio Grande de São Pedro. O encarregado de organizar o documento foi o provedor da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira, que se baseou nos títulos comprobatórios fornecidos pelos proprietários fundiários e na *Relação* de cada distrito elaborada pelos respectivos capitães de tropas auxiliares¹⁶⁸. A representatividade da fonte para analisar a estrutura agrária, conforme Helen Osório, é bastante alta, tendo em vista o fato de serem aproximados a quantidade de sesmarias presentes nas *Relações* e o total de registros de sesmarias distribuídas entre as décadas de 1730 e 1780¹⁶⁹.

A versão das *Relações* depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foi escrita de modo caligráfico sobre um papel largo e claro. Há um bom espaçamento entre palavras e linhas. As descrições das propriedades fundiárias e das atividades rurais desenvolvidas são ricas. Para cada propriedade pode estar informada sua origem, antigos donos, a forma pela qual o atual possuidor a acessou, seu caráter jurídico e extensão, bem como o fato de haver

¹⁶⁷ Inventário de Manuel Vieira dos Amores, de 1786, Primeira Vara da Família e Sucessão, n. 126, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁸ OSÓRIO, *O Império Português...*, op. cit., p. 79s.

¹⁶⁹ OSÓRIO, *O Império Português...*, op. cit., p. 81.

ou não o documento de posse. A atividade do produtor é descrita de maneira lacunar: “é lavrador”; “vive de criar animais”; “vive de lavouras e de criação de animais”. Foi a presença de tal informação que permitiu a Helen Osório constatar o amplo predomínio de lavradores entre os produtores do Rio Grande de São Pedro, resultado que os inventários, isoladamente, não permitem¹⁷⁰. O tamanho dos rebanhos é tabelado ao lado direito da página. Há registro de alguns agregados e a descrição de suas atividades e rebanhos.

O contraste deste documento com as *Relações* depositadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul é expressivo. Nas *Relações* do AHRS, o formato da letra é razoável, inteligível, mas seu tamanho é menor e há pouco espaçamento entre palavras e linhas. O espaço da página, nesse sentido, é bem mais aproveitado nesta versão. As informações sobre as propriedades aparecem em menor quantidade, sendo mais sintéticas. O tamanho dos rebanhos é apresentado de forma corrida no corpo do texto, sem qualquer tipo de quebra de linha. Este documento é o chamado *borrador*, um rascunho.

Diferente do documento enviado ao Rio de Janeiro, os *borradores* das *Relações* depositadas no AHRS tendem a nomear os filhos dos produtores com mais frequência. Vamos tomar o caso do Tenente Cláudio Guterres, morador de Viamão, e comparar seus registros em ambos os documentos. Na versão enviada à capital do Vice-reinado, há uma descrição cuidadosa da fazenda ou sítio das Lombas, sua extensão e o fato de ser uma concessão de sesmaria feita pelo Vice-rei no ano de 1780 e depois confirmada por sua majestade em 1782. Afirma-se no documento que o tenente vivia da criação de animais e possuía, junto com dois filhos emancipados, mais de duas mil cabeças de animais, incluindo burros e burras. Por outro lado, no borrador do AHRS, há referência ao documento de propriedade, mas não há descrição do terreno. Há registros específicos para seus dois filhos, contendo as informações de que um possuía patente e as atividades desenvolvidas por ambos. Seus rebanhos são discriminados individualmente. Por meio deles, sabemos que das 1550 reses da família, 250 pertencem a um e, 300, a outro filho.

Nas *Relações* depositadas no AHRGS, há interessantes caracterizações pessoais. Bernardo Machado, de Viamão, é descrito como “sem vigor”, informação constante na margem do texto. Em Porto Alegre, Antônio Pereira recebe a alcunha de “Maneta”. André Silveira, por sua vez, é recebe a qualificação de “Cachasso”, termo que pode significar pescoço grosso e gordo, conforme o dicionário de Antônio Morais Silva, publicado em

¹⁷⁰ OSÓRIO, *O Império Português...*, *op. cit.*, p. 82s.

1789¹⁷¹. Mais interessante ainda: ao nome de José Antônio segue o termo “Charamba”, expressão que designa uma dança popular do folclore açoriano e madeirense, conforme o dicionário *Priberam*¹⁷². Tal descrição, mais do que as anteriores relacionadas à condição física visível das pessoas, faz referência a uma prática cultural, informação acessível apenas àqueles que tivessem maior tempo de contato com o indivíduo e sua comunidade.

As *Relações* enviada ao Rio de Janeiro, por sua vez, seguem rigorosamente as diretrizes dadas pelo Vice-Rei. Nela, as informações dos documentos de propriedade são o foco da atenção. A riqueza dos dados intrafamiliares presente nos *borradores* não foi aproveitada, efetuando-se uma descrição sintética das posses do conjunto da família. A alocação e ordenação das descrições de cada produtor é diferente pois, enquanto nos *borradores* é contínua, na *Relação* oficial de Viamão os indivíduos são divididos em duas listas, uma para aqueles que possuíam o título das terras e outra para os que não possuíam. No caso de Porto Alegre, os proprietários rurais são divididos entre os que possuem datas e os que vivem em terras localizadas ao sul do arroio da Azenha.

A comparação ora delineada faz perceber as particularidades de cada versão das *Relações*, resultantes dos objetivos e preocupações de seus autores. O *borrador* assemelha-se a um relatório de pesquisa de campo, no qual há uma descrição com pormenores das famílias, muitas das quais formadas por núcleos que não residem sob mesmo teto, mas compartilham os limites da mesma propriedade. Estão presentes até descrições mais pessoais dos indivíduos, acessíveis a quem entrou em contato ou, até, já conhecia o entrevistado. Por outro lado, a *Relação* oficial tem um caráter formal, pouco preocupado com particularidades, cujo foco estava voltado à situação jurídica das propriedades e o tamanho dos rebanhos. É um documento produzido em gabinete a partir dos *borradores* e dos títulos repassados pelos proprietários. Além disso, seu responsável pode ter contado com informações adicionais repassadas oralmente.

Restam-nos analisar dois documentos paroquiais, os *livros de batismos* e os *róis de confessados*. Estuda-se aqui uma sociedade na qual a Igreja Católica Apostólica Romana era hegemônica no espectro religioso. A submissão à Igreja de Roma e o aceite de seus dogmas formavam uma condição indispensável para participar da comunidade política sujeita ao rei de Portugal. Devido à instituição do padroado régio, os párocos eram os responsáveis pelo

¹⁷¹ Cachaço. In: MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario de lingua portuguesa*, vol. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível na página <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/cachaço>. Acesso em 02 de maio de 2018.

¹⁷² Charamba. In: *Diccionario Priberam*. Disponível na página: <https://www.priberam.pt/dlpo/charamba>. Acesso em 02 de maio de 2018.

registro da população, particularmente nos momentos decisivos da vida: nascimento, casamento e falecimento. Antes de falar dos documentos, é preciso conhecer melhor seus autores.

A tese de Denize Freitas oferece uma importante contribuição para entender o corpo social que elaborou boa parte da documentação histórica atualmente disponível. Conforme demonstrou a autora, os párocos de Porto Alegre apresentavam alto grau de mobilidade geográfica e não apenas ocupavam-se de regular a vida quotidiana de seus fregueses, como se viram envolvidos em conflitos com autoridades locais, possuíram propriedades fundiárias, foram acusados de “abusos” ou “relaxamentos” e, até mesmo, poderiam estabelecer relações ilícitas de concubinato. Eram eles, portanto, agentes históricos envolvidos com seus interesses e nem sempre dispostos a seguirem as normas estabelecidas¹⁷³.

A pergunta que Freitas levanta é das mais pertinentes: “que tipo de catolicismo se praticava”? Se os próprios párocos não executavam as normas estabelecidas, o que esperar de uma população constituída por tantos africanos, indígenas de diferentes parcialidades e mestiços? É a partir da resolução de tais questionamentos, adverte a autora, que poderemos analisar a documentação e estudar o quotidiano moral da população sem cair em discursos desqualificadores difundidos pela historiografia clássica¹⁷⁴.

Foram tais párocos os responsáveis pela elaboração dos livros de batismo e dos róis de confessados, os quais registram a participação dos fiéis em duas situações particularmente importantes da vida ritual católica, quais sejam, o batismo e a Páscoa. As principais normativas e orientações destinadas à realização do batismo e dos preparativos para a Páscoa na América encontram-se nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, organizadas pelo Arcebispo Dom Sebastião Monteiro de Vide em 1707 e publicado pela primeira vez no ano de 1719, em Lisboa

O batismo era a porta de entrada para a Igreja, único caminho possível para a salvação da alma, motivo que tornava o ritual e seu registro alvo de cioso cuidado por parte das autoridades eclesiásticas.¹⁷⁵ O batismo é o primeiro dos sacramentos e o único indivíduo autorizado a realizá-lo é o pároco da freguesia dos pais do batizando, abertas algumas exceções, especialmente ligadas a situações emergenciais. Outro sacerdote também poderia realizar, desde que sob autorização do pároco. Havia a obrigação de batizar as crianças em até oito dias a partir de seu nascimento, mesmo se pais escravizados não-cristãos não o

¹⁷³ FREITAS, Denize. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Porto Alegre: PPGH, 2017, p. 105ss. Tese de doutorado.

¹⁷⁴ FREITAS, *Para além do matrimônio...*, *op. cit.*, p. 119s.

¹⁷⁵ VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada de Antunes, 1853.

quisessem, mas os maiores de sete anos só poderiam ser batizados se o desejassem de boa vontade. O registro do batismo deveria ser feito em livro encadernado específico, custeado pela fábrica da Igreja, enumerado e assignado no alto pelo vigário geral ou por visitador. Na primeira folha deveria constar o nome da paróquia e, na última, o termo com enumeração das páginas. O descumprimento destas ordens poderia gerar punições, indo de multa pecuniária até prisão e, em caso de falsificação do livro, excomunhão¹⁷⁶.

As informações exigidas pelas *Constituições* eram poucas, como o nome do batizado, pais, padrinhos e pároco, bem como o nome da Igreja e o local de moradia dos padrinhos. Se o batismo fosse realizado em outra paróquia ou em casa, por necessidade, o registro deveria ser repassado para a paróquia de origem dos pais, posteriormente¹⁷⁷. Apesar de serem poucas as exigências, os párocos poderiam registrar mais informações, inclusive utilizando-se de expressões e qualificações próprias de suas localidades. O registro do nome dos avós e a naturalidade destes e dos pais é um exemplo. Apesar de regularmente serem registrados nos livros de batismo, não eram uma obrigação do pároco. Cor, condição jurídica e outros qualificativos sociais frequentemente acompanhavam as descrições dos presentes no batismo. Diferentes historiadores utilizaram-se de tais informações para estudar dos vínculos familiares e as hierarquias sociais dos períodos colonial e imperial¹⁷⁸.

Os livros de batismos utilizados nesta pesquisa são o *Primeiro livro de batismos de Porto Alegre* e o *Terceiro e Quarto livros de Batismo de Viamão*. Para elaborar o banco de dados foram utilizadas as transcrições digitalizadas no *Projeto Resgate de Fontes Paroquiais*¹⁷⁹, e revisamos os dados por meio da comparação com as imagens digitalizadas disponíveis na página da *Family Search*, propriedade da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Em relação aos dados de Porto Alegre, foi preciso acrescentar oito registros que não se encontravam na transcrição e realizar algumas correções de termos. Por sua vez, a transcrição de Viamão está mais completa que a imagem digitalizada, cujo

¹⁷⁶ VIDE, *Constituições primeiras...*, *op. cit.*, títulos X a XX, p. 14-31.

¹⁷⁷ VIDE, *Constituições primeiras...*, *op. cit.*, títulos XX, p. 28ss.

¹⁷⁸ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243 – 294; HAMEISTER, *Para dar calor...*, *op. cit.*; FARINATTI, L. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). In: *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 16, n. 3, set.-dez. 2014, p. 294-306; LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Uma família da Vila de São José: empregando a reconstituição familiar pormenorizada para elucidar a História Social. In: LIBBY, Douglas, et al (org.). *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 51-95; GUEDES, Roberto; AGUIAR, Júlia R. Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (Org.). *História social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, v. 1, p. 87-120.

¹⁷⁹ NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (Org.). *Projeto Resgate de Fontes Paroquiais: Porto Alegre e Viamão (século XVIII) – Batismos e Óbitos*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. [CD-ROM]

documento fotografado está muito danificado. A qualidade da transcrição deste documento se deve à experiência de sua responsável, a historiógrafa Vanessa Gomes, que conhece a fundo a documentação eclesiástica local.

O *Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre* e o *Quarto Livro de Batismos de Viamão* destinaram-se ao registro dos batismos de livres e de escravos, conforme está informado na introdução dos próprios documentos. O *Terceiro Livro de Batismos de Viamão*, por sua vez, destina-se exclusivamente ao registro dos “brancos”. O livro correspondente dos escravos está perdido, o que acarretou perda de informações até o ano de 1786. Ao todo, contabilizam-se 1889 registros de batismos do período entre 1781 e 1790. Para Viamão, contamos com 749 registros, dos quais 577 são de livres ou forros. Os registros de escravos, devido ao prejuízo resultante do extravio de um dos livros, foram obtidos de um recorte temporal diferentes (1786-91) e somam 172. Os registros de Porto Alegre somam 1138, dos quais 357 pertencem a crianças e adultos escravizados. Para os fins deste capítulo, interessam-nos os registros de batismos de filhos ou netos de produtores rurais, ou de moradores da área rural não aparentados a produtores rurais, os quais somam 647, ou 48% dos batismos de indivíduos livres realizados no período. A partir da informação do nome dos avós constantes no documento, foi possível montar os vínculos entre famílias nucleares.

Os róis de confessados representam outro produto do trabalho eclesiástico para manter o controle sobre a participação dos fiéis nos sacramentos e rituais realizados antes da Páscoa, o mais importante momento do ano litúrgico católico, quando se repete o ato primordial do sacrifício de Jesus Cristo, que tornou possível a redenção dos pecados da humanidade. A preparação para a Páscoa compreende um período de 40 dias, a Quaresma, momento em que cada fiel era obrigado a confessar os seus pecados e comungar, sob pena de excomunhão e pagamento de dois arreteis de cera, de acordo com as *Ordenações Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Para controlar a participação dos fiéis nestes tão importantes sacramentos, as *Ordenações* obrigavam os párocos a elaborar uma lista, o rol de confessados, no qual deveria constar o registro da participação dos fiéis nos sacramentos da Igreja¹⁸⁰.

A orientação das *Ordenações* é de que cada freguês deveria ser registrado com nome, sobrenome e local de residência, sendo que os assentos deveriam ser feitos casa por casa, separadas estas por um traço, incluindo-se cada um de seus membros com sete anos ou mais. No documento existe um modelo para elaboração dos róis, de acordo com o qual o domicílio de uma dignidade ou clérigo ficaria acima dos demais fregueses. Dentro do domicílio, a

¹⁸⁰ VIDE, *Constituições primeiras...*, *op. cit.*, títulos XXXV-XXXVI, p. 58ss

ordem é a do chefe e esposa, seguido pelos filhos e, por fim, por criado ou escravo. Os fiéis eram agrupados em seus domicílios e sua relação com o chefe do fogo era anotada, portanto¹⁸¹. A forma de organização do documento, nesse sentido, está associada a uma forma de representar as hierarquias de sociedade, na qual o poder espiritual da Igreja e o poder temporal do rei estavam à cabeça do corpo social, enquanto os chefes de domicílios eram os cabeças de suas famílias¹⁸².

Os *róis* de Viamão e Porto Alegre utilizados são, respectivamente, os dos anos de 1781 e 1782, escolhidos por serem aqueles com melhor qualidade de informações. Foram utilizadas as transcrições realizadas pelo *Projeto Resgate de Fontes Paroquiais*, coordenado pelos professores Fábio Kühn e Eduardo Neumann. Da população registrada em ambos os documentos é informada a idade, sendo que os moradores de todas as idades de Porto Alegre foram registrados, enquanto somente os que possuíam sete anos ou mais o foram, em Viamão. Os documentos apresentam muitos danos e perda de informação, situação significativamente resolvida por meio de uma sistemática recuperação dos registros danificados ou perdidos por meio da comparação dos domicílios de anos paralelos, atividade que foi explicada de forma minuciosa em outra oportunidade¹⁸³.

De modo a seguir o modelo das Constituições, os primeiros domicílios registrados pertenciam as mais importantes autoridades das localidades. A primeira parte dos fogos eram de moradores da área urbana de Porto Alegre ou do povoado de Viamão, seguida depois pelos registros dos domicílios rurais. Dentro dos domicílios, o primeiro indivíduo registrado, via de regra, era o marido e pai da família, seguido por esposa e filhos. Logo depois, eram arrolados os escravos e agregados. Nesse sentido, em cada localidade, eram registrados primeiramente os representantes da Igreja e do Estado e, em cada domicílio, o *pater familias*.

Classificação dos produtores: ocupação, rebanhos, propriedade fundiária e mão-de-obra

Conforme a teoria da estruturação de Anthony Giddens, os sistemas sociais são organizados por práticas sociais regularizadas ocorridas em encontros que se esvaem no

¹⁸¹ VIDE, *Constituições primeiras...*, *op. cit.*, títulos XXXVII, p. 61ss.

¹⁸² XAVIER, Ângela. HESPANHA, A. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António (coord.). *O Antigo Regime. História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 121-155; GIL, Tiago. *Coisas do caminho. Tropeiros e seus negócios de Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2009, p. 120ss.

¹⁸³ O trabalho foi executado por Ian Danilevicz e pelo autor desta tese entre os anos de 2008 e 2009, enquanto bolsistas de iniciação científica. A descrição dos procedimentos de recuperação encontra-se em GOMES, *Uma cidade negra...*, *op. cit.*, p. 271s.

tempo e espaço. Os agentes que executam tais práticas estão, eles próprios, localizados no tempo-espaço e no âmbito das relações sociais. A posição espaço-temporal é formada pelo posicionamento nas situações de co-presença com outros agentes, nas regiões de seus trajetos espaço-temporais cotidianos e no ciclo de vida. A posição social, por sua vez, está localizada na intersecção das estruturas de dominação, legitimação e significação¹⁸⁴. Em síntese, para entender a produção e reprodução de um sistema social, é preciso estudar o cotidiano dos agentes que se relacionam entre si, suas trajetórias espaço-temporais, bem como os recursos e regras que eram desigualmente disponíveis.

Para entender o sistema social formado pelos produtores rurais de Porto Alegre e Viamão no século XVIII, estudaremos uma prática de interação social específica, que nasce das escolhas de compadres e comadres. Analisaremos, igualmente, as formas de organização das famílias extensas a partir de um momento crítico, qual seja, a do falecimento de um dos pais e a divisão da herança. Para entender as lógicas destas práticas sociais, precisamos conhecer a localização das famílias no tempo e espaço e sua posição social. Nas páginas que se seguem, será realizada uma análise descritiva da posição social das famílias a partir do acesso a recursos de dominação alocativa e autoritária que lhes eram acessíveis. Isto é, será realizada uma análise econômica das atividades, bens rurais (rebanhos e terras) e da mão-de-obra (familiares, indivíduos escravizados e agregados) disponíveis a cada família. Esta análise produzirá variáveis a serem empregadas posteriormente no estudo das interações dos lavradores e da organização de suas famílias e, nesse sentido, ajudará a entender as práticas e mecanismos de produção do sistema social rural local.

A população alvo desta pesquisa é formada por agricultores que também eram criadores de rebanhos ou por produtores envolvidos exclusivamente na criação de animais. A forma ideal de delimitar suas diferenças econômicas seria a de pontuar a capacidade de produção de grãos ou farinha e a taxa de reprodução dos rebanhos, algo impraticável devido à inexistência de documentos semelhantes aos mapas de população paulistas dos séculos XVIII e XIX, os quais discriminam os domicílios em termos de membros e produção. Neste caso, utilizaremos as expressões empregadas para designar a ocupação dos produtores encontradas nas *Relações*, o tamanho e composição dos rebanhos, a extensão das terras e a mão-de-obra domiciliar disponível.

A forma de classificação das ocupações encontrada nas *Relações de moradores* enviadas ao Rio de Janeiro está de acordo como o pedido do Vice-rei ao Provedor da Fazenda Real para que este informasse “qual negócio em que se empregam os seus moradores, se na

¹⁸⁴ GIDDENS, *A constituição da sociedade*, op. cit., p. 97ss.

lavoura, se na criação de animais”. Ao analisar as classificações de todas as *Relações de moradores* do Rio Grande de São Pedro, Helen Osório encontrou 4 ocupações mais recorrentes: “lavrador”, “criador”, “criador e lavrador” e “mais lavoura que criação de animais”¹⁸⁵.

Nas *Relações de moradores* de Porto Alegre, há uniformidade neste aspecto, pois todos os produtores são *lavradores* ou *vivem de suas lavouras*. Pelo contrário, nas *Relações* de Viamão a situação não é simples. Existem diferenças significativas entre o borrador e o documento oficial, os quais precisam ser avaliados.

O borrador de Viamão tem por título “Relação de moradores Estancieiros e Casais transportados à custa da Fazenda Real de datas que lhe mandou dar o Coronel Governador José Marcelino em nome de sua Majestade”, de autoria do Comandante e Tenente da Cavalaria Auxiliar Cláudio Guterres. Duas classificações estão presentes neste título, quais sejam, *estancieiro e casal* receptor de *data*, termos que não respondem exatamente à solicitação do Vice-rei ao provedor. Na sequência do texto, em linhas gerais, a classificação da ocupação dos produtores é homogênea, com exceção dos quatro últimos registros, mas não se empregam as expressões presentes no título, estancieiro e casais. Em realidade, a totalidade das expressões se dividem entre “tem de sua criação” ou “lavrador que possui de sua criação”. A expressão “estancieiro” só consta num dos últimos registros, aparentemente escrito por outra pessoa e com rubrica do tenente Cláudio Guterres. Os últimos três registros são adendos feitos por uma terceira pessoa, cujo formato da letra é semelhante ao da *Relação* oficial.

Nas *Relações* oficiais, elaboradas pelo provedor, as expressões utilizadas são variadas: “tem fazendas povoadas com animais”, “vive da criação de animais”, “vive de suas lavouras”, “é lavrador”, “campo povoado com animais e é lavrador”, “tem criação de animais”, “vive de lavouras e da criação de animais”, “estabelecido com criação de animais e lavoura”, “vive das produções de seu sítio”, “vive de suas plantações”. Vê-se que o provedor Inácio Osório utilizou categorias diferentes daquelas da *Relação* produzida pelo tenente Cláudio Guterres. Provavelmente, adequou as expressões para respeitar o pedido do Vice-rei e, provavelmente, precisou contar com informações adicionais fornecidas oralmente.

Para elaborar as categorias de ocupação, vamos extrair informações das duas *Relações*. Uma das categorias a ser empregada é a de *lavrador*, utilizada de forma regular pelo tenente Cláudio Guterres, a qual fará referência aos classificados como “lavrador”,

¹⁸⁵ OSÓRIO, Helen. *O Império Português...*, op. cit., p. 81.

“vive de suas lavouras”, “vive de suas produções” ou “vive de suas plantações”. Como *criador*, serão classificados todos os que possuem rebanhos e não foram classificados como lavrador, o que inclui as expressões “tem criação de animais”, “fazendas povoadas com animais”, “vive da criação de animais” e o único “estancieiro”. Como *lavrador e criador* serão classificados os designados com as expressões “vive de lavouras e de criação de animais”, “estabelecido com criação de animais e lavouras”. Há alguns de casos de pequenos produtores, em geral agregados donos de diminutos rebanhos, que não foram classificados nem como lavradores, nem como criadores. Estes serão classificados como *dono de rebanho*, para diferenciar do *criador*. Alguns casos, como o de Antônio José Pinto, sem informação disponível em seu registro das *Relações*, foram complementados pelos inventários. A tabela seguinte evidencia como são realmente poucos os produtores não envolvidos com a produção agrícola.

Tabela 5 – Categoria ocupacional dos produtores de Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Categoria ocupacional	Total (absoluto)	Total (%)
Dono de rebanho	9	5
Lavrador	145	77
Lavrador e criador	26	14
Criador	7	4
Total Geral	187	100

Fonte: *Relação de moradores de Porto Alegre e Viamão*, AHRS e ANRJ.

O tamanho e composição dos rebanhos será o segundo parâmetro para tentar delinear a estrutura econômica, pois a pecuária era atividade generalizada e, conforme pontuou Osório, era o indicador que mediava a distinção entre os lavradores e criadores¹⁸⁶. No território que compreende atualmente o estado do Rio Grande do Sul e os países limítrofes Uruguai e Argentina, a presença de rebanhos bovinos revelou-se um fator econômico preponderante desde o século XVII. Importantes pesquisas realizadas sobre a pecuária regional utilizaram-se do tamanho destes rebanhos para delinear a estratificação econômica. De maneira, geral, os parâmetros estão relacionados à distribuição dos valores encontrados. No caso de Buenos Aires, no século XVIII, Juan Garavaglia define os estancieros como aqueles produtores que possuíam 40 ou mais cabeças de grandes animais (vacuns e cavalares)¹⁸⁷.

¹⁸⁶ OSÓRIO, *O império português...*, op. cit., p. 85.

¹⁸⁷ GARAVAGLIA, Juan. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una história de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

No caso do Rio Grande do Sul, em estudo baseado em inventários abertos no Rio Grande de São Pedro entre 1765 e 1825, Helen Osório utiliza-se dos parâmetros de 100 e 1000 cabeças de gado vacum para distinguir os lavradores dos pequenos e grandes criadores¹⁸⁸. Luís Farinatti, ao estudar os inventários de Alegrete, século XIX, faz uso de maior gradação ao estabelecer a hierarquia, pois os produtores são divididos nas faixas de 100, 500, 1000, 2000, 5000 e 10000 animais¹⁸⁹. No caso de ambas as pesquisas, o emprego de parâmetros elevados é pertinente por se estudarem contextos agrários caracterizados por rebanhos de grande dimensão.

Esse não é o caso de Porto Alegre e Viamão, pois em ambas as localidades predominavam os lavradores e pequenos criadores, conforme veremos adiante. Para todo o Rio Grande do Sul, Helen Osório encontrou uma média de 61 cabeças de reses possuídas pelos lavradores. Em Viamão e Porto Alegre, a média encontrada para este mesmo grupo é semelhante, de 65 cabeças. O alto desvio-padrão encontrado (de 68), no entanto, indica que a média não é representativa do conjunto, tornando os números mediano e modal mais indicados para análise. No caso, ambas as medidas tiveram como resultado o tamanho de 50 reses. Isto é, metade de todos os rebanhos de lavradores possuía até 50 cabeças, assim como o tamanho mais frequente apresentava esse valor.

A partir dos resultados acima obtidos, delimitados o primeiro grupo de produtores como os possuidores de menos de 50 animais. Tendo em vista a tendência de os valores apresentados nas *Relações* serem arredondados, utilizamos múltiplos de 100 para delimitar as faixas seguintes.

Tabela 6 - Faixas de produtores conforme quantidade de reses possuídas e tamanho mediano dos rebanhos, Viamão e Porto Alegre, 1784-5

Faixas de tamanho de rebanho de reses	Produtores		Núm. Mediano			
	#	%	Reses	Bois	Cavalos	Éguas
1. até 49	72	40,7	20	2	1	4
2. 50-99	46	26,0	50	4	2	12
3. 100-199	25	14,1	100	4	6	20
4. 200-299	14	7,9	200	6	4,5	20
5. 300-399	8	4,5	300	6	11	50
6. 400-999	7	4,0	520	8	20	50
7. 1000 ou mais	5	2,8	1900	30	50	380
Total	177	0,0	50	4	3	12

Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*, AHRS e ANRJ.

¹⁸⁸ OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p. 85.

¹⁸⁹ FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

Tabela 7 - Faixas de produtores conforme quantidade de reses possuídas e proporção de possuidores de potros e burros, Viamão e Porto Alegre, 1784-5

Faixas de tamanho de rebanho de reses	Proporção (para cada 10) de possuidores de	
	Potros	Burros
1. até 49	0,8	0,1
2. 50-99	3,5	0,0
3. 100-199	6,4	0,0
4. 200-299	6,4	0,0
5. 300-399	6,3	2,5
6. 400-999	8,6	3,3
7. 1000 ou mais	10,0	10,0

Fonte: Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão. AHRS e ANRJ.

Os proprietários de até 49 reses possuem as menores medianas de todos os rebanhos e praticamente não criavam potros. A posse de mais de uma junta de bois é comum a partir da segunda faixa de posse. Apenas a partir da terceira faixa as medianas de posse de equinos ultrapassam a mediana geral e a presença de potros torna-se comum. A presença de burros e o envolvimento com a produção de mulas surge apenas a partir da posse de 300 reses. A partir das 400 reses, a criação de potros é generalizada, mas o envolvimento com a criação de burros é completa apenas entre os proprietários de mil ou mais reses.

Elaborada esta distinção por faixas, criou-se uma distorção, pois em todas as faixas encontram-se produtores com rebanhos de bois ou equinos que se distinguem muito dos de seus colegas com semelhante posse de reses. Para contornar esse problema, definimos que a partir de um determinado limite de posse de todos os rebanhos, o produtor poderia ser classificado na faixa seguinte. Um caso pode ilustrar a necessidade da correção. Alexandre da Costa Luís, lavrador de Porto Alegre, possuía um rebanho de 50 reses e, por isso, deveria ser classificado na segunda faixa de posse. No entanto, seu rebanho de bois e cavalos é idêntico à mediana dos proprietários de mais de 200 reses. Além disso e mais importante, seu rebanho de éguas soma cem cabeças, um dentre os maiores da localidade. Por esse motivo, decidimos considerá-lo como pertencente à terceira faixa de posse.

Tabela 8 - Faixas de produtores conforme o tamanho dos rebanhos e a ocupação exercida, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Faixa de tamanho de rebanho	Dono de rebanho	Lavrador	Lavrador e criador	Criador	Total Geral
1. Até 49 reses (ou mais de 1 animal)	8	56	1	-	65
2 Entre 50 e 99 (ou mais de 60 animais)	1	55	2	-	58
3. Entre 100 e 199 reses (ou mais de 150 animais)	-	20	9	2	31
4. Entre 200 e 299 reses (ou mais de 250 animais)	-	11	-	-	11
5. Entre 300 e 399 reses (ou mais de 400 animais)	-	2	3	1	6
6. Entre 400 e 999 reses (ou mais de 500 animais)	-	1	6	2	9
7. 1000 ou maior (ou mais de 1200 animais)	-	-	4	3	7
Total Geral	9	145	26	8	188

Fonte: *Relação de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ.

Os lavradores concentram-se entre os possuidores de até 99 reses, com três quartos do total. Pouquíssimos, por sua vez, possuem rebanhos superiores a 300 reses ou 400 animais. Os lavradores-criadores tendem a ter mais de 100 reses ou 150 animais, enquanto uma parte significativa encontra-se nas duas últimas faixas, com mais de 400 reses ou 500 animais. Não há criador com menos de 100 reses e a maioria possui mais de 300 reses ou 400 animais. A faixa 6, nesse sentido, parecem delimitar o ponto de corte a partir do qual um produtor pode viver exclusivamente da produção de animais.

O terceiro parâmetro para distinguir as famílias de lavradores entre si é a extensão das posses ou propriedades fundiárias. Semelhante operação é muito delicada, pois a prática de medição de terras por agrimensores não era a regra, enquanto a descrição das qualidades ou particularidades do terreno, como seus limites naturais, a existência de matas ou os vizinhos contíguos, era comum e ponto de partida para as medições¹⁹⁰. No entanto, atente-se, muitas das propriedades ora analisadas foram demarcadas quando da distribuição das datas aos açorianos, enquanto outras foram alvo de medição aproximativa por parte dos proprietários, autoridades ou avaliadores de patrimônio quando da execução de inventários.

A extensão dos terrenos é informada em parte dos registros das *Relações*. O preto Afonso Veloso possuía um terreno de um quarto de légua. Amaro Machado possuía um

¹⁹⁰ GARAVAGLIA, Juan. ¿Como se mide la tierra? Las medidas en el Río de la Plata, siglos XVII-XIX. In: GARAVAGLIA, Juan; GAUTREAU, Pierre (ed.). *Mensurar la tierra, controlar el territorio. America Latina, siglos XVIII-XIX*. Rosario: Prohistoria Ediciones; State Building in Latin America, 2011, p. 27-61; GARAVAGLIA, Juan. *San Antonio de Areco, 1680-1800: um pueblo de la campaña, del Antiguo Régimen a la modernidade argentina*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2009, p. 228-44; 233ss; GIL, Tiago. *Coisas do caminho. Tropeiros e seus negócios de Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2009.

pedaço de campo com meio quarto de légua. Antônio José Pinto possuía uma estância de três léguas por uma, o tamanho ideal de uma sesmaria. Francisco Nunes da Costa, por sua vez, possuía uma data de 225 braças de terra, que equivale a quase um sexto da meia data de terras recebidas pelos casais ilhéus em 1772, na freguesia de Porto Alegre. Os maiores de todos os proprietários eram o padre João Diniz Alves de Lima e sua mãe, Dona Catarina de Lima, que possuíam 10 léguas de comprido por 1 de fundo. São três sesmarias! Uma dentre as menores porções de terras era a de Manuel Silveira Gonçalves, o qual possuía 160 braças desmembrados de uma data de terra, o que representa quase dez por cento da propriedade originalmente concedida.

De uma parcela significativa das propriedades não há informação exata de sua extensão. No entanto, em relação às datas de terras e chácaras, é possível fazer suposições. As datas de terras eram propriedades demarcadas e medidas, sendo que as concedidas em Viamão, no ano de 1770, possuíam o limite de 562.500 braças quadradas, ou um quarto de légua em quadra, ou 272 hectares. Em Porto Alegre, as datas concedidas dois anos depois possuíam metade do tamanho, 281.250 braças quadradas, ou meio quarto de légua em quadra, ou 136 hectares¹⁹¹. Conforme estudo já realizado, as chácaras são pedaços desmembrados de datas e, por isso, foram consideradas como de tamanho inferior¹⁹². Quando há referência a sesmarias, elas foram agrupadas em um único segmento, como superior a uma légua.

Os inventários forneceram informações adicionais. Conforme a *Relação de moradores de Porto Alegre*, Custódio Martins Braga possuía duas datas mais um pedaço de terreno. No inventário, as duas datas apresentam o tamanho de 250 braças, enquanto o outro terreno é um *retaço* de campo com 250 braças. Estamos diante de parcelas diminutas de terras, pois as três propriedades somadas resultam em metade de meio quarto de légua, ou metade de uma meia data de terra (68 ha). É preciso levar em consideração, portanto, que há registros não tão confiáveis.

Por fim, há uma parcela significativa de terrenos para os quais não é informada a extensão. Salvador Pinto Bandeira possuía um rincão pequeno, enquanto Antônio da Rocha Mendes possuía meio rincão. Francisco Ferreira, por sua vez, possuía um potreiro. Essas expressões permitem conhecer as características e funcionalidade das terras, mas não sua

¹⁹¹ RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul (século XVIII)*. Porto Alegre: SEC-RS, 1965.

¹⁹² GOMES, Luciano. *Uma cidade negra*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012, p. 132ss.

extensão. Infelizmente, ficaremos sem saber¹⁹³.

Ao considerar as condições dos dados disponíveis acima delineados, dividimos as posses fundiárias segundo faixas de extensão. As diferentes porções de terra possuídas por um único indivíduo foram somadas e consideradas como uma só. O primeiro nível de extensão foi definido como inferior a meia data de terras (menos de 136 hectares). O segundo nível de extensão compreende entre meia e uma data de terras (limite de 272 ha). O terceiro nível possui menos de meia légua quadrada (até 1088 ha). O quarto nível possui menos de uma légua (limite de 4355 ha), enquanto o último possui uma légua em quadra (4356 ha) ou mais. Por fim, as propriedades de extensão desconhecida foram agrupadas, pois quase todas foram classificadas como campos, rincões ou pedaços de campo.

Alguns exemplos podem ajudar a entender a distribuição dos proprietários pelas faixas. Antônio de Souza Brasil possuía uma data de terras em Viamão que “Ihe foi medida e entregue na forma dos demais”. Isto é, recebeu um quarto de légua em quadra ou 272 hectares, o que se encaixa no limite do terceiro nível de posse. Também em Viamão, Manuel Nunes Goulart possuía uma data de terras “medida como aos demais casais” mais um campo de meia légua em quadro comprado ao capitão Domingos Gomes Ribeiro. A soma das extensões de suas propriedades é de 1.361 hectares, o que coloca Manuel Nunes acima do limite da terceira faixa e dentro quarta. Abaixo, apresentamos a distribuição dos proprietários conforme a extensão de suas posses.

Tabela 9 - Produtores rurais conforme a extensão de suas propriedades fundiárias, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Extensão das terras (em hectares)	Total (absoluto)	Total (relativo)
1. Até 136	14	8,4
2. 136 - 272	83	50,0
3. 273 - 1088	16	9,6
4. 1089 - 4355	8	4,8
5. Superior a 4355	25	15,1
Sem informação	20	12,0
Total Geral	166	100,0

Fonte: Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão. AHRS e ANRJ.

¹⁹³ Um rincão era um pedaço de campo naturalmente cercado, tendo por limites rios ou matos, onde se poderia colocar o gado com segurança. O potreiro era um campo de pequena dimensão, próximo à estância, com pastagem e água para abrigar animais. Ver NUNES, Zeno; NUNES Rui. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982, p. 432, 393.

Ao se cruzarem as informações de ocupação e disponibilidade de terras, conforme a tabela abaixo, encontramos um padrão de distribuição bem definido. Os lavradores possuem extensões de terras as mais variadas, mas a maioria possui datas de terras com até um quarto de légua, ou 272 hectares. Excluídos os casos sem informação, os lavradores-criadores possuem terrenos maiores que datas de terras, enquanto os criadores possuem uma légua de terras ou mais. A possibilidade de se tornar um criador, e desta forma ter sido qualificado pelos contemporâneos, passava pela posse de propriedade fundiária de mais ampla extensão. Importa destacar, por fim, que apenas um dos nove *donos de rebanho* possuía terras. A categoria era formada, predominantemente, por agregados em terras alheias.

Tabela 10 - Produtores rurais conforme extensão de suas propriedades fundiárias e ocupação exercida, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Extensão das terras (ha)	Tem rebanho	Lavrador	Lavrador e criador	Criador	Total Geral
1. Até 136	-	13	-	-	13
2. 136 - 272	1	77	-	-	78
3. 273 - 1088	-	10	5	-	15
4. 1089 - 4355	-	4	2	-	6
5. Superior a 4355	-	10	10	4	24
Sem informação	-	14	2	3	19
Total Geral	1	128	19	7	155

Fonte: Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão. AHRS e ANRJ.

O quarto e último parâmetro é a disponibilidade de mão-de-obra domiciliar, informação encontrada nos róis de confessados. Helen Osório demonstrou que a maioria das unidades produtivas do Rio Grande de São Pedro dependia do trabalho familiar e sugeriu que o trabalhador escravizado representava um importante complemento laboral, argumento acompanhado por Ian Danilevicz para o caso de Viamão¹⁹⁴. Em estudo sobre Porto Alegre, ao constar a ampla dispersão da pequena posse escrava, a diminuta presença de agregados no interior dos domicílios e o fato de os escravos representarem mais de 40% da população adulta da área rural, argumentamos que o trabalho familiar e a escravidão de pequena dimensão representavam as duas bases associadas que sustentavam a economia agrária local¹⁹⁵. Tal avaliação foi retomada nesta tese, sendo tais conclusões válidas também para Viamão, conforme apresentado no primeiro capítulo.

¹⁹⁴ OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007; DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

¹⁹⁵ GOMES, Luciano. *Uma cidade negra*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012.

Um dos maiores benefícios de cruzar as *Relações* com os *róis* é o fato de podermos associar o tamanho das unidades domésticas à ocupação e aos bens rurais. Na tabela abaixo, está apresentado o total de domicílios por ocupação, o respectivo total de mão-de-obra disponível e a média de trabalhadores. Consideraremos que todos os adultos são trabalhadores, ainda que isto possa vir a ser uma ficção em alguns casos, particularmente no que diz respeito à ocupação dos jovens e mulheres das classes abastadas. Em linhas gerais, os lavradores detêm a grande maioria dos trabalhadores e sua média de membros por domicílio é relativamente alta, de 7,2 indivíduos. Os donos de rebanho são, de fato, pequenos criadores que contavam com limitada mão-de-obra, inferior a 4 indivíduos. Os lavradores-criadores e criadores apresentam elevada quantidade de pessoas sob seus tetos, em torno de 11 membros.

Tabela 11 - Domicílios e mão-de-obra conforme a ocupação dos produtores, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Ocupação	Total de domicílio	Total MDO	Média de trabalhadores por domicílio
Donos de rebanho	5	17	3,4
Lavrador	121	832	6,9
Lavrador e criador	23	249	10,8
Criador	4	46	11,5
Total	153	1144	7,5

Fontes: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCOMPA, 1781-2.

As médias de indivíduos nos domicílios de Porto Alegre é assemelhada, mas um pouco superior, às encontradas nas unidades produtivas de lavradores e *hacendados* de San Isidro, área produtora de trigo pertencente à cidade de Buenos Aires, em 1815. Enquanto os lavradores possuíam uma média de 6,2 indivíduos em seus domicílios, os *hacendados* possuíam uma média de 9,6¹⁹⁶. Estes últimos representariam, possivelmente, grandes produtores donos de chácaras, acompanhados por peões e cativos, talvez assemelhados aos lavradores-criadores de Porto Alegre e Viamão. Em outras localidades pertencentes a Buenos Aires, no entanto, os lavradores apresentam domicílios menores, como 4,3 em Lobos e 5,5 em Areco. A maior quantidade de trabalhadores nos domicílios de San Isidro se deve à participação de mão-de-obra externa ao domicílio, especialmente trabalhadores

¹⁹⁶ GARAVAGLIA, Juan. Los labradores de San Isidro (siglos XVIII-XIX). *Desarrollo Económico*, vol. 32, n. 128, 1993, p. 513-542.

escravizados. Tal situação faz Juan Garavaglia avaliar os lavradores de San Isidro como qualitativamente diferentes dos lavradores de Lobos e Areco e, por outro lado, assemelhados a estancieiros e *hacendados*¹⁹⁷.

Para os dados de Porto Alegre e Viamão, ao distribuímos os domicílios e trabalhadores por faixas de tamanho de rebanho, a tendência anterior não é encontrada. De fato, as faixas extremas apresentam resultados extremos, de quase 6 até o limite de 18 trabalhadores, da primeira à última faixa, respectivamente. No entanto, as faixas intermediárias apresentam resultados aproximados que não seguem uma sequência. A terceira faixa é superior à quarta e não é muito inferior à quinta. Esse resultado se deve, provavelmente, ao fato de que a pecuária ter sido uma atividade complementar na maioria das unidades produtivas e, por isso, o tamanho dos rebanhos não estava necessariamente ligado à quantidade de pessoas disponíveis para trabalhar. Além disso, e tão importante, ao fato de que o um único peão poderia lidar com algumas centenas de animais, de modo a não alterar a necessidade de trabalhadores nas faixas intermediárias de tamanho de rebanho¹⁹⁸

Tabela 12 - Domicílios e mão-de-obra (livre e escrava) conforme o tamanho do rebanho dos produtores, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Faixa de tamanho de rebanho	Total de domicílios	Total MDO	Média de trabalhadores por domicílio
1. Até 49 reses (ou mais de 1 animal)	45	248	5,5
2 Entre 50 e 99 (ou mais de 60 animais)	52	374	7,2
3. Entre 100 e 199 reses (ou mais de 150 animais)	29	234	8,1
4. Entre 200 e 299 reses (ou mais de 250 animais)	10	76	7,6
5. Entre 300 e 399 reses (ou mais de 400 animais)	6	55	9,2
6. Entre 400 e 999 reses (ou mais de 500 animais)	7	73	10,4
7. 1000 ou maior (ou mais de 1200 animais)	5	91	18,2
Total Geral	154	1151	7,5

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

Na próxima tabela, domicílios e mão-de-obra foram distribuídos conforme a extensão das terras disponíveis. Neste caso, a distribuição é mais fragmentada se comparada àquela que divide os domicílios conforme ocupações e, ao mesmo tempo, mostra-se patente um determinado padrão. Quanto maior é a extensão das terras, maior é a quantidade de

¹⁹⁷ GARAVAGLIA, *Los labradores...*, op. cit., p. 522.

¹⁹⁸ OSÓRIO, Helen. *O Império Português...*, op. cit., p. 154s; FARINATTI, *Confins meridionais...*, op. cit., p. 363.

indivíduos a trabalhar. Este padrão faz mais sentido ao se considerar que a maioria dos produtores são lavradores e a quantidade de grãos ou raízes cultivadas depende do *quantum* de terras e braços estavam disponíveis.

Tabela 13 - Domicílios e mão-de-obra conforme a extensão da propriedade fundiária dos produtores, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Faixa de extensão das terras dos pais de um ou ambos os casais (hectares)	Total de domicílios	Total de MDO	Média de trabalhadores por domicílio
1. Até 136	11	56	5,1
2. 136 - 272	69	470	6,8
3. 273 - 1088	15	120	8,0
4. 1089 - 4355	6	58	9,7
5. Superior a 4355	21	243	11,6
Não informada	18	119	6,6
Total Geral	140	1066	7,6

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

Ao cruzar as informações dos róis de confessados com as *Relações de moradores*, também se torna possível verificar a participação relativa de familiares, escravos e agregados na composição dos domicílios, conforme a ocupação dos produtores. Em linhas gerais, os lavradores contavam com o predomínio do trabalho familiar e pequena participação de agregados. Os escravos, por sua vez, representavam uma parcela muito significativa da mão-de-obra disponível, chegando a 40% do total. Os *donos de rebanho*, chefes de domicílio estabelecidos em terras alheias, não possuíam agregados sob seus tetos e poucos eram os indivíduos escravizados que lhes pertenciam. A mão-de-obra deste grupo era, predominantemente, familiar e livre.

Entre os lavradores-criadores, a presença de cativos era fundamental, passando da metade do total, enquanto os agregados apresentavam a participação mais elevada encontrada. O trabalho familiar permanece muito significativo, mas bem menos relevante que o encontrado entre os lavradores. Entre os criadores, por fim, o resultado apresentado está distorcido devido a presença de um criador proprietário de vinte cativos. Dos quatro criadores, dois apresentam predomínio de trabalhadores livres e, dois, de trabalhadores escravizados.

Tabela 14 - Composição da mão-de-obra dos domicílios conforme a ocupação do produtor, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

	Domicílios (abs.)	Familiares (%)	Escravos (%)	Agregados (%)	Total (%)
Dono de rebanho	5	76,5	23,5	0,0	100,0
Lavrador	121	55,0	40,5	4,4	100,0
Lavrador e criador	23	39,0	53,4	7,6	100,0
Criador	4	37,0	63,0	0,0	100,0
Total Geral	153	51,1	44,0	4,9	100,0

Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

Quando a composição da mão-de-obra é avaliada conforme o tamanho dos rebanhos, conforme a tabela seguinte, não encontramos um padrão. As faixas 3, 4 e 6, por exemplo, contam com idêntica participação de trabalhadores familiares (em torno de 40%), enquanto as faixas 1, 2 e 5 apresentam a participação de trabalhadores escravizados inferior a 40%. Os produtores das faixas 3 e 4 possuem duas das maiores participações de cativos. Se observada apenas a coluna de participação dos agregados, verifica-se que não há qualquer tendência. Tal configuração é um indicio importante do papel secundário da pecuária para a composição da mão-de-obra na localidade ora estudada, em virtude do tamanho limitado da maioria dos rebanhos.

Tabela 15 - Composição da mão-de-obra dos domicílios conforme o tamanho do rebanho do produtor, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Faixa de posse de rebanhos	Domicílios (abs.)	Familiares (%)	Escravos (%)	Agregados (%)	Total (%)
1. Até 49 reses (ou mais de 1 animal)	45	64,1	31,9	4,0	100,0
2. 50 - 99 reses (ou mais de 60 animais)	52	57,2	39,3	3,5	100,0
3. 100 - 199 reses (ou mais de 150 animais)	29	42,3	51,3	6,4	100,0
4. 200 - 299 reses (ou mais de 250 animais)	10	40,8	57,9	1,3	100,0
5. 300 - 399 reses (ou mais de 400 animais)	6	52,7	36,4	11,0	100,0
6. 400 - 999 reses (ou mais de 500 animais)	7	39,7	48,0	12,3	100,0
7. 1000 ou maior (ou mais de 1200 animais)	5	29,7	67,0	3,3	100,0
Total Geral	154	51,1	44,0	5,0	100,0

Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

Ao avaliarmos a composição da mão-de-obra conforme a extensão das terras possuídas pelos produtores, encontraremos o seguinte padrão: quanto maior a propriedade, maior a participação da mão-de-obra externa à família e menor, consecutivamente, o papel

desempenhado por familiares. Acima da meia légua quadrada (1089 ha), os escravos somavam mais da metade dos trabalhadores. Entre os proprietários de mais de uma légua quadrada (faixa 5), os agregados somam quase 8% do total. Em linhas gerais, portanto, quanto maior era a extensão das terras possuídas, maior era o investimento dos produtores em mão-de-obra escravizada e maior a necessidade ou possibilidade de atrair agregados.

Tabela 16 - Composição da mão-de-obra dos domicílios conforme a extensão da propriedade fundiária do produtor, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Extensão das terras (ha)	Domicílios (abs.)	Familiares (%)	Escravos (%)	Agregados (%)	Total (%)
1. Inferior a 136	11	62,5	35,7	1,8	100,0
2. Entre 136 e 272	69	57,9	38,7	3,4	100,0
3. Entre 273 e 1088	15	50,0	44,2	5,8	100,0
4. Entre 1089 e 4355	6	39,6	55,2	5,2	100,0
5. Superior a 4355	21	37,5	54,7	7,8	100,0
Imprecisa	18	61,3	37,8	0,9	100,0
Total Geral	140	52,0	43,6	4,4	100,0

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

Quando o patrimônio agrário e a mão-de-obra disponível aos produtores são avaliados a partir da classificação ocupacional, verifica-se uma diferença significativa entre os lavradores, por um lado, e criadores e lavradores-criadores, por outro. Os dois últimos grupos são ricos, se comparados ao primeiro. No entanto, a análise da estratificação a partir da ocupação é limitada por ser bastante genérica, especialmente ao se considerar que a maioria dos produtores se encontra sob a categoria de “lavrador”. Por outro lado, quando a população é segmentada pelo tamanho e variedade dos rebanhos possuídos, verifica-se pequena matiz nos setores intermediários. Os possuidores de mais de 50 e menos de 300 reses apresentam um efetivo médio de trabalhadores mais ou menos semelhante. *O parâmetro que melhor distingue a riqueza dos indivíduos em termos de bens produtivos e mão-de-obra é a extensão das terras. Quanto maior a propriedade fundiária, maior é a quantidade de rebanhos possuídos e maior a quantidade de mão-de-obra disponível.*

No primeiro capítulo, apresentamos a hipótese de que algumas freguesias do Rio Grande de São Pedro voltadas para a produção agrícola desenvolveram um sistema de mão-de-obra camponês e pequeno-escravista. A documentação utilizada foram os *mapas de população* e os *róis de confessados*, os quais indicaram significativa participação demográfica de cativos adultos, um perfil assemelhado ao encontrado no sul de Minas, modelo de uma economia escravista voltada para o abastecimento interno. Por oposição, tais freguesias apresentavam uma participação populacional cativa bastante superior àquela

encontrada em localidades onde predominava o trabalho familiar, como Sorocaba ou as freguesias e vilas catarinenses voltadas principalmente para a produção de farinha de mandioca.

O presente tópico permite avançar o debate proposto, especialmente por inserir variáveis fundamentais, quais seja, ocupação, extensão de terras e rebanhos. Quando se considera a população escravizada de Porto Alegre e Viamão, conforme o mapa de população de 1780, os totais somam 32 e 35%, respectivamente. Quando considerados exclusivamente os produtores rurais classificados como lavradores nas *Relações* e registrados nos *róis de confessados*, o total de cativos chega a 40% dos membros de seus domicílios, em ambas as localidades. Quando considerados os donos de terras com extensão típicas de data de terras, o valor correspondente é de 39%.

Tomados como conjunto, os pequenos e médios produtores, possuidores de limitadas extensões fundiárias, dispunham de dois escravos para cada três trabalhadores livres. A participação da mão-de-obra cativa, portanto, é bastante aproximada à de familiares e agregados, o que evidencia uma dependência realmente significativa em relação ao escravismo. Das 121 unidades domésticas para as quais dispomos de informação, apenas 20% não dispunham de cativos. Em um terço das unidades que contêm escravos o número destes é superior ao de livres. Os não-escravistas são poucos, portanto, e razoável é a presença de lavradores com predomínio de trabalhadores cativos. Além disso, deve ser lembrado que os trabalhadores escravizados eram alvo de exploração mais intensa. Como demonstrou Carlos Bacellar, as unidades produtivas sorocabanas que detinham cativos tendiam a ter maior produção do que as de idêntico tamanho, mas compostas exclusivamente por pessoas livres¹⁹⁹.

Lavradores-criadores e criadores conformam um grupo decididamente escravista. Das 28 unidades domésticas para as quais dispomos de informação, 17 apresentam mais escravos do que familiares e 3 apresentam valores idênticos. Este setor, de fato, representa a elite econômica rural, destacando-se das demais famílias livres e produtoras pela elevada posse de rebanhos e terras, manejados por um contingente predominante de escravos. Para o caso de Buenos Aires e o Rio Grande de São Pedro, Juan Garavaglia e Helen Osório, respectivamente, demonstraram que o grupo dos lavradores e criadores eram os mais enriquecidos dos produtores. Em Viamão, especificamente, a situação não era diferente. As maiores posses ou propriedades de terras plantava-se trigo cultivado por trabalhadores

¹⁹⁹ BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2001, p. 156.

cativos, os quais também deveriam trabalhar no cuidado dos rebanhos.

O presente tópico trouxe elementos importantes para pensarmos o modelo de arregimentação de trabalhadores encontrado em Porto Alegre e Viamão, o qual designamos como *camponês e pequeno-escravista*. A terra era o elemento fundamental porque definia a capacidade ótima de trabalhadores de cada unidade produtiva, fossem eles filhos crescidos ou indivíduos escravizados comprados ou nascidos sob o teto senhorial. *O escravismo de pequena dimensão era fundamental (e não complementar) porque fornecia uma parte importante do conjunto dos trabalhadores e por se revelar enquanto um elemento sine qua non para a expansão dos trigais e rebanhos e, conseqüentemente, para o enriquecimento de seus proprietários.*

Os não proprietários de terras

Um dos temas mais delicados no estudo das sociedades rurais é o do acesso ao uso da terra por parte de famílias ou indivíduos não proprietários. Dentre as principais dificuldades para o historiador encontra-se o fato de que tal prática, via de regra, possuía um caráter informal e não gerava documentos escritos. Resultava do trabalho nas terras de parentes, de acordos com o proprietário ou do apossamento de terrenos não ocupados, situações que poderiam envolver vínculos de clientela, entendimentos comunitários ou conflito aberto sobre o domínio das terras. A discussão a seguir delineada aborda dois fatores elementares: 1 – a disponibilidade de terras e a figura do agregado, e; 2 - a relação entre núcleos familiares aparentados, mas não-co-residentes, e o compartilhamento da propriedade fundiária.

Na história do Brasil, a existência de fronteiras abertas na expansão luso-brasílica permitiu, em diferentes tempos e lugares, o acesso autônomo a parcelas de terras por parte de indivíduos e famílias com os mais diferentes níveis de riqueza. Em Pernambuco e Alagoas, no período colonial, a alternância de fases de crescimento e decadência da lavoura canavieira permitiu a expansão de um campesinato independente frente aos senhores de engenho e autoridades reais. No entanto, como avaliou Guillermo Palácios, a conjugação de um período de *boom* da produção de açúcar à demanda de soldados para as guerras do Sul, no século XVIII, impediu a reprodução deste campesinato e forçou expressiva parcela desta população a ficar sob a dependência de um senhor fundiário para evitar o alistamento. Desta forma, conclui o autor, consolidou-se a figura do agregado subordinado a um grande

proprietário de terras²⁰⁰. A obra de Palácios é pertinente no sentido demonstrar a necessidade de analisar de forma contextual a corriqueira figura do agregado.

Em trabalho dedicado exclusivamente aos agregados de Itu, em fins do século XVIII e início do XIX, Eni de Mesquita Samara define que o agregado poderia assumir diferentes posições periféricas na família patriarcal, como parente, amigo ou estranho recém-chegado. O ponto comum entre as diferentes situações em que viviam os agregados era o fato de que não possuíam qualquer porção de terras ou casa própria, o que obrigava a entrar em acerto com os proprietários. A autora faz a ressalva de que o agregado poderia construir uma casa, desde que obtivesse autorização para isso. A autora enfatiza que os agregados formavam uma camada social, caracterizada como flutuante e complexa²⁰¹

Para Eni Samara, as formas de agregar-se a outro domicílio modificaram-se entre a época das bandeiras e a da agricultura de exportação. Neste último período, o emprego de africanos e seus descendentes escravizados para desenvolver as atividades da lavoura e dos engenhos dificultou o aceite de agregados por parte dos produtores rurais, situação compensada pela demanda de trabalho nas áreas urbanas. Portanto, conforme a autora, o nível de oferta de trabalhadores escravizados poderia aumentar ou diminuir as possibilidades de indivíduos ou famílias se agregarem em terras de produtores rurais. A inversão da situação encontrada em Itu pode ser verificada em São José dos Pinhais onde, conforme Cacilda Machado, a pequena e decrescente participação de cativos ao longo do século XIX forçou os produtores a disputarem agregados, resultando em um aumento da pressão sobre este grupo social. Em ambas as localidades, a migração de homens tornou predominantemente feminino o conjunto dos agregados²⁰².

A noção de que o agregado (ou qualquer outra forma de ocupante de terras de terceiros) era um completo despossuído, fosse de recursos materiais, sociais ou políticos, pode ser um engano. Eni Mesquita demonstrou existirem agregados donos de cativos que eram filhos de proprietários fundiários em Itu. Outra pesquisa que demonstrou tal realidade foi a de Hebe Mattos, sobre Capivari do Sul, uma região agrícola fluminense periférica, em meados do século XIX. Nesta época, a dificuldade de comprar escravos levou à crescente incorporação de agregados e ao surgimento das *situações*, parcelas de terras localizadas no interior de propriedades sobre as quais os situados possuíam direitos, inclusive de vendê-las,

²⁰⁰ PALÁCIOS, Guillermo. *Campeinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UNB, 2004.

²⁰¹ MESQUITA, Eni Samara de. Lavoura Canavieira e Trabalho Livre. In: Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005, p. 55-193. Aqui, p. 94s, 151, 161s.

²⁰² MESQUITA, Lavoura Canavieira..., *op. cit.*, p. 95,s, 109s; MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 50ss.

independente da vontade do dono da propriedade. Havia, inclusive, um mercado de situações²⁰³. A condição do agregado e de seus recursos não pode ser considerada de forma automática, bem como o meio social em que vivia.

Pressões sociais, reciprocidade, violência ou simples tolerância poderiam marcar as formas de relacionamento entre agentes sociais desiguais em torno do uso da terra. Em estudo baseado nas cartas trocadas por Juan Manuel de Rosas com os administradores de suas estâncias em Buenos Aires, Jorge Gelman identifica uma série de situações nas quais Rosas, enquanto estancieiro, teve de aceitar práticas camponesas que o próprio, enquanto governador, havia proibido. Dentre elas, estão os direitos de arrendatários de venderem porções de terras ocupadas com plantações e construções, as chamadas *poblaciones*, e a liberdade para caçar avestruzes. Conforme aponta Gelman, os *pobladores* poderiam servir aos interesses do proprietário ao estarem disponíveis para trabalhar em certos períodos do ciclo agrário ou vigiarem os limites da propriedade, o que implicava no estabelecimento de uma relação de reciprocidade, talvez de estilo clientelista. No entanto, algumas situações poderiam representar sérios problemas quando, por exemplo, animais eram misturados ou quando o gado dos ocupantes invadia as plantações do proprietário²⁰⁴.

É evidente que, de modo geral, o indivíduo que se agregava às terras ou casa de um proprietário encontrava-se em uma situação relativamente desvantajosa e, mesmo, precária. No entanto, isso não implica avaliar antecipadamente a situação como de plena subordinação social. Pelo contrário, em cada momento e local, alternativas e recursos estavam disponíveis aos despossuídos de terras, os quais eram empregados quotidianamente no trabalho de reprodução da vida material e política. A subordinação ou a independência devem ser considerados não uma condição antecipada, mas um problema histórico a ser investigado²⁰⁵.

O segundo fator a ser debatido é a relação entre núcleos familiares não-co-residentes e o compartilhamento da propriedade fundiária. As escolas da demografia histórica francesa e inglesa aportaram uma descoberta decisiva sobre a organização das famílias europeias da Idade Moderna, qual seja, o predomínio das famílias nucleares (formadas por marido, mulher e filhos). No Brasil, os historiadores demógrafos vinculados à USP, liderados por Maria Luísa Marcílio, chegaram à constatação semelhante no que diz respeito às antigas famílias paulistas. Análises dos mapas de população desta região, dos séculos XVIII e XIX,

²⁰³ MESQUITA, Lavoura Canavieira..., *op. cit.*, p. 115, 126; MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Editora FGV, Faperj, 2009, p. 97ss.

²⁰⁴ GELMAN, Jorge. Un gigante com pies de barro. Rosas y los pobladores de la campaña. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE; Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses*. Buenos Aires, EUDEBA, 1998, p. 223-240.

²⁰⁵ Sobre este aspecto: FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010, p. 438ss.

demonstraram o predomínio das famílias com diminuto número de membros. Na Europa como no Brasil, chegou-se ao entendimento de que os modelos de família patriarcal ou de família-estirpe (formada pelo chefe da casa, mulher, filhos solteiros e casados, outros parentes, escravos e criados ou agregado), como formulados por Frédéric Leplay ou Gilberto Freyre, não eram predominantes, como por muito tempo se supôs²⁰⁶.

Ainda que a constatação do predomínio da família nuclear seja correta, é preciso atentar para o fato de que as metodologias de reconstituição de domicílio ou de análise de censos anuais possuem limitações próprias que impedem a compreensão de fenômenos que ultrapassam os limites domésticos. Não permitem conhecer o funcionamento das relações entre famílias consanguíneas não-co-residentes e, mesmo, dos vínculos comunitários²⁰⁷.

Um primeiro aspecto que deve ser avaliado diz respeito à relativização do predomínio da família nuclear, que não implica a inexistência de relações entre mais de uma geração familiar. Lutz Berkner, em pesquisa sobre famílias camponesas da Suíça do século XVIII, demonstrou que a modelo de família-estirpe, apesar de relativamente pouco frequente, possuía um espaço estrutural desde o ponto de vista do ciclo de vida familiar. A presença de mais de três gerações familiares a residir ao mesmo tempo era comum nos domicílios com jovens chefes de fogo, que estavam acompanhados não apenas de filhos, como dos pais que não possuíam mais condições para governar suas casas²⁰⁸. Além disso, famílias estirpe não necessariamente dividiam o mesmo teto e poderiam vir a ser vizinhas no interior da mesma propriedade. A decisão por residir em um único domicílio, ou não, poderia resultar de diferentes tipos de acordos estabelecidos entre pais e filhos casados²⁰⁹.

A família camponesa não se resumia ao espaço limitado pelas paredes da casa. Giovanni Levi, em sua obra *Herança Imaterial* demonstrou o papel decisivo representado pelos vínculos parentais entre famílias não-co-residentes de arrendatários de uma comunidade rural piemontesa do século XVIII. A diversificação das atividades produtivas, a concessão de dotes, a forma de lidar com a justiça e parentes incriminados, tudo passava pelo crivo das famílias consanguíneas aliadas e organizadas de modo hierarquizado. É importante destacar o fato de que quanto mais frágil era a organização grupal, maior era o

²⁰⁶ ANDERSON, *Elementos para a História da Família...*, *op. cit.*; WRIGLEY, E. A. *Historia y población: introducción a la demografía histórica*. Barcelona: Crítica, 1994; MARCÍLIO, Maria Luisa. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. Editora São Paulo: HUCITEC, 2000; SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

²⁰⁷ ANDERSON, Michel. *Elementos para a História da Família...*, *op. cit.*

²⁰⁸ BERKNER, Lutz. The stem family and developmental cycle of the peasant household: an eighteenth-century austrian example. *The American Historical Review*, vol. 77, n. 2, 1972, p. 398-418.

²⁰⁹ GOODY, Jack. Inheritance, property..., *op. cit.*, p. 22, 29; LE ROY LADURIE, Emanuel. *História dos camponeses...*, *op. cit.*, p. 113s.

nível de dependência de tipo clientelista em relação a um nobre²¹⁰.

As obras de Berkner e Levi enfatizam a necessidade de estudar os vínculos entre núcleos familiares que pertencem a gerações distintas, principalmente quando os filhos dependem das terras paternas para constituir novos domicílios após o casamento. A relação entre o núcleo ascendente e os descendentes constituem em fatores decisivos para a reprodução não apenas familiar, como social. Além disso, é preciso investigar em que medida a distância, o falecimento ou pobreza dos pais afeta a organização e os recursos de jovens casais recém-chegados a uma localidade. As obras acima abordadas indicam a necessidade de abordar uma série de questões pertinentes às condições dos indivíduos e famílias não possuidoras de terras em um ambiente rural. A partir destes questionamentos, a pesquisa que se segue avalia se os não proprietários de terras eram ou não parentes dos proprietários fundiários; se residiam sob teto de terceiro ou próprio; e se era possível acumular algum tipo de recurso, material ou humano. Nos próximos capítulos, poderemos avaliar se o tipo de vínculo entre não-proprietário e proprietário envolvia algum tipo de dívida social. Estes são alguns pontos decisivos para a elaboração desta tese. Vejamos como os dados foram elaborados e que grupos de análise foram constituídos.

Agregados chefes de domicílio

A *Relação de moradores* informa quem eram os indivíduos agregados produtores rurais. A partir das *Relações* e dos *livros de batismos*, foi possível identificar os filhos e outros parentes dos proprietários fundiários. Por fim, os *róis de confessados* caracterizam a composição dos domicílios de inúmeros indivíduos, dentre os quais podemos encontrar tanto parentes dos proprietários como núcleos domésticos sem qualquer vínculo familiar com donos de terra. Por este meio constituíram-se três grupos a serem analisados: 1 – das famílias de agregados que possuíam residência e produção própria, 2 – os casais formados por ao menos um parente de proprietário rural (identificados nos livros de batismo) e, por fim, 3 – os domicílios de moradores da área rural que não apresentassem nenhum vínculo familiar com donos de terra. São três, por fim, as variáveis a serem analisadas: se o grupo doméstico foi classificado como agregado (isto é, vivia em terras alheias); se o indivíduo ou grupo doméstico era ou não parente de algum proprietário fundiário; quanto à composição do seu domicílio, se dependia exclusivamente do trabalho próprio ou familiar ou contava com trabalho extrafamiliar. Começamos pelos agregados produtores rurais.

²¹⁰ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Do conjunto de 30 agregados produtores rurais listados nas *Relações*, 17% de todos os listados no documento, foi possível identificar os pais de 23 deles. Destes, 21 são filhos de donos de terras, o que indica o caráter eminentemente familiar do vínculo, como já evidenciara Helen Osório para o conjunto dos agregados no Rio Grande de São Pedro²¹¹. Destes 21, 12 são filhos de proprietários de terras com até 272 ha, 3 são filhos de proprietários de terras com mais de 272 ha e menos de 4356 ha, enquanto 5 são filhos de proprietários de 4356 ha ou mais. Um, por fim, tem como pai um dono de campo com extensão desconhecida. Os agregados já foram analisados junto aos demais produtores rurais, mas terão seus dados novamente utilizados, só que desta vez de forma exclusiva.

Foram encontrados 19 dos 30 agregados listados nas *Relações* como chefes de família nos *róis de confessados*. Estes agregados constituíam unidades domésticas e, portanto, não residiam sob o mesmo teto do proprietário. Encontramo-nos diante de uma constatação bastante interessante: o termo “agregado” é usado para designar situações diferentes quando comparamos os *róis* com as *Relações*. No primeiro documento, o agregado era um indivíduo solteiro a residir no teto do proprietário a quem se agregou e, particularmente para o caso de Porto Alegre, apenas uma pequena parte residia em domicílios rurais²¹²; nas *Relações*, por sua vez, o agregado é um chefe de domicílio com uma economia relativamente autônoma, mas possivelmente vinculada a dos pais. Neste sentido, a complexidade das situações encontradas em Porto Alegre é semelhante a encontrada por Eni de Mesquita Samara e merece uma discussão sobre a definição de agregado proposta pela autora, o que será realizado logo adiante²¹³.

Os responsáveis por cada documento, preocupados e orientados por diretrizes e objetivos específicos, foram capazes ou sentiram a necessidade de observar determinados vínculos entre proprietário e agregado, mas não outros. O padre responsável por elaborar os *róis*, por seguir o que reza as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, identificava como chefe de fogo qualquer homem ou mulher casado com casa ou rancho próprio, independente se era ou não o dono das terras. Já os capitães de distrito, ao elaborarem as *Relações*, preocuparam-se em evidenciar os possuidores de rebanhos ou lavouras próprias que se encontravam em terras de terceiros. É preciso, portanto, estar atento aos modos de produção dos documentos para entender os tipos de relações sociais neles registrados.

Para diferenciar as duas realidades observadas a respeito dos indivíduos e famílias

²¹¹ OSÓRIO, *O império português...*, *op. cit.*, p. 93-100.

²¹² De acordo com os *róis de confessados de Porto Alegre* de 1782, 90% dos agregados residiam em domicílios localizados na área urbanizada da freguesia. Ver GOMES, *Uma cidade negra...*, *op. cit.*, p. 77.

²¹³ SAMARA, *Lavoura canavieira...*, *op. cit.*, p. 55s.

classificadas como *agregados* e evitar ambiguidades, utilizaremos as seguintes expressões: “agregados chefes de domicílio” residiam nas terras de terceiros e possuíam lavouras e/ou rebanhos, como descrito nas *Relação de moradores*, e chefiavam núcleos familiares, conforme os *róis de confessados*; os “agregados solitários” são os indivíduos que residiam sob teto de um chefe de domicílio, conforme os *róis de confessados*. Os primeiros estavam agregados sobre o solo, enquanto os segundos, sob o teto.

Podemos calcular a mão-de-obra disponível aos agregados chefes de domicílio e tentar avaliar em que medida os recursos paternos podem estar associados ao formato de suas unidades domésticas. Na tabela seguinte, os totais de domicílios e da mão-de-obra dos agregados chefes de domicílio estão distribuídos conforme ocupação de seus pais. Verifica-se que os filhos dos lavradores apresentam famílias diminutas, enquanto os filhos de lavradores-criadores apresentam famílias grandes, com cerca de onze indivíduos. Estes eram agregados chefes de verdadeiras casas-grandes.

Tabela 17 - Número de domicílios e mão-de-obra dos agregados chefes de domicílio conforme a ocupação dos pais, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Ocupação do pai de um dos cônjuges	Total de domicílio	Total MDO	Média de trabalhadores por domicílio
Sem pais proprietários	3	10	3,3
Lavrador	9	22	2,4
Lavrador e criador	7	76	10,9
Total Geral	16	98	6,1

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCOMPA, 1781-2; *Livros de batismos de Porto Alegre e Viamão*, AHCOMPA.

Na tabela abaixo, a composição dos domicílios dos agregados chefes de domicílio foi avaliada conforme a ocupação paterna. Os agregados chefes de domicílio filhos de lavradores apresentavam pequena, mas não desprezível, participação de cativos, contando com predominante mão-de-obra familiar. Os filhos de lavradores-criadores, por sua vez, apresentavam pequena participação de familiares, enquanto era predominante o trabalho escravizado e faziam-se presentes agregados solitários. É importante frisar: os agregados chefes de domicílio que eram filhos de ricos dispunham de agregados sob seus tetos.

Tabela 18 - Composição (%) da mão-de-obra obra disponível aos agregados chefes de domicílio conforme ocupação dos pais, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Ocupação dos pais de um ou de ambos os cônjuges	Familiares	Escravos	Agregados	Total MDO
Sem pais produtores	70,0	30,0	0,0	100,0
Lavrador	81,8	18,2	0,0	100,0
Lavrador e criador	32,9	55,3	11,8	100,0
Total Geral	43,9	46,9	9,2	100,0

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2; *Livros de batismos de Porto Alegre e Viamão*, AHCMPA

Por fim, quando os agregados chefes de domicílio são distribuídos conforme a extensão das terras paternas, torna-se mais evidente o papel da posse ou propriedade fundiária na reprodução das famílias dos descendentes: os filhos de donos de, no máximo, datas de terras, apresentam pequeníssima participação de cativos, enquanto os filhos dos que tinham terras mais amplas eram, de fato, escravistas e contavam com o trabalho de agregados solitários.

Tabela 19 - Composição da mão-de-obra disponível aos agregados chefes de domicílios conforme a extensão da propriedade fundiária dos pais, Porto Alegre e Viamão,

Faixas de extensão das terras dos pais de um ou ambos os membros dos casais (ha)	Familiares	Escravos	Agregados	Total MDO
1 e 2. Até 272	93,3	6,7	0,0	100,0
3 a 5. Acima de 272	33,3	55,1	11,5	100,0
Total Geral	43,9	46,9	9,2	100,0

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2; *Livros de batismos de Porto Alegre e Viamão*, AHCMPA.

Casais descendentes de produtores rurais e as famílias não possuidoras de terras

A análise empreendida até agora demonstrou como os agregados chefes de domicílio diferenciavam-se entre si conforme o nível de riqueza agrária de seus pais. A partir de agora, analisaremos os domicílios dos casais filhos de produtores rurais, casais estes que não estão listados nas *Relações de moradores*. Ao procurar pelos casais formados por filhos de produtores nos *livros de batismos*, identificamos um total de 116 que estavam a batizar os filhos. Destes, quatro eram filhos ou filhas de um agregado chefe de domicílio, 60 eram filhos de proprietários de terras com até um quarto de légua em quadro, 34 eram filhos de proprietários de até uma légua, enquanto nove eram filhos de sesmeiros. Por fim, 11

possuíam como pai um dono de campo com extensão desconhecida.

Contabilizamos 29 casais descendentes de produtor rural presentes, simultaneamente, nos *livros de batismos* e nos *róis de confessados*. Nas tabelas abaixo, analisam-se exclusivamente os casais não incluídos nas *Relações de moradores*. Informa-se a ocupação dos pais de um dos cônjuges, o total de domicílios, o total de mão-de-obra disponível e a média de trabalhadores. Os casais filhos de lavradores são em maior número e apresentavam domicílios com menos de quatro indivíduos. Os casais filhos de lavradores-criadores e de criador, por sua vez, apresentavam domicílios de tamanho razoável, com seis e sete membros, respectivamente.

Tabela 20 - Domicílios e mão-de-obra de casais conforme a ocupação dos pais, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Ocupação do pai de um dos cônjuges	Total de domicílio	Total MDO	Média de trabalhadores por domicílio
Lavrador	24	80	3,3
Lavrador e criador	3	19	6,3
Criador	1	7	7,0
Total Geral	28	106	4,3

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCOMPA, 1781-2; *Livros de batismos de Porto Alegre e Viamão*, AHCOMPA.

Na tabela abaixo, a mão-de-obra disponível nos domicílios de casais formados filhos de produtores rurais foi distribuída conforme a posição dos indivíduos na unidade doméstica, se familiares, escravos ou agregados solitários. Enquanto o único caso de filho de criador não permite comentários, os dois restantes são significativos. Novamente, os filhos dos lavradores-criadores dispõem de muitos escravos (mais da metade do total), enquanto são capazes de abrigar muitos agregados, os quais chegavam a quase um terço do total. Sua mão-de-obra familiar é bastante limitada, menos de um terço do total. Por outro lado, os filhos dos lavradores contam predominantemente com trabalho familiar (quase três quartos do total) e uma participação complementar de mão-de-obra escravizada. Os agregados são pouquíssimos, por fim.

Tabela 21 - Composição (%) da mão-de-obra dos domicílios de casais conforme a ocupação dos pais, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Ocupação dos pais de um ou de ambos os cônjuges	Familiares	Escravos	Agregados	Total MDO
Lavrador	76,3	22,5	1,2	100,0
Lavrador e criador	31,6	36,8	31,6	100,0
Criador	100,0	0,0	0,0	100,0
Total Geral	56,9	35,1	7,9	100,0

Obs.: somam 44 famílias, das quais 1 é de filho de criador, 34 de filhos de lavradores e 9 de filhos de lavradores criadores.

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2; *Livros de batismos de Porto Alegre e Viamão*, AHCMPA.

A mão-de-obra disponível aos casais será analisada a partir da extensão fundiária possuída pelos pais. Abaixo, segue o número de domicílios, o total da mão-de-obra e a média de trabalhadores. Em linhas gerais, verifica-se que os casais descendentes dos pequenos proprietários de terras apresentavam as menores unidades domésticas, com média de até 3 membros. A maior parte dos proprietários da segunda faixa, lembramos, são lavradores açorianos que receberam datas de terra. A partir da segunda faixa, verifica-se um aumento correspondente entre o tamanho das propriedades fundiárias dos produtores e o número médio de membros abrigados sob a casa de seus descendentes casados. Os proprietários de terras com uma légua em quadra de extensão ou maior (faixa 5) apresentavam filhos ou filhas com unidades domésticas de quase 9 elementos, em média. Novamente, os dados indicam que a disponibilidade de terras por parte de um produtor condicionava a formação e o crescimento das unidades domésticas de seus filhos.

Tabela 22 - Domicílios e mão-de-obra conforme a extensão da propriedade fundiária dos pais de um dos cônjuges de casal encontrado nos livros de batismos, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Faixa de extensão das terras dos pais de um ou ambos os casais (ha)	Total de domicílios	Total de MDO	Média de trabalhadores por domicílio
1. Inferior a 136	4	12	3,0
2. Entre 136 e 272	8	23	2,9
3. Entre 273 e 1088	4	14	3,5
4. Entre 1089 e 4355	2	11	5,5
5. Superior a 4355	4	26	6,5
Imprecisa	7	26	3,7
Total Geral	29	112	3,9

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2; *Livros de batismos de Porto Alegre e Viamão*, AHCMPA.

Conforme a tabela seguinte, verifica-se que os casais descendentes de proprietários de até 272 hectares (em geral, donos de uma data de terras) contavam com o trabalho apenas acessório de indivíduos escravizados e não dispunham de agregados sob seus tetos. A mão-de-obra era predominantemente familiar, portanto. Os filhos casados de proprietários com mais de 272 hectares, mas menos de 1089 hectares (meia légua em quadra), apresentavam significativa participação de cativos, sendo que o trabalho familiar representava pouco mais da metade do total. Os filhos dos proprietários com 1089 hectares ou mais, localizados nas duas últimas faixas de terras, apresentam um diferencial: seus domicílios são os únicos que abrigam agregados solitários, os quais representam uma parcela importante da mão-de-obra. Na faixa 5, entre os filhos dos proprietários de légua de terras ou mais, a mão-de-obra cativa é a mais importante de todas e a participação de agregados encontra-se em seu maior volume.

Tabela 23 - Composição (%) da mão-de-obra dos domicílios conforme a extensão da propriedade fundiária dos pais de um dos cônjuges de casal encontrado nos livros de batismos, Porto Alegre e Viamão, 1784-5

Faixas de extensão das terras dos pais de um ou ambos os membros dos casais (ha)	Familiares	Escravos	Agregados	Total MDO
1. Inferior a 136	83,3	16,7	0,0	100,0
2. Entre 136 e 272	73,9	26,1	0,0	100,0
3. Entre 273 e 1088	64,3	35,7	0,0	100,0
4. Entre 1089 e 4355	63,6	27,3	9,1	100,0
5. Superior a 4355	42,3	34,6	23,1	100,0
Desconhecida	92,3	7,7	0,0	100,0
Total Geral	69,6	24,1	6,3	100,0

Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2; *Livros de batismos de Porto Alegre e Viamão*, AHCMPA.

No tópico anterior, verificamos que a propriedade fundiária é o patrimônio que demarcava de maneira mais evidente o nível da capacidade produtiva. Em linhas gerais, o tamanho dos rebanhos e a disponibilidade de mão-de-obra estava condicionada pela extensão das terras possuídas. A análise da mão-de-obra dos filhos dos produtores, efetuada no presente tópico, reforçou tal constatação. Quanto maior a extensão fundiária do casal proprietário, maior poderia ser o tamanho do domicílio dos filhos casados. Filhos de pequenos proprietários tendiam a contar com o predomínio incontestado do trabalho familiar, enquanto filhos de grandes proprietários tendiam a possuir decisiva participação de cativos em seus espaços domésticos, bem como agregados solitários.

Interessa sublinhar que há outros parentes de proprietários fundiários, como pais, sobrinhos e irmãos. Somam-se nove famílias, nas quais havia o predomínio do trabalho familiar (sete décimos do total da mão-de-obra disponível), acompanhado por mão-de-obra escravizada não desprezível, mas complementar na maioria dos casos (pouco mais de um quarto do total), e apenas um agregado. Sete dos nove domicílios apresentavam cativos, sendo a média e a mediana de tamanho de escravaria de 1 membro.

Ao identificar os produtores rurais e proprietários de terras, bem como seus agregados, filhos e outros parentes, tornou-se possível delimitar *a população que provavelmente não possuía terras nem parentes proprietários e residia nas áreas rurais de Porto Alegre e Viamão*. Somam-se 58 famílias nucleares, muitas delas mantendo relações de parentesco entre si. Ao analisarmos a mão-de-obra disponível em seus domicílios, verifica-se amplo predomínio do trabalho familiar (82% do total), pequena participação de cativos (apenas 17%) e diminuta presença de agregados (1,4%).

Os agregados chefes de domicílio e filhos de proprietários rurais apresentam uma média de 6,1 membros em seus domicílios; os demais casais filhos de proprietários rurais possuíam uma média de 4,3, enquanto os não proprietários de terras possuíam uma média de 3,8, a menor de todas. Três quintos dos agregados chefes de domicílio, metade dos demais casais filhos de proprietários e apenas um terço dos não-proprietários fundiários possuíam trabalhadores escravizados. Em linhas gerais, portanto, os agregados chefes de domicílio tendiam a possuir uma estrutura domiciliar já desenvolvida, contando com frequente presença de cativos. Os demais parentes de proprietários fundiários incluem desde pais e sogros idosos até jovens netos ou sobrinhos, contando com frequente presença de indivíduos escravizados. Por fim, os não-proprietários fundiários contam com as menores famílias, diminuta presença de cativos constituindo, desta forma, o grupo mais empobrecido de famílias ora analisadas.

A posse ou a propriedade da terra não apenas condicionava a capacidade produtiva agropecuária como representava um elemento decisivo na constituição das famílias dos filhos dos produtores rurais. Os casais filhos de pequenos proprietários possuíam famílias nucleares pequenas, frequentemente sem contar com presença de membros externos; os filhos dos grandes proprietários, por sua vez, eram capazes de dispor de escravos e agregados solitários sob seus tetos, ainda que as terras sobre as quais residissem não lhes pertencesse.

A extensão das terras paternas delimitava a possibilidade de conceder aos filhos os meios de fundarem seus próprios fogos, abrigar escravos e agregados ou manter a proximidade junto a uma das famílias de origem, de modo a permitir a perpetuação das práticas quotidianas de ajuda recíproca, de compartilhamento de equipamentos e recursos naturais e de organização do trabalho extra-nuclear. Desafetos, intrigas ou disputas patrimoniais poderiam levar à cisão de uma família que vivia em proximidade, mas a possibilidade de viver fisicamente próximos era dada pela disponibilidade de terras. A terra, nas comunidades camponesas e pequeno-escravistas ora analisadas, representava um dos recursos elementares no processo de reprodução das famílias e, por consequência, das hierarquias econômicas.

A partir destas conclusões, precisamos discutir algumas avaliações sobre agregados apresentadas por Eni Samara e Helen Osório. Eni Samara Mesquita, em linhas gerais, elaborou uma pesquisa complexa e importante sobre os agregados, mas acreditamos ser necessário debater sua definição de *agregado*. De acordo com a autora, os agregados conformavam um “grupo” – um “estrato social” específico –, assumiam diferentes posições

na periferia da família patriarcal (podiam ser parentes, amigos ou estranhos) e tinham que se ajustar com os proprietários nos mais diferentes tipos de relações²¹⁴. A partir de nossa pesquisa, cujos resultados não se diferenciam significativamente dos de Eni Samara, podemos concluir que nem todos os agregados pertenciam à periferia da família patriarcal, pois alguns eram descendentes da parte nuclear da família patriarcal e representavam sua reprodução social enquanto outros, encontravam-se junto a suas famílias, que eram independentes dos maiores proprietários de terras.

Antônio José de Souza, em 1784, era um lavrador dono de um pequeno rebanho e de um terreno com extensão de um quarto de légua em quadra. Na *Relação de moradores* de Porto Alegre, do ano de 1797, o mesmo Antônio José aparece como agregado nas terras de seu pai, o rico lavrador Manuel de Ávila de Souza, enquanto sua antiga posse fundiária aparece como tendo sido vendida a outra pessoa. Provavelmente, encontramos-nos diante de uma estratégia familiar, na qual o filho vendeu as terras e instalou-se nas de seu idoso pai e, com os recursos obtidos, pode ter reinvestido em outros fatores produtivos. No *rol de confessados* de 1792, Antônio José aparece como proprietário de 4 cativos²¹⁵.

No ano de 1788, a parda forra Maria teve seu filho natural registrado no livro de batismos de Viamão. Neste registro, foi informado que a mãe é agregada de Manuel Cardoso Toste, um lavrador dono de dois terrenos e 200 reses, em 1784. Maria é filha de Gracia, escrava do mesmo Manuel Cardoso. No registro do domicílio deste senhor, do ano de 1782, existe uma escrava de nome Maria, abaixo dos registros da cativa Gracia e seu companheiro Domingos. Ambos eram casados, conforme o registro de falecimento dela. Há motivos, portanto, para supor que a parda forra agregada Maria (do registro de batismos), filha de Gracia, provavelmente é a escrava Maria, que foi registrada logo após os nomes do casal Gracia e Domingos²¹⁶. É possível, portanto, que a parda forra Maria houvesse sido escrava ou, então, fosse agregada e compartilhasse quase a mesma condição de sua mãe cativa no domicílio do lavrador escravista.

Encontramos-nos diante de dois casos extremos de agregação. No primeiro, um casal agregado estabeleceu seu rancho nas terras do pai, possuía animais e lavouras e, portanto, pertencia ao grupo social paterno, o que implicava em acertos nascidos dos vínculos parentais e de relações de interdependência geracional. No segundo caso, uma parda forra agregada junto à casa do provável senhor da mãe cativa não possuía qualquer tipo de vínculo

²¹⁴ SAMARA, *Lavoura canavieira...*, op. cit., p. 161s.

²¹⁵ GOMES, *Uma cidade negra...*, op. cit., p. 173; *Rol de confessados de Porto Alegre de 1792*, AHCMPA.

²¹⁶ Registro de batismo de Manuel, *Quarto Livro de Batismo de Viamão*, folha 54v, AHCMPA; *Rol de confessados de Viamão*, 1782, AHCMPA; Registro de falecimento de Gracia, casada com Domingos, escravos de Manuel Cardoso Toste, *Segundo livro de óbito de Viamão*, folha 73v, AHCMPA;

familiar com o proprietário e sua relação deveria ter um caráter subordinado assemelhado ao do cativo ou aproximado àquele que liga um patrão a um cliente. Pela comparação dos dois casos, considerando a análise empreendida neste tópico, chegamos a uma proposta de definição. *O agregado era um indivíduo ou família que estabelecia uma relação com um proprietário fundiário ou chefe de domicílio e esta relação não definia um lugar social. Pelo contrário, era a posição social dos indivíduos ou famílias que definia a natureza da relação. Em um caso, a relação de agregação poderia significar uma prática de reprodução familiar e, em outro, poderia significar uma relação de subordinação, típica do clientelismo ou assemelhada ao do cativo.*

Ao analisar as formas de acesso à terra a partir das *Relações de moradores*, Helen Osório constatou que os lavradores do Rio Grande de São Pedro formavam o grupo que mais tinha que recorrer a terras de terceiros. Para a autora, isso é um indicativo de que já não existiam terras passíveis de apropriação gratuita e que, na falta de recursos para comprar um terreno, “a única alternativa disponível era a agregação, geralmente a parentes”²¹⁷. Conclui a autora que “o grupo dos lavradores detinha as menores parcelas de terra e para o qual o acesso a elas era mais difícil”²¹⁸. A avaliação da autora é enfatizada por meio da comparação do perfil dos criadores (entre os quais havia ênfase na concessão de dotes e recebimento das terras por herança) e o dos lavradores-criadores e o mais-lavoura (predomínio da presença de terras compradas)²¹⁹. Os dados disponíveis para Viamão e Porto Alegre oferecem condição para aprofundar este debate.

É fato que os lavradores possuíam as menores terras e, como veremos em um dos próximos capítulos, a compra de um novo pedaço de terra não era algo simples. No entanto, entendemos que a agregação junto a familiares não significava escolha resultante da falta de alternativas. Pelo contrário, em todas as categorias de produtores havia filhos a estabelecerem unidades domésticas nas terras dos pais. Era uma prática de organização familiar comum apenas aos que tivessem terras suficientes para alocar novas unidades familiares e, portanto, constituía-se enquanto uma alternativa desigualmente distribuída na sociedade. Parece ter sido outro o fator que diferenciava os filhos dos lavradores dos de criadores.

Ao observarmos a distribuição das formas de acesso à terra apresentado por Osório, constata-se que 11% dos lavradores do Rio Grande de São Pedro “viviam a favor”, principalmente em terras de familiares, e os recebedores de dotes somavam 0,3%; entre os

²¹⁷ OSÓRIO, *O império...*, op. cit., p. 97.

²¹⁸ OSÓRIO, *O império...*, op. cit., p. 99s.

²¹⁹ OSÓRIO, *O império...*, op. cit., p. 99.

criadores, os valores correlatos são de 3% e 9%, respectivamente²²⁰. Se “viver a favor” implica estar nas terras que ainda pertencem a parentes e se as terras dadas em dote passam dos pais para os filhos ou filhas, então tanto os filhos dos lavradores quanto os dos criadores estabeleciam suas unidades domésticas em terras paternas, com a diferença de que apenas os últimos possuíam condições de receber as terras de forma antecipada à herança. Voltaremos a debater isto no quinto capítulo, mas evidencia-se, desde já, o fato de que as terras paternas se constituíam em fator elementar na reprodução das famílias, fosse de lavradores, fosse de criadores.

Composição da mão-de-obra doméstica e ciclo de vida

A metodologia da análise de ciclo de vida provavelmente conheceu seu início no trabalho de Chayanov, quando este analisou a presença de filhos nos domicílios de camponeses russos para estudar a transformação da relação entre produtores e consumidores de acordo com o desenvolvimento da vida dos chefes de família. O autor chegou a uma conclusão fundamental: nas famílias camponesas, há a tendência de ocorrer um ápice de mão-de-obra disponível composta por filhos, seguida logo pela saída dos mesmos no fim do ciclo do chefe do domicílio, quando da velhice deste. Tal processo foi qualificado como “diferenciação demográfica”²²¹.

Estudos mais recentes demonstram que o ciclo de vida é um processo mais complexo, que envolve uma série de fatores como a atividade do chefe da família, a propriedade dos bens de produção, a localização das unidades produtivas, as práticas de casamento, as estratégias de transmissão de bens, entre outras. Estudos baseados em populações camponesas do século XVIII demonstraram, por exemplo, que proprietários de terras tendiam a manter seus filhos por mais tempo em casa do que os não proprietários. Em certas localidades ou grupos sociais, nesse sentido, a diminuição do tamanho das casas no final do ciclo do chefe da família poderia ser atenuada e seu domicílio ser composto por uma variedade maior de membros além dos próprios familiares²²².

Para a história do Brasil no período da escravidão, Hebe Mattos, inspirada em Chayanov, apontou que o enriquecimento dos pequenos produtores dependia, em primeiro

²²⁰ OSÓRIO, *O império...*, *op. cit.*, p. 98.

²²¹ CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, *idem*, 47ss.

²²² GARRIDO ARCE, Estrella. El ciclo familiar y el tiempo de vida en la Huerta de Valencia, 1747-1800. *Revista de Demografía Histórica*, Vol. 13, Nº 1, 1995, págs. 29-52, aqui, p. 34, 41s; CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco; VALVERDE, Joaquín. Marriage, work, and social reproduction in one area of southern Europe at the end of the 18th century: Lorca (1797). *History of the family* n. 7, 2002, p. 397-421, aqui, p. 405-8, 411.

lugar, do trabalho oferecido pelos filhos. Apenas com o passar do tempo poderiam ser comprados escravos para complementar o trabalho familiar²²³. José Flávio Motta, em seu estudo sobre a economia de Bananal no século XIX, fez uma contribuição muito importante ao demonstrar diferença de vinculação entre a escravidão e os ciclos de vida dos lavradores voltados para o abastecimento interno e dos produtores de café. Para os primeiros, o aumento da posse cativa é lento, respeitando o ciclo de vida do produtor; para os segundos, as posses podem ser altas já no início da vida doméstica pelo fato de o café ter permitido rápida obtenção de recursos, de modo que não havia uma relação estreita entre posse e ciclo de vida²²⁴.

A partir de informações de processos criminais do Rio Grande de São Pedro, do período entre 1779 e 1834, Helen Osório estudou os perfis dos diferentes tipos de produtores (peões, capatazes, roceiros, criadores e lavradores) e percebeu uma associação entre ciclo de vida e etnia enquanto elementos importantes para a compreensão das características de cada categoria. De modo geral, os peões eram os mais jovens dos produtores, os mais frequentemente solteiros e a maioria deles não eram brancos: 62% eram índios e 17%, negros e pardos. Se os brancos, ao envelhecerem, tinham maior tendência a se tornarem lavradores ou, mesmo, criadores, aos pardos e negros era mais comum tornarem-se roceiros, categoria onde os casados são mais frequentes e que possuía algum nível de autonomia, por disporem de acesso à terra e pequenas plantações²²⁵.

Luis Farinatti, em seu estudo sobre o sistema agropecuário de Alegrete, baseado em inventários abertos entre as décadas de 1820 e 1860, traz importantes considerações. Os casais inventariados mais jovens tendiam a ter menos escravos que os casais maduros, o que aponta para a importância do ciclo de vida para fazer entender a conformação das posses escravistas individuais. Por outro lado, se os grandes pecuaristas tendiam a possuir escravos homens, obtidos por meio de compra, os pequenos produtores tendiam a escolher escravas mulheres, as quais possibilitariam aumentar a posse de escravos por meio da reprodução endógena ao cativo. A escolha dos escravos era, nesse sentido, dependente das lógicas pertinentes a cada grupo social. O processo de formação da estrutura escravista deve ser entendido, portanto, a partir do eixo formado pela conjugação das clivagens sócio-

²²³ CASTRO, *Das cores do silêncio*, *idem*, p. 70s.

²²⁴ MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 165ss.

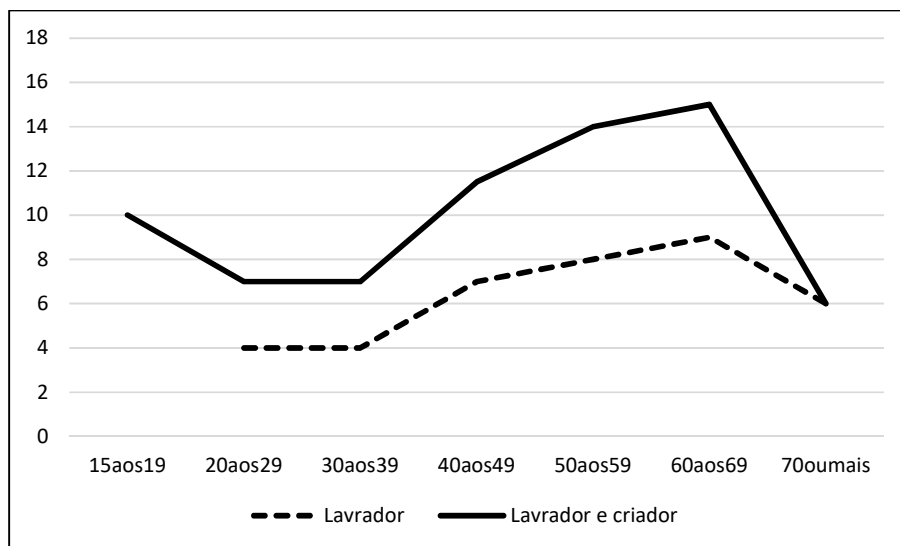
²²⁵ OSÓRIO, Helen. "Com a sua marca": trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres na pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, Alexandre, *et al* (orgs.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 187-203. Aqui, p. 196ss.

econômicas e pelo ciclo de vida das famílias de uma região, dentro de um contexto econômico particular²²⁶.

Nesta etapa, dividimos os chefes de fogo de Porto Alegre e Viamão conforme faixas etárias e calculamos a mediana de filhos e de cativos. Tal metodologia permite-nos avaliar como o ciclo de vida do produtor condiciona a composição da mão-de-obra disponível. Iniciaremos nossa análise pelo tamanho mediano dos núcleos dos produtores, divididos estes de acordo com sua ocupação e ciclo de vida. Os lavradores apresentam uma tendência de crescimento e decadência bem evidenciada. Seus domicílios eram relativamente pequenos entre os 20 e os 39 anos. A partir dos 40 anos inicia o crescimento de suas unidades produtivas, as quais chegam ao topo na fase dos 60 anos, para então decair. Os criadores e lavradores-criadores apresentam uma tendência semelhante, mas deformada pela presença de um jovem criador de 19 anos que possuía um domicílio de grande dimensão. A partir dos 20, inicia-se uma trajetória ascendente do tamanho dos domicílios, bastante superior ao verificado entre os lavradores. Criadores e lavradores-criadores, bem como lavradores, dependiam do ciclo de vida, em grande medida, para desenvolverem seus domicílios. No entanto, os lavradores-criadores tendiam a possuir domicílios muito maiores que os de lavradores e, dentre os primeiros, estava aberta a possibilidade de jovens chefes de domicílio iniciarem a vida independente acompanhados de cativos e agregados. Os 70 anos, para ambos os setores de produtores, demarcava a decadência da unidade doméstica.

²²⁶ FARINATTI, *Confins meridionais...*, *idem*, p. 427ss.

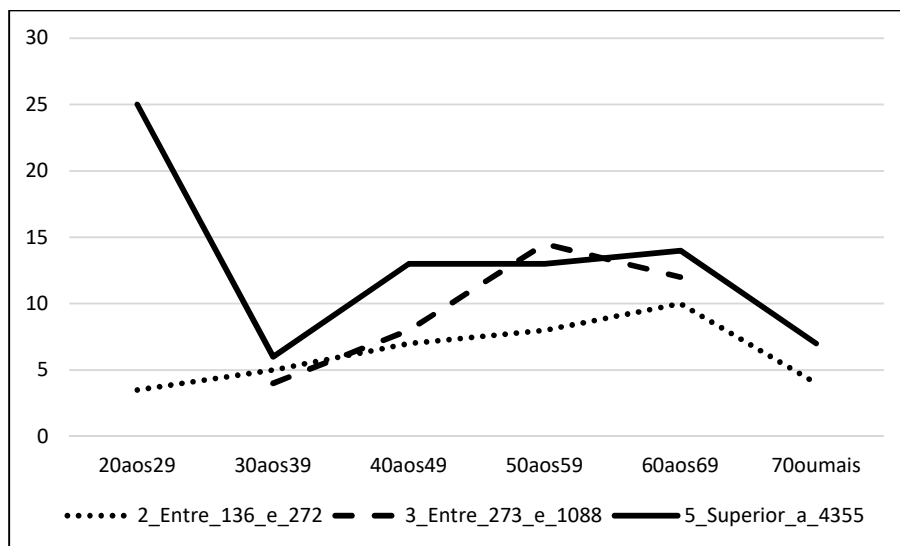
Gráfico 6 - Tamanho mediano dos domicílios conforme ciclo de vida e ocupação dos produtores rurais, considerando apenas indivíduos com 7 anos ou mais, Porto Alegre e Viamão, 1781-1782



Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

No próximo gráfico, a análise será semelhante a precedente, só que desta vez utilizaremos a extensão das terras possuídas como variável. Os donos de, no máximo, uma data de 272 ha, apresentaram um crescimento de suas unidades domésticas bastante lento, para chegar no topo apenas na casa dos 60 anos. Os donos de terras de tamanho intermediário, com mais de 272 e menos de 1088 ha, apresentaram um crescimento de membros de seus domicílios bem rápido, com pico aos 50 anos, uma década antes dos produtores com menores extensões de terras. Entre os proprietários das maiores extensões de terras não existe uma tendência evidente, pois a maior mediana encontra-se na faixa etária mais jovem e, entre as faixas dos 40 aos 60 anos, não há alterações significativas de tamanho. Aos 40 anos, aproximadamente, os produtores com uma légua de terras já chegaram no limite de suas unidades domésticas. Importa destacar que a fase dos 70 anos marca o período de decadência do domicílio. A extensão das terras disponíveis, portanto, condicionava a velocidade de formação dos domicílios.

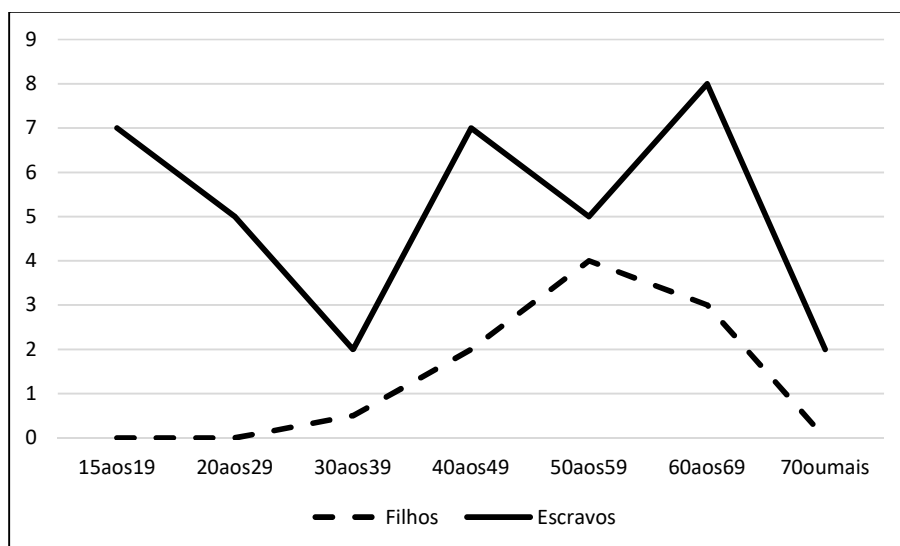
Gráfico 7 - Tamanho mediano dos domicílios conforme ciclo de vida e extensão das terras possuídas, considerando apenas indivíduos com 7 anos ou mais, Porto Alegre e Viamão, 1781-1782



Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

Considerado o tamanho das famílias conforme a ocupação dos chefes, contabilizaremos os familiares separados dos cativos. No próximo gráfico, apresenta-se a composição dos domicílios de lavradores-criadores. Se considerada a quantidade de filhos, verifica-se uma tendência de crescimento até os 50 anos, seguido pelo decréscimo na faixa etária seguinte. O tamanho das escravarias, por sua vez, apresenta uma variação inconstante, ora descendo, ora subindo. Constata-se que, entre os lavradores-criadores, apenas a quantidade de filhos era condicionada pelo ciclo de vida. O maior nível de riqueza destes produtores permitia a algumas famílias adquirirem escravos em diferentes momentos de suas vidas, fosse no início, fosse próximo ao final.

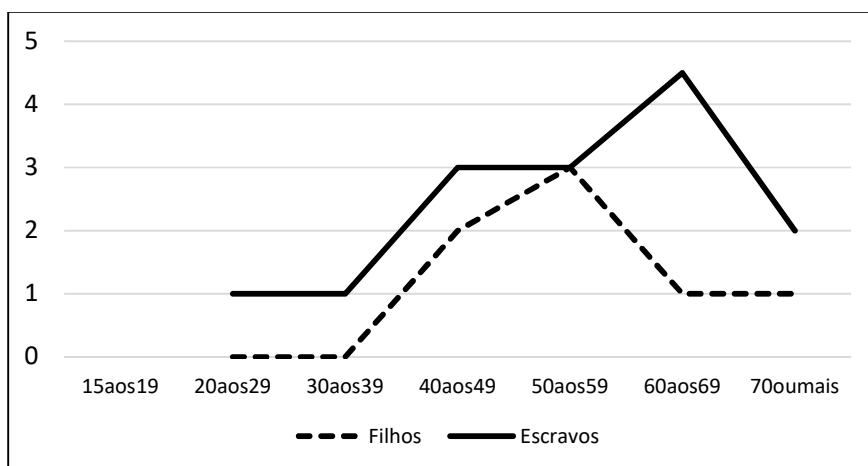
Gráfico 8 - Tamanho mediano das famílias e escravarias de lavradores-criadores em Porto Alegre e Viamão, 1781-2



Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

No próximo gráfico, quando a mediana de filhos e cativos presentes nos domicílios dos lavradores é apresentada, verifica-se que tanto a tendência de filhos quanto a de escravos é alterada de acordo com o ciclo de vida do produtor, em flagrante contraste com o caso dos lavradores-criadores, entre os quais a quantidade de cativos não estava associada ao tempo de vida do produtor. Se compararmos os casos ora analisados, é bastante evidente certa semelhança dos lavradores aqui estudados com os agricultores dedicados a produção de alimentos em Bananal, enquanto os lavradores-criadores, os quais dispunham de produção diversificada e mais lucrativa, assemelhavam-se aos plantadores de café, conforme demonstrou José Flávio Motta.

Gráfico 9 - Tamanho mediano das famílias e escravarias de lavradores em Porto Alegre e Viamão, 1781-2



Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

No que diz respeito aos filhos, percebe-se a razoável pertinência do modelo de ciclo de vida de proposto por Chayanov, pois a mediana de filhos aumenta até a faixa dos 50 anos, sendo seguida pelo decréscimo dos mesmos no final da vida dos chefes de domicílio. Quanto aos escravos, a tendência é de crescimento contínuo, pois os produtores mais idosos tendiam a ter mais cativos que os mais jovens. Isso se explica, em grande medida, pelo processo apontado por Hebe Mattos, segundo o qual o aumento do número de filhos garantia maior enriquecimento e a consequente garantia de ampliação da posse escrava. No entanto, diferente do caso fluminense analisado por Mattos, no século XIX, os cativos dos mais idosos produtores aparentemente não representavam um tipo de aposentadoria.

A relação entre a mediana de familiares e escravos nas últimas faixas etárias evidencia uma prática de composição e recomposição dos domicílios, empregados tanto por lavradores-criadores quanto por produtores. Aos 50, quando se chegava ao ápice da presença de filhos, os produtores tendiam a diminuir suas escravarias. É possível que, ou não comprassem ou, então, vendessem aqueles que sobravam. Com a saída dos filhos, a tendência dos produtores era complementar a falta com a presença de maior número de indivíduos escravizados comprados ou, então, gerados no interior da própria casa e aí mantidos.

A conjunção das duas práticas faz-nos pensar que o princípio chayanoviano da diferenciação demográfica, segundo a qual haveria uma decadência do lar com o envelhecimento do chefe, vê-se, em alguma medida, arrefecido ou, mesmo, rompido. Em

realidade, o que se evidencia é que a existência das grandes unidades locais está intimamente vinculada ao ciclo de vida dos produtores, fazendo-nos pensar na importância do ciclo de vida, especialmente nas últimas faixas etárias, para o processo de diferenciação social. Os escravos dos produtores rurais idosos de Porto Alegre e Viamão não representavam apenas aposentadoria destes, como apontaram Mattos e Bacellar para seus casos de estudo, mas se constituíram enquanto importantes instrumentos para consolidação do estrato produtivo mais enriquecido.

Os dados de Porto Alegre e Viamão referendam a importância do ciclo de vida dos produtores para a organização de suas famílias e na conformação da mão-de-obra (inclusive a escrava) disponível para os pequenos e médios produtores, como já constatado por Mattos, Osório e Farinatti. A partir da análise do ciclo de vida certas características estruturais do sistema de produção ora analisado puderam ser melhor observadas. Para os casos de Porto Alegre e Viamão, não havia uma diferença de natureza entre famílias camponesas com um ou dois escravos e aquelas unidades pequeno escravistas, nas quais os cativos representavam a principal mão-de-obra. Antes, uma e outra forma de organização representavam pontos diferentes do ciclo de vida de algumas das famílias de produtores da região. A conjunção entre as expressões “camponês” e “pequeno-escravista” mostra-se não ser fortuita, pois cada uma dessas realidades conjugava-se diferentemente ao longo da vida dos produtores.

A definição de uma hierarquia econômica rural

Aqui estudam-se algumas centenas de famílias, em relação as quais as informações são irregulares. De uma parcela significativa, sabemos a extensão de suas terras, o tamanho de seus rebanhos, sua ocupação laboral e a composição de seus domicílios. De outra parcela, não. Semelhante situação torna o trabalho de avaliação de uma hierarquia muito complicado. Por esse motivo, tornou-se obrigatória a elaboração de uma forma de classificação econômica que articulasse diferentes fatores entre si, de modo a evitar que um único parâmetro fosse utilizado, isoladamente. As medidas adotadas para distinguir os grupos econômicos estão baseadas nas análises precedentes, as quais demonstraram os níveis em que um determinado recurso pode ser considerado corriqueiro ou incomum.

Ao dispormos de quatro parâmetros destinados ao escalonamento econômico das unidades produtivas, podemos ordenar hierarquicamente os grupos estudados com uma abordagem ampliada, mais complexa. Uma pequena posse de escravos, tomada de maneira isolada, poderia indicar pequeno acúmulo de riqueza produtiva. Mas esta posse cativa

acompanhada por uma légua de terra, implica não apenas a disponibilidade do trabalho dos poucos escravos, como a capacidade de poder alocar os filhos casados ao pé da casa paterna e, assim, dispor de mão-de-obra variada para além do núcleo doméstico. Uma posse de escravos de maior dimensão, por sua vez, acompanhada de meio quarto de légua de terra, indica uma grande capacidade de execução de trabalho, mas produção algo limitada devido à dimensão das terras possuídas, o que obrigaria a arrendar ou comprar mais terrenos.

Os mais ricos dos produtores são aqueles classificados como **lavradores-criadores ou criadores** nas *Relações de moradores*. Isso se justifica pelo fato de que estes dois segmentos ocupacionais se distinguem dos lavradores por possuírem mais terras, rebanhos e trabalhadores a disposição. Aquelas famílias cuja ocupação seja desconhecida, mas que possuísse uma légua ou mais de terra, foi incluída neste grupo. Foram excluídos dois lavradores-criadores que não possuíam escravos.

Os lavradores e outros produtores serão seccionados em quatro grupos. Os **lavradores ricos** são formados pelos possuidores de meia légua em quadro (1089ha) ou mais, ou um mínimo de sete escravos, ou um rebanho composto por um mínimo de 300 reses ou 400 animais. Os **lavradores remediados** conformam o maior grupo, no qual se incluem os que possuem escravos (necessariamente), mais de 50 reses ou, no mínimo, 136 hectares de terras. Este grupo será dividido em dois subgrupos para delimitar os mais dos menos enriquecidos: os “lavradores remediados mais ricos” possuem ou mais de 273 ha de terras ou mais de 8 indivíduos no interior dos seus domicílios, recursos que os diferenciam dos “lavradores remediados mais pobres”. Os **lavradores pobres**, por fim, são aqueles que não possuem escravos, tem menos de 50 reses e, no máximo, uma data de terras com 272 hectares. Os não-proprietários rurais serão divididos em dois grandes grupos: os **parentes de proprietários fundiários** e as **famílias não-proprietárias de terras**. Os parentes de proprietários serão subdivididos em grupos conforme o nível econômico de seus aparentados: parente de lavrador-criador, parente de lavrador rico, parente de lavrador remediado e parente de lavrador pobre. Na tabela abaixo, apresenta-se a distribuição dos grupos econômicos.

Tabela 24 - Classificação econômica dos produtores rurais de Porto Alegre e Viamão, década de 1780

Classificação econômica	Total (abs.)	Total (%)
Lavrador-criador ou criador	45	17,0
Lavrador rico	15	5,7
Lavrador remediado mais rico	32	12,1
Lavrador remediado mais pobre	82	31,1
Lavrador pobre	22	8,3
Não proprietário fundiário	68	25,8
Total Geral	264	100,00

Fonte: Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2.

Os parentes de produtores rurais não classificados como agregados nas *Relações* e encontrados nos *róis de confessados* e nos *livros de batismo* (aos quais se adicionaram alguns casos de famílias identificados nas páginas de genealogia), somam 160 casais entre parentes ascendentes, descendentes e colaterais.

Para testar a validade de semelhante modelo classificatório, distribuimos as categorias criadas de acordo com a maior qualificação política ou social encontrada entre as famílias dos produtores. Dentre estes qualitativos, encontram-se patentes militares ou de ordenanças, título religioso ou acadêmico, dona e a classificação jurídico-social de preto forro. Verifica-se, pois, que todas as ocupações de comando se encontram entre a elite produtora local, os lavradores-criadores e criadores. Duas de quatro donas são os títulos máximos que se encontram entre os lavradores²²⁷. Dentre os pretos forros, o patamar máximo econômico a que se chegou foi a parte superior dos lavradores remediados. Portanto, aquele grupo classificado como o mais rico é, também, o mais poderoso. Por outro lado, entre os lavradores pobres e a parcela inferior dos remediados encontra-se a maioria dos indivíduos que gastaram parte significativa de suas vidas para trabalhar, juntar pecúlio, comprar a liberdade e, só depois, tornaram-se livres para comprar um pedaço de terra.

²²⁷ Uma discussão sobre o emprego do conceito de *dona* fora das rodas da elite encontra-se em FREITAS, Denize; SILVA, Jonathan. As relações familiares entre os “filhos de ninguém” e as “donas sem vintém”: uma análise cruzada das fontes eclesíásticas da paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre (século XVIII-XIX). *Anais do XII Encontro de História da Anpuh/RS*. São Leopoldo, 2014. Disponível na página: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1411311963_ARQUIVO_JonathaneDenize.texto_anpuh_2014.pdf

Tabela 25 - Distribuição dos qualitativos sociais conforme a classificação econômica dos produtores rurais

Qualitativo social	Lavrador-criador ou criador	Lavrador rico	Lavrador remediado a	Lavrador remediado b	Lavrador pobre	Total Geral
Vigário	1					1
Licenciado	1					1
Capitão	3					3
Tenente de auxiliares	1					1
Tenente	1					1
Alferes	2					2
Cabo de dragões	1					1
Dona	2	1		1		4
Preto forro			1	3	1	5
Total Geral	12	1	1	4	1	19

Fonte: *Relações de moradores de Porto Alegre e Viamão*. AHRS e ANRJ; *Róis de confessados de Porto Alegre e Viamão*. AHCMPA, 1781-2; *Livros de batismos de Porto Alegre e Viamão*, AHCMPA.

Conclusão

Este capítulo serviu para demonstrar como o nome foi instrumentalizado metodologicamente para ligar informações referentes a inúmeras famílias em três documentos diferentes. Para cada família foi possível avaliar os bens rurais possuídos, os vínculos parentais e a composição da mão-de-obra doméstica. Tornou-se bastante evidente a preponderância da extensão das terras para definir a quantidade de mão-de-obra disponível para cada produtor, bem como seu rebanho. Apesar de valer relativamente pouco nessa época, em termos monetários, a terra era um bem fundamental para a organização e reprodução das famílias de produtores. Diferente da situação verificada por Hebe Mattos em Capivary, onde a propriedade fundiária não era importante para o indivíduo se consolidar como produtor, em Porto Alegre e Viamão a terra apresentava importância capital.

Foi possível estudar a composição dos domicílios de famílias não proprietárias de terras e investigar se o parentesco se constituía ou não em uma variável relevante. Os agregados chefes de domicílio, especialmente descendentes dos proprietários mais enriquecidos, tendiam a possuir uma mão-de-obra maior e com presença mais frequente de cativos e agregados solitários. Os demais casais filhos de produtores apresentavam um perfil semelhante, mas com domicílios menores. As famílias que não eram parentes de

proprietários de terras, por fim, eram as que detinham menor quantidade de membros e pequena frequência de indivíduos escravizados. As vinculações entre núcleos familiares não-co-residentes, portanto, condicionavam os meios de reprodução familiar e social de modo a criar o ambiente de vida dos jovens casados.

A análise realizada permitiu constituir parâmetros para definir uma classificação econômica rural razoavelmente consistente, pois possibilita distinguir as famílias conforme o nível de recursos alocativos e autoritários disponíveis. Tais recursos indicam a posição econômica da família, o que condicionava a capacidade de produzir bens para venda e era um elemento decisivo para compreender as práticas sociais acionadas, por exemplo, no momento de se escolher compadres e comadres ou definir as formas de divisão do patrimônio familiar a partir da herança, como analisaremos nos próximos capítulos.

Capítulo 3: Mantimentos e soldados: lavradores, agentes da Coroa portuguesa e comerciantes no Rio Grande de São Pedro, durante o início de um período de paz

No primeiro capítulo, vimos como os dados do mapa de população do Continente evidenciam a relevante participação de escravos em algumas freguesias agrícolas no ano de 1780. É importante destacar que havia, então, apenas três anos de paz desde a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, o qual pôs fim a um período de quase 15 anos de beligerância. Neste meio tempo, distribuíram-se centenas de datas de terras a casais açorianos, os quais tornaram-se pequenos e médios produtores. Para estes, sabe-se que a década de 1770 foi pontilhada de dificuldades, particularmente na região dos *fronts*, Rio Grande e Rio Pardo.

Ainda que seja um tema frequentemente retomado na discussão historiográfica, não há ainda uma definição mais precisa sobre o processo de conformação da estrutura agrária regional *durante e logo após* o fim da guerra. Neste capítulo, ao retomarmos importantes contribuições de diferentes autores, desejamos avaliar os padrões empregados pela Fazenda Real para cobrar tributos aos lavradores, expediente indireto para medir a capacidade de produção de excedentes dos mesmos. Para iniciar o debate, é necessário retomar alguns elementos pertinentes ao desenrolar da guerra.

Em 1763, a vila do Rio Grande foi conquistada pelas forças hispano-americanas. A retomada da vila para os domínios lusitanos, por sua vez, foi resultado de uma operação de grandes proporções deixada sob responsabilidade do tenente general alemão Johann Heinrich Böhm, tornado comandante das tropas da América meridional, e contou com impressionante ampliação das tropas na região. Definir os processos pertinentes à organização dos corpos militares luso-americanos e a ocorrência dos conflitos não é tarefa fácil, tendo em vista o amálgama de tendências conflitantes em seu interior. Por um lado, enquanto política de Estado, observa-se um esforço em profissionalizar e uniformizar a organização das tropas, tornando-as mais disciplinadas sob um comando centralizado. Por outro lado, a continuidade de concepções corporativistas, localistas, dos membros das tropas oriundas de São Paulo e Rio de Janeiro, resistentes a execução de novos processos de

disciplinamento das tropas traduziu-se em fugas e deserções nas regiões de origem dos soldados, dificultando bastante a organização do contra-ataque²²⁸.

A vitória luso-americana foi obtida pela conjugação de batalhas navais e terrestres, mas não sem uma série de desencontros e equívocos. O comandante irlandês Mac-Douall, acostumado às batalhas marítimas, elaborou uma desastrosa estratégia de ataque às embarcações espanholas no estreito canal próximo a Rio Grande que lhe custou uma derrota. O general Böhm, perito em batalhas de infantaria no cenário europeu, deveu seu sucesso em terra principalmente às estratégias de guerrilha, aos bombeiros e às arreadas de Rafael Pinto Bandeira²²⁹.

Derrotados em Rio Grande, as forças hispano-americanas tomaram a Ilha de Santa Catarina por um ano. Foi apenas em 1777 que os impérios ibéricos entraram em acordo, por meio da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Este previa o estabelecimento da paz, a redefinição dos territórios pertencentes a cada império e a criação de uma fronteira, os chamados campos neutrais, a separar os domínios de cada um dos reis. Apesar do sucesso em estabelecer a paz, a distribuição territorial prevista pelo Tratado não agradou nenhuma das partes, as quais protelaram em sete anos o início dos trabalhos de demarcação dos campos neutrais²³⁰.

A demarcação iniciou-se apenas em 1784 e encontrou uma série de empecilhos para sua eficiente realização, como a dificuldade em aplicar limites elaborados por pessoas que desconheciam a região, bem como a intransigência de certos atores muito interessados no processo. Rafael Pinto Bandeira, por exemplo, decidiu transferir sua guarda do rio Piratini para a região do Herval, atitude que afrontou os espanhóis por entenderem estes que a área fazia parte dos campos neutrais²³¹. As preocupações militares prolongaram-se, portanto, durante a paz acordada no tratado.

Entretanto, no transcurso da guerra, considerado o governo civil, houve uma reformulação muito significativa de cunho administrativo-religioso e econômico do Continente. A partir de 1767, o então governador do Rio Grande de São Pedro, José Marcelino de Figueiredo, criou freguesias, transferiu a capital de Viamão para Porto Alegre

²²⁸ MELLO, Christiane. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, n. 154, 1º vol., 2006, p. 267-295.

²²⁹ MONTEIRO, Jônathas Rego. A dominação espanhola no Rio Grande do Sul. In: IHGB, IGHMB (Orgs.) *Anais do simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Volume 4. Rio de Janeiro, IHGB, IGHMB, 1979, p. 273. Bombeiros é uma expressão que designava, na época, os informantes, enquanto arreadas eram as práticas de roubo de gado.

²³⁰ GARCIA, Fernando. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

²³¹ GARCIA, *Fronteira iluminada...*, op. cit.

e distribuí datas de terras a algumas centenas de casais de ilhéus. Tais ações foram seguramente decisivas para garantir a ocupação territorial e para diminuir o nível de concentração de recursos em mãos de alguns poucos grandes proprietários de terras e gado. Foi este o momento da criação da pequena propriedade de terras no extremo sul da América portuguesa²³².

A condição da vida econômica destes produtores é um problema que a historiografia há longo tempo aborda. Autores como Fernando Henrique Cardoso, Maria Bertuline Queiróz, Guilhermino Cezar e Corcino Santos elaboraram quadros descritivos da condição econômica dos lavradores muito diferenciados entre si. Em linhas gerais, três deles apontam para os problemas causados pela política da Coroa relativas as requisições de alimentos e ao recrutamento de jovens como soldados, a qual teria prejudicado seriamente o funcionamento da economia regional.

Neste capítulo, pretendemos demonstrar que uma semelhante visão está, ao menos parcialmente, equivocada ou incompleta. Na primeira parte do capítulo, a partir do mesmo campo documental utilizado por estes autores – cartas e reflexões de militares e funcionários reais contemporâneos –, levantaremos outras evidências que apontam para uma situação bem mais complexa relativa à produção agrícola regional no período de fim da guerra. Na segunda parte, analisaremos alguns documentos referentes à requisição de alimentos e recrutamento de soldados pela Fazenda Real, a partir dos quais avaliaremos os custos econômicos e sociais da guerra para os produtores de Porto Alegre e Viamão. Esta é uma tarefa difícil, particularmente devido ao contexto documental, caracterizado pela falta de séries gerais e por informações lacunares ou fragmentadas. As características da documentação são, em grande medida, resultado dos tempos conturbados nos quais foi produzida, em meio a uma guerra de proteção e reconquista de territórios. No entanto, com o cruzamento de fontes e a pesquisa nominal, acreditamos ser possível sustentar uma hipótese sobre a requisição de alimentos e o recrutamento de soldados.

Nossa hipótese é a de que, em fins da segunda metade da década de 1770 e início da de 1780, os alegados empecilhos criados pela ação da Fazenda Real existiram, mas não agiram de maneira generalizada, pois foram enfrentados por um recorte específico dos produtores agrícolas, aqueles que eram os mais afortunados dos produtores. Em nosso entendimento, não ocorreram dificuldades globais fortes o suficiente para impedir o desenvolvimento da agricultura regional.

²³² OSORIO, *O império português...*, *idem*; KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 61s.

O contexto político da produção: pistas sobre a disputa por grãos e farinhas

Na década de 1770 e 1780, militares e funcionários reais descreveram, muito frequentemente de maneira sucinta, as condições econômicas das famílias de lavradores do Rio Grande de São Pedro, durante e após a guerra de reconquista de Rio Grande pelas forças luso-americanas. Estes documentos foram utilizados pelos historiadores ao longo do século XX como a fonte quase que exclusiva para fazer a avaliação da economia do Rio Grande de São Pedro no período. No entanto, como observou Corcino dos Santos, essas avaliações são muito discrepantes entre si, umas mais pessimistas e, outras, mais positivas, o que gerou dificuldades na elaboração de afirmações mais conclusivas sobre o assunto²³³. Particularmente, o maior problema é decorrente da generalização feitas a partir de um ou outro comentário, especialmente no que tange à política da Coroa sobre a produção.

Fernando Henrique Cardoso, em sua obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, publicada em 1962, contrapõe o papel do Estado e do mercado, subentendidos enquanto instituições definidas e autônomas, na constituição do sistema agrícola regional. O autor levanta informações de uma carta do governador Sebastião Cabral Veiga da Câmara ao vice-rei, de 1787, na qual consta que “o terreno é muito necessitado e desanimador pela grande quantidade de gêneros que lhes tem tirado a Fazenda Real, sem lhes pagar”, ao que se somam os problemas gerados pelos recrutamentos. Adiciona em sua análise, também, alguns comentários do charqueador Sebastião Gonçalves Chaves, cuja obra foi escrita nos anos 1820. Fernando Cardoso conclui com a afirmação de que o vigor da exportação de trigo, charque e couros permitiu a economia da região “suportar com mais êxito a sobrecarga da política colonial”.

Para reforçar seu argumento, emprega (na nota de fim de capítulo) comentários do comerciante Manoel Antônio de Magalhães, de 1808, sobre os embaraços causados pelo recrutamento dos filhos dos lavradores, bem como os comentários do escrivão da Fazenda Real Sebastião Francisco Bettamio, escrito na segunda metade da década de 1770, que sugeria a criação de armazéns públicos e o pagamento aos lavradores, os quais já estavam desconfiados do perigo de lhes tomarem produtos sem o devido pagamento²³⁴. Neste caso, o autor reúne comentários feitos ao longo de um período de mais de 30 anos e utiliza-os para

²³³ SANTOS, Corcino. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1984, p. 92.

²³⁴ CARDOSO, Fernando. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 66-9, 90s

descrever um quadro político de práticas governamentais contínuas, sem matizes, feitas pelos agentes da Coroa.

Guilhermino Cesar, cuja obra data de 1970, avalia de forma positiva o período posterior à reconquista da vila de Rio Grande, especialmente a partir da década de 1780, caracterizando-o como tranquilo e por apresentar crescimento econômico. Em linhas gerais, a política fomentista é vista como exitosa, especialmente devido às produções do trigo e cochonilha, à criação de ovelhas em Rio Grande e à distribuição de terras já efetuada. Os dois maiores problemas eram a “opulência das vacarias” que “distraiu muitos desses agricultores natos para as atividades pecuárias” e o medo de nova incursão espanhola. Os dois problemas servem para explicar uma observação de Roscio, datada de meados da década de 1770, segundo a qual se semeava pouco trigo, sem cuidado, por medo de nova invasão espanhola. Para Cesar, não era o “temor a causa principal dessas culturas improvisadas, de manutenção, mas o invencível atrativo do pastoreio, dos campos povoados de gado chimarrão”²³⁵.

Guilhermino Cesar, portanto, ao elaborar sua descrição da condição da agricultura da capitania, enfatiza os comentários de um único avaliador. Ao fazer isso, entretanto, o autor não informa que o mesmo foi escrito entre 1774 e 1775, período em que a guerra de reconquista estava em curso, com campos tomados de soldados e guerrilheiros em busca de gado para arrebanhar²³⁶. Este é um caso, portanto, do emprego equivocado de um comentário pertinente ao um contexto particular que não serve para qualificar o conjunto da agricultura no período de paz.

Para Corcino dos Santos, cuja obra data de 1984,

os ilhéus habituados à prática de uma agricultura de subsistência, convenceram-se logo de sua incompatibilidade com o sistema colonial, cujos interesses se identificavam com os da grande lavoura. Daí muitos ficarem desapontados e voltarem para a pecuária, para o que o Rio Grande oferecia excelentes condições. Outros sobreviveram miseravelmente, tornando-se indolentes e vivendo como os indígenas, e outros se dedicaram com afinco à agricultura, produzindo inclusive excedentes para exportação²³⁷.

Ao citar Aurélio Porto, Santos aponta os confiscos constantes ou a compra sem pagamento imediato pela Fazenda Real para sustento da tropa dentre os problemas

²³⁵ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 205-207

²³⁶ CESAR, *História do Rio Grande do Sul...*, *idem*, p. 206.

²³⁷ SANTOS, *Economia e sociedade...*, *idem*, p. 91

enfrentados pelos produtores no período anterior à invasão de Rio Grande. Ao que se somam a falta de transporte e de armazéns, cuja referência utilizada é o escrivão e secretário da Fazenda Real do período da guerra de reconquista, Sebastião Francisco Bettamio. O autor cita o mesmo trecho utilizado por Cardoso da carta do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral, do ano de 1787, segundo o qual os habitantes estão “muito necessitados e desanimados pela *grande quantidade que lhes tem tirado a Fazenda Real, sem lhes pagar*” (itálico nosso). O autor concluiu com a afirmação de que a política da Coroa, por meio de seus agentes, ora funcionou com fomentista, ora como elemento solapador da produção agrícola²³⁸. No entanto, com a duplicação da produção de 1780 para 1787, a política fomentista teve, em seu entender, um papel positivo. O crescimento da exportação do trigo levou, ao fim, à integração do Rio Grande ao império português²³⁹.

Maria Luiza Bertulini Queiróz, autora de uma importante obra sobre a demografia da vila do Rio Grande colonial publicada em 1987, ao tomar alguns comentários do governador Sebastião Xavier Cabral Câmara, de 1783, afirma que só se dedicava a viver da agricultura o colono que não pudesse viver da criação. A miséria “prendia-se *fortemente* aos calotes oficiais de que eram vítimas os lavradores, há longos anos, por todo o Continente” (grifo nosso). Em linhas gerais, a autora advoga o verdadeiro fracasso da política fomentista portuguesa para a agricultura da região²⁴⁰. Queiróz baseou suas afirmações principalmente nos comentários do general Böhm e de Bettamio, escrivão da Fazenda Real. A autora, nesse caso, parece ter generalizado para toda a capitania a situação encontrada em Rio Grande, logo após terminada a guerra de reconquista de vila.

Apresentamos, acima, quatro autores que utilizaram as mesmas fontes – dentre estas encontram-se, com frequência, os textos do secretário e escrivão Sebastião Francisco Bettamio e o governador Sebastião Xavier Cabral – e chegaram a quatro conclusões diferentes entre si, particularmente no que diz respeito aos resultados das políticas efetuadas pela Coroa. Para Maria Luiza Queiróz tais políticas foram infrutíferas. Para Fernando Henrique Cardoso, foram igualmente maléficas, mas compensadas pelo crescimento econômico geral. Para Corcino Santos, houve algumas práticas negativas, outras positivas, mas as últimas prevaleceram. Para Guilhermino Cesar, a política metropolitana foi completamente exitosa.

²³⁸ SANTOS, *Economia e sociedade...*, *idem*, p. 92

²³⁹ SANTOS, *Economia e sociedade...*, *idem*, p. 94.

²⁴⁰ QUEIRÓZ, Maria Luiza. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.p. 143s.

Para discutir o impacto das políticas metropolitanas sobre os lavradores, utilizaremos os mesmos documentos, tomando o cuidado de entender as avaliações particulares a partir do ponto de vista e de preocupações de cada um dos escritores. Dispomos de textos escritos por sete autores: dos governadores José Marcelino de Figueiredo e Sebastião Xavier da Câmara, do secretário e escrivão da Fazenda Real Sebastião Francisco Bettamio, do cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza, do engenheiro militar Francisco Roscio, do capitão de infantaria Domingos Alves Branco Muniz de Barreto e do tenente-general Johann Böhm²⁴¹. A documentação pode ser dividida entre dois tipos de textos²⁴². Por um lado, dispomos de documentação epistolar, gerada pela necessidade de comunicação entre as autoridades, nas quais são frequentes os conteúdos de caráter urgente ou delicados. Por outro, existem documentos que podem ser considerados como relatórios ou memórias, endereçados às principais autoridades portuguesas (com o vice-rei ou a rainha) e tinham por objetivo apresentar as observações gerais e sugestões dos seus autores, baseados no que viram e ouviram.

Com exceção de Bettamio, todos estes servidores do rei português são militares. Com exceção de alemão Böhm, todos são lusitanos ou luso-americanos. A maioria deles chegou ao ano de 1774 no Continente do Rio Grande, bem como a maioria retornou entre 1778 e 79. Os que passaram mais tempo na região foram os governadores. O general Böhm, Bettamio e o cirurgião-mor permaneceram na região pouco mais de 4 anos. O *Compêndio noticioso* de Roscio, por sua vez, refere-se apenas aos anos de 1774 e 75. No entanto, este retornou para os trabalhos de Demarcação, em meados da década de 1780 e como governador do Rio Grande entre 1801 e 1803. De maneira geral, portanto, o tempo de estadia destes comentaristas foi curto e dificulta seriamente a generalização de suas afirmações.

²⁴¹ BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro do Brasil. In: SANTOS, *Economia e sociedade...*, op.cit., p.177-188; BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande (1780). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXI, 1858, p. 239-299; BÖHM, Johann. BÖHN, Johann. Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande. In: IHGB. *Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Volume 3. Rio de Janeiro: IHGB; IGHMB, 1979, p. 9-229; CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Correspondência ao vice-rei. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 2; FIGUEIREDO, José Marcelino de. Correspondência ao vice-rei. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 1 e 2; ROSCIO, Francisco João. *Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações, e notícias, que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente nos anos de 1774 e 1775*. In: FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: EST/Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 105-140; SOUZA, Francisco Ferreira de. Descrição a viagem do Rio Grande. In: IHGB; IGHMB. *Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Volume 3. Rio de Janeiro: IHGB; IGHMB, 1979, p. 231-271.

²⁴² Sobre a importância de considerar os tipos de documento produzidas no império português, ver SANTOS, Marília. A escrita do império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no império português do século XVII. In: SOUZA, Laura; FURTADO, Junia; BICALHO, Maria Fernanda (org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, p. 171-192.

A posição dos comentaristas dentro da hierarquia militar e do serviço real é variada, bem como suas preocupações com a organização do exército e da governança local. Em relação à produção agrícola e ao fornecimento de alimentos, os governadores, Bettamio e Domingos Barreto preocuparam-se não apenas com a questão do fornecimento dos víveres para os soldados como com o desenvolvimento da agricultura regional. Já o general Böhm preocupou-se principalmente com o atraso na chegada de farinha de mandioca vinda de Santa Catarina para o abastecimento das tropas, enquanto o cirurgião-mor incomodou-se com a resistência dos lavradores, que só aceitavam ceder sua produção com o pagamento imediato dos produtos vendidos. Nesse sentido, ao utilizarmos estes textos, temos que ter consciência de que as avaliações de cada escritor devem ser consideradas a partir de suas preocupações particulares, as quais os levaram a tratar de algumas questões ou enfatizar certos assuntos em detrimento de outros.

Um aspecto a ser considerado é o espaço de atuação de cada comentador. Os governadores eram responsáveis por todo o Rio Grande e circulavam com frequência entre as diferentes localidades²⁴³. O general Böhm passou a maior parte do tempo na fronteira norte do Rio Grande, mas fez uma rápida incursão até o Rio Pardo. Bettamio, por sua vez, provavelmente circulou apenas entre Porto Alegre e a fronteira norte do Rio Grande²⁴⁴. Os diferentes escritores não apenas tinham preocupações próprias – ligadas, em grande medida, às responsabilidades de seus cargos – como suas observações dependeram do quanto puderam percorrer e conhecer das diferentes regiões do Continente do Rio Grande.

O último aspecto a ser considerado é o fato de que os militares formavam uma comunidade de atividade e convivência. O cirurgião-mor Francisco Ferreira comenta a satisfação de ter a companhia do futuro governador Sebastião Xavier na viagem do Rio de Janeiro ao Rio Grande. O general Böhm fez muitos comentários informando as particularidades de seus subordinados, incluindo, entre eles, o escrivão Sebastião Bettamio e o governador José Marcelino²⁴⁵. Podemos imaginar estes homens nos acampamentos, nas marchas, a conversar sobre a sorte (ou falta dela) que lhes acompanhava na viagem, as terras e os povos do Rio Grande, os perigos da guerra. O cirurgião-mor Ferreira faz uma

²⁴³ José Marcelino, por exemplo, participou de combates tanto em Rio Grande quanto em Rio Pardo. Ver KÜHN, F. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antônio (org.). *Temas Setecentistas*. Curitiba: UFPR/ Fundação Araucária, 2009, p. 169-180.

²⁴⁴ Bettamio era secretário da Fazenda Real e suas obrigações burocráticas deveriam fazer com que restringisse sua atuação aos arredores de Porto Alegre e Rio Grande, no âmbito dos estabelecimentos de governo. Essa hipótese explicaria a diferença entre a descrição pormenorizada que fez de Porto Alegre, Viamão, Aldeia dos Anjos e Rio Grande e a forma sintética com que se referiu às outras freguesias.

²⁴⁵ SOUZA, Discrição a viagem do Rio Grande..., *idem*, p. 237s; BÖHM, Johann. *Memoires relatifs...*, *idem*, p. 70, 76.

interessante descrição dos momentos de folga, onde os soldados participavam de jogos e faziam suas apostas. Nesses momentos, é provável que os indivíduos compartilhassem informações, discutissem suas observações e refletissem sobre suas experiências. Assim, as observações dos escritores não dependem apenas de suas preocupações próprias, de suas observações pessoais, mas também da troca de informações com outros agentes sociais, especialmente seus companheiros de guerra.

Ao contrário da hipótese da existência de um “mercado consumidor retraído” e uma “agricultura praticada apenas por necessidade” apontada por Queiróz²⁴⁶, os documentos em questão apresentam indícios de que a produção agrária crescia e que os lavradores estavam interessados em converter seus excedentes alimentares em dinheiro. O governador José Marcelino, em carta escrita ao vice-rei de janeiro de 1779, é enfático ao afirmar que não são necessários envios de farinha de mandioca ao Rio Grande, mas de dinheiro, pois *havia farinha em abundância no Continente para ser comprada*:

Estou esperando a farinha, que v. exa. me avisa fazer remeter, e devo repetir a v. exa., que o que aqui se necessita é dinheiro com que se compre, como sucedeu os anos passados, pois que a farinha há de abundancia neste Continente para estas tropas, com que para promover estas, e outras culturas só o que falta é dinheiro para pagar o que se tira a estes lavradores, e por isto não querem plantar como tenho dito a v. exa.²⁴⁷

Enfatizamos: havia, de acordo com o governador, no final da década de 1770, farinha suficiente para abastecer a população – ou possibilidade de se produzir, desde que os lavradores fossem estimulados por meio do pagamento do que fosse retirado –, não sendo mais necessária a importação de farinha catarinense. Conforme veremos adiante, a farinha de mandioca foi um bem bastante requisitado aos lavradores do Rio Grande de São Pedro.

O cirurgião-mor Francisco Ferreira, nascido no Rio de Janeiro, em meados da década de 1770, qualifica os ilhéus (grupo que compunha parte expressiva dos lavradores) como “gente grosseira”, que “brutalmente passam, brutalmente vivem e brutalmente morrem”, ao mesmo tempo em que diz que são os que mais trabalham, que reduzem a “dinheiro toda a produção da terra e víveres” e que, por isso, alimentam-se de abóboras e feijão²⁴⁸. Esta informação brinda-nos uma interessante pista sobre a autonomia camponesa,

²⁴⁶ QUEIRÓZ, *A vila de Rio Grande...*, *idem*, p. 143.

²⁴⁷ FIGUEIREDO, José Marcelino. Correspondência ao vice-rei. Arquivo Nacional, Códice 104, vol. 2, n. 9, fl. 63.

²⁴⁸ SOUZA, *Discripção a viagem...*, *idem*, p. 243, 266

pois indica que os lavradores estavam a organizar suas produções de maneira sistemática, com vistas a garantir o próprio sustento, como para disponibilizar artigos para a venda²⁴⁹.

Os comentários do governador José Marcelino e do cirurgião-mor Francisco Ferreira estão a apontar que havia farinha ou outros mantimentos disponíveis para negócio, mas era necessário dinheiro para adquiri-los. Apontam, nesse sentido, para o fato de que os lavradores estavam interessados em comercializar parte de suas produções. Havia, portanto, um mercado de abastecimento para os alimentos produzidos pelos agricultores da região.

O primeiro deles, local, é formado pelas incipientes áreas urbanas. O capitão de infantaria Domingos Alves descreve o funcionamento do mercado de alimentos em Porto Alegre, nos anos finais da década de 1770. Conforme o autor, “abunda o porto do seu rio em todos os sábados da semana de grandes canoas, carregadas de víveres e frutos conforme o tempo, de que prodigamente se alimentam os seus habitantes”. Para além do produzido nas imediações, o autor informa sobre os bens transportados por via fluvial, oriundos dos rios Taquari e dos Sinos. Acrescenta ainda os bens comercializados originados da Aldeia dos Anjos, chegados à feira por via terrestre²⁵⁰. Esta descrição aponta para um mercado que centraliza as produções de uma região bem ampla.

Ora, conforme demonstramos em outra oportunidade, dois terços da população de Porto Alegre, em 1782, constituíam-se de moradores do perímetro urbano, aos quais devem ser acrescentadas as centenas de marinheiros que cruzavam o interior do Continente anualmente, o que gerava uma demanda de alimentos contínua. Além de representarem um público consumidor estável, estes marinheiros também eram responsáveis pelo funcionamento de um comércio de pequena escala que envolvia caixões de vela, cevada, chifre, peles, manteigas e biscoitos²⁵¹. Outros espaços urbanos, muito maiores e estabelecidos há mais tempo que Porto Alegre, também possuíam no comércio com marinheiros uma importante via de escoamento da produção²⁵².

Portanto, é possível defender que existia um mercado com demanda contínua em Porto Alegre já no início da década de 1780, mantido pelos excedentes de farinhas de

²⁴⁹ WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo (orgs.). *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, Editora da Unicamp, 2003, p. 117-141, aqui, p. 119; SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. In: Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 26, p. 41-80, 1980, aqui, p. 46

²⁵⁰ BARRETO, Observações relativas à agricultura..., *idem*, p. 180.

²⁵¹ GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012, p. 93; OSÓRIO, O *Império Português...*, *idem*, p. 191.

²⁵² BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 99; MAMIGONIAN, Beatriz; CARDOSO, Vitor. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane (org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 17-42, aqui p. 25.

mandioca e trigo, milho, feijão e outros tantos bens produzidos pelos lavradores da região. Semelhante tipo de demanda por alimentos ainda estava em formação na vila de Rio Grande pois, como aponta o escrivão Sebastião Bettamio, um dos problemas enfrentados pelos moradores desta localidade eram as distâncias enfrentadas para se conseguir comprar alimentos²⁵³. É provável que tal demanda deve ter estimulado a constituição de um mercado regional, em médio prazo.

Quanto ao mercado externo, reconhece-se que a exportação de trigo teve seu início por volta do ano de 1787, pois é deste ano a elaboração da primeira referência a este comércio²⁵⁴. Na lista de exportação deste ano, como apontou Osório, constam poucas arrobas do produto vendidas para o Rio de Janeiro (852 arrobas). Temos alguns indícios de que este tipo de exportação de trigo, ainda que de pequena monta, tenha se iniciado alguns anos antes, ainda no início da década de 1780. Apresentaremos esses dados abaixo.

Ao iniciar sua governança no Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, em carta ao Vice-rei de 28 junho de 1780, observa que os moradores do Continente não têm preguiça para a agricultura e que “o terreno que nele se compreende é fértil em produções, particularmente de farinha de trigo”. No entanto, constata que a Fazenda Real devia a quase todos os lavradores e que a farinha retirada e não paga é indispensável a “estes miseráveis para seu sustento, de suas mulheres, filhos, e escravos”²⁵⁵ (itálico nosso). Enfatizamos a associação das expressões na frase do governador: os lavradores eram miseráveis possuidores de escravos. Não apenas o mapa de população de 1780, os róis de confessados e listas de matrícula de escravos indicam a presença de cativos nas freguesias agrícolas, como vimos no primeiro capítulo²⁵⁶, como também o governador confirma a generalização da posse de escravos por esses produtores. Os agentes da Coroa, portanto, reconheciam a amplitude da presença de cativos na agricultura, informação que será logo retomada na próxima etapa.

A exportação de trigo não era de todo desconhecida nos anos iniciais da década de 1770. No ano de 1774, o general Böhm afirma que havia uma escassa saída de trigo,

²⁵³ BETTAMIO, Notícia particular..., *idem*, p.234.

²⁵⁴ OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 190.

²⁵⁵ CÂMARA, Sebastião Xavier. Correspondência ao vice-rei. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 2, fl. 130.

²⁵⁶ Ver também: KÜHN, *Gente da fronteira*, *idem*, p. 129ss; OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII. In: *Anais 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2007b. p. 1-15; DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Trabalho de conclusão de curso (graduação); SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPR, 2011; GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*, p. 97ss. OSÓRIO, *O Império Português...*, *idem*, p. 222.

manteiga e queijo do Continente. O que seria de se esperar, em um período de guerra e com o fechamento da saída fluvial para o Oceano. Neste ano, portanto, deveria haver pouquíssimas famílias estabelecidas há mais tempo em suas propriedades capazes de produzir algum nível de excedente comercializável. Dois anos mais tarde, em carta de janeiro de 1776, o mesmo general fez uma observação referente à circulação de comerciantes do Rio de Janeiro em meio às tropas, os quais “não desejavam eles senão retirar das mãos dos militares o soldo que o rei lhes dava, em troca somente da água da vida, de um pouco de vinho”²⁵⁷.

Se os pequenos negociantes estavam em meio aos soldados no ano de 1776, talvez também estivessem junto às lavouras, comercializando com os lavradores. É o que depreendemos de uma denúncia do governador José Marcelino de Figueiredo, segundo o qual havia dívidas atrasadas destes produtores para com comerciantes. Em carta ao vice-rei de 20 de abril de 1780, o governador informa que os *credores de lavradores* e militares desejavam executar as dívidas dos últimos, sendo que, em alguns casos, tais indivíduos tinham mais a receber da Fazenda Real do que deviam²⁵⁸. No começo da década de 1780, portanto, havia dívidas de lavradores para com comerciantes.

Segundo comerciante Manuel Magalhães à Rainha Maria I, até a década de 1790 os agricultores podiam comprar fiado um escravo, com um prazo de um ou dois anos²⁵⁹. Encontramos um indício de que este mecanismo foi empregado no início da década de 1780, disponível no inventário de um lavrador de Porto Alegre, Antão Silveira, falecido em 1782. Este comprou 3 escravos do comerciante Antônio Caetano Ramalhosa, sendo o primeiro em 1775 e os outros dois, em 1777. Dos dois últimos escravos, restara a soma de 90 mil réis que não foram pagos, que somam o resto da dívida mais juros. Este valor representa 25% do total investido nos três indivíduos escravizados²⁶⁰. A família deve ter encontrado dificuldades para saldar a dívida, talvez o que tenha sido influenciado pelo estado de saúde do chefe da

²⁵⁷ BÖHM, Johann. *Memoires relatifs...*, *idem*, p. 90s.

²⁵⁸ “Como a estes lavradores, e principalme.te a estes melitares pertendem seus credores executar, o que faz, e fará ficarem m.tos perdidos, pois que lhes não aceitão seus ditos credores os papeis correntes qe lhes deve a Faz.d.a R.l, e me pedem lhes valha nestes cazos, rogo a v. exa. queira declarar me se devo concentir ou embarçar execuçoens, que os divedorez mostrarem deve lhe a Faz.a R.l mayores importâncias de generos, e de soldoz”. Ver CÂMARA, Sebastião Xavier. Correspondência ao vice-rei. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 2, fl. 96.

²⁵⁹ MAGALHÃES, Manoel Antonio de. “Carta onde o autor expõe à rainha d. Maria I a situação de miséria em que se encontra a província do Rio Grande, com o contrabando feito pelos espanhóis próximo à costa. Narra os esforços realizados pelo seu governador. Porto Alegre, 01/02/1805”. Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MS 554(3) d87, p. 3v. p. 8.

²⁶⁰ Inventário de Antão Silveira, ano de 1782, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0773, inventário núm. 97.

casa, que acabou falecendo. O fato, entretanto, é que um lavrador adquiriu escravos pagos com trigo num período bastante recuado, em 1775.

A partir dos indícios acima levantados, sugerimos a hipótese de que havia compra de escravos por meio do pagamento parcelado de colheitas de trigo antes de 1787. Provavelmente, hipótese nossa, o fim da guerra em 1776, a promessa de paz obtida com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777 e o conseqüente estabelecimento de um clima mais seguro para investimentos fizeram com que os lavradores se tornassem um filão para negócios, pois se obteria trigo por meio do pagamento antecipado feito com outros produtos bem encarecidos, como fazendas e escravos. Ainda que não se possa defender o caráter regular desse comércio, no período em questão, pode-se levantar a hipótese de venda de trigo aos comerciantes por uma parcela dos produtores, o que ajuda a explicar a difusão de cativos nas freguesias agrícolas rio-grandenses do período.

Ao considerar que provavelmente a forma mais comum de obtenção de escravos fosse pelo comprometimento de colheitas futuras, é possível imaginar que as compras de trigo e farinha efetuadas pela Fazenda Real não apenas diminuíssem os excedentes disponíveis para venda para alguns lavradores como afetassem seriamente a possibilidade de pagamento das dívidas contraídas com comerciantes.

Tal configuração econômica gerou sérios problemas políticos envolvendo lavradores, comerciantes e autoridades. Em uma carta de janeiro de 1779, José Marcelino de Figueiredo defende-se da acusação do vice-rei, segundo o qual o governador seria o responsável por embarçar a saída de trigo, queijos e manteigas do Continente, quando estes artigos sobravam ao sustento das tropas²⁶¹. De sua parte, o governador afirma que a interrupção da saída de bens se devia ao não pagamento dos produtos retirados pela Fazenda Real. A crer no governador, os produtores reduziram sua produção para evitar a requisição forçada de trigo, mas isso prejudicou pagamento das dívidas junto aos comerciantes.

A informação dada pelo governador é muito interessante: ao comparar seu comentário ao de Böhm, que apontou circulação de pequena monta destes mesmos bens no ano de 1774, o que chama a atenção em 1779 não é a falta, mas a interrupção do comércio. O comércio tritícola parece ter se tornado realmente viável, a tal ponto que a situação chegou à alçada do próprio vice-rei, provavelmente devido à pressão dos comerciantes cariocas.

É importante destacar que o papel dos comerciantes no funcionamento da economia agrícola local tornou-se estrutural nesse período. Como demonstrou Helen Osório, os comerciantes de grosso cabedal do Rio de Janeiro, ao arrematarem os contratos de município

²⁶¹ FIGUEIREDO, Correspondência ao vice-rei. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 1, fl. 17.

das tropas e de coleta dos dízimos, eram responsáveis por ampla circulação de alimentos no sul da América. Durante a guerra, obtinham farinha de mandioca em Santa Catarina e levavam-na ao Rio Grande de São Pedro; com os dízimos cobrados a partir de 1780 adquiriam trigo, cevada e outros bens no Continente para serem enviados ao Rio de Janeiro. O lucro dessa atividade originada na arrematação dos contratos era significativo, podendo chegar a 20% ao ano. Estes e os demais contratos contribuíram, conclui a autora, para a incorporação do Rio Grande de São Pedro ao mercado interno da América lusa, sob a condição subalterna ao capital carioca²⁶².

Estamos, portanto, diante de um complexo quadro de política econômica que demanda explicações. Isentando-se de culpa, José Marcelino transferiu a responsabilidade pela situação ao próprio vice-rei, por este não enviar dinheiro necessário para saldar as dívidas. O argumento de José Marcelino não era retórico, pois, conforme mostraremos adiante, o total das dívidas da Fazenda Real para com os produtores agrícolas somava mais de dez contos, o que poderia cobrir o pagamento de 90 cativos, aproximadamente.

A partir da análise destes documentos, podemos chegar a algumas conclusões. Diferente do que apontou Queiroz, havia outros mercados, outras demandas de alimentos além da Fazenda Real, como o mercado urbano de Porto Alegre e marinheiros. Como pontou o cirurgião-mor Ferreira, em meados da década de 1770, os açorianos reservavam parte de sua produção para o comércio, preferindo consumir feijão e abóboras. Como afirmou o governador José Marcelino, havia farinha de mandioca suficiente no Continente, bastando apenas dinheiro para poder adquirir. Como descreveu o governador Sebastião Xavier, os produtores eram miseráveis produtores que precisavam do trigo para alimentar familiares e escravos. Tais informações indicam, sim, o envolvimento dos pequenos e médios produtores rurais com o comércio e com o escravismo, conclusão que vai ao encontro do quadro demográfico e econômico regional elaborado no primeiro e no segundo capítulo desta tese.

Concordamos com Fernando Cardoso, Corcino Santos e Maria Luiza Queiroz quanto ao fato de que as requisições da Fazenda Real causaram empecilhos à atividade dos produtores, mas esta instituição não atuava sozinha. Como em outros espaços da América ibérica, nos quais comerciantes controlavam os circuitos mercantis e dispunham de recursos que colocavam os pequenos e médios produtores rurais em situação de subordinação²⁶³, há indícios da existência de pressão por parte de mercadores sobre os lavradores de Porto Alegre

²⁶² OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 238ss.

²⁶³ CHIARAMONTE, Juan. *Mercaderes del litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: FCE, 1991. Ver, também: ELLIS, Frank. *Peasant economics: farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 6; WOLF, Eric. *Tipos de campesinato...*, *idem*, p. 135.

e Viamão, inclusive exigindo a execução de dívidas. Portanto, discordamos da posição de Cardoso, para quem o comércio contrabalançou a ação do Estado, pois os lavradores encontravam-se pressionadas não apenas pela Fazenda Real, como pelos comerciantes. No entanto, para finalizar, se as requisições causavam empecilhos, resta avaliar se eram todos os produtores que sofriam com as demandas da Coroa ou se havia um grupo que era o alvo preferencial ou mais visado a ser taxado.

As demandas da Fazenda Real: requisição de mantimentos e o recrutamento dos filhos de lavradores

A guerra empreendida pelo domínio sobre a Vila do Rio Grande de São Pedro fez parte de um conjunto mais amplo de confrontos entre os impérios de Portugal e Espanha pela expansão de seus domínios territoriais. Se a conquista espanhola de 1763 foi relativamente simples, pois o exército comandado por Cevallos encontrou a vila já desocupada devido à fuga dos moradores, a reconquista luso-americana demandou um enorme investimento e a articulação de uma série de mecanismos, particularmente relativos à arregimentação de soldados e à obtenção de alimentos. Ao retomarmos diferentes contribuições que avaliaram o funcionamento de tais mecanismos, temos por objetivo, neste tópico, verificar o quanto, como e de quais famílias de lavradores foram exigidos recursos no Rio Grande de São Pedro.

A documentação utilizada foi produzida pela Junta da Fazenda Real, órgão que funcionou entre 1774 e 1779 e, a partir deste ano, pela Provedoria da Fazenda Real, órgão que vigorava antes da criação da Junta e que fora recriado. Dentre suas funções, estava a de organizar as finanças estatais locais e suas instituições, assentar soldados, garantir a manutenção e pagamento das tropas, administrar os contratos reais (dentre eles o contrato dos dízimos e o do município das tropas), bem como acudir a solicitação dos súditos em situação de extrema pobreza²⁶⁴. O exame dessa documentação será fundamental para avaliar o peso do “calotes oficiais”, na expressão de Maria Luiza Queirós, sobre o desenvolvimento da agricultura regional²⁶⁵.

Ao compor algumas listas com indivíduos onerados pela Fazenda Real a contribuir com recursos materiais e humanos durante e após a guerra de reconquista de 1776, tivemos

²⁶⁴ ARPINI, Paula. *Retratos da provedoria: os agentes fazendários do Rio Grande de São Pedro (1748-1802)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2015. Manuscrito apresentado à banca. Aqui, p. 40ss; SUBTIL, José. Governo e administração. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p.157-193, aqui, p. 171-74.

²⁶⁵ QUEIROZ, *A vila do Rio Grande...*, *idem*, p. 143.

a possibilidade de realizar pesquisa nominal para avaliar o perfil das famílias de Porto Alegre e Viamão que contribuíram para o serviço da majestade portuguesa. Nosso argumento é o de que a requisição de alimentos e o recrutamento dos jovens filhos dos lavradores do Rio Grande de São Pedro, durante a década de 1780, não foram praticadas de forma idêntica em relação a todos os produtores e os mais onerados foram aqueles que dispunham de mais mão-de-obra em seus domicílios e maior capacidade de produção de excedentes. Os agentes do governo português, nesse sentido, teriam empregado uma política baseada na noção de equidade ao abordar os moradores da região ora estudada²⁶⁶. No primeiro tópico abordaremos a requisição de alimentos e, no segundo, o recrutamento de jovens para sentar praça como soldados e tambores.

Farinhas e grãos

Para manter os soldados de pé, a alimentação básica que acompanhava a carne assada era a farinha de mandioca, às vezes substituída por pães de trigo. A farinha de mandioca, ou farinha de guerra, tinha por origem predominante a vila de São Francisco, norte da capitania de Santa Catarina, e era obtida por meio de contrato do município das tropas arrematados por comerciantes da praça do Rio de Janeiro. Tais comerciantes vendiam tecidos na vila catarinense e eram pagos com farinha, a qual era enviada ao Rio Grande²⁶⁷.

Além dos contratos, havia formas secundárias para a obtenção de mantimentos, como a compra de gêneros direto dos produtores ou, mesmo, de outros comerciantes. Vejamos os dois casos. Nos manuscritos avulsos do Fundo da Fazenda do AHRS, para o ano de 1775, encontram-se recibos de compra de farinha de guerra junto a comerciantes como José Estácio Brandão, Antônio José de Alencastre, Antônio Guedes de Sampaio, Manuel Fernandes Guedes e José Guedes Luís, todos eles presentes no cenário mercantil do Rio Grande de São Pedro da década de 1780 em diante, além de terem se tornado agentes camarários²⁶⁸. Não sabemos se eles estavam ou não vinculados aos arrematadores do contrato do município das tropas. Constam recibos para outros indivíduos que não pudemos identificar, alguns dos quais deveriam ser comerciantes ou, em alguns casos, prováveis

²⁶⁶ LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 51-86.

²⁶⁷ O processo é descrito em OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 240.

²⁶⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Manuscritos Avulsos da Fazenda Real*, maço 20, Diversos documentos - 1775, núm. 114, 143, 144, 168, 171, 174, 179, 180, 188, 178, 190, 192, 196; COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008, p. 175ss.

produtores de Santa Catarina que levaram em carretas próprias os mantimentos até os armazéns.

A compra de alimentos de produtores do Continente, tema que nos interessa neste momento, é demonstrada por meio de dois documentos. Um deles é uma relação dos mantimentos que a Provedoria da Fazenda Real devia aos lavradores do Rio Grande de São Pedro. O segundo, são os extratos financeiros da Fazenda Real, já analisados em outra pesquisa²⁶⁹, onde estão registrados pagamentos feitos a particulares referentes à compra de trigo e de farinha de mandioca.

Analisaremos cada um deles neste momento, iniciando com a *Relação dos mantimentos que por esta provedoria do Continente do Rio Grande de São Pedro se estão devendo a diversos lavradores dos anos de 1775 the mayo de 1781*²⁷⁰. Neste documento está registrado o montante de alimentos que foi retirado dos lavradores, sendo que seu início data do período em que a guerra ainda estava em andamento. É um documento que ocupa apenas uma folha, mas contém informações pertinentes para pensar nosso problema. Provavelmente, estes dados são uma síntese do conjunto das dívidas registradas pela Provedoria da Fazenda Real, cujos registros ou rascunhos estão perdidos. Enfatizamos, nesse sentido, que tal situação resulta do caráter esparso e escasso da documentação da Provedoria. As informações disponíveis nesta fonte são os tipos de artigos retirados dos lavradores, as quantidades e as dívidas resultantes.

Na *Relação dos mantimentos* soma-se a dívida de quase 14 mil alqueires de trigo, farinha de mandioca e feijão e mais 26 mil unidades de pão de trigo²⁷¹. O total da dívida alcança o valor de quase 10 contos e 500 mil réis, cerca de 1 conto e 700 mil réis por ano, com o qual se poderiam comprar cerca de noventa cativos: uma soma nada desprezível para produtores que havia pouco tempo receberam suas terras, em uma região recém-saída da guerra²⁷². Excluídos os pães, a farinha de mandioca representa 55% do total adquirido, ao

²⁶⁹ GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*, p. 183ss.

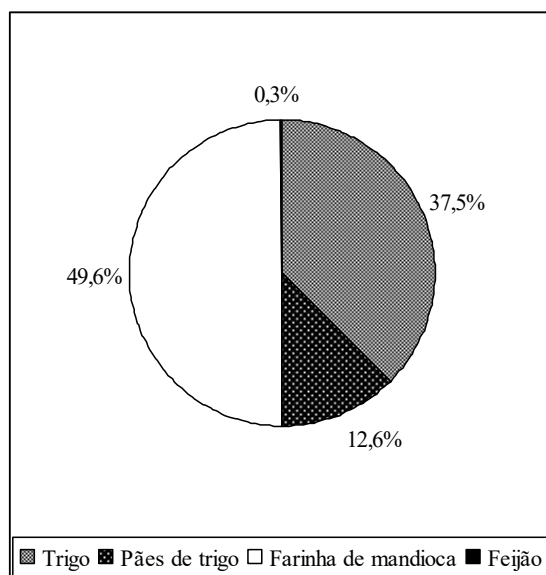
²⁷⁰ *Relação dos mantimentos que por esta provedoria do Continente do Rio Grande de São Pedro se estão devendo a diversos lavradores dos anos de 1775 the mayo de 1781*. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 3, fl. 48

²⁷¹ Levando em consideração as constantes reclamações de não pagamento dos alimentos requisitados, como demonstramos na primeira etapa deste capítulo, supomos que este montante represente a maior parte do que foi obtido pela Fazenda Real, tendo sido pequena a quantidade de alimentos imediatamente pagos.

²⁷² Utilizamos o valor médio de escravo de 110\$268 réis, presente em uma relação de importação e exportação referente ao ano de 1802 (SANTOS, Corcino. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1984, p. 118). Se utilizado o preço médio de escravos do período entre 1812-1822 (155\$664 réis), o total de cativos comprados seria menor (BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado, p. 97). Como nossos dados referem-se à década de 1770, o valor médio mais indicado é o mais próximo, do ano de 1802.

que se somam 0,3% de feijões. Em termos do valor da dívida, a farinha de mandioca e os feijões somam 49,9% dos bens comprados, contra 50,1% de trigo e pães de trigo.

Gráfico 10 - Distribuição do valor da dívida (%) entre os alimentos requisitados pela Fazenda Real junto aos lavradores do Rio Grande de São Pedro, entre 1775 e 1781



Obs.: a dívida soma 10:492\$948 réis.

Fonte: *Relação dos mantimentos que por esta provedoria do Continente do Rio Grande de São Pedro se estão devendo a diversos lavradores dos anos de 1775 the mayo de 1781*. AN, Códice 104, v. 3, fl. 48.

Evidencia-se, portanto, que os lavradores do Continente produziam algum excedente já em meados da década de 1770 e que foram capazes de fazer alguma contribuição para a manutenção das tropas. Além disso, demonstra-se o peso da farinha de mandioca tanto no que diz respeito à produção agrícola quanto à demanda local. Afinal de contas, este produto, junto com o pão, era o bem que acompanhava o churrasco feito com carne bovina. No período, a farinha de mandioca era o alimento mais acessível, enquanto havia dificuldade para se consumir trigo em virtude do contexto de guerra, pois faltavam moinhos para fazer farinha, padeiros, fornos e, no caso de Rio Grande, de madeira²⁷³. No entanto, precisamos avaliar o quanto este conjunto de bens retidos pela Fazenda Real contribuíram para sustentar as tropas e o possível impacto da retirada sobre a economia agrícola regional.

O general Böhm informou que eram necessários 5 mil alqueires de farinha de mandioca por mês para sustentar as tropas e os índios trabalhadores na fronteira norte do Rio

²⁷³ BÖHM, Johann. *Memoires relatifs...*, *idem*, p. 40.

Grande e em Rio Pardo²⁷⁴. Se considerada apenas a farinha de mandioca presente na *Relação de mantimentos* (7.563 alqueires), as tropas poderiam ser alimentadas por cerca de seis semanas. Mas as tropas não comiam apenas farinha de mandioca, pois o pão de trigo também servia como acompanhante da carne assada. Infelizmente, o cômputo torna-se mais complicado neste caso, pois não contamos com um parâmetro de consumo de trigo, além de que parte deste foi vendido no formato de unidades de pão, das quais não sabemos suas medidas (essas unidades eram uniformes? Quantos pães se produziam por alqueire? Quantas unidades eram consumidas diariamente?).

Para resolver o dilema, partimos de uma suposição: a de que o total de trigo e pães de trigo comprados foi capaz de sustentar as tropas por tanto tempo quanto o montante de farinha de mandioca adquirido, isto é, seis semanas²⁷⁵. Teremos, portanto, cerca de três meses de abastecimento alimentar para soldados e índios trabalhadores (todos homens adultos) garantidos pela produção dos lavradores. Apesar da quantidade nada desprezível de alimentos e independente da imprecisão da conta, nosso cálculo hipotético não contraria a expectativa: os lavradores contribuíram com apenas uma pequena parcela do que era necessário para manter as tropas, cerca de um quarto de ano. Os soldados dependeram principalmente, como indicam os relatos do general Böhm e como demonstrou Osório, das farinhas vindas de Santa Catarina.

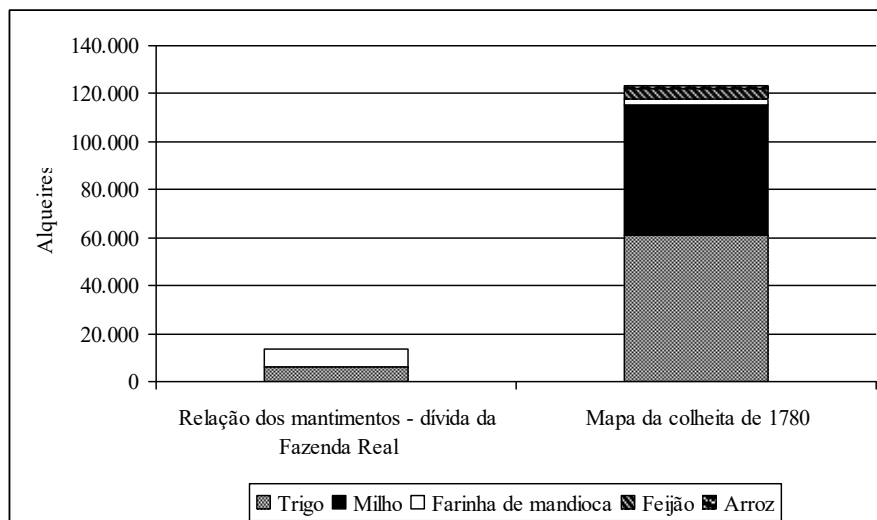
Ao compararmos o montante requisitado com o total da produção do ano de 1780, podemos verificar a real dimensão do quanto foi tomado aos lavradores. De acordo com o *Mapa de colheita de 1780* (ver gráfico seguinte), o total de trigo produzido em toda a capitania foi de 61 mil alqueires, enquanto o total de trigo tomado e não pago até 1780 pela Fazenda Real foi de 6 mil alqueires. Considerando os valores da dívida da Fazenda Real como fidedignos, o total retirado não representa 10% da produção tritícola de um único ano. Tal proporção seria ainda menor se considerarmos que a prática de ocultamento de colheitas tenha levado ao subregistro do total produzido em 1780²⁷⁶. Portanto, o total requisitado e não pago não nos parece excessivo a ponto de ter criado obstáculos ao desenvolvimento da economia regional.

²⁷⁴ BÖHM, Johann. *Memoires relatifs...*, *idem*, p. 90s.

²⁷⁵ Foram adquiridos cerca de 7.500 alqueires de farinha de mandioca, contra 6.000 alqueires de trigo e 26 mil e 400 unidades de pães.

²⁷⁶ OSÓRIO, Helen. *Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial*. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 43-62, aqui p. 60.

Gráfico 11 - Total de mantimentos retirados e não pagos aos lavradores entre 1775 e 1781 e produção agrícola de 1780, Rio Grande de São Pedro

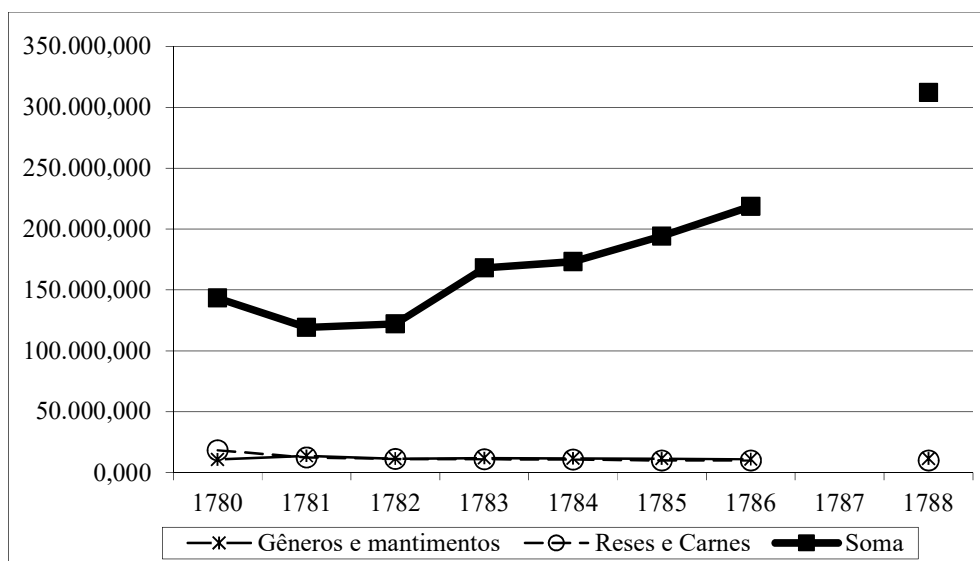


Fonte: *Relação dos mantimentos que por esta provedoria do Continente do Rio Grande de São Pedro se estão devendo a diversos lavradores dos anos de 1775 the mayo de 1781*. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 3, fl. 48; MAPA da colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Rio Grande. Anexo ao ofício 33, carta de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara a Luiz de Vasconcelos e Souza, Porto Alegre, 7 de agosto de 1781. Arquivo Nacional, códice 104, vol. 3, p. 126.

Ao dispor dos balanços anuais da Fazenda Real da década de 1780, podemos verificar que não houve variação significativa dos valores tomados aos lavradores. A dívida total da Fazenda dobrou entre 1780 e 88, pois passou de cerca de 140 para mais de 300 contos de réis (aumento de 170%), variação motivada especialmente pelos gastos com a folha de pagamento de soldos e ordenados. Por sua vez, a variação do valor devido por gêneros e mantimentos foi pequena (aumento de 7%), enquanto o que se devia por carnes e reses teve uma diminuição de pouco mais de 50%. A confiar nestes dados, os constantes calotes da Fazenda Real lesavam principalmente os militares e não tanto os lavradores. Se a Fazenda não pagou a maior parte do que devia, pode-se dizer que não parece ter tomado mais bens diretamente dos lavradores ao longo de uma década²⁷⁷. Especialmente porque a guerra já havia acabado e as tropas, em sua quase totalidade, foram desmobilizadas.

²⁷⁷ MONTEIRO, A dominação espanhola..., *idem*, p. 340.

Gráfico 12 – Balanço das dívidas da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro, entre 1780 e 1788, em réis



Obs: além dos “gêneros e mantimentos” e “reses e carnes”, o valor da “soma” é composto pelo pagamento dos soldos (da folha civil, do Regimento de Dragões, da Cavalaria Ligeira, do batalhão de infantaria, da infantaria ligeira, da cavalaria auxiliar, da folha eclesiástica, da marinha e capatazes e peões), pelo empréstimo a um casal falecido, cavalgadas, alugueis de casas, férias e fretes de carruagem.

Fontes: Relação do que a Real Fazenda do Continente do Rio Grande de São Pedro fica devendo até o último de dez.bro [diversos anos], ANRJ, Códice 104, vol. 2, fl. 200, vol. 3, fl. 117, vol. 4, fl. 89, vol. 5, fl. 129, vol. 6, fl. 552, vol. 7, fl. 446, vol. 8, fl. 279, vol. 10, fl. 421.

O procedimento ideal para avaliar com precisão o real impacto da retirada de grãos e farinhas dos lavradores seria o de relacionar a quantidade de alimentos requisitados a cada um dos produtores e avaliar o tamanho da mão-de-obra que lhes era disponível. No entanto, não existem dados seriais para isso. As informações que existem são fragmentadas, parciais, distribuídas em diferentes documentos. Ainda assim, há uma alternativa, já aplicada em nossa dissertação de mestrado, cujos resultados foram interessantes e serão retomados aqui.

Foi-nos possível cruzar os nomes de pessoas pagas por alqueires de trigo e farinha de mandioca listados nos extratos financeiros da Fazenda Real, entre 1781 e 1783, com os róis de confessados. Os bens foram requisitados entre os anos de 1777 e 1779 e a demora para efetuar-se o pagamento foi de cinco anos, em média. A quantidade de alqueires pagas foi baixa e poucos receberam mais de cem mil réis. Dos 32 vendedores de bens agrícolas, identificamos 13 lavradores de Porto Alegre e Viamão e um negociante, sendo que todos eles eram escravistas. A análise dos dados tornou bem evidente que, quanto maior a posse escrava, maior a quantidade requisitada pela Fazenda Real²⁷⁸.

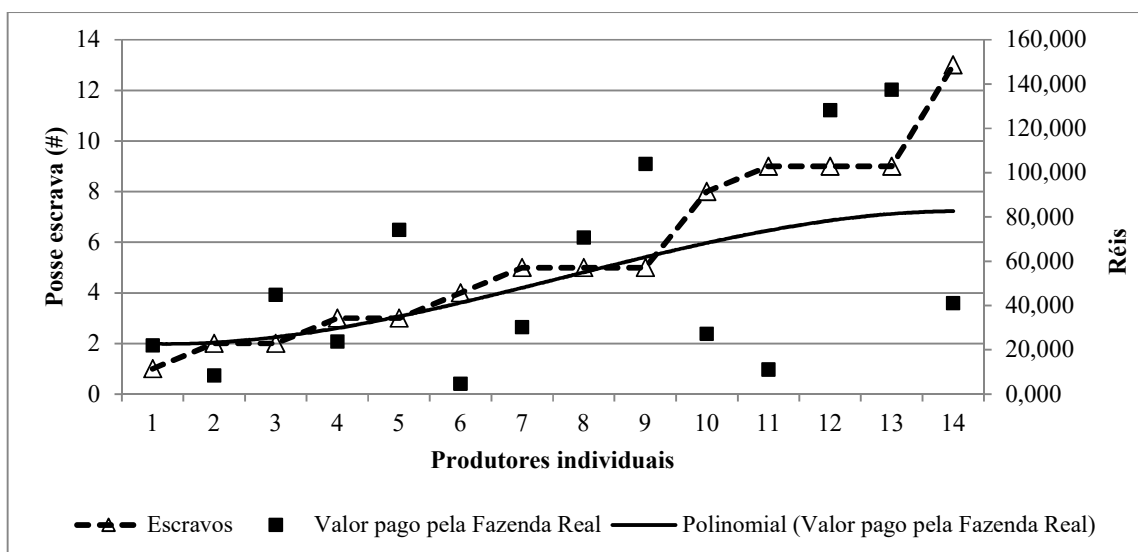
²⁷⁸ GOMES, *Uma cidade negra...*, op. cit., p. 185s.

Na época, tal como hoje, enfatizamos que os dados devem ser utilizados com muito cuidado, por serem em pequena quantidade e por não pertencerem a uma série completa. O que temos, em realidade, é uma parte das dívidas da Fazenda Real para com o conjunto dos lavradores da região. No entanto, o padrão verificado é bastante expressivo pois, como mencionamos, os indivíduos que foram pagos eram todos escravistas e havia, também, algum nível de proporcionalidade entre o que se recebeu como pagamento e a quantidade de escravos possuídos²⁷⁹.

Ao retomar os dados já utilizados, distribuimos os mesmos de outra maneira, em um gráfico no qual os produtores são ordenados de acordo com o tamanho de suas posses escravas. A partir dos valores relativos aos pagamentos feitos pela Fazenda Real, elaboramos uma linha de tendência polinomial, instrumento estatístico capaz de testar e demonstrar a existência ou não de padrões com dados aparentemente díspares ou flutuantes. Verifica-se, pois, que há uma tendência de crescimento dos valores pagos, acompanhando o aumento do número de escravos. O crescimento é mais lento entre os que tem menos escravos e torna-se mais acentuado dos registros intermediários em diante.

²⁷⁹ “No caso do trigo, os 3 produtores que comercializaram as maiores quantidades deste artigo possuíam 9, 3 e 13 escravos, sendo que os 2 primeiros possuíam famílias numerosas. Suas produções foram de respectivamente 24, 33 e 68 alqueires, que representavam, juntos, 86% do trigo em questão. (...) No que diz respeito à farinha de mandioca, os 5 produtores com maior volume de venda foram responsáveis por 72% do total. Apenas um apresentou posse de três cativos, enquanto os outros possuíam um mínimo de cinco escravos. Os 2 maiores produtores, senhores de nove cativos cada um, foram responsáveis por 42% do total de farinhas” (GOMES, *Uma cidade negra...*, *idem*, p. 185s.)

Gráfico 13 - Tendência polinomial dos valores pagos pela Fazenda Real a alguns produtores de Porto Alegre e Viamão e as respectivas posses escravas



Fonte: *Extrato da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro*. Anos de 1781 a 1783. ANRJ, Fundo da Secretária da Fazenda do Brasil, Códice 104, volumes 3, 4 e 5.

A distribuição dos valores pagos de acordo com a classificação econômica elaborada no segundo capítulo torna bastante evidente a sobre-representação dos grupos mais enriquecidos de produtores. Dez dos treze produtores eram, no mínimo, produtores remediados mais enriquecidos e apenas três eram remediados mais pobres. Nenhum lavrador pobre foi pago por farinha ou trigo retirado pela Fazenda Real.

Tabela 26 - Valores pagos (mil réis) pela Fazenda Real por farinha de mandioca e trigo a alguns produtores de Porto Alegre e Viamão

	Total	Média	Mediana	Desvio-padrão	Coefficiente de variação (%)
Lavrador-criador	3	79\$447	70\$720	44\$157	55\$600
Lavrador rico	2	34\$120	34\$120	6\$920	20\$300
Lavrador remediado A	5	66\$899	74\$100	46\$748	69\$900
Lavrador remediado B	3	25\$987	21\$930	15\$013	60\$100
Negociante	1	11\$040	11\$040	0\$000	0\$000

Fonte: *Extrato da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro*. Anos de 1781 a 1783. ANRJ, Fundo da Secretária da Fazenda do Brasil, Códice 104, volumes 3, 4 e 5.

Os dados aqui utilizados – ainda que representem apenas uma parcela de um conjunto maior que é predominantemente desconhecido – estão a indicar um padrão de captação de recursos dos lavradores pelo Estado durante um período de cinco anos, no qual foram os mais abastados dos lavradores aqueles que contribuíram com grãos e farinhas para

sustentar os soldados. Particularmente, a partir das contribuições de Ângelo Carrara, temos motivos para pensar que o padrão encontrado no Rio Grande de São Pedro tenha um caráter mais generalizado.

Em sua tese de doutorado, Carrara estudou uma documentação de raro valor, que são os livros de cobrança de dízimo, tributo de dez por cento cobrado sobre a produção e destinado à Igreja, administrado pelo Estado e cuja cobrança era arrendada a terceiros, normalmente comerciantes. O autor fez uma pesquisa nominal dos pagadores de dízimo da freguesia de Furquim, pertencente à vila de Mariana, Minas Gerais, nos róis de confessados e listas nominativas. De 142 pagadores, 63 encontravam-se também registrados nas listas nominativas utilizadas pelo autor (sendo os demais moradores de localidades não incluídas no registro). Desses 63, somam 39 os casos em que é possível cruzar o montante pago como dízimo e o total de escravos possuídos²⁸⁰.

Constatou o autor que havia uma correspondência relativa entre o valor do dízimo e a quantidade de escravos, pois a primeira variável aumentava conforme aumentava a segunda. Concluiu, por fim, que os dízimos

deixavam de fora a pequena produção para o auto-consumo (*sic*). Expressavam apenas a produção destinada ao mercado; são cifras que exprimiam essencialmente a produção de caráter escravista. Essencial mas não exclusivamente, já que comportava também a participação (...) de alguns lavradores com produção familiar lançada ao mercado, com ou sem recurso à mão-de-obra escrava ou de outro tipo²⁸¹.

Para o autor, os dízimos exprimiam, portanto, a capacidade de produção de excedentes voltados para a venda. Interessa observar que Bert Barickman aponta que, para os casos do fumo e do açúcar baianos, o sistema de cobrança do dízimo sobre a produção foi modificado a partir de 1800 e que se iniciou um sistema de cobrança apenas sobre os produtos destinados ao comércio nos armazéns ou trapiches de Salvador²⁸².

Para o caso do Rio Grande de São Pedro, os dízimos não foram arrendados entre 1775 e 1779, voltando a ser arrematados apenas em 1780. Em 1779, Bettamio afirmou que os mesmos estavam sob administração da Fazenda Real²⁸³. Por ora, não foram encontrados os livros de contabilidade da instituição, mas há indicações de que tenham existido. Em um

²⁸⁰ CARRARA, *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 234-6.

²⁸¹ CARRARA, *Minas e currais...*, *idem*, p. 237.

²⁸² BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 72ss.

²⁸³ OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 228.

dos recibos de mantimentos incluídos na tabela anterior, o funcionário afirma que o débito foi registrado no “livro 2 da receita e despesa de gêneros do comissário de viveres e munições de guerra dos armazéns reais desta vila”²⁸⁴. Na falta deste livro, existem três interessantes requerimentos feitos ao Provedor da Fazenda Real por indivíduos que compraram os ramos dos dízimos (isto é, indivíduos que compraram dos dizimistas o direito de fazer a cobrança), no ano de 1793 e 1794, os quais solicitavam intervenção do governo para que lavradores resistentes pagassem o dízimo²⁸⁵.

José Nunes Vieira era um lavrador rico, proprietário de mais de 400 reses de acordo com a *Relação de moradores de Viamão*, de quem é dito que “tem o seu estabelecimento de plantações (...) e criação de animais vacuns e cavalares”. José Nunes devia dízimo tanto pelos grãos produzidos quanto pelos animais criados. No rol de confessados de Viamão de 1781 possuía 2 cativos e 4 agregados com sete anos ou mais sob seu domicílio. O segundo citado é Boaventura da Costa Torres, que não foi registrado na *Relação de Moradores*, mas conseguimos identificar que o mesmo é genro de um lavrador remediado mais rico. Boaventura foi citado por não pagar o dízimo da produção de seus animais do ano de 1791 e deveria levar, para a audiência, “a conta de todos os animais que teve na sua fazenda tanto como seus *escravos*” (itálico nosso)²⁸⁶.

Por fim, Alexandre da Costa Luís, um lavrador rico de Porto Alegre, um dos maiores proprietários de escravos da freguesia, deixou de pagar os dízimos de grãos e animais dos anos de 1792 e 1793. O ramista dos dízimos insiste que o valor a ser pago tem que levar em consideração “todas as pessoas que tem de sua obrigação tanto *libertos* como *escravos e agregados*”. Junto ao requerimento, o ramista entregou uma lista de todos os escravos e libertos que viviam junto a Alexandre da Costa, os quais somavam 13 indivíduos, dentre os quais seis escravos e 4 agregados, um dos quais classificado como aleijado²⁸⁷.

Encontramos apenas três casos de cobrança de dízimos, e todos os três eram lavradores ricos ou remediados mais ricos. Do genro de lavrador remediado rico, há solicitação para contabilização dos escravos. Para o lavrador rico de Porto Alegre, apresentou-se uma lista dos escravos e agregados. Um último documento reforça a hipótese de que o número de cativos possuídos era o parâmetro para definir o valor em dízimos a ser cobrado. Uma portaria do governador do ano de 1798 informa as condições pelas quais deveriam ser arrematados os dízimos e os quintos dos couros, do gado em pé e do município

²⁸⁴ Recibos e Conhecimentos, Manuscritos da Fazenda Real, maço 23, 1779. AHRS.

²⁸⁵ Agradecemos a Edsiana Aita a gentileza de conceder-nos as transcrições utilizadas.

²⁸⁶ Requerimentos ao Provedor da Fazenda Real, Manuscritos da Fazenda Real, maço 40, 1794. AHRS

²⁸⁷ Requerimentos ao Provedor da Fazenda Real, Manuscritos da Fazenda Real, maço 40, 1794. AHRS.

das tropas. No que diz respeito aos dízimos, quando houvesse desacordo com os lavradores quanto ao valor a ser pago, cada uma das partes escolheria um louvado (avaliador), que “arbitrarão o que se deve pagar de dízimos, conforme a qualidade da Fazenda e os negros que nela há”²⁸⁸.

Portanto, o parâmetro para cobrança dos dízimos no Rio Grande de São Pedro em fins dá década de 1790 parece ser semelhante ao utilizado pela Fazenda Real para obter mantimentos dos lavradores no início da década de 1780: o número de cativos possuídos pelo produtor. Como verificado por Carrara em Furquim e por Barickman na Bahia, no início do século XIX, no Rio Grande de São Pedro parece ter sido os mais aquinhoados dos produtores aqueles que mais contribuíram. Eram, todos eles, escravistas. Ambos as contribuições, seguramente, são indícios da capacidade de produção de excedentes destinados ao mercado por parte de lavradores remediados mais ricos, lavradores ricos e lavradores-criadores.

Ao longo da década de 1770, as tropas estacionadas no sul da América foram mantidas pelas farinhas vindas de Santa Catarina. Há, entretanto, registros de compra de mantimentos de lavradores do Rio Grande de São Pedro pela Fazenda Real, a partir de 1775. A quantidade de alimentos é pequena; o valor da dívida, ainda que não desprezível, é relativamente baixo para um período de cinco anos; entre 1780 e 1788, não houve significativa variação do montante da dívida da Fazenda para com esses produtores; há indícios relativamente relevantes que apontam para a existência de um padrão de escolha dos lavradores que contribuiriam com alimentos, os quais eram escravistas e provavelmente capazes de produzir uma maior quantidade de excedentes para comercializar; por fim, em 1798, uma portaria do governador informa que o número de cativos pelos lavradores é um dos parâmetros para definir o valor a ser pago de dízimo.

Não há motivos para acreditar que a Fazenda Real tenha, de fato, contribuído para um suposto empobrecimento dos lavradores, especialmente porque a alimentação das tropas foi garantida pelo trabalho dos pequenos produtores catarinenses. Mas um conjunto de informações permite concluir que um grupo específico de produtores, aqueles com maior capacidade de produção, foi particularmente requisitado pela Fazenda Real para oferecer mantimentos sem pagamento imediato. As famílias identificadas capazes de realizar entregas de excedentes pertenciam ao grupo dos lavradores remediados mais ricos, lavradores-criadores e lavradores ricos. Estes dados, em princípio, apesar de fragmentários, confirmam

²⁸⁸ MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, p. 72.

a pertinência da classificação empreendida no capítulo dois e utilizada ao longo desta pesquisa.

Filhos e recrutas

Um dos fatores decisivos para a vitória luso-americana foi a impressionante ampliação das tropas. No ano de 1770, o Rio Grande de São Pedro era guarnecido por um total de 886 homens. Em 1773, sob perigo de nova invasão e após o ataque sofrido por um barco mercante português, alvejado por fogo castelhano, iniciou-se um processo de reforço dos efetivos militares com gente oriunda do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Portugal. Como resultado, as tropas luso-americanas passaram a contar com 1702 homens em dezembro de 1774 e, após a chegada de quatro regimentos portugueses em abril de 1775, com quase 4.000. A reconquista luso-americana do Rio Grande contou, portanto, com predomínio incontestado de elementos oriundos de fora da capitania²⁸⁹.

Com a paz obtida pelo Tratado, ocorreu um ajustamento dos efetivos no sul da América portuguesa. Em abril de 1777, enquanto a Ilha de Santa Catarina ainda estava ocupada, os efetivos luso-americanos somavam, aproximadamente, 7.300 homens. Passado o perigo eminente e assinado o tratado, ocorreu uma diminuição muito expressiva: em outubro de 1779, somavam-se 667 indivíduos; em agosto de 1782, eram 724; e, em abril de 1784, somavam 731 indivíduos.

Tal mudança não significou apenas a diminuição de efetivos, mas também uma recomposição dos quadros. O mapa de população de 1780 é significativo nesse sentido, pois é o primeiro documento do período a estimar o total de moradores disponíveis para sentar praça, cujo valor somou dois mil homens. O documento aponta, desde já, o interesse em se avaliar os braços disponíveis na região para proteger o território. Para analisar tal processo de recomposição, utilizaremos uma documentação do Fundo dos Manuscritos Avulsos da Fazenda Real do AHRs, que são os assentos de soldados e tambores.

Os assentos utilizados cobrem o período entre os anos de 1781 e 1784. Ao todo, somam-se 309 registros contidos em diferentes documentos. Destes, o mais importante é formado pelas as portarias do governador, item obrigatório enviado ao provedor da Fazenda Real, no qual se ordenava a incorporação do recruta. As portarias poderiam ser acompanhadas de relações ou listas de recrutas ou, particularmente para os anos de 1781 e 1782, de bilhetes avulsos com as informações dos mesmos.

²⁸⁹ MONTEIRO, A dominação espanhola..., *idem*, p. 219s, 237-248.

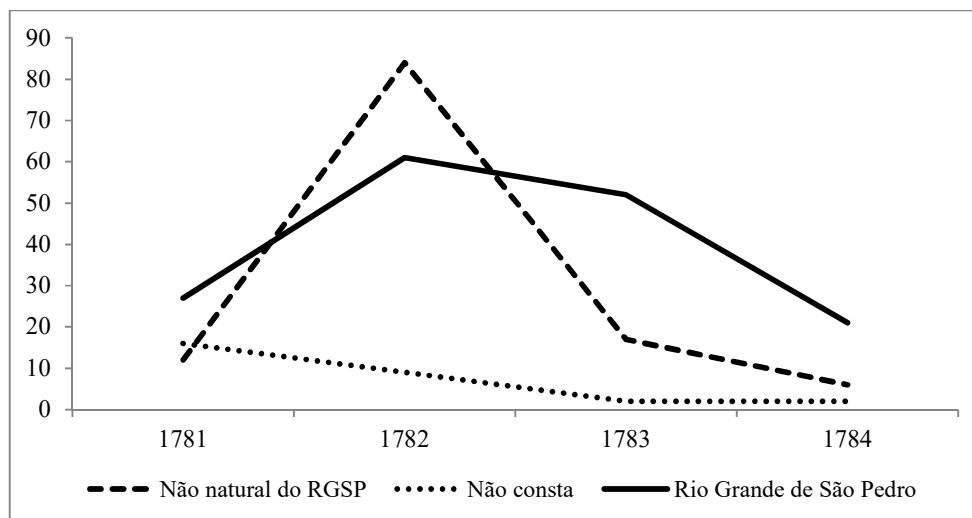
As informações disponíveis variam conforme o período. Para os anos de 1783 e 1784 temos o conjunto mais rico por constarem, além do nome do recruta e da companhia na qual foram assentados, dados como o nome do pai, sua naturalidade, idade, condição do recrutamento para os que voluntariamente se apresentaram e algumas características físicas. Para os anos de 1781 e 1782, tais informações são menos comuns provavelmente porque elas não foram escritas no corpo das portarias, mas em bilhetes separados, cuja maior parte parece estar perdida.

A representatividade da fonte pode ser parcialmente avaliada com o uso dos mapas de tropas, que são quadros estatísticos que sintetizam os quadros militares então disponíveis. Para o ano de 1779, contabilizam-se 469 soldados e, em 1784, 552 homens nessa patente. Portanto, a entrada de 309 arregimentados ao longo desse período, entre 1779 e 1784, significou uma mudança nos quadros disponíveis, pois os novos elementos passaram a compor mais da metade do efetivo, em substituição aos soldados mais antigos que receberam baixa. Ainda que seja perceptível a perda de documentos (particularmente referimo-nos a algumas portarias, as quais deveriam estar acompanhadas de listas, mas não estão), o conjunto parece estar preservado o suficiente para se elaborar uma análise razoavelmente segura.

Para os 281 indivíduos cuja informação de naturalidade está disponível, registram-se 57% de nativos do Rio Grande de São Pedro. Dos elementos “estrangeiros”, 18% veio da capitania de São Paulo (especialmente de Curitiba), 7% da de Santa Catarina (principalmente da Ilha) e aproximadamente 5% tanto do Rio de Janeiro como da Colônia do Sacramento. Contamos com a informação de idade de 139 alistados, cujo valor médio é de 18 anos. Dos nascidos no Rio Grande, a média é menor, de 16 anos. O pico de entradas ocorreu no ano de 1782, o único no qual predominaram os recrutas exógenos.

Somam-se seis indivíduos descritos como guaranis da Aldeia dos Anjos de Gravataí e apenas dois como pardos, um nascido na Colônia do Sacramento e, outro, em Viamão. Há 59 voluntários. Ainda que possamos duvidar de tamanha boa disposição para servir, quatro deles eram filhos de militares e suas escolhas evidenciam ampla ligação pessoal com as trajetórias paternas. O perfil de soldado mais comum era, nesse sentido, o de um homem jovem, nativo da região, cujo nascimento deu-se por volta da época em que a vila do Rio Grande foi invadida (em torno de 1764).

Gráfico 14 - Origem dos recrutas, se naturais ou não do Rio Grande de São Pedro



Fonte: Portarias do governador, relações de recrutas e bilhetes relativos aos soldados e tambores que assentaram praça entre 1781 e 1784. AHRS, Fundo da Fazenda, Manuscritos avulsos, maços 25, 26, 27 e 28.

Dos recrutas do Rio Grande de São Pedro, predominam aqueles nascidos em Porto Alegre e localidades vizinhas, com quase metade do total. Viamão, disparada, é a freguesia de onde se originava a maioria dos soldados, seguida por Rio Pardo. É interessante observar o fato de que justamente a região de Porto Alegre e vizinhança, a região mais poupada pela guerra e que apresentava a maior quantidade de escravos no ano de 1780, ofereceu o maior contingente, o que aponta desde já para a necessidade de relativizarmos o custo social do recrutamento, em termos de mão-de-obra para a economia regional. Esta é a hipótese a ser testada neste momento.

Tabela 27 - Naturalidade dos recrutas nascidos no Rio Grande de São Pedro

Localidade	#	%
Porto Alegre	7	
Viamão	39	
Aldeia dos Anjos	18	
Rio dos Sinos	1	
Santo Antônio	9	
<i>Sub total</i>	74	46,8
Vila do Rio Grande	25	
Fronteira Norte/Estreito	12	
Mostardas	2	
<i>Sub total</i>	39	24,7
Rio Pardo	30	
Taquari	5	
Triunfo	1	
Freguesia Nova (Encruzilhada)	5	
Santo Amaro	4	
<i>Sub total</i>	45	28,5
Total	158	100

Fonte: Portarias do governador, relações de recrutas e bilhetes relativos aos soldados e tambores que assentaram praça entre 1781 e 1784. AHRS, Fundo da Fazenda, Manuscritos avulsos, maços 25, 26, 27 e 28.

Ao dispormos do nome dos pais de uma parcela dos recrutas, realizamos uma pesquisa nominal nos róis de confessados e livros de batismo de Porto Alegre e Viamão. Os registros de batismo de Rio Grande mostraram-se, também, úteis²⁹⁰. Ao procurar e encontrar os lares dos recrutas nos róis de confessados, pudemos contabilizar a mão-de-obra disponível e avaliar o impacto do recrutamento sobre a força de trabalho das famílias. Ao todo, somam-se 46 recrutas, dos quais dispomos dos nomes paterno ou materno de 37 deles. Estabelecendo um padrão de pesquisa nominal, encontramos os lares de 28 nos róis de confessados, três quintos do total.

De maneira geral, encontramos tanto os registros de batismos quanto a inscrição do nome dos recrutas nos registros dos domicílios, o que confere bastante segurança na manipulação dos dados. Para contabilizar a mão-de-obra domiciliar, foram incluídos tanto os indivíduos livres quanto os escravos registrados nos róis, considerando-se somente os

²⁹⁰ Utilizamos os registros de Rio Grande para conferir o ano do nascimento dos recrutas nascidos nesta vila. Agradecemos à Marta Hameister por gentilmente oferecer as informações do livro de batismos de Rio Grande.

indivíduos com sete anos ou mais e, quando possível, excluindo os idosos, com 50 anos ou mais.

O resultado encontra-se na tabela seguinte. Quatro quintos dos 28 recrutas provinham de domicílios que contavam com seis ou mais indivíduos. Na pior das hipóteses, com o recrutamento desses jovens, sobrariam cinco jovens ou adultos aptos para o trabalho. Poucos, de fato, foram os domicílios que se ressentiram mais seriamente da falta dos mesmos. Nos domicílios menores, seguramente a falta seria sentida, mas não de modo a fazer arriscar a sobrevivência familiar.

Tabela 28 - Distribuição dos recrutas conforme quantidade de mão-de-obra disponível nos seus domicílios, Viamão e Porto Alegre, 1777-1790

Mão-de-obra disponível no domicílio dos recrutas	Recrutas
Entre 3 e 5 pessoas	5
Entre 6 e 9 pessoas	13
Dez ou mais pessoas	10
Total	28

Fonte: Portarias do governador, relações de recrutas e bilhetes relativos aos soldados e tambores que assentaram praça entre 1781 e 1784. AHRS, Fundo da Fazenda, Manuscritos avulsos, maços 25, 26, 27 e 28; róis de confessados de Porto Alegre (1779, 1780, 1781, 1782 e 1790) e Viamão (1776-1782), AHCOMPA.

Obs.: a maioria das informações foi obtida dos róis de 1780 a 1782.

Quando distribuídos os recrutas pela quantidade de cativos existentes em seus domicílios, constata-se que apenas seis viviam em domicílios não escravistas, enquanto pouco mais de três quartos neles viviam. A maioria dos domicílios, ao perder um jovem produtivo, contava com a mão-de-obra adicional de um cativo. Dos dois casos em que irmãos foram recrutados conjuntamente, os dois pais em questão possuíam dez ou mais escravos.

Tabela 29 - Distribuição dos recrutas conforme o tamanho da posse escrava nos domicílios, em Porto Alegre e Viamão, 1777-1790

Posse escrava domiciliar	Recrutas
Nenhum	6
Entre 1 e 4	13
Entre 5 e 9	5
Dez ou mais pessoas	4
Total	28

Fontes: Portarias do governador, relações de recrutas e bilhetes relativos aos soldados e tambores que assentaram praça entre 1781 e 1784. AHRs, Fundo da Fazenda, Manuscritos avulsos, maços 25, 26, 27 e 28; róis de confessados de Porto Alegre (1779, 1780, 1781, 1782 e 1790) e Viamão (1776-1782), AHCMPA.

Quando distribuídas as famílias de jovens recrutados de acordo com a classificação econômica elaborada no segundo capítulo, o resultado torna-se ainda mais significativo. Dentre as seis famílias não escravistas, apenas uma era de lavradores pobres. As demais, não detinham terras. Os lavradores remediados mais afortunados, novamente, foram os que mais contribuíram para o serviço real. Estes, somados aos lavradores ricos e lavradores-criadores, contabilizam a maioria das famílias de produtores rurais de Porto Alegre e Viamão que tiveram seus filhos convocados.

Tabela 30 - Filhos recrutados conforme a classificação produtiva dos pais, produtores de Porto Alegre e Viamão

Lavradores-criadores	3
Lavradores ricos	2
Lavradores remediados mais ricos	8
Lavradores remediados mais pobres	4
Lavradores pobres	1
Não proprietários	5
Moradores da urbe ou povoado	5
Total Geral	28

Fontes: Portarias do governador, relações de recrutas e bilhetes relativos aos soldados e tambores que assentaram praça entre 1781 e 1784. AHRs, Fundo da Fazenda, Manuscritos avulsos, maços 25, 26, 27 e 28; róis de confessados de Porto Alegre (1779, 1780, 1781, 1782 e 1790) e Viamão (1776-1782), AHCMPA.

Os dados disponíveis, ainda que fragmentários, podem indicar um padrão muito semelhante àquele empregado para escolher as pessoas de quem seriam retirados farinhas e grãos, apresentado no tópico anterior: foram os mais aquinhoados dos moradores, em termos de mão-de-obra disponível, que tiveram seus filhos recrutados para sentar praça. Parece,

portanto, ter-se desenvolvido uma sistemática de requisição e recrutamento dentre os súditos de rei português no qual os detentores de maiores recursos arcaram com as demandas da Coroa. Assim, o padrão aqui encontrado – ao menos no que diz respeito à década de 1780, marcada por ser o início de um período de paz – faz-nos repensar sobre o papel do recrutamento junto à economia rural. Ao menos na primeira década de paz, os mais empobrecidos podem ter sido poupados ou requisitados com menor frequência para executar tais esforços, possivelmente devido a algum nível de prudência da Fazenda Real, especialmente porque a miséria dos mesmos redundaria em maior número de solicitações de alimentos à Provedoria da Fazenda feitas por viúvas e doentes empobrecidos.

Conclusão

A condição econômica dos lavradores do Continente das últimas décadas do século XVIII foi avaliada por diferentes historiadores até o fim da década de 1980, como Fernando Henrique Cardoso, Guilhermino Cesar, Corcino Santos e Maria Bertolini Queiroz, exclusivamente a partir da análise de alguns poucos relatos presentes em memórias e cartas de oficiais e militares luso-brasileiros. Em linhas gerais, argumentou-se a tendência de serem pobres estes produtores. As contribuições da história agrária e da escravidão dos últimos vinte anos, entretanto, demonstraram um quadro econômico bem mais complexo.

Desde a década de 1740, Viamão foi ocupada por grandes e pequenos criadores de gado escravistas. Durante o período da guerra com Espanha iniciada em 1763, a região não foi diretamente afetada pelo confronto, mas indiretamente, pois ocorreu ampla distribuição de datas de terras e criaram-se freguesias, de modo a resultar na constituição de um novo perfil produtivo e na redistribuição de recursos da região. Soma-se, também, a entrada de novas levas populacionais resultante da fuga da vila de Rio Grande e casais açorianos. Se, em 1780, os produtores agrícolas predominavam e eram, em sua maioria, escravistas, tornam-se imprecisas leituras que enfatizaram um quadro de miséria para a agricultura regional, como defendeu Queiroz, ou inexistência de cativos, como defenderam Cesar e Santos.

Ao se realizar uma leitura atenta da documentação oficial, produzida por militares e funcionários reais, respeitados os contextos de produção das fontes, indícios interessantes podem ser obtidos para se elaborar novas conclusões. Aponta-se para o fato de que os lavradores produziam o suficiente para o próprio sustento e uma parcela de bens para o comércio, como apontou o cirurgião-mor Ferreira. Havia demanda de alimentos por parte

dos moradores da urbe de Porto Alegre. Para o governador Marcelino de Figueiredo, não seria necessário o envio de farinha de mandioca desde Santa Catarina se os lavradores do Continente fossem pagos pelo que vendesse e, assim, se sentissem estimulados a produzir mais excedentes para a venda. O mesmo governador aponta para o perigo de execução das dívidas dos produtores para com comerciantes. Para o governador Sebastião Câmara, os lavradores eram “miseráveis” que possuíam escravos. Enfatizamos: o principal agente da Coroa reconheceu a presença de cativos entre os lavradores.

Ao mesmo tempo, a requisição imposta pela Coroa parece não ter sido pesada e prejudicial ao funcionamento da economia. O valor total requisitado em mantimentos e não pago foi relativamente moderado durante a guerra e não sofreu grande alteração na década de 1780. Em Porto Alegre e Viamão, todos os lavradores encontrados que venderam bens à Fazenda Real possuíam cativos e, seguramente, eram capazes de produzir excedentes. Além disso, o total requisitado e pago possuía alguma relação com o total de escravos possuídos pelos produtores. No que diz respeito ao recrutamento de jovens do Rio Grande, tal prática tinha por alvo famílias com maior número de adultos, ao menos no período posterior ao fim da guerra. Além disso, para o caso de Porto Alegre e Viamão, as famílias não tiveram perdas realmente prejudiciais de mão-de-obra, pois a maioria possuía um bom número de adultos disponível, incluindo escravos. Seguramente houve um grupo mais pressionado pelas demandas do Coroa e eram eles os lavradores remediados mais ricos, os lavradores ricos e os lavradores-criadores, os grupos mais afortunados da região. Tal sistema parece reforçar nossa hipótese de que os agentes reais reconheciam as diferenças entre os produtores, diferenças essas analisadas no segundo capítulo deste trabalho.

Para o conjunto da tese, o presente capítulo oferece informações muito pertinentes para caracterizar os diferentes grupos de lavradores que estudamos. Lavradores pobres e lavradores remediados mais pobres, ao que parece, pouco contribuíram com o fornecimento de alimentos ou recrutas para o serviço real. Provavelmente produziam excedentes alimentares com maior dificuldade, de modo a não favorecer cobranças por parte dos agentes da Fazenda Real. Lavradores remediados mais ricos, lavradores ricos e lavradores-criadores apresentavam um perfil diferente, pois as requisições de alimentos e recrutas encontrados recaíram sobre este grupo. Eram eles, portanto, que detinham mais recursos de dominação alocativa (terras, matos e animais) e autoritária (o trabalho dos filhos, agregados e de escravos) e eram capazes de produzir excedentes para o serviço real. Por certo, especialmente levando em consideração o fato de que possuíam escravos, era este o grupo

capaz de produzir e disponibilizar ao mercado produtos de maneira regular. Estes eram os grupos os que estavam mais integrados ao mercado.

Capítulo 4: Compadrio e clientelismo em uma comunidade camponesa e pequeno-escravista

Introdução

Muito do que se conhece da história da agricultura do Rio Grande de São Pedro dependeu das informações obtidas em cartas, memórias e diários escritos por militares e comerciantes que atuaram, por mais ou menos tempo, na região. Vimos isso no capítulo 3. Apesar da riqueza destas informações e das importantes contribuições feitas por diferentes autores baseados nesta documentação, foram elaboradas algumas interpretações equivocadas, somente refutadas a partir de pesquisas seriais recentes.

Entre uma destas interpretações equivocadas está a de se considerar os lavradores como um grupo minoritário e homogêneo vivendo sob a condição de miséria, em uma perspectiva na qual a agricultura do Continente do início da década de 1780 é vista como exclusivamente de subsistência, em oposição à pecuária, setor que permitiria algum nível de enriquecimento. A pesquisa de Helen Osório refutou tal abordagem ao demonstrar o predomínio de lavradores entre os produtores do período e evidenciar a disseminação da posse escrava²⁹¹.

A redefinição da posição dos lavradores na estrutura econômica regional, efetuada na pesquisa de Osório e em desenvolvimento em nosso trabalho, obriga-nos a repensar as interações sociais destes grupos com os demais grupos sociais. Como discutimos na introdução desta tese, uma das questões mais importantes ao se estudar o campesinato é diz respeito à relação dos produtores com as classes dominantes, entendendo-se que os camponeses conformam um grupo ou classe subordinado no interior da sociedade. A questão é: frente a quem os lavradores de Porto Alegre e Viamão viam-se subordinados?

Quando este assunto é abordado, alguns autores tendem retratar os lavradores como vítimas passivas do destino ou da política real²⁹². Há pesquisas, entretanto, que demonstram as ações de resistência contra a espoliação levada a cabo pela Fazenda Real, por militares ou estancieiros²⁹³. Neste capítulo, nosso objetivo é o de tentar entender os vínculos

²⁹¹ OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

²⁹² Exemplar, neste sentido, é a obra FORTES, João Borges. *Os casais açorianos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978 [1ª ed. 1935].

²⁹³ OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 43-62.

estabelecidos pelos produtores rurais com os grupos de elite, levando em consideração o nível de recursos detidos pelas famílias estudadas.

A partir da teoria de Anthony Giddens, entendemos que a estrutura deve ser vista menos como um empecilho e, sim, como um conjunto de recursos e códigos que permitem a ação social²⁹⁴. No capítulo 2, elaboramos uma classificação dos produtores rurais de acordo com a definição empregada pelas autoridades para descrever cada unidade produtiva, a extensão das terras, o tamanho e composição dos rebanhos e, por fim, a mão-de-obra disponível, particularmente de cativos. Em nossa classificação, definimos 5 grupos ou setores rurais: os lavradores-criadores ou criadores, os lavradores ricos, os lavradores remediados mais ricos, os lavradores remediados mais pobres e os lavradores pobres. Acrescenta-se, ainda, os indivíduos que residiam na área rural e não eram proprietários de terras nem parentes de proprietários.

Os lavradores-criadores são o grupo rural que concentrava mais recursos e estava mais envolvido com a criação de rebanhos. Estes, junto aos lavradores ricos e remediados, formavam o grupo com maior capacidade de produção de excedentes, seja para ter bens tomados pela Fazenda Real ou para pagar dízimos, seja para vendê-los em praça pública ou aos comerciantes que atuavam na localidade, como analisamos no capítulo precedente. Os lavradores pobres, os lavradores remediados mais pobres e os não-proprietários de terras, de modo geral, não parecem ter tido condições semelhantes de produzir excedentes e deveriam ter a maior parte de sua produção voltada ao próprio consumo.

Neste capítulo e no próximo, não delimitamos um grupo específico, mas usamos a definição de diferentes setores pertinentes a uma comunidade de lavradores para tentar avaliar em que medida ocorria ou não o compartilhamento de estratégias familiares ou sociais. Um documento²⁹⁵, analisado em outra oportunidade, permitiu-nos levantar a hipótese de que havia diferenças entre as estratégias dos lavradores mais ricos frente aos mais pobres, no Rio Grande de São Pedro.

Henrique da Fonseca Prego verificou, em 1814, o fato de que os lavradores contornavam a obrigação de plantar linho-cânhamo por meio de diferentes práticas. Os mais pobres ferveram as sementes para, depois, alegar a esterilidade das mesmas. Os mais ricos, pelo contrário, plantavam uma parte das sementes e ofereciam a produção ao governador, gratuitamente, como uma forma de granjear sua graça. A partir deste relato, desenvolvemos a hipótese de que os custos para tentar entrar no jogo do dom e do contra-dom clientelista

²⁹⁴ GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2009.

²⁹⁵ PREGO, Henrique. Descrição histórica geográfica das capitâneas do Rio Grande do Sul e da Bahia. Biblioteca Nacional, Fundo Rio Grande do Sul, Coleção Augusto Lima Júnior. II – 35, 34, 13.

junto às elites militares e políticas poderiam ser elevados para os mais pobres, motivando o desinteresse no mesmo. Para os mais ricos, por sua vez, a transmutação de sementes em dom poderia redundar em benefícios políticos²⁹⁶. Neste capítulo, refinaremos esta hipótese e a testaremos a partir de outro conjunto documental.

De posse da caracterização econômica dos lavradores e da hipótese apresentada no parágrafo precedente, desejamos analisar em que medida a posse de recursos agrários poderia condicionar o leque de escolhas das famílias na hora de tecerem e reforçarem suas interações sociais, particularmente junto aos grupos que concentravam recursos agrários escassos ou que dominavam as redes comerciais. Para lidar com este problema, analisaremos os vínculos de compadrio mantidos pelas famílias dos produtores rurais, cujas informações encontram-se nos livros de batismos, os quais permitiram observar as tendências de escolhas efetuadas por setor produtivo rural. A hipótese a ser testada é a de que *lavradores dos diferentes setores analisados efetuavam escolhas racionais a partir do contexto dos recursos que lhes eram disponíveis. Os setores com maior capacidade de produção de excedentes – e, portanto, mais integrados às redes mercantis – estavam mais vinculados aos negociantes, enquanto os mais pobres procuravam reforçar os vínculos com os setores que concentravam recursos agrários, por meio dos quais poderiam obter trabalho ou acesso ao uso de terras, águas ou arvoredos.*

Antes de abordar a documentação, faremos uma discussão sobre as elites do Rio Grande de São Pedro no período analisado, bem como sobre o clientelismo e o compadrio.

As elites no Rio Grande de São Pedro

Conforme Peter Burke, as elites são grupos superiores, de acordo com três critérios: poder, riqueza e *status*²⁹⁷. Poderíamos acrescentar um quarto elemento, que são os recursos relacionais, especialmente aqueles constituídos pelos contatos com as forças externas a sua própria comunidade, os quais permitem a alguns poucos indivíduos cumprir o papel de intermediários entre o local e os “de fora”, a comunidade e o nacional²⁹⁸. As elites dificilmente formam um corpo homogêneo e se constituem, em realidade, por diferentes

²⁹⁶ GOMES, Luciano. *Uma cidade negra...*, *op. cit.*, p. 187ss.

²⁹⁷ BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 16.

²⁹⁸ WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p. 73-91.

agrupamentos que ocupam os postos de comando de diferentes instituições, como empresas, órgãos de governo, exércitos ou organizações religiosas²⁹⁹.

Sob os territórios do antigo império marítimo português, as elites locais possuíam um papel chave na estabilidade política, pois eram as responsáveis por manter a negociação junto à Coroa e seus representantes e, ao mesmo tempo, conquistar e defender territórios, manter o domínio sobre as populações subordinadas e assegurar a manutenção das hierarquias sociais. Ao garantir o domínio de uma região e vencer grupos opositores, parcela dos potentados tornava-se apta a receber mercês régias, como cargos e postos militares, além de participar das câmaras municipais, órgão que permitia a comunicação direta com Lisboa. A posse destas distinções não apenas fornecia instrumentos de controle da política, como permitiam a manipulação da economia e a obtenção de recursos da República, tudo em nome do rei e do bem comum dos povos³⁰⁰.

No Rio Grande de São Pedro, a partir de 1780, o poder era dividido entre diferentes autoridades, dentre elas o governador (escolhido pelo vice-rei), os militares de alta patente, os membros da câmara municipal, os oficiais de ordenança (estes dois últimos grupos eram os legítimos representantes dos notáveis locais) e alguns outros funcionários reais, como o provedor da Fazenda Real. Conflitos entre estes diferentes agentes não faltaram e a manutenção do poder era possível por meio do estabelecimento de relações familiares e

²⁹⁹ WRIGHT MILLS, Charles. *As elites do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1956, p. 14, 16s, 20.

³⁰⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol. 18, n. 36, 1998, p.187-249. Aqui, 205-12; HESPANHA, Antônio. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; Gouvêa, Maria de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001, p. 163-189; CUNHA, Mafalda; MONTERIO, Nuno. Governadores e capitães-mores do Império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro (orgs.). *Optima Pars – Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252; BICALHO, Maria F. As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, J., et al (orgs.). *O Antigo Regime...*, op. cit., p. 189-221; FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Revista Tempo*, n. 15, jul-dez. de 2003, p. 11-35; FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294, aqui, 250ss.

pactos pessoais, que davam origem aos bandos³⁰¹.

A formação do território dos Campos de Viamão iniciou-se na década de 1730, com o estabelecimento de estâncias destinadas à criação de gado. As famílias dos estancieiros eram, em sua maioria, oriundas de Laguna, representantes legítimas da expansão bandeirante tardia. Detentoras de imensas posses fundiárias e rebanhos, senhores de administrados indígenas e cativos negros, membros destas famílias tornaram-se compadres ou comadres de inúmeros indivíduos e famílias despossuídas, inclusive ilhéus que se estabeleceram na região, a partir de 1753. Se tais relações espirituais implicaram vínculos de clientela, podemos supor que tais famílias de açorianos representavam, no mínimo, uma fonte de recrutamento de trabalhadores estacionais. Em alguns casos, a aproximação foi bastante estreita³⁰².

A conquista da vila do Rio Grande pelos espanhóis, em 1763, levou a consequências que seriam inimagináveis uma década antes. Sob o governo de José Marcelino de Figueiredo, iniciou-se a distribuição de datas de terras a casais de ilhéus no ano posterior à conquista, na freguesia de Taquari. No início dos anos 1770, ocorreu uma espécie de reforma agrária na região, que levou à criação de centenas de pequenas unidades produtivas, cujas terras foram distribuídas a partir de algumas sesmarias tomadas de seus proprietários. Em Viamão, foram distribuídas parcelas das terras do sargento-mor de ordenanças Domingos Gomes Ribeiro, as quais dariam origem a malfadada freguesia de Santa Ana, enquanto na recém-criada freguesia de Porto Alegre, cerca de 50 casais receberam datas a partir da sesmaria que houvera pertencido a Jerônimo de Ornelas³⁰³.

³⁰¹ Há, atualmente, um bom número de trabalhos que abordam o problema: KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira...*, op. cit; COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre, Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008; GIL, Tiago. *Infêis transgressores: contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2002. Dissertação de mestrado; KÜHN, F.; COMISSOLI, A. Administração na América portuguesa: expansão das fronteiras meridionais do Império. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 169, jul.-dez. de 2013, p. 53-81; KÜHN, F. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780); COMISSOLI, Adriano; GIL, Tiago. Camaristas e potentados no extremo da Conquista, Rio Grande de São Pedro, 1770-1810. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio (org.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 241-260; BLANCO, Márcio. Poder e parentesco nos confins da América portuguesa: uma análise sobre a rede de compadrios do governador Veiga Cabral da Câmara (Porto Alegre, 1774-1798). In: APERGS. *VIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 251-274; ARPINI, Paula. *Retratos da provedoria: os agentes fazendários do Rio Grande de São Pedro (1748-1802)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2015. Dissertação de mestrado.

³⁰² FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001, p. 19ss, 37ss, 53ss; KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira...*, op. cit.; AQUINO, Israel; KÜHN, Fábio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769). *Revista Maracanan*, n. 19, 2018, p. 56-78.

³⁰³ FORTES, João Borges. *Os casais açorianos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978; RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul (século XVIII)*. Porto Alegre: SEC-RS, 1965.

É preciso considerar a formação das redes comerciais na região, também. Os sistemas mercantis modernos não se regiam exclusivamente pelas leis da oferta e da procura e apresentavam, em realidade, uma série de condicionantes que regulava ou desregulava seu funcionamento: a imposição de monopólios régios, o contrabando, a distribuição desigual de informações, a ação de intermediários ou a conquistas de praças militares por meio da guerra, por exemplo³⁰⁴. Com frequência, a prática comercial estava associada não apenas à barganha e à procura de produtos mais baratos, como também ao emprego da violência. Em diferentes períodos, produtores, comerciantes ou consumidores poderiam se ver privados ou prejudicados de maneira inesperada em resultado de ações de grupos capazes de empregar força bruta, os quais poderiam até atuar em nome das autoridades legítimas.

Em seu clássico estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo agrário na Rússia pré-revolucionária, Lênin demonstrou que a relação diferenciada dos produtores com o mercado foi um elemento fundamental na produção da diferenciação social, ocasionando o surgimento de um setor rural capitalista e, outro, de pequenos produtores que precisavam vender sua mão-de-obra em certos períodos do ano³⁰⁵. Em estudo sobre a Galícia no século XIX, José Cardesin Dias e Mathias Rull demonstram que o estrato mais rico dos produtores rurais não apenas comercializava mais excedentes ou arrendava terras e rebanhos em um período de internacionalização da economia, como ocupava espaços políticos importantes na esfera administrativa e judiciária local que lhes trazia grandes benefícios³⁰⁶.

Conforme a pesquisa de Juan Garavaglia, em San Antonio de Areco, *pueblo* pertencente a Buenos Aires, no ano de 1800, o alcaide local, acompanhado de soldados armados, tomou quatro carretas de trigo de um produtor enriquecido. Tal ação decorreu da demanda de um comerciante com quem o produtor em questão possuía algumas contas não resolvidas. O comerciante e o alcaide eram galegos, detalhe de grande importância devido à tendência de endogamia étnica praticada por este grupo na região. O produtor, para evitar qualquer favorecimento ao oponente no julgamento do processo, pediu para que o caso passasse para a responsabilidade de outra autoridade. Seu intento malogrou, entretanto, pois um juiz aparentado do comerciante assumiu o caso e deu ganho de causa para o último³⁰⁷.

A violência poderia ocorrer nas disputas no seio do grupo mercantil. Conforme

³⁰⁴ Como exemplo por disputa militar por praças comerciais e regiões produtivas, pode-se citar o avanço holandês contra os domínios ultramarinos lusitanos ao longo do século XVII (ver BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 120ss).

³⁰⁵ LÊNIN, Vladimir. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 35ss; 112ss; p. 347ss.

³⁰⁶ DIAZ, Jose Maria Cardesin; RULL, Matias. Paysannerie, marché et État. La structure sociale de la Galice rurale au XIX siècle. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, ano 51, n. 6, 1996, p. 1325 - 1346.

³⁰⁷ GARAVAGLIA, *San Antonio de Areco...*, op. cit., 260s.

demonstrou Tiago Gil, uma devassa foi aberta em 1787 contra o Coronel e depois Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, na qual este foi acusado de contrabando de gado e de cometer violências contra os comerciantes de Povo Novo, distrito da vila Rio Grande, expulsando-os do local. Pinto Bandeira foi uma das lideranças militares responsáveis pela retomada da vila de Rio Grande, em meados da década de 1770, e tornou-se o militar responsável pela proteção das fronteiras³⁰⁸. Portanto, foi no emprego de suas atribuições que expulsou os comerciantes concorrentes, com provável objetivo de monopolizar o mercado local, abastecido por pequenos produtores agrícolas cultivadores de trigo.

Ao considerar os efeitos da sobreposição de fatores econômicos e políticos na formação da estrutura agrária, conforme demonstrado pelos autores supracitados, e considerando dois processos que ocorriam em paralelo em algumas áreas do Rio Grande de São Pedro – a afirmação da pequena propriedade em um território de grandes estâncias e o fortalecimento das redes comerciais após o fim da guerra de reconquista – elaboramos alguns questionamentos. De posse de terras próprias, os casais de açorianos reatualizaram possíveis vinculações com grandes estancieiros, ou pelo contrário, ou procuravam reforçar os laços junto a outros grupos sociais? Em resposta à tensão ou insegurança presente no horizonte das relações comerciais, por vezes acompanhada de violência, comerciantes e lavradores estabeleceram vínculos de clientela? A análise das escolhas de compadres na pia batismal ajudará a responder as questões levantadas. Antes, entretanto, precisamos explicar o que entendemos por clientelismo e, depois, justificar o uso de registros de batismo para estudar as relações sociais, especialmente quando marcadas pelas hierarquias.

Clientelismo

Para entender o que é clientelismo, é necessário diferenciar as relações institucionais das alianças pessoais³⁰⁹. As relações institucionais são ligações de trabalho, troca, governança, aproximação familiar, regidas ou asseguradas por uma autoridade, como a Igreja ou o Estado. De modo geral, tais relações são instituições reconhecidas como legítimas pela maioria das pessoas, são previsíveis e contínuas, como o mercado, a família, a escravidão, a servidão. Algumas delas são formadas a partir de contratos, como o

³⁰⁸ GIL, *Infiéis transgressores...*, *op. cit.*, p. 169s, 188s.

³⁰⁹ As seguintes considerações são baseadas em LANDÉ, Carl. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, S. W. (Eds.) *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português); e SCOTT, James. Patronazgo, o explotación? GELLNER, Ernest (org.). *Patronos e clientes en las sociedades mediterráneas*. Madrid: Ediciones Jucar, 1985, p. 36-61.

arrendamento.

Tais instituições, entretanto, apresentam limitações que podem deixar insatisfeitas certas expectativas ou necessidades dos envolvidos. O arrendatário pode ficar desprovido de meios de sobrevivência em épocas de más colheitas, o escravo pode vir a ser alvo da violência de seu senhor, a cobrança imediata das dívidas pode levar uma família à falência. Por outro lado, proprietários de terra esperam pelas rendas ou serviços daqueles que trabalham em seus campos, o senhor espera obediência de seu cativo e o mercador, o retorno financeiro dos bens vendidos.

Conforme avalia Carl Landé, quando as instituições falham e tornam-se insuficientes para garantir a segurança dos indivíduos, estes podem vir a desenvolver vínculos pessoais diádicos informais para obter benefícios necessários, o que pode resultar em maior estabilidade ao sistema. Quando a relação diádica envolve indivíduos e famílias com recursos diferentes, de modo que um lado ofereça bens materiais ou naturais e serviços especializados e, o outro, fidelidade e serviços comuns, desenvolve-se uma relação entre patrão e cliente³¹⁰.

As relações patrão-cliente são possíveis em contextos onde a maioria da população tem acesso restrito a certos recursos, detidos estes por algumas poucas famílias ou indivíduos. Como recursos, podemos incluir o acesso à água ou à terra, proteção, emprego, cargos políticos ou a intermediação junto a organizações exteriores à comunidade, efetuadas por agentes comerciais ou autoridades estatais. Os membros subordinados da relação, por sua vez, podem oferecer serviços adicionais aos já prestados ao patrão, lealdade ou respeito. Atente-se que, apesar de os bens trocados serem de natureza diferente, o patrão possui o que poucas pessoas detêm, de modo a lhe assegurar o domínio na relação³¹¹.

Quando multiplicadas e tornadas necessárias à governança de uma localidade, as relações patrão-cliente formam um sistema conhecido como clientelismo, que funciona como um anteparo fundamental na arquitetura de certas instituições políticas e sociais, em determinados períodos. O clientelismo, portanto, não é um sistema de governo, mas constitui-se enquanto uma estrutura paralela e anexa ao mesmo. O clientelismo, para José Murilo de Carvalho, é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral: é uma relação pessoalizada de poder, na qual se entende que tanto mandões quanto subordinados

³¹⁰ LANDÉ, Carl. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, S. W. (Eds.) *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português).

³¹¹ LANDÉ, Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism, *op. cit.*

estabelecem uma relação de reciprocidade, ainda que desigual³¹².

Uma relação clientelar não pode ser pensada em termos puramente utilitaristas ou a partir de uma ou outra variável material preponderante. Para que este tipo de relação tenha êxito, é preciso não apenas que haja vantagens em participar, como exista elementos de identificação entre os envolvidos. Ariel de la Fuente, em seu estudo sobre o caudilhismo e as monteras de La Rioja, apontou a necessidade em se considerar os conflitos rurais, as origens étnicas e as relações sociais para entender o fenômeno do partidarismo argentino do século XIX. Parte de seu trabalho consiste em comparar a estrutura agrária, as relações de trabalho e as adesões políticas nos departamentos de Famatina e Llanos³¹³.

No departamento de Famatina havia fortes tensões entre uma elite descendente de espanhóis e uma população de origem indígena, geradas pela disputa pela terra, água e trabalho. Em Llanos, a maior disponibilidade de terras e o emprego de mão-de-obra ocasional por parte da elite local favorecia a aproximação entre indivíduos de grupos sociais diferentes, originando relações verticais de solidariedade. Se em Llanos havia uma forte adesão da população aos líderes *federales* e às *montoneras*, em Famatina, mesmo pagando, os líderes *unitarios* com muita dificuldade conseguiam arregimentar combatentes³¹⁴. Nesse sentido, as relações patrão-cliente não se processam a partir de um simples cálculo frio, mas possuem uma trama cultural e material constituída no cotidiano a informar a sua execução.

Uma documentação que permite o estudo de vínculos verticais entre grupos, os quais podem redundar em relações de clientela, são os registros de batismo, pois os mesmos informam os nomes dos batizados, de seus pais e dos padrinhos. No próximo tópico, explicaremos porque a posse de tais informações referentes ao ritual católico será tão útil.

O complexo do compadrio

O compadrio e o apadrinhamento formam um conjunto de vínculos nascidos no ato do batismo católico. Por certo, tais vínculos surgem em outros rituais e em outras religiões, mas as práticas aqui estudadas (realizadas no interior da Igreja Católica) apresentam algumas características específicas que devem ser consideradas. O batismo, junto à comunhão, é o mais importante sacramento da Igreja, pois redime o batizando do pecado original e o integra

³¹² LANDÉ, Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism, *op. cit.*; CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.133ss.

³¹³ FUENTE, Ariel de la. *Los hijos de Facundo: caudillos y montoneras en la Provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado nacional argentino (1853-1870)*. Buenos Aires: Prometo Libros, 2007. p. 131ss, 151ss.

³¹⁴ FUENTE, *Los hijos de Facundo...*, *op. cit.*

ao corpo místico de Cristo. No antigo Império português, além de ser o único caminho para entrar no paraíso, era também a porta para entrada na comunidade política chefiada pelo rei de Portugal, o responsável pela organização da Igreja lusitana em virtude da instituição do Padroado³¹⁵. Desde o Concílio de Trento (1563) até a nova versão do Código de Direito Canônico (1983), criavam-se vínculos espirituais entre os participantes do ritual, o qual implicava em obrigações morais e impedimentos matrimoniais. As pesquisas a serem apresentadas problematizam como o compadrio participava, em diferentes momentos históricos, da constituição das estruturas sociais.

Eric Wolf e Sidney Mintz, em artigo escrito na década de 1950, argumentam que as instituições do compadrio e do apadrinhamento têm por função aprofundar a solidariedade social, seja no sentido vertical, entre classes, seja no horizontal, no interior de uma classe. Uma das principais características do compadrio é o fato de ser adaptativo a diferentes situações, de modo que seus mecanismos de funcionamento podem se alterar conforme mudam as situações de vivência das pessoas. Nesse sentido, o compadrio pode ser instrumentalizado para estender relações para novos grupos ou intensificar vínculos prévios, alternativas estas que ganham ou perdem força conforme o contexto histórico. Neste texto clássico, Wolf e Mintz consolidam a visão segundo a qual o compadrio é um instrumento maleável capaz de criar relações diádicas, sejam horizontais, sejam verticais, conforme as condições específicas vividas pelos pais, cujo resultado pode ser o de garantir maior estabilidade a uma comunidade³¹⁶.

Stephen Gudeman publicou dois artigos importantes sobre compadrio e apadrinhamento, durante a década de 1970. Gudeman faz uma crítica relevante ao viés demasiado funcionalista presente no artigo de Wolf e Mintz, pois as instituições foram vistas quase exclusivamente de modo pragmático. Gudeman, por sua vez, advoga a necessidade de considerar o conteúdo do vínculo criado no ato do batismo como um elemento para entender a transformação das relações entre os agentes envolvidos. Baseado na teologia da Igreja católica, argumenta que há uma oposição e complementaridade entre paternidade e compadrio, o primeiro constituído por uma relação natural, carnal, e o segundo, por uma relação espiritual e eterna. O compadrio, portanto, seria uma vinculação superior porque sagrada³¹⁷.

Semelhante perspectiva tem limitações, como a possibilidade de os motivos para a

³¹⁵ BOXER, *O império marítimo português...*, *op. cit.*

³¹⁶ MINTZ, Sidney; WOLF, Eric. An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo). *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 6, No. 4, 1950, pp. 341-368.

³¹⁷ GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as Reflection of the natural and spiritual person. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. 1971. pp. 45-71.

escolha de compadres serem, de fato, pragmáticos e materialistas, como argumenta Guido Alfani, ou pela dificuldade de definir o fator que torna alguém moralmente superior a outro, como avalia Rachel Marques³¹⁸. De fato, o argumento de Gudeman é bastante rígido em seu primeiro artigo, particularmente no que diz respeito à natureza do vínculo espiritual e ao papel da teologia na conformação do compadrio. No entanto, no segundo artigo, o autor apresenta uma relativização de suas propostas e elabora um raciocínio que, em nosso entendimento, deve ser levado em consideração.

Em linhas gerais, Gudeman defende que não existem contradições entre vínculos espirituais e relações sociais ou materiais. Antes, ocorre uma transformação recíproca entre os campos religioso, político e econômico. Os laços são modificados, passando a conter elementos tanto sociais quanto espirituais, e, por seu caráter imaterial, precisam ser postos em prática, de forma pública, para terem sentido³¹⁹. Essa ideia de “alquimia” social é, em nosso entendimento, muito pertinente para pensar os papéis social e familiar do compadrio e do apadrinhamento.

Um aspecto fundamental na tese de Gudeman é o fato de entender o complexo do compadrio como um mecanismo pertinente à formação familiar e parental. A relação de compadrio não é um vínculo diádico, pois não aproxima indivíduos. Em realidade, o ato batismal envolve núcleos familiares diferentes, integrando até mesmo membros não presentes no ato batismal. Nesse sentido, o nascimento de uma criança representa a possibilidade uma família se aproximar de outras de sua comunidade a partir de laços nos quais prevaleça a lealdade, contribuindo para a conformação de uma ambiente parental extra-doméstico mais estável e seguro³²⁰.

O historiador italiano Guido Alfani é uma referência atual nos estudos sobre compadrio e uma de suas teses é bastante significativa para entender o caráter social do compadrio no ocidente da Era Moderna. Desde a Alta Idade Média até o Concílio de Trento, no século XVI, não havia um controle rígido por parte da Igreja sobre as práticas locais de apadrinhamento. Havia uma pluralidade de modelos regionais de organização do ritual, os quais contavam com número variado e elevado de padrinhos e menor presença de mulheres. Uma vantagem estratégica de semelhante condição era a possibilidade de escolher padrinhos de diferentes estratos sociais, o que permitia reforçar as relações comunitárias a partir de

³¹⁸ ALFANI, Guido. La Iglesia y el padrinazgo: ¿una institución social rebelde? (Italia, España y Europa desde el siglo V hasta la actualidad). *Revista de Demografía Histórica*, XXVI, I, 2008, p. 87-124, aqui, p. 92, 99; MARQUES, Rachel. *Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c.1776 - c.1800)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018, p. 233.

³¹⁹ GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. *Man*, New Series, Vol. 10, No. 2, Jun., 1975, pp. 221-237, aqui, p. 225s.

³²⁰ GUDEMAN, Stephen. *Spiritual Relationships...*, *op. cit.*, p. 223, 229s.

vínculos direcionados tanto para cima quanto para baixo na escala social³²¹.

As decisões tomadas no Concílio de Trento, finalizado em 1563, alteraram drasticamente a execução dos rituais de batismo, impondo um modelo único ao mundo católico. O objetivo da Igreja era regradar as práticas populares e forçar os pais a escolherem padrinhos do mesmo nível social. No entanto, o efeito de tal medida foi o oposto ao esperado e produziu intensas mudanças. O número de padrinhos reduziu-se a um, podendo este ser acompanhado apenas por uma madrinha, uma delimitação brusca do leque de escolhas que levou à priorização de padrinhos em melhor situação social ou econômica. Portanto, ocorreu um reforço dos vínculos verticais e a associação das instituições do apadrinhamento e do compadrio ao clientelismo. Setores sociais inferiores e intermediários passaram a escolher indivíduos de grupos superiores, enquanto estes fecharam-se em si mesmos quando escolhiam seus compadres. A Contrarreforma levou a um processo de fechamento social no ato do ritual religioso, ainda que tenha criado a novidade de haver paridade espiritual dos sexos, pois as mulheres passaram a se fazer frequentes na pia batismal, na figura de madrinhas³²².

Uma das principais diferenças da perspectiva de Alfani diante da de Gudeman é o seu entendimento de que o compadrio não participava do jogo do parentesco, mas de outras formas de sociabilidade, como a amizade. Pelo fato de ter verificado pequena participação de parentes enquanto compadres, o autor defende que o compadrio e o apadrinhamento destinavam-se mais a abrir a família e os jovens para a sociedade do que reforçar os vínculos parentais. Por isso, entende que a escolha de tios como parentes espirituais seria estéril³²³.

Alfani oferece uma explicação muito pertinente para entender o caráter visivelmente vertical das práticas de compadrio ocorridas na América portuguesa, e depois Império do Brasil, bem como em outras localidades da América espanhola. Duas pesquisas realizadas a partir de documentação paroquial pertinente a longo período lançam algumas conclusões que estão em consonância com as de Alfani. São elas as pesquisas de Silvia Brügger sobre o compadrio em São João del Rei, em Minas Gerais, entre as décadas de 1730 e 1840, e a de Daniel Santilli, baseada na documentação do partido de Quilmes, em Buenos Aires, entre as décadas de 1780 e 1830.

Nas duas localidades verificou-se uma tendência de os pais escolherem padrinhos de uma posição social idêntica ou superior à própria. Em São João del Rei, os escravos escolhiam predominantemente padrinhos e madrinhas livres, enquanto mães forras possuíam

³²¹ ALFANI, La Iglesia y el padrino..., *op. cit.*, p. 96s.

³²² ALFANI, La Iglesia y el padrino..., p. 103-107.

³²³ ALFANI, La Iglesia y el padrino..., p. 97s, 114, 120.

maior acesso a compadres com patentes militares. Pelo contrário, mães livres raramente escolhiam padrinhos forros³²⁴. Em Quilmes, grandes fazendeiros (*hacendados*) escolhiam exclusivamente padrinhos brancos, principalmente outros fazendeiros ou comerciantes. Lavradores brancos faziam escolhas semelhantes, mas com uma pequena abertura para índios e pardos, inferior a 5%. Ainda que índios, pardos ou cativos somassem a maioria dos padrinhos de índios, estes escolhiam preferencialmente indivíduos brancos. Santilli conclui que havia ampla permeabilidade entre os grupos sociais distintos, com visível caráter hierárquico nessas relações³²⁵.

Ambos os autores verificaram casos de extrema concentração de batismos realizados por alguns poucos indivíduos. Em São João del Rei, um pequeno grupo de padrinhos, em sua maioria padres ou indivíduos portadores de patentes militares pertencentes a famílias de elite, acumulava, cada um, mais de 40 afilhados. Particularmente baseada nas teses de Richard Graham, Brügger conclui que o compadrio era um poderoso mecanismo de ampliação de clientelas, relação de mão-dupla que oferecia proteção e recursos aos clientes de setores sociais mais baixos e que poderia, para as famílias poderosas, constituir-se em um meio de obter aliados, inclusive para formar bandos armados, se preciso fosse³²⁶.

Diferentes pesquisas demonstraram a regularidade com que o compadrio foi empregado enquanto um mecanismo de consolidação do poder. Martha Hameister, em seu estudo sobre famílias destacadas da vila de Rio Grande, no período anterior à conquista hispano-americana de 1763, elaborou um modelo de família da elite segundo o qual diferentes elementos sociais, fossem brancos pobres, indígenas ou escravos, eram incorporados à estrutura parental dos poderosos por meio do apadrinhamento, particularmente realizado pelas mulheres chefes de família ou por seus filhos. O apadrinhamento dos filhos dos escravos por parte dos filhos dos senhores era, segundo a autora, uma forma de contornar a antítese entre escravidão e parentesco e, deste modo, criar um ambiente menos tenso entre senhores e seus cativos³²⁷. Os resultados da pesquisa de Israel Aquino e Fábio Kühn, para Viamão, no mesmo período, convergem com as conclusões

³²⁴ BRÜGGER, Silvia. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 313-347. A primeira versão deste artigo é de 2004, apresentada no XIV Encontro de Estudos Populacionais.

³²⁵ SANTILLI, Daniel. Entre el clientelismo y el reforzamiento de vínculos. Familia y padrinazgo en Buenos Aires, 1780-1840. *Revista de Demografía Histórica*, XXVII, II, 2009, segunda época, p. 111-148.

³²⁶ BRÜGGER, Escolhas de padrinhos..., *op. cit.*, p. 329ss.

³²⁷ HAMEISTER, Martha. *Para dar calor...*, *op. cit.*

de Hameister³²⁸.

João Fragoso apresenta uma importante interpretação dos processos que levaram à constituição e estabilização do poder das elites fluminenses do século XVII e XVIII. O autor avalia as estratégias utilizadas por esses grupos de conquistadores quinhentistas para consolidar seu poder e explica, com admirável sucesso, como se tornou possível a perpetuação de seu domínio no tempo. Fragoso defende que essas elites exerciam seu poder por meio de práticas de mando costumeiras, constituídas nos embates políticos entre potentados e que dependiam da solidificação de uma hierarquia social costumeira. Hierarquia, esta, formada pela produção de clientela na interação entre compadres potentados, lavradores, escravos, forros e índios. Estes compadres-clientes tornavam-se, eles próprios, padrinhos de outras tantas famílias livres não relacionadas diretamente à elite, de modo a criar uma cadeia que hierarquizava o conjunto da população livre em torno das famílias que possuíam poder de mando descendentes de conquistadores.³²⁹

Ao estudar a estrutura agrária do município de Alegrete, no século XIX, Luís Augusto Farinatti verificou uma grande concentração fundiária na região e um número elevado de indivíduos que necessitavam virar agregados dos grandes proprietários para ter acesso à terra. Ao estudar os indivíduos que mais apadrinhavam crianças no ritual de batismos, verificou que uma parcela deles era formada por grandes proprietários de terras, o que permitiu ao autor concluir que havia uma congruência entre hierarquia econômica e hierarquia do compadrio. A concentração de riqueza por parte da elite agrária obrigava os despossuídos a tentar criar uma aproximação pessoal com os poderosos para garantir o acesso ao uso da terra³³⁰.

Esta análise foi aprofundada em artigo posterior. Em uma carta do tenente-coronel Bento Manuel Ribeiro ao presidente da província, o remetente justifica por que deixou algumas famílias ocuparem um terreno que já possuía dono. Ao permitir o acesso à terra, o tenente-coronel tinha o objetivo de estimular o povoamento da região com homens capazes de participar da guerra. Com este expediente, conseguiu juntar mais de 600 combatentes quando outros oficiais não conseguiam mobilizar tropas devido às fugas. Em um ambiente

³²⁸ AQUINO, KÜHN, Redes, hierarquia..., *op. cit.*

³²⁹ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243 – 294, aqui, p. 274.

³³⁰ FARINATTI, Luis. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010; FARINATTI, Luis. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na Fronteira Meridional do Brasil (1816-1845). In: ANPUH-RS. *Anais do X Encontro Estadual de História*. Santa Maria: UFSM, UNIFRA, 2010, p. 1-18.

marcado pela guerra, pela importância dos oficiais militares e de milícias e pela concentração fundiária, era fundamental aos homens de poucos recursos criarem relações de reciprocidade com os poderosos para obterem acesso a bens disputados. Por outro lado, ao servirem de intermediários entre populares e Estado, os potentados militares – como Bento Manuel – eram capazes de obter um capital relacional muito significativo, de modo a lhes conferir até mesmo recursos bélicos³³¹.

As pesquisas acima relacionadas evidenciam, de forma consistente, o relevante papel do compadrio na consolidação de hierarquias sociais altamente verticais da América portuguesa e do Brasil imperial. É importante salientar, entretanto, que o compadrio não era instrumentalizado apenas pela elite e foi, igualmente, um expediente empregado na organização das famílias e das comunidades de setores subalternos. Santilli e Brügger, em seus respectivos trabalhos, também perceberam a existência de padrinhos e madrinhas de muitos afilhados que não eram nem ricos, nem membros das famílias mais poderosas. O padrinho com maior número de afilhados em São João era um padre pobre que possuía forte vinculação junto a irmandades de pretos e pardos escravizados ou libertos. Se o padre era pobre, argumenta a autora, possivelmente não era assim considerado pelos seus compadres, que o viam como uma aliança “para cima”³³².

Em Quilmes, Daniel Santilli deparou-se com uma situação social bastante complexa. Se eram frequentes os fazendeiros brancos enquanto compadres preferenciais, também se fizeram presentes pardos e índios na mesma condição. A índia Simona Romero não possuía qualquer adereço que indicasse alguma relevância social e o autor reconhece não encontrar a justificativa para sua boa reputação. Já o peão Francisco Javier del Moral e esposa Jacoba Sosa, padrinho e madrinha de 21 bebês, dentre eles filhos de notórios fazendeiros, o filho do irmão de um militar, bem como filhos de índios e pardos. Para Santilli, ao concordar com José Mateo (autor a ser abordado abaixo), talvez o peão representasse um *broker*, um agente mediador entre indivíduos de vários grupos sociais, capaz de mobilizar recursos e informações variadas, de modo a beneficiar a si e seus contatos³³³.

Dois trabalhos recentes abordaram o papel do compadrio entre setores intermediários no Brasil escravista. Douglas Libby e Zephyr Frank realizaram um estudo genealógico de uma família de descendentes de uma cativa que obtivera liberdade e ascendera socialmente em São José, Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX. Pelo fato de

³³¹ FARINATTI, Luis. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). In: *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 16, n. 3, set.-dez. 2014, p. 294-306.

³³² BRÜGGER, Escolhas de padrinhos..., *op. cit.*, p. 330s.

³³³ SANTILLI, Entre el clientelismo..., *op. cit.*, p. 136ss.

estas famílias, em diferentes oportunidades, vincularem-se ao comércio local, ao artesanato, ocuparem cargos públicos e eclesiásticos, alguns terem obtido o domínio da língua escrita e possuírem cativos, os autores constataram que as 7 gerações analisadas pertenceram aos setores intermediários desta sociedade por cerca de um século. Deste modo, estas famílias encontraram no enraizamento na localidade uma estratégia decisiva para alcançarem a mobilidade social e a permanência entre os estratos médios. Ao analisarem as tendências de compadrio, os autores verificaram pequena vinculação junto às elites locais e forte direcionamento das escolhas para o interior da família. Concluíram que, sob vários aspectos, algumas das estratégias empregadas pelos setores intermediários poderiam ser idênticas àqueles das elites, tais como o fechamento social no interior da família, resultado do reforço dos vínculos entre parentes. O emprego do compadrio enquanto uma forma política, portanto, ficou em segundo plano, o que pode evidenciar uma tendência dos setores intermediários de evitar tramas que os colocassem em situação de subordinação³³⁴.

Uma tese que desenvolveu metodologia específica para abordar o papel desempenhado por indivíduos pertencentes aos grupos sociais médios na pia batismal é a tese de Rachel Marques, que abordou o compadrio na vila de Rio Grande, entre 1777 e 1800. Após classificar a população em termos econômicos a partir de ampla documentação, a autora identificou indivíduos pertencentes aos setores intermediários dentre os padrinhos preferenciais presentes nos registros de batismos. Marques constatou uma tendência de distanciamento na pia batismal entre famílias pertencentes a estratos sociais muito afastados. Não era fácil aos indivíduos mais pobres e sem recursos políticos tornarem-se compadre de alguém da elite. Pelo contrário, indivíduos proprietários de pequenas e médias propriedades, ou alguns escravos, poderiam ser escolhidos inúmeras vezes por vizinhos ou pelos escravos destes.

Para Marques, o compartilhamento de trajetórias, o domínio da cultura escrita em uma sociedade dominada por não-letrados, não possuir filhos ou a proximidade junto a famílias ascendentes poderiam ser alguns dentre os fatores que tornavam alguém capaz de ser visto como superior por outros indivíduos de riqueza mediana ou pobres, brancos ou pardos, ou mesmo por escravos. Não haveria apenas uma, mas diversas hierarquias com parâmetros específicos a constituir essa sociedade de Antigo Regime³³⁵. A tese de Marques pontua, corretamente, a necessidade de se pensar o que significava “superioridade” na

³³⁴ LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Uma família da Vila de São José: empregando a reconstituição familiar pormenorizada para elucidar a História Social. In: LIBBY, Douglas, et al (org.). *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 51-95.

³³⁵ MARQUES, *Para além dos extremos...*, op. cit., p. 254s, 273s, 275, 281ss.

América portuguesa desde o ponto de vista dos setores livres pobres ou intermediários.

O último trabalho a ser apresentado é uma das principais instigações para esta pesquisa, *Población, parentesco y red social en la frontera*, de José Mateo, que aborda os vínculos de matrimônio e compadrio no partido de Lobos, pertencente à campanha de Buenos Aires, no início do século XIX, localidade que se encontrava em sua fase de formação. A obra divide-se em quatro partes, sendo a primeira um estudo da demografia, das formas de assentamento e da estrutura agrária local; segue-se a definição da hierarquia econômica e política entre as famílias estudadas, organizada a partir do cruzamento de diferentes documentos; a terceira etapa é a análise das redes sociais em potencial a partir dos registros de casamento e compadrio; por fim, a análise das redes em ato, por meio do estudo de processos criminais³³⁶.

O emprego dos métodos de análise de redes sociais permitiu a Mateo chegar a conclusões pertinentes sobre os processos de consolidação da comunidade e dos grupos sociais aí presentes. Em linhas gerais, o compadrio e o matrimônio foram instrumentalizados para enraizar as famílias em curto espaço de tempo e fortalecer os vínculos da solidariedade camponesa. No entanto, os vínculos mais fortes, mais densos, encontravam-se na cúpula dos notáveis, formados por comerciantes e grandes fazendeiros. Os lavradores classificados como notáveis locais, não possuidores nem de terras nem de escravos, conseguiram sua ascensão social e política graças à articulação de vínculos tanto junto a membros da elite local, quanto a outros lavradores pobres, consolidando sua posição como *brokers*, intermediários capazes de mobilizar recursos oriundos de diferentes grupos sociais. Conclui o autor que a estrutura de redes cruza a estrutura de classes de forma hierárquica. Ao estudar as “redes em ação”, por meio de processos criminais, verificou como o capital social obtido no matrimônio e no compadrio alteravam as possibilidades de sucesso em litígios jurídicos ou de solucionar conflitos³³⁷.

O conjunto de obras apresentado permite apontar algumas conclusões pertinentes para nossa pesquisa. Em muitos casos, o compadrio e a apadrinhamento estiveram intimamente associados à reprodução e ampliação das famílias, fossem elas de elite ou de setores intermediários. Para famílias de potentados coloniais, o compadrio incorporou diferentes grupos sociais subalternos à malha do poder familiar. Entre os setores intermediários e, mesmo, pobres, escolher vizinhos ou párocos remediados poderia significar, igualmente, a vinculação com indivíduos capazes de proteger os jovens cristãos.

³³⁶ MATEO, José. *Población, parentesco y red social en la frontera. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001.

³³⁷ MATEO, *Población, parentesco...*, *op. cit.*, p. 217s, 232-5.

Escolher compadres e comadres, em diferentes oportunidades, significou o mesmo que gerar parentes, mas não necessariamente, porque não é fácil delimitar o que é uma aliança política ou social de um vínculo de tipo familiar.

O compadrio representou um meio de aproximação entre grupos sociais diferentes, o que não implica em clientelismo, de forma automática. Os casais ou mães solteiras procuravam indivíduos capazes de amparar seus pequenos filhos e a escolha mais correta nem sempre era alguém de fato muito rico ou poderoso. Um vizinho pequeno proprietário de terras ou outro casal sem filhos poderia providenciar toda a ajuda necessária. A extrema desigualdade que marcava as sociedades coloniais, entretanto, criou um ambiente propício para o ritual católico sacralizar e fortalecer vínculos entre patrões e clientes. O controle político sobre as terras, o poder de mandar prender ou soltar ou evitar o recrutamento ou a capacidade de proteger de violência ou ações jurídicas arbitrárias tornava alguns potentados as escolhas preferências para muitos casais ou mães solitárias carentes de recursos de variados tipos.

A partir deste debate, podemos levantar alguns questionamentos. Na área rural de Porto Alegre e Viamão, o compadrio e o apadrinhamento representaram um mecanismo de reprodução familiar ou aliança social não parental? Ligavam indivíduos ou famílias? Reforçavam os vínculos com famílias ou indivíduos social e economicamente mais próximos ou se constituía como um elemento consagrador de laços de clientela? Lavradores pobres, remediados e ricos escolhiam de forma idêntica seus compadres e comadres? Quando estes lavradores escolhiam indivíduos ou famílias mais ricos ou poderosos, provinham eles dos mesmos grupos ocupacionais? Tentaremos responder estas questões nas próximas páginas.

O compadrio na prática

A documentação e os agentes

Nosso objetivo é verificar as tendências de escolhas de padrinhos e madrinhas feitas por casais produtores rurais. Uma tarefa delicada e demorada que exige cuidado ao relacionar cada envolvido no registro com as famílias levantadas a partir das *Relações de moradores* e dos *róis de confessados*, especialmente para se evitarem confusões de indivíduos homônimos. Em virtude disto, decidimos operar com um recorte temporal limitado, de uma década, para ambas as localidades, para tornar viável o modo de identificação quase manual que empregamos. A escolha pelos registros da década de 1780 se deve ao fato de ser este o

período em que foram produzidos tanto os *róis* quanto as *Relações* analisados nesta pesquisa, apresentados no segundo capítulo. Os registros de batismo, em realidade, forneceram os dados necessários para reconhecer os vínculos existentes entre as famílias listadas nesses dois documentos. Salientamos que foram consultadas algumas páginas de genealogia da *internet*, as quais mostraram-se úteis em algumas situações³³⁸.

A base empírica desta pesquisa é composta por 1887 registros de batismos de livres e escravos de Porto Alegre e de livres de Viamão, entre 1781 e 1790, e os registros de escravos de Viamão efetuados entre 1786 e 1792. Tendo em vista o enorme prejuízo gerado pela falta de quase seis anos dos registros batismais de cativos de Viamão, os quais encontram-se em livro perdido³³⁹, nossa análise restringir-se-á à população livre.

Dos 1887 registros, 60% são pertinentes a Porto Alegre e, 40%, a Viamão. As crianças legítimas, filhas de pais casados, somam 1347, ou 71% do total. Destas, 90% eram livres. Se considerado apenas a freguesia de Porto Alegre, na década de 1780, a legitimidade é de 86% entre os livres e de 22% entre os cativos. Conforme demonstraram os dados sobre batismos em Porto Alegre apresentados por Denize Freitas, esta década de 1780, junto a precedente, apresenta os mais altos índices de legitimidade num período de 50 anos, entre 1772-1822. Quando comparadas as taxas de ilegitimidade, Porto Alegre apresenta valores mais altos que os de Viamão, de 18 contra 12%³⁴⁰. As freguesias estudadas, portanto, apresentam predomínio de crianças nascidas livres e elevado nível de legitimidade, em grande medida resultado da ocupação rural da maioria das famílias, muitas das quais formadas por casais açorianos que saíram casados de suas regiões de origem. Para o caso das crianças escravizadas de Porto Alegre, constatamos em outra oportunidade o fato de que as legítimas tendiam a nascer em escravarias de maior dimensão, mais comuns na área rural³⁴¹.

Nos quase dois mil registros levantados, soma-se a escolha de 1903 padrinhos, 1577

³³⁸ Dentre as páginas, estão: *Geni*, pertencente ao grupo MyHeritage, disponível na página <https://www.geni.com/>; *MyHeritage*, pertencente ao grupo MyHeritage, disponível na página <https://www.myheritage.com.br/>; *Geneanet*, disponível na página <https://gw.geneanet.org/>. Os últimos acessos nestas páginas foram efetuados no mês de setembro de 2018.

³³⁹ Decidimos utilizar alguns registros de cativos batizados em Viamão após 1790 para diminuir o prejuízo resultante da perda do livro que abrangia o período até 1786, mas não avançamos muito pela década porque observamos, nos registros de Porto Alegre do mesmo período uma mudança de intensidade de batismos que esteve vinculada a uma alteração nas escolhas de compadres e comadres, o que também pode ter ocorrido em Viamão (GOMES, *Uma cidade negra...*, *op. cit.*, p. 244ss). Nesse sentido, o uso de informações relativas a meados da década de 1790 poderia afetar os resultados produzidos. Infelizmente, a análise dos vínculos de compadrio dos cativos de Viamão exige um levantamento de dados que não foi possível fazer para esta pesquisa, obrigando-nos a restringi-la ao estudo das crianças livres.

³⁴⁰ FREITAS, Denize. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Porto Alegre: PPGH, 2017, p. 202ss. Tese de Doutorado.

³⁴¹ GOMES, *Uma cidade negra...*, *op. cit.*, p. 221s.

madrinhas e 4 santas. Em 41 oportunidades não foram escolhidos padrinhos, em 306 não havia madrinhas e, por fim, em 57 oportunidades foi escolhido um segundo padrinho, prática esta proibida pela Igreja, mas comum em muitas localidades. Dos padrinhos, 86% eram livres, 11%, cativos, e, 3%, forros. Entre as madrinhas, os valores são de, respectivamente, 83, 12 e 5%. Os padrinhos eram figuras mais presentes na pia batismal, se comparados às madrinhas, sendo que as forras madrinhas se faziam mais presentes que padrinhos forros. Se comparado ao conjunto das escolhas de madrinhas do período entre 1772 e 1810, apresentado por Ana Silvia Scott, Dario Scott e Nathan Camilo, quando elas se fizeram presentes em 74% das cerimônias³⁴², no período por nós estudado apresenta uma tendência de maior frequência de madrinhas, pois elas se fizeram presentes em 84% das situações.

Excluídos os registros de cativos e crianças alforriadas no batismo, sobram 1311 registros, ou 70% do total. Dos registros de batismos levantados, delimitaremos para análise apenas aqueles que se referem às famílias de produtores rurais, de não proprietários fundiários que residiam na área rural e de indivíduos que escolheram produtores rurais como compadres, em algum momento. Ao todo, contabilizam-se 853 registros para serem analisados, ou 45% do total e quase 64% dos registros de livres. Este conjunto de oito centenas de registros é o material que permite examinar as escolhas de centenas de famílias no período de uma década.

A unidade de análise desta pesquisa é a unidade doméstica, formada por família nuclear (marido/pai, esposa/mãe e filhos não casados), bem como dependentes (como agregados) e cativos que residiam sob o mesmo teto. Tal opção está associada ao entendimento de que, sob o Antigo Regime, a família constituía um corpo social autônomo, fonte de poder e uma das instituições modelares para a organização da sociedade. Deste modo, as ações ora analisadas não resultam de decisões simplesmente individuais, mas decorrem de um jogo de forças no interior das famílias, no qual o casal chefe de domicílio era considerado o centro de autoridade. Por estas resultarem deste jogo de forças e por afetarem com a todos os membros, de diferentes maneiras, os planejamentos e decisões tomados podem ser chamados de *estratégia familiar*³⁴³. Por estratégia definimos as decisões tomadas a partir de raciocínios limitados embasados nas informações disponíveis relativas a um mundo social que pode apresentar variados graus de dificuldade de compreensão e

³⁴² SCOTT, Ana Silvia; SCOTT, Dario; CAMILO, Nathan. Compadrio na Madre de Deus de Porto Alegre. ABEP. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de Lindóia: ABEP, 2012.

³⁴³ Aqui, empregamos um sentido mais limitado, referente apenas ao casal chefe de unidade doméstica, conforme ALFANI, Guido; MUNNO, Cristina. Godparenthood and social networks in an Italian rural community: Nonatola in the sixteenth and seventeenth centuries. ALFANI, Guido; GOURDON, Vincent (ed.) *Spiritual Kinship in Europe, 1500-1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 96-123, aqui, p. 102.

intervenção sobre o mesmo³⁴⁴.

Para além das famílias classificadas como produtoras (possuidoras ou não de terras) e seus familiares, de moradoras da área rural das freguesias de Porto Alegre e Viamão e de negociantes, levantamos nos registros de batismo uma série de indivíduos designados por sua ocupação ou patente militar e de ordenanças, bem como casais e indivíduos solteiros que não conseguimos identificar com maior precisão sua vinculação com produtores rurais. Ao todo, somam-se 590 casais e indivíduos solteiros adicionados ao banco e que aparecem nos registros de batismos envolvendo-se com produtores rurais. Contabilizamos dez padres, doze militares ou patentes de Ordenança, o capelão de Dragões, dois licenciados, dois agentes da Fazenda Real (um deles, o Provedor), um doutor e um alfaiate. Ao fim, as unidades de análise – entre rurais e urbanas – somam 829 casais ou indivíduos solteiros.

Esta pesquisa sobre compadrio no ambiente rural, a ser apresentada nas páginas que se seguem, surge vinculado a uma série de trabalhos que abordam as experiências familiares em Porto Alegre, entre fins do século XVIII e início do XIX, muitos dos quais empregaram os registros de batismo aqui utilizados. Ana Silvia Scott e Dario Scott, organizadores do NACAOB, uma base de dados de registros paroquiais, publicaram artigos conceituais e metodológicos para abordar o fenômeno da família e compadrio na localidade. Denize Freitas analisou os casamentos entre livres e, posteriormente, as diferentes práticas de união afetiva, com ênfase nas não sacramentadas que envolviam indivíduos livres, libertos, escravos e indígenas. Jonathan Fachini estudou a prática de exposição de crianças e a trajetória de alguns destes expostos. Nathan Camilo analisou as práticas de nomeação de crianças quando de seu batismo. Para períodos diferentes, há um estudo de Roger Elias e outro nosso sobre família e compadrio entre cativos³⁴⁵. Fica desde já evidenciado que a pesquisa ora empreendida contempla apenas algumas facetas das dinâmicas familiares ocorridas na localidade e remetemos aos sobreditos autores questões que não temos condições de aqui abordar.

³⁴⁴ LEVI, *A herança imaterial...*, *op. cit.*, p. 45s.

³⁴⁵ SCOTT, Ana Silvia. Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaio sobre os espaços de sociabilidade a partir do cruzamento nominativa de fontes eclesiásticas. In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antônio. *Temas Setecentistas: governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/ Fundação Araucária, 2008, p. 413-428; SCOTT, Ana Silvia; SCOTT, Dario; CAMILO, Nathan. *Compadrio na Madre de Deus...*, *op. cit.*; FREITAS, Denize. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e as suas relações matrimoniais de 1772 – 1835*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2011. Dissertação de mestrado; FREITAS, *Para além do matrimônio...*, *op. cit.*; SILVA, Jonathan. *Os filhos do destino: a exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*. São Leopoldo: PPGH – UNISINOS, 2014; CAMILO, Nathan. “É preferível bom nome a muitas riquezas”. *Dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do XIX*. São Leopoldo: PPGH – UNISINOS, 2016; ELIAS, Roger. *Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2013; GOMES, Luciano. *Uma cidade negra...*, *op. cit.*

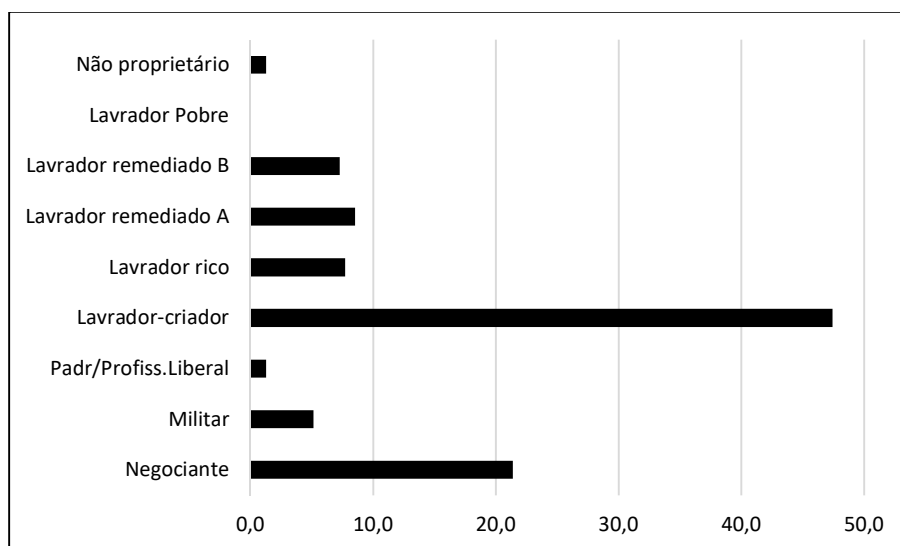
Tendências gerais dos vínculos de compadrio envolvendo produtores rurais

Neste tópico, realizaremos uma análise das tendências globais das escolhas de compadres e comadres para cada grupo de produtor rural, tal como realizado por Tom Ericsson, em artigo sobre compadrios ocorridos em uma cidade sueca protestante de meados do século XIX. Pais e padrinhos foram identificados, de modo a tornar-se possível a análise das preferências de padrinhos conforme ocupação dos envolvidos. O autor verificou uma tendência de fechamento social nos setores sociais extremos (burgueses e trabalhadores) e uma tendência de abertura nos setores intermediários, entre os quais os escolhidos como padrinhos poderiam estar acima ou abaixo dos pais na escala social. Artesãos mestres, aprendizes, trabalhadores de colarinho-branco e donos de loja formavam, juntos, um grupo social que possuía uma identidade em comum e fortaleciam seus vínculos por meio da escolha de colegas, patrões ou empregados como padrinhos de seus filhos³⁴⁶.

Ao verificar as tendências de vinculação entre as famílias conforme classificação econômica rural elaborada no segundo capítulo, poderemos estudar as relações pontuais como conjunto e detectar as preferências de cada setor. Para cada um dos grupos abaixo apresentados, estão inseridos os dados dos produtores que escolheram compadres e comadres e os dos filhos casados destes produtores que, provavelmente, ainda não possuíam unidades produtivas própria e estavam nas margens da economia doméstica paterna. Por isso, cada um dos gráficos que se seguem dizem respeito aos produtores rurais e suas *famílias extensas*.

³⁴⁶ ERICSSON, Tom. Godparents, witnesses, and social class in mid-nineteenth century Sweden. *The History of the Family*, vol. 5, núm. 3, 2000, p. 273-286.

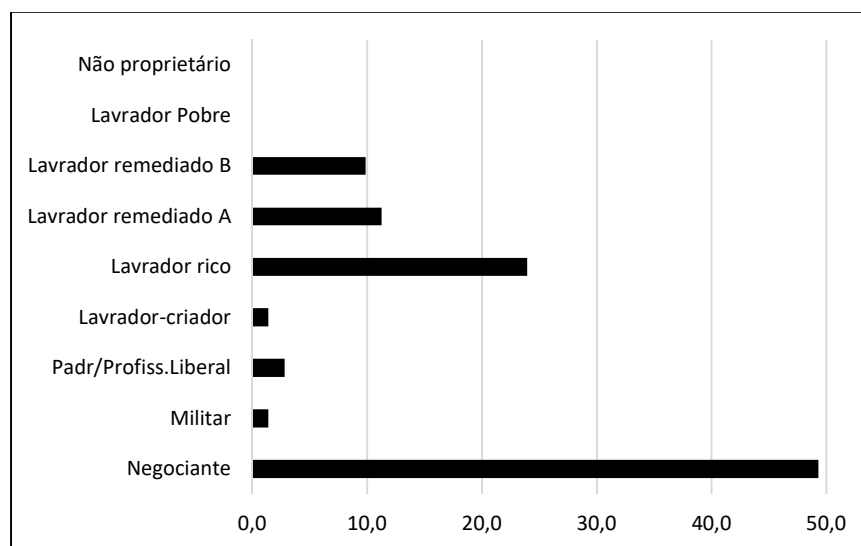
Gráfico 15 - Escolha de compadres e comadres por lavradores-criadores e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Os lavradores-criadores e criadores formavam o grupo mais capitalizado da região. Eram escravistas e, como tendência, contavam com os maiores rebanhos e detinham as mais amplas extensões fundiárias. Quando observados a escolher compadres e comadres, apresentaram o perfil mais socialmente fechado dentre todos. A maioria dos compadres e comadres eram recrutados entre familiares ou famílias semelhantes. O segundo grupo dentro do qual são solicitados compadres é o dos comerciantes. O setor dos lavradores-criadores foi o que mais convidou militares. Semelhante perfil é típico de uma elite social, particularmente por criar poucos laços junto aos setores inferiores e por voltar-se sobre si mesmo.

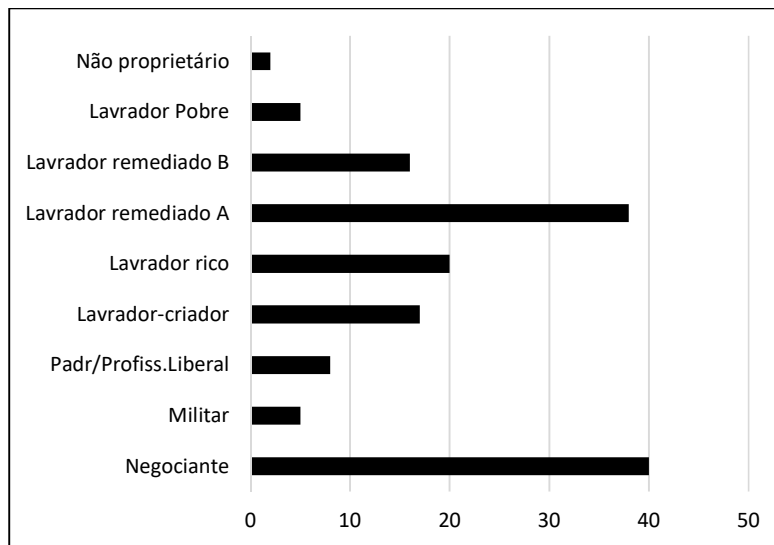
Gráfico 16 - Escolha de compadres e comadres por lavradores ricos e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Os lavradores ricos formavam o setor dos lavradores com maior acúmulo de recursos agrários. No mínimo, possuíam ou meia légua de terras em quadro (1089 ha), ou 300 reses (ou 400 animais em geral), ou, por fim, sete cativos. Eles apresentam um perfil de tipo ascensional bastante direcionado, pois metade dos compadres escolhidos são negociantes, enquanto poucos são militares, padres ou lavradores-criadores. O segundo grupo mais procurado é o próprio. Inegavelmente, estes lavradores representam um setor social rural bastante vinculado ao setor comercial, com baixa ligação junto ao setor dos lavradores-criadores, proprietário da maior parte das terras da região. Há razoável aproximação com famílias remediadas, uma parte delas constituídas de parentes, enquanto não há qualquer escolha de lavradores pobres ou não proprietários.

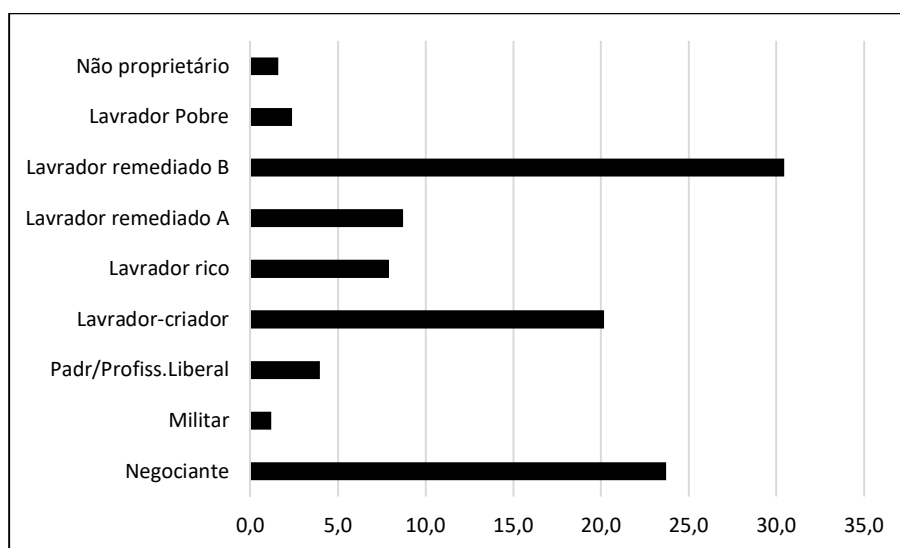
Gráfico 17 - Escolha de compadres e comadres por lavradores remediados mais ricos e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Os lavradores remediados mais ricos formavam um setor com razoável acúmulo de recursos agrários. Todos possuíam mais de 50 reses (ou 60 animais) e, ou uma extensão fundiária superior a 272 ha ou uma mão-de-obra doméstica superior a 8 indivíduos. Quase todos possuíam cativos. Estes lavradores possuíam um perfil parecido com o dos lavradores ricos, mas com maior segmentação de escolhas e mais intensa vinculação comunitária, pois os lavradores fazem-se mais presentes. Os negociantes e seus familiares foram os mais recrutados como compadres e comadres, ainda que a frequência de outros lavradores remediados fosse quase idêntica. Militares, padres e indivíduos com formação superior apresentam uma presença maior neste setor do que nos demais, enquanto a comunidade de produtores, acima e abaixo da escala social, faz-se mais presente. Lavradores remediados mais pobres estão bem representados, mas lavradores ricos e lavradores-criadores são mais frequentes, indicando preferência por vínculos acima, na escala econômica.

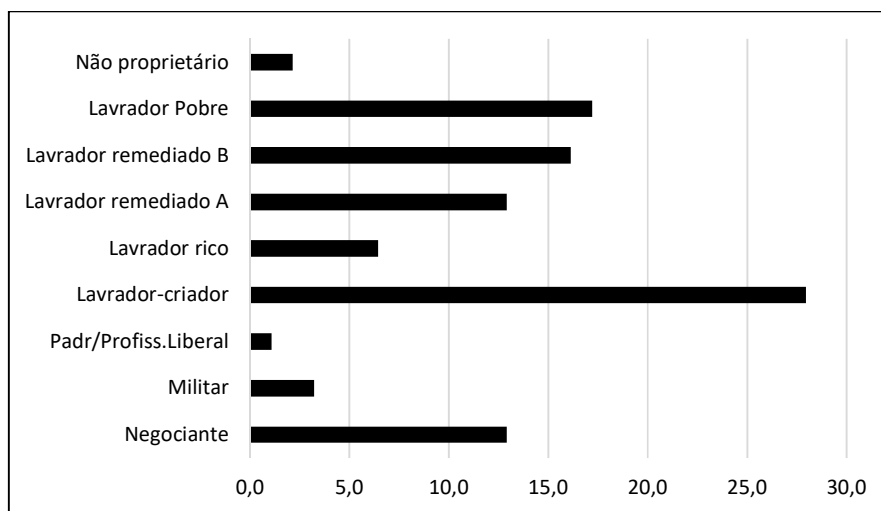
Gráfico 18 - Escolha de compadres e comadres por lavradores remediados mais pobres e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Os lavradores remediados mais pobres possuíam recursos agrários em um nível próximo ao da média, sem qualquer tipo de destaque. Possuíam mais de 50 reses (ou 60 animais) e, em geral, uma data de terras (com, no máximo, 272 ha). Quase todos possuíam cativos. Em frente a pia batismal, eles apresentam um perfil um pouco distinto frente aos lavradores com maior fortuna. Neste setor, os compadres e comadres são recrutados com maior frequência entre membros de famílias produtoras assemelhadas. Negociantes e lavradores-criadores são procurados de forma quase semelhante, com pequena preferência pelos primeiros. A partir dos lavradores remediados pobres em direção aos grupos inferiores na escala econômica, apresenta-se uma tendência de maior investimento junto a lavradores-criadores, grupo detentor de maior quantidade de recursos naturais, em termos de terras e animais. Lavradores ricos e lavradores remediados mais afortunados apresentam-se como frequentes alvos das escolhas, também. Estes dados apontam para dispersa abertura social, associada à significativa dependência para com grupos agrários com maiores disponibilidade de recursos, fossem agrários ou comerciais, especialmente os últimos.

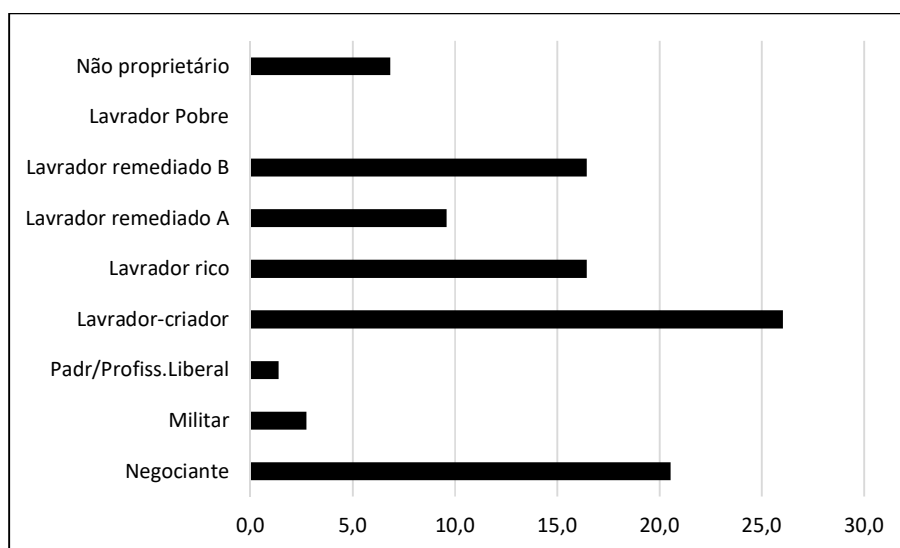
Gráfico 19 - Escolha de compadres e comadres por lavradores pobres e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Os lavradores pobres eram os produtores que detinham pequena posse de recursos agrário. Nenhum possuía cativo, seus rebanhos apresentavam menos de 50 reses e, no máximo, ocupavam um terreno com até 272 ha (uma data de terras). Estes pobres produtores escolheram seus compadres e comadres, de forma predominante, no interior da comunidade de produtores rurais, sendo que os lavradores-criadores formam o segmento com maior número de escolhas. Lavradores de mesmo nível econômico representavam o segundo grupo mais procurado, seguido pelos por lavradores remediados. Pode-se concluir que os lavradores pobres apresentavam o perfil mais fechado para grupos não agrários e um nível mais intenso de dependência em relação aos grandes proprietários de terras, paralelo a intensa vinculação na comunidade de lavradores.

Gráfico 20 - Escolha de compadres e comadres por não proprietários e sua família extensa, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Por fim, os moradores da área rural não proprietários ou possuidores de terras era um grupo empobrecido, pois apenas um terço deles possuía cativos. Seu perfil de escolha de compadres é socialmente muito aberto. Os lavradores-criadores são o grupo no qual foram recrutados a maior parte dos padrinhos e madrinhas, seguidas pelos negociantes, de perto. No que diz respeito aos comerciantes, podemos suspeitar que estes possam ter servido como intermediários para recém-chegados na área. Lavradores ricos e remediados são muito frequentes, é importante salientar, o que reforça a ideia de que a noção de superioridade social deve ser relativizada e pensada a partir do contexto dos agentes históricos³⁴⁷. Aparentemente, lavradores pobres não eram vistos como capazes de oferecer proteção aos pequenos filhos dos não proprietários de terras.

Ao analisar as tendências de escolhas efetuadas por cada um dos setores de produtores rurais, é possível elencar algumas conclusões gerais. De modo geral, os comerciantes eram acessíveis ao compadrio junto lavradores, mas eram os mais afortunados destes os que se vincularam mais intensamente. As disputas por mercados que ocorriam por outras formas que não a competição por meio de preços, demonstrada na expulsão dos mercadores de Povo Novo executada por Rafael Pinto Bandeira, poderiam tornar o acesso aos produtores rurais mais insegura. Tal risco poderia incentivar os comerciantes a verem bastante sentido em estreitar laços com os produtores em geral, mas principalmente com os

³⁴⁷ MARQUES, *Para além dos extremos...*, op. cit.

mais enriquecidos.

No entanto, o ambiente de tensão criado durante a guerra de reconquista de Rio Grande, com tentativas de execução de lavradores por parte de comerciantes, como vimos no capítulo 3, poderia criar entraves à vinculação entre ambos os grupos³⁴⁸. Nesse sentido, para os pequenos produtores, por exemplo, havia o risco de se incorrer no embaraço de ficar em dívida para com um compadre, situação seguramente reprovável em um lugar onde a instituição do compadrio era tão respeitada. Como observaram Sidney Mintz e Eric Wolf na comunidade de Tzintzuntzan, tanto é malvisto o compadre que não empresta quanto o que não paga o que deve³⁴⁹. Ao mesmo tempo, para um comerciante, estreitar demasiadamente os laços com lavradores pouco capitalizados poderia aumentar as chances de se ver obrigado a agir com tolerância junto a compadres com as contas irregulares.

Por outro lado, o custo da criação de alianças pessoais e espirituais tornar-se-ia significativamente menores quanto mais aquinhoadas fossem as famílias de lavradores. O possível *background* da relação entre estes agentes – a compra de alguns cativos por parte do produtor e a quitação da dívida correspondente – aumentaria a confiança por parte do comerciante para enredar-se em uma teia sagrada que obrigava a reciprocidade e o cuidado mais que parental. Da parte das famílias de produtores, a relação especial com comerciantes poderia garantir o acesso a certos produtos (como escravos) com algum nível de privilégio, traduzido na facilitação do pagamento da dívida, na obtenção dos bens em tempos de instabilidade comercial ou na oferta de empréstimos. Há indícios, portanto, de que o surgimento das unidades de produção agrícola escravistas (ou onde, no mínimo, o trabalho escravo era fundamental e associado ao trabalho familiar) teve como um dos instrumentos de sua constituição a criação de vínculos espirituais verticais, de clientela, que uniram comerciantes e algumas poucas famílias de lavradores.

Os lavradores pobres e os remediados mais pobres possuíam significativas limitações de recursos produtivos. Muitos deles possuíam terrenos de pequena extensão, talvez suficiente para a própria produção. Alguns deveriam arrendar terras alheias para aumentar a produção ou criar os rebanhos, como foi o caso de Antônio Rodrigues Rangel, um lavrador remediado mais pobre que informou ao juiz de órfãos que não tinha terreno suficientes para criar o gado de alguns órfãos, pois ele próprio arrendava terras para criar seus animais³⁵⁰. É bastante provável que os filhos casados destes pequenos produtores

³⁴⁸ Carta do governador do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo, ao vice-rei, de 20 de abril de 1780. Códice 104, vol. 2, fl. 96. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

³⁴⁹ MINTZ, WOLF, *op. cit.*, p. 356.

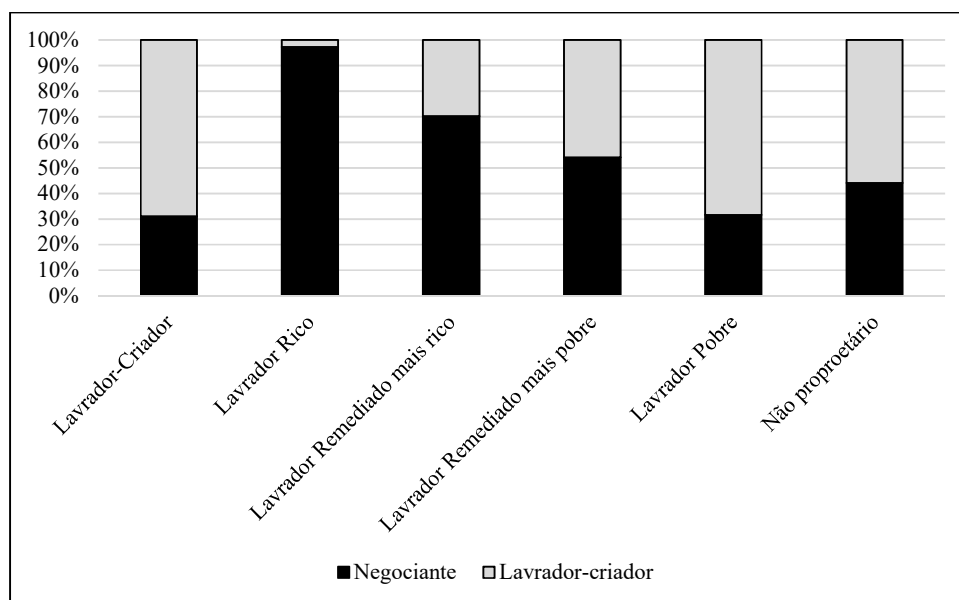
³⁵⁰ Inventário de Paulo Duarte dos Santos, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 114.

precisassem se empregar junto aos maiores produtores, inclusive lavradores vizinhos, ou arrendar terras de grandes proprietários. Neste grupo, especialmente entre os que produziam mais para o sustento do que para a venda, não se via como algo necessário ou urgente reforçar vínculos com negociantes.

Um fator unificava todos os setores dos lavradores, desde os ricos até os pobres: uma parcela importante dos vínculos destinava-se para o interior da comunidade de lavradores. Se considerados apenas os padrinhos e madrinhas identificados, entre 45 e 53% pertenciam a famílias de lavradores³⁵¹. Estreitar vínculos no interior da própria comunidade revelou-se, portanto, um importante meio de obtenção de recursos sociais ou econômicos.

Para finalizar, apresentamos apenas as escolhas de compadres e comadres pertencentes a famílias de negociantes ou lavradores-criadores, para cada segmento rural, no gráfico seguinte.

Gráfico 21 - Escolha de compadres e comadres pertencentes a famílias de negociantes ou de lavradores-criadores pelos diferentes segmentos de produtores rurais, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Podemos fazer a leitura do gráfico precedente a partir do ponto de vista das elites. Comerciantes e lavradores-criadores, entendidos enquanto grupos de detentores de mais elevada quantidade de recursos escassos, possuíam perfis de clientela diferentes. Se o

³⁵¹ Quando inseridos os padrinhos e madrinhas não identificados, a situação torna-se de mais difícil análise. No mínimo, entre 31 e 34% dos compadres eram de famílias de lavradores. Estes valores são mínimos porque suspeitamos que uma parte importante destes não identificados sejam filhos e filhas solteiros de lavradores.

compadrio era um reforço de vínculos pré-existentes, então os negociantes deveriam possuir relacionamento comercial mais estável com lavradores ricos e remediados mais ricos. Os criadores e lavradores-criadores, por sua vez, estabeleciam vínculos com lavradores pobres e com não proprietários de terras com mais intensidade. Os lavradores remediados mais pobres, por fim, viam-se dependentes de ambas as fontes de recurso, ora para obter acesso a terras ou matos, ora para vender seus excedentes agrícolas. Concluimos, portanto, que a escolha dos parentes espirituais parece estar vinculada às interações sociais criadas a partir das rotinas de trabalho, dos compromissos assumidos pelos pais e/ou das necessidades decorrentes das limitações econômicas próprias de cada segmento agrário.

Em linhas gerais, para estabelecer suas clientela, os comerciantes precisavam de indivíduos afortunados, com terras e mão-de-obra disponível; os lavradores-criadores, pelo contrário, encontravam seu nicho de ação junto a pessoas livres com recursos agrários insuficientes. A atuação dos grandes proprietários de terra de Viamão pode ser algo semelhante àquela experimentada pelos grandes estancieiros de Alegrete, especialmente quando também ocupavam cargos militares, estudados por Luís Farinatti, os quais tinha condições de garantir o acesso a determinados recursos, como terras, a famílias livres e pobres, os quais eram enredados em uma relação de clientela.

Nossa hipótese era a de que as rotinas de trabalho e o nível de recursos agrários detidos pelos produtores condicionavam as relações estabelecidas com os grupos de elite, os quais controlavam parte expressiva de bens escassos. Lavradores com poucas terras provavelmente precisavam arrendar lotes ou acessar matos de grandes proprietários, enquanto lavradores capazes de produzir elevada quantidade de excedentes possuíam vínculos mais estreitos com comerciantes. Para testar semelhante hipótese, valemo-nos dos registros de batismo e analisamos as tendências de escolhas de compadres e comadres. Como o conjunto dos pesquisadores consultados demonstraram, o compadrio no mundo católico da Era Moderna – e mesmo em parte da Contemporânea – era uma instituição marcada pela tendência de vincular indivíduos pertencentes a categorias ou estratos desiguais e, portanto, pode ser capaz de evidenciar as tendências de vinculação de tipo clientelar na comunidade de produtores aqui estudada.

Os dados agregados apresentados no presente tópico, em princípio, confirmam nossa hipótese. Os lavradores ricos estão intimamente vinculados aos comerciantes, tendência seguida de perto pelos os lavradores remediados mais ricos. Estes produtores possuíam significativa quantidade de recursos agrárias e não viam racionalidade em reforçar

os laços com lavradores-criadores ou criadores. Os lavradores remediados mais pobres possuíam autonomia produtiva, eram capazes de produzir excedentes, mas seus recursos eram limitados e viam-se na necessidade de reforçar os laços com as famílias de lavradores-criadores. Este grupo, portanto, via-se dividido entre escolher um comerciante ou um grande proprietário fundiário. Por fim, os lavradores pobres e os moradores da área rural não proprietários fundiários eram os grupos espremidos pela falta de recursos agrários e viam no reforço dos vínculos com os donos de grandes extensões de terras e animais um expediente racional para melhorar as condições de manutenção da vida material. Como as relações aqui estudadas ocorriam entre grupos desiguais, eram regulares e reforçadas por um vínculo espiritual consagrador dos vínculos mundanos, podemos apontar a possibilidade de terem existido dois sistemas clientelares paralelos e relacionados a envolver os lavradores das freguesias de Porto Alegre e Viamão: um comercial e, outro, agrário. Avançaremos neste debate no próximo tópico.

Entre influenciadores e prestigiosos: estudo das métricas de aceite e oferta de laços de compadrio e comadrio

A análise da distribuição dos vínculos conforme a ocupação ou nível de riqueza produtiva de produtores rurais tem o benefício de oferecer uma visão de conjunto, mas não permite levar em consideração o contexto das tomadas de decisões do casal, nem os efeitos de cada escolha na estruturação da sociedade. Para avançar neste debate, neste tópico, analisaremos as métricas de aceite e oferta de laços de compadrio e comadrio, de modo a evidenciar os efeitos mais profundos resultantes das escolhas realizadas pelas famílias. Para realizar esta tarefa, empregaremos as teorias e métodos pertinentes à Análise de Redes Sociais, um campo de estudo que tem por objeto de pesquisa o fluxo de recursos entre indivíduos ou grupos, os quais se traduzem em relações de controle, dependência ou cooperação³⁵². Uma premissa importante nestes estudos é a de que as relações estabelecidas, em termos de frequência, natureza, direção e distância, são capazes de moldar comportamentos e individualidades³⁵³.

O estudo de redes sociais não se destina a abordar todas os vínculos de todos os indivíduos que pertencem a uma sociedade. Antes, o estudo de vinculações e redes não é um objetivo em si mesmo, mas um instrumento para responder a problemas de pesquisa

³⁵² WELLMAN, Barry; WETHERELL, Charles. Social network analysis of historical communities: some questions from the present for the past. *The History of the Family*, v.1, n. 1, p. 97-121, aqui, p.102.

³⁵³ BOTH, Elisabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

previamente estabelecidos³⁵⁴. Além disso, como enfatizam Barry Wellman e Charles Wetherell, as análises de redes sociais comunitárias devem evitar a pressuposição de que as pessoas só conviviam com parentes, vizinho ou outros com quem estabeleciam relações de solidariedade. Pelo contrário, os laços sociais precisam ser estudados onde quer que apareçam e como quer que se estruturam³⁵⁵. Semelhante perspectiva está em consonância com a proposta mais ampla da história social e da micro-história, em particular, de tentar entender como as ações humanas a partir das racionalidades limitadas dos agentes e avaliar em que medida o entrecruzamento das decisões de indivíduos, famílias ou outros agrupamentos eram e são capazes de constituir e alterar o tecido social de forma não planejada ou esperada³⁵⁶.

Em análise de redes sociais, a origem e o destino das relações constitui um fator de suma importância, pois demonstra a capacidade de cada nó de receber ou oferecer recursos e, portanto, de condicionar a estruturação das redes e dos caminhos que vinculam os próprios nós. Agentes que recebem muitos vínculos, por serem muito procurados, podem vir a ser considerados *prestigiosos* ou poderosos, enquanto aqueles que iniciam muitos vínculos tem uma capacidade de serem *influentes*. Indivíduos que recebem e ofertam muitos vínculos são capazes de manipular maior quantidade de informação ou recursos, ocupando o papel de mediadores sociais³⁵⁷. Nas próximas páginas analisaremos os vínculos criados a partir do ponto de vista daqueles que faziam os convites, os pais das crianças (isto é, o *grau de saída*) e, depois, das famílias e indivíduos que aceitavam os laços espirituais, os padrinhos e madrinhas (isto é, analisaremos o *grau de entrada*).

Na tabela abaixo apresentada, serão apresentados os valores de tendência central relativos ao grau de saída resultantes da criação de laços de compadrio e comadrio pertinente a cada ocupação ou setor econômico rural. Os números representam cada um dos vínculos existentes, não a frequência com que estes se efetivaram na pia batismal. Mesmo que um casal tenha convidado um mesmo indivíduo três vezes, o que será contabilizado é o número de laços criados: um só.

³⁵⁴ BERTRAND, Michel; LEMERCIER, Claire. Introducción: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en Historia? *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*, vol. 21, n. 1, Dez. 2011, p. 1-12, p.7.

³⁵⁵ WELLMAN, WETHERELL. Social network analysis..., *op. cit.*, p. 98. Ver, também, GRIBALDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 121-150.

³⁵⁶ BERTRAND, De la familia a la red..., *op. cit.*, p. 56.

³⁵⁷ HANNEMAN, Robert. Introducción a los métodos del análisis de redes sociales. *Redes*, s/ núm., 2001, cap. 6, p. 8.

Tabela 31 - Medidas de tendência central relativas ao grau de saída gerados por vínculos de compadrio, conforme classificação econômica rural dos solicitadores de compadres em Porto Alegre e Viamão, 1781-1790

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de variação (%)	Soma
Lavrador-criador	3,2	2	2,2	69,7	187
Lavrador rico	2,7	3	1,5	55,1	54
Lavrador remediado A	3,3	3	1,6	48,6	144
Lavrador remediado B	3,4	3	1,7	49,6	229
Lavrador pobre	4,2	4	2,5	59,1	100
Não proprietário	2,6	2	1,8	70,6	54
Geral	3,0	2	1,9	63,0	938

Coefficiente de centralização 10,6 %

Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Tendo em vista o valor elevado do coeficiente de variação, sugere-se o uso da mediana para efetuar a análise. Os dados da tabela indicam um aumento proporcionalmente inverso da mediana de vínculos feitos pelos pais da criança em relação ao segmento econômico das famílias de produtores. Os lavradores mais pobres eram os que mais criavam vínculos com outras famílias por meio do ritual do batismo (valor mediano de 4), seguidos pelos lavradores ricos e remediados (mediana de 3). Por fim, os lavradores-criadores eram os que criavam menos vínculos (mediana de 2). Os não proprietários de terras, por sua vez, geravam poucos vínculos, também. Semelhante tendência pode ser explicada pelo ciclo de vida das famílias pois, de modo geral, os lavradores-criadores eram os mais velhos dos produtores, enquanto os lavradores pobres eram os mais jovens. Desse modo, é provável que as famílias extensas de lavradores-criadores contassem com mais casais idosos do que as de lavradores pobres. Além disso, levando em consideração o fato de serem os lavradores pobres e os remediados mais pobres os que contavam com menor mão-de-obra disponível, é possível que uma maior pressão por filhos estivesse associada à juventude do casal.

Como observou José Mateo, uma quantidade dilatada de filhos gerados e batizados representava a possibilidade de jogar um maior número de cartas no jogo das relações parentais³⁵⁸. Estudar os casais mais fecundos é um meio de verificar o leque de escolhas adotadas por aqueles que mais tiveram oportunidade de convidar padrinhos e madrinhas à pia batismal. Esta opção metodológica também contorna um problema. O estudo da escolha de compadres e comadres a partir de um curto recorte temporal possui uma limitação

³⁵⁸ MATEO, *Población, parentesco..., op. cit.*, p. 182.

significativa, qual seja, os casais que estavam a entrar no fim de seu ciclo reprodutivo, os casais que entraram no ciclo somente no final do recorte temporal e os casais dissolvidos tiveram a maioria de suas escolhas efetuadas fora do período por nós estudado. Nesse sentido, delimitar aqueles que mais geraram filhos permite uma observação mais apurada das escolhas dos casais a partir do contexto de suas famílias extensas e de seus possíveis motivos.

Delimitamos a escolha de padrinhos e madrinhas efetuados por lavradores, desde os pobres até os ricos, exclusivamente, que tenham escolhido 6 ou mais padrinhos ou madrinhas. No total, contabilizamos 20 casais. Eles representam a parcela mais empobrecida da população, pois contamos com 13 lavradores remediados mais pobres, 6 lavradores pobres e apenas um lavrador remediado mais rico. Em significativa medida, esta maior representação de indivíduos com menos recursos está associada ao ciclo de vida, como comentamos anteriormente.

Dos vinte casais, analisamos suas vinculações de forma mais atenta e identificamos quando eram escolhidos familiares, outros lavradores, lavradores-criadores ou criadores, negociantes, padres, letrados, os hoje conhecidos como profissionais liberais (um licenciado e um doutor), não proprietários fundiários e, por fim, casais ou indivíduos não reconhecidos por nós. O resultado está apresentado abaixo. O valor da coluna “presença” mede a proporção de vezes que um determinado segmento de padrinhos ou madrinha foi escolhido a cada dez casais.

Tabela 32 - Proporção de presença (por dez) de padrinhos e madrinhas conforme ocupação do padrinho, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790

<u>Padrinho ou madrinha escolhido</u>	<u>Presença (proporção por dez)</u>
Familiar	4,5
Outro lavrador	6,0
Lavrador-criador ou criador	4,0
Negociante	5,0
Letrado	2,0
Padre ou profissional liberal	1,0
Não proprietário fundiário	0,5
Não reconhecido	8,5

Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Entre os casais que tiveram variadas oportunidades para escolher compadres e comadres, a regra foi a diversificação das escolhas. Quase metade dos casais analisados

escolheu algum familiar como compadre ou comadre, fosse o avô ou a tia do batizado, o que vai ao encontro da hipótese de Libby e Frank sobre a importância dos vínculos intrafamiliares pertinentes aos setores intermediários. Seis a cada dez casais escolheram outros lavradores, o que indica significativa tendência de tentar reforçar os laços comunitários, frequentemente voltado para famílias idênticas ou um pouco mais afortunadas. O reforço dos vínculos familiares e de vizinhança evidenciam a importância dos laços de solidariedade para a reprodução social local, uma característica típica de comunidades camponesas.

Os lavradores-criadores foram escolhidos em menor frequência, enquanto os negociantes estão vinculados a metade dos casais, cujo valor é um pouco superior ao de familiares. Se contabilizados juntos comerciantes e criadores-lavradores, teremos 7 a cada dez casais com vínculos com pessoas consideradas da elite econômica, seja agrária, seja comercial. A maioria das famílias analisadas, portanto, terminou por se vincular a alguém de mais alto *status* social e econômico. No entanto, considerados como conjunto, as diferentes famílias efetuavam escolhas bastante diversificadas e, portanto, tencionavam fortalecer os vínculos pertinentes a diferentes espaços sociais, fossem os familiares, comunitários ou junto aos grupos mais poderosos.

Vejamos alguns casos. Dentre as escolhas do casal José Ribeiro da Cunha e sua esposa Isabel Perpétua de Jesus, ela filha de um lavrador remediado mais pobre, estão um tio materno e solteiro do batizado, um comerciante e um lavrador remediado. Outro casal, formado por dois descendentes de lavradores remediados da localidade, José Silveira Coelho e sua esposa Francisca de Jesus, vincularam-se espiritualmente à família de um comerciante, à de um lavrador rico, à de um lavrador-criador (que possui o mesmo sobrenome do pai de José Silveira) e, também, junto ao tio e ao avô das crianças batizadas. Em menos de dez anos, ambos os casais reforçaram suas vinculações em diferentes espaços sociais e, em todos, havia certa orientação no sentido de se buscar padrinhos em nível idêntico ou superior ao próprio. Inclusive na família ou na comunidade.

Feita a análise daqueles que escolhiam, analisaremos os que foram escolhidos. Na tabela seguinte, apresentaremos algumas medidas de tendência central do grau de entrada, isto é, o número de laços que cada padrinho ou madrinha aceitou. O que será contabilizado é o número de vínculos criados entre famílias e indivíduos diferentes, independentemente da quantidade de convites repetidos. Junto ao valor total, serão apresentadas as medidas de tendência central relativas a cada setor produtivo rural ou ocupação.

Tabela 33 - Medidas de tendência central relativas ao grau de entrada gerados por vínculos de compadrio, conforme ocupação ou classificação econômica rural em Porto Alegre e Viamão, 1781-1790

	Média	Mediana	Desvio-padrão	Coefficiente de variação	Total de vínculos
Negociante	4,9	4	4,5	92,0	181
Militar	2,7	1	2,7	99,2	35
Padre, licenciado ou doutor	2,7	2	2,3	87,1	32
Lavrador-criador	2,8	2	2,9	102,0	144
Lavrador rico	2,6	2	1,7	63,2	58
Lavrador remediado mais rico	2,0	1	1,4	67,7	59
Lavrador remediado mais pobre	2,0	1	1,7	84,3	77
Lavrador pobre	1,7	1	1,1	66,3	20
Não proprietário	1,2	1	0,4	33,3	12
Geral	1,9	1	2,1	110,0	949

Obs.: coeficiente de centralização: 9,6%

Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

O grupo com o maior grau de entrada, como já esperado, é o dos negociantes, cujo número mediano é de 4 vínculos. Um resultado que precisa ser debatido é a semelhança dos valores pertinentes a lavradores-criadores e a lavradores ricos. O número mediano é idêntico (2) e o números médios têm pequena diferença entre si (apenas 0,2). Ainda que os lavradores-criadores tivessem um comportamento socialmente mais fechado na hora de escolher compadres, como vimos anteriormente, os lavradores ricos foram bastante procurados por outros produtores rurais, o que explica o número mediano de laços tão elevado quanto o do grupo anterior. Os demais lavradores têm número mediano de apenas de apenas um vínculo. A partir destes dados, podemos concluir que os comerciantes eram considerados como o grupo de maior prestígio na região.

Os lavradores-criadores representavam o mais destacado grupo econômico rural das duas freguesias estudadas e chama atenção o fato de possuírem a mesma mediana de laços que os lavradores ricos. Apesar de não ser estranha a ideia de que os lavradores ricos fossem bastante requisitados, nossa expectativa era de que este setor não conseguiria competir com os mais afortunados produtores da região. Para tentar resolver esta questão, analisaremos as medidas de tendência central do conjunto de convites efetuados exclusivamente por lavradores e por não proprietários de terras. Ao todo, somam-se 998 convites aceitos, direcionados a 364 famílias. Esta operação é a de contabilizar o peso das arestas, isto é, a quantidade de convites feitos, e não apenas os vínculos criados. Se uma família convidou o mesmo indivíduo 3 vezes, desta vez será considerado o número de convites realizados (no caso, 3). Além das medidas de tendência central gerados, analisaremos os dados dos

lavradores-criadores e negociantes que receberam o convite, os quais serão divididos entre detentores e não detentores de patentes. Nosso objetivo é ver com que intensidade estes grupos da elite eram recrutados como padrinhos pelos lavradores e moradores da área rural não proprietários de terras.

Tabela 34 - Medidas de tendência central relativas ao peso de arestas gerados por convites de compadrio e comadrio feitos por lavradores e por não proprietários de terras, área rural de Porto Alegre e Viamão, 1781-1790

Medida	Todos	Lavrador-criador com patente	Lavrador - criador sem patente	Negociante com patente	Negociante sem patente
Média	2,5	5,0	3,2	7,3	5,3
Mediana	2	4	2	5	4
Moda	1	4	2	2	2
Desvio padrão	2,8	3,7	2,8	7,6	4,6
Intervalo	22	11	14	21	18
Mínimo	1	2	1	2	1
Máximo	23	13	15	23	19
Soma	998	35	79	51	111
Contagem	395	7	25	7	21
Coefficiente de variação (%)	109,3	74,8	87,5	103,8	88,0

Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMFA.

O conjunto dos vínculos formados por padrinhos e madrinhas que aceitaram convites oferecidos por lavradores e os casais filhos destes, bem como por não proprietários de terras, apresenta um número mediano de 2 convites recebidos por família ou indivíduo, com número modal de 1. Isto é, metade das famílias de padrinhos e madrinhas recebeu, no máximo, dois convites, o que indica ampla dispersão das escolhas. Lavradores-criadores e negociantes, entretanto, tendem a concentrar mais convites, pois apresentam uma mediana de 3 convites e o número de convites mais frequente foi de 2.

Ao analisarmos separadamente lavradores-criadores e comerciantes, distribuindo-os internamente entre detentores de patentes e não detentores, conseguimos delinear melhor as tendências de escolha envolvendo ambos setores. A mediana de convites aceitos por lavradores-criadores com patente era duas vezes superior ao daqueles que não as possuíam. Ainda que o fator econômico pese a favor dos lavradores-criadores, o papel político dos mesmos parece ter sido decisivo para que o grupo fosse considerado prestigioso. Os negociantes com patente possuíam uma mediana maior, mas apenas um ponto superior frente dos seus colegas que não possuíam. Os valores de tendência central dos comerciantes são

maiores que os dos lavradores-criadores, inclusive os maiores recebedores pertencem àquele grupo. A escolha de membros de famílias de ambas as ocupações, portanto, não se deve apenas a aspectos econômicos como, também, à busca de um recurso político.

Os comerciantes não apenas vendiam fazendas e escravos ou arrematavam contratos reais, mas também eram responsáveis pela governança local. Dentre os comerciantes referidos, vários foram membros da câmara municipal e alguns deles, como Antônio José Martins Bastos, Antônio Rodrigues Guimarães e Manuel Bento da Rocha foram capitães e, o último, capitão-mor de Ordenanças. Faziam parte não apenas do topo da elite econômica, como também do topo da elite política regional³⁵⁹.

Alguns membros da elite, portanto, tinham sua autoridade temporal – conferida pela participação na câmara ou posse de cargo de ordenança – transformada e reforçada ao se tornarem pais espirituais de filho e netos dos produtores locais³⁶⁰. Os laços espirituais não apenas eram superiores, por serem sagrados e eternos, como não contradiziam as hierarquias estabelecidas. Ao mesmo tempo, os lavradores, especialmente os mais afortunados dentre eles, tinham compadres seus atuando na câmara e garantido a ordem social. As elites necessitavam do reconhecimento do seu poder graças à possível lealdade de compadres e comadres pertencentes a laboriosas famílias (muitas delas escravistas) e oferecia uma oportunidade aos últimos de terem algum nível de comunicação junto às instituições de poder. Reforçaria para os últimos, também, sua autoridade diante de agregados e escravos. Na região de Viamão e Porto Alegre, portanto, os comerciantes ocupavam tanto o papel de elite econômica (como demonstrou Osório para todo o Rio Grande de São Pedro) e política (como demonstrou Comissoli a respeito dos cargos ocupados na Câmara de Porto Alegre) como possuíam forte ascendência sobre as populações locais.

No tópico anterior, constatamos a existência de dois sistemas clientelares em Porto Alegre, um chefiado por comerciantes e, outro, por lavradores-criadores e criadores, a elite rural. As famílias de lavradores vinculavam-se a um ou outro destes grupos, em grande medida, motivadas por questões materiais bastante imediatas, as quais delineavam o contexto das rotinas de trabalho e das decisões racionais a serem tomadas. Os dados levantados nesse tópico adicionam alguns elementos importantes para caracterizar semelhante quadro social.

A partir do contexto relacional de casais que geraram muitos filhos, podemos

³⁵⁹ COMISSOLI, GIL, *Camaristas e potentados...*, *op. cit.*

³⁶⁰ GUDEMAN, *op. cit.*

concluir que o batismo dos bebês propiciava a diversificação dos vínculos sociais e familiares, destinando os próprios filhos aos cuidados de parentes, de vizinhos agricultores, de lavradores-criadores possuidores de médias e grandes extensões fundiárias, bem como negociantes locais. Quando uma prole numerosa o permitia, o compadrio e a apadrinhamento tornavam-se mecanismos multifuncionais destinados a reforçar a posição dos casais nas famílias de origem, na comunidade e junto aos setores detentores de recursos escassos, fossem eles naturais, econômicos ou políticos.

Por certo o compadrio apresentava um caráter vertical, de modo a tornar bastante regular a criação de laços junto a famílias ou indivíduos detentores de muitos recursos. Mas a escolha por madrinhas e padrinhos afortunados estava associado a escolha de parentes e vizinhos lavradores com condições, no mínimo, idêntico a dos próprios pais. Tal situação evidencia não apenas a complexa trama que algumas famílias poderiam estar envolvidas, como apontam os dilemas referentes a manipulação dos laços sociais, pois os casais viam-se na contingência de ter que escolher a cada batismo – sem saber se teriam outros filhos no futuro – quais vínculos seriam reforçados. Ao fim e ao cabo, os laços horizontais e verticais revelaram-se, ambos, fontes importantes de recursos e sua concomitância era racional no interior de cada uma das famílias que os criavam. Neste sentido, a hipótese de Wolf e Mintz, relativa à plasticidade do compadrio e sua adaptabilidade para diferentes situações sociais, vê-se confirmada para o caso de Porto Alegre e Viamão³⁶¹.

Se os vínculos de compadrio apontam para a existência de dois sistemas de clientela baseados em um fundo econômico, há um subsolo político mais profundo que perpassa ambos os sistemas. Na sociedade de Antigo Regime portuguesa, o lugar social dos indivíduos dependia do reconhecimento público, enquanto os espaços políticos institucionais eram acessíveis apenas a um grupo restrito de indivíduos e famílias. Por isso, especialmente entre os setores populares mais rústicos – como era o caso dos lavradores de Viamão e Porto Alegre – vincular-se a gente que não apenas concentrava recursos econômicos, como também recursos autoritários (materializados na ocupação de cargos da Câmara e nas Ordenanças) revelou-se fundamental. Este amplo movimento, por certo, significou o reforço da posição de antigas famílias de criadores como, também, a de comerciantes adventícios que “subiram na vida” atuando na região a partir do período da guerra de reconquista de Rio Grande.

³⁶¹ MINTZ; WOLF, *An Analysis of Ritual...*, *op. cit.*

No tópico anterior, nossa unidade de análise foi o casal de pais no contexto do próprio núcleo doméstico. Agora, alteraremos o ponto de observação e analisaremos a prática de escolha de compadres no interior da família extensa, opção metodológica que permitirá debater alguns problemas teóricos levantados na literatura sobre o tema. O primeiro problema é o debate entre Mintz e Wolf, os quais qualificaram o compadrio e o apadrinhamento como uma relação diádica, enquanto Gudeman afirmou que o compadrio é uma instituição que liga não indivíduos entre si, mas famílias. A segunda questão a ser levantada diz respeito à associação entre compadrio e parentesco, a qual Alfani qualifica como estéril a partir de estudos efetuados sobre a Itália do século XX. Sob determinado aspecto, a explicação de Gudeman não se afasta muito desta avaliação, pois enfatiza a ideia de que o compadrio funciona, principalmente, como um vínculo entre grupos familiares diferentes.

Ao tentar responder a ambos os problemas, defenderemos duas hipóteses, uma relativa a organização das famílias extensas e, outra, relativa a formação de vínculos de clientela. A primeira hipótese é a de que *o compadrio também foi empregado como mecanismo de organização da família extensa ou mesmo entre famílias extensas vinculados por alguma relação de afinidade, no sentido de estabelecer laços novos ou consagrar aqueles já existentes. Em síntese, o compadrio foi, em algumas situações, empregado como um instrumento da organização das famílias, internamente.* A segunda hipótese a ser defendida afirma que *as relações de clientela poderiam unir não apenas duas famílias de grupos sociais diferentes, como unir famílias extensas socialmente diferentes, ao longo de duas gerações, o que implica apontar a capacidade de reprodução das relações clientelares.*

O método empregado neste tópico é a análise de redes egocentradas, isto é, o conjunto de laços que partem de ou chegam em um casal, de modo a demonstrar seu entorno social. Nosso objetivo é tentar avaliar em que medida as escolhas efetuadas pelos filhos casados acompanhavam, ou não, os efetuados pelos próprios pais. Semelhante análise permitirá vislumbrar a dinâmica das vinculações sociais e sua reprodução através das gerações. Poderemos, também, refletir sobre os limites da noção de estratégia familiar pois, se as escolhas eram tomadas por casais, estes talvez também considerassem a posição e as vinculações de outros núcleos de suas famílias extensas para chegar às próprias decisões³⁶².

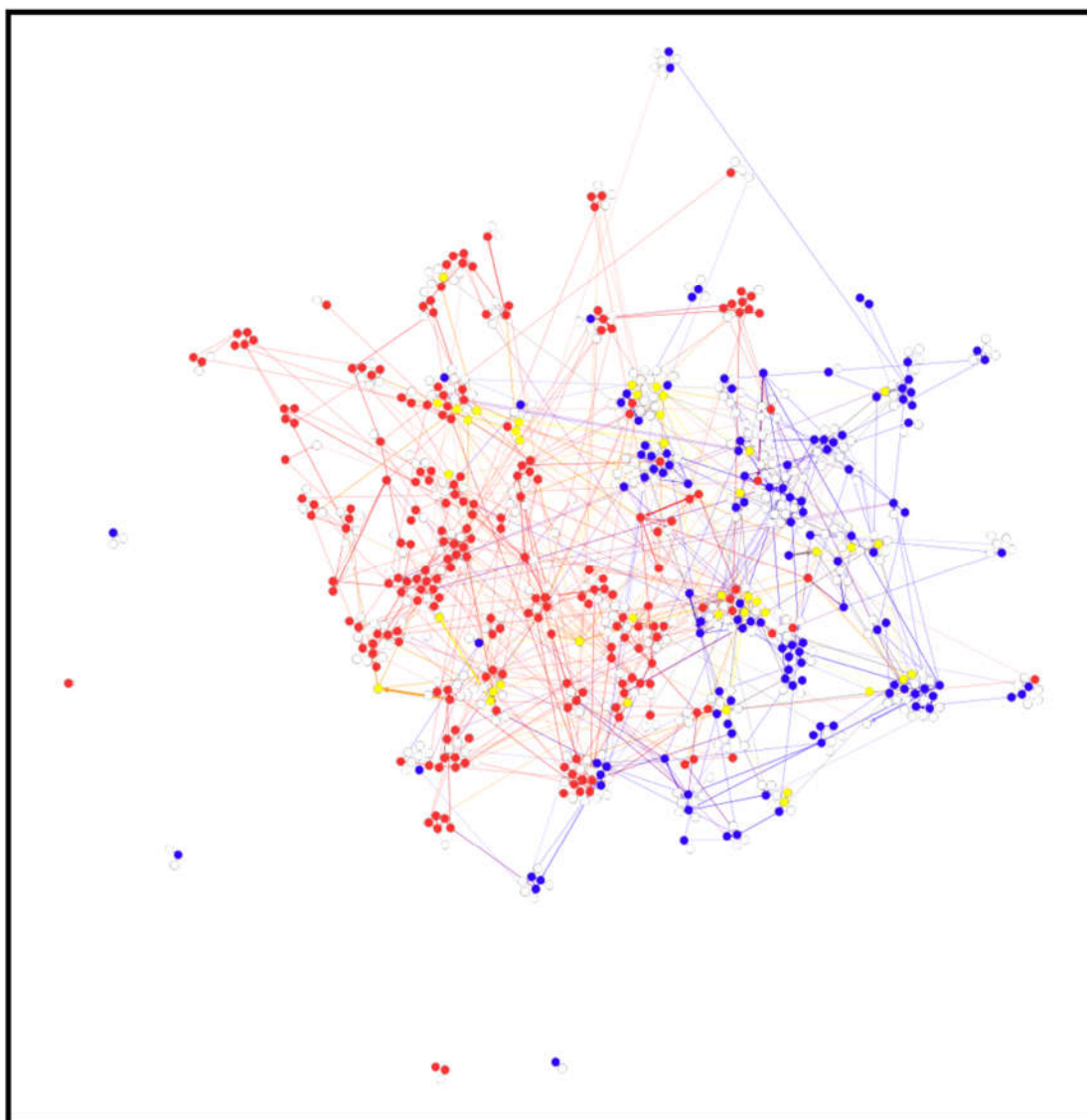
³⁶² Testa-se, neste sentido, a aplicabilidade do conceito de estratégia familiar proposto por Levi, que compreende não apenas os núcleos familiares como o conjunto das famílias não-co-residentes e aparentadas (LEVI, *A herança imaterial...*, *op. cit.*, p. 98s).

Antes de iniciar a análise das redes egocentradas, apresentaremos as redes formadas pelo conjunto dos laços.

O casamento e o compadrio, associados, eram instituições capazes de gerar forte vinculação social em pouco tempo, como demonstrou o trabalho de Jose Mateo³⁶³. No grafo seguinte, construído com o *software Gephi*, o conjunto famílias e indivíduos vinculados por laços consanguíneos (de pais para filhos casados) e espirituais (de pais dos bebês batizados para padrinhos e madrinhas) foi distribuída com uso do método *OpenOrd*, que organiza os vértices de acordo com seus *cluster*, e do filtro *K-Core* de um nível. Isto é, cada uma das famílias ou indivíduos foi aproximada daquelas com quem possuía relações mais fortes e foram excluídas as famílias ou indivíduos sem vínculos. Os domicílios de produtores de Viamão estão coloridos de vermelho e, os de Porto Alegre, de azul. Os comerciantes foram coloridos de amarelo. De cor branca, estão os indivíduos não identificados.

³⁶³ MATEO, *Población, parentesco...*, *op. cit.*

Diagrama 1 - Vínculos de compadrio e de filiação estabelecidos por famílias de produtores rurais em Porto Alegre (azul) e Viamão (vermelho), 1781-1790



Legenda:

azul: produtores rurais moradores de Porto Alegre;

vermelho: produtores rurais moradores de Viamão;

amarelo: comerciantes;

cor branca: demais envolvidos.

Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

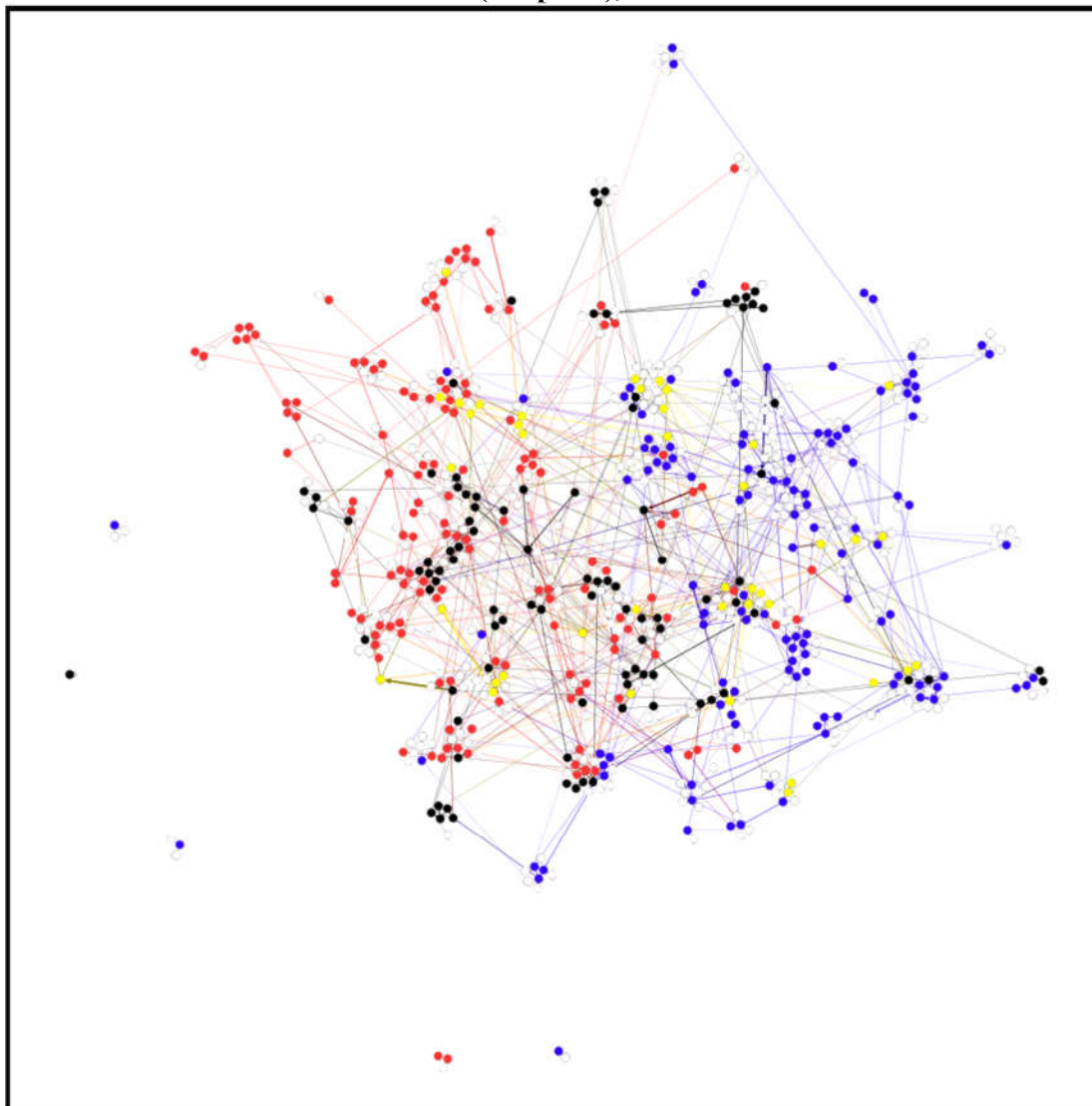
A distribuição topológica dos nós evidencia uma divisão entre os domicílios de Viamão, de um lado, e os de Porto Alegre, de outro. A proximidade era um fator importante na hora de se escolher os parentes espirituais, de modo a demonstrar como as relações vicinais eram fundamentais neste espaço, resultado que converge com as análises de Bruna Sirtori e Tiago Gil sobre o mesmo conjunto documental ora analisado, bem como de Luis

Farinatti e Marcelo Matheus sobre o Alegrete³⁶⁴. Além disso, constata-se que a atuação espiritual dos comerciantes também era espacialmente delimitada. Um grupo de comerciantes batizou em Porto Alegre e, outro, em Viamão. Ora, ao considerar que as relações de compadrio se associam a outros tipos de vínculos, os dados sugerem que a atuação econômica da maioria dos comerciantes deveria ser social e espacialmente restrita. Mas não completamente, por certo, já que alguns destes comerciantes vinculavam-se a produtores de ambas as localidades.

O grafo seguinte é idêntico ao anterior, com a única diferença de os lavradores-criadores estarem coloridos pela cor preta, os quais, em sua maioria, encontravam-se próximos dos outros produtores de Viamão. A leitura do diagrama permite avaliar que havia comunidades diferentes em Porto Alegre e Viamão. Em Viamão, era mais frequente a vinculação de lavradores junto a criadores ou lavradores-criadores, ainda que se perceba pelo menos dois *clusters* e algumas famílias de lavradores-criadores vinculadas com gente de Porto Alegre. Além disso, constata-se que os produtores das duas localidades, como regra, estavam afastados geográfica e socialmente, ainda que existissem espaços de aproximação.

³⁶⁴ SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPR, 2011; FARINATTI, Luis; MATHEUS, Marcelo. história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Varia história*, 2017, vol.33, n.63, pp.707-743.

Diagrama 2 - Vínculos de compadrio e de filiação estabelecidos por famílias de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, com ênfase para lavradores-criadores e criadores (cor preta), 1781-1790



Legenda:

azul: produtores rurais moradores de Porto Alegre;

vermelho: produtores rurais moradores de Viamão;

amarelo: comerciantes;

cor branca: demais envolvidos;

cor preta: lavradores-criadores e criadores.

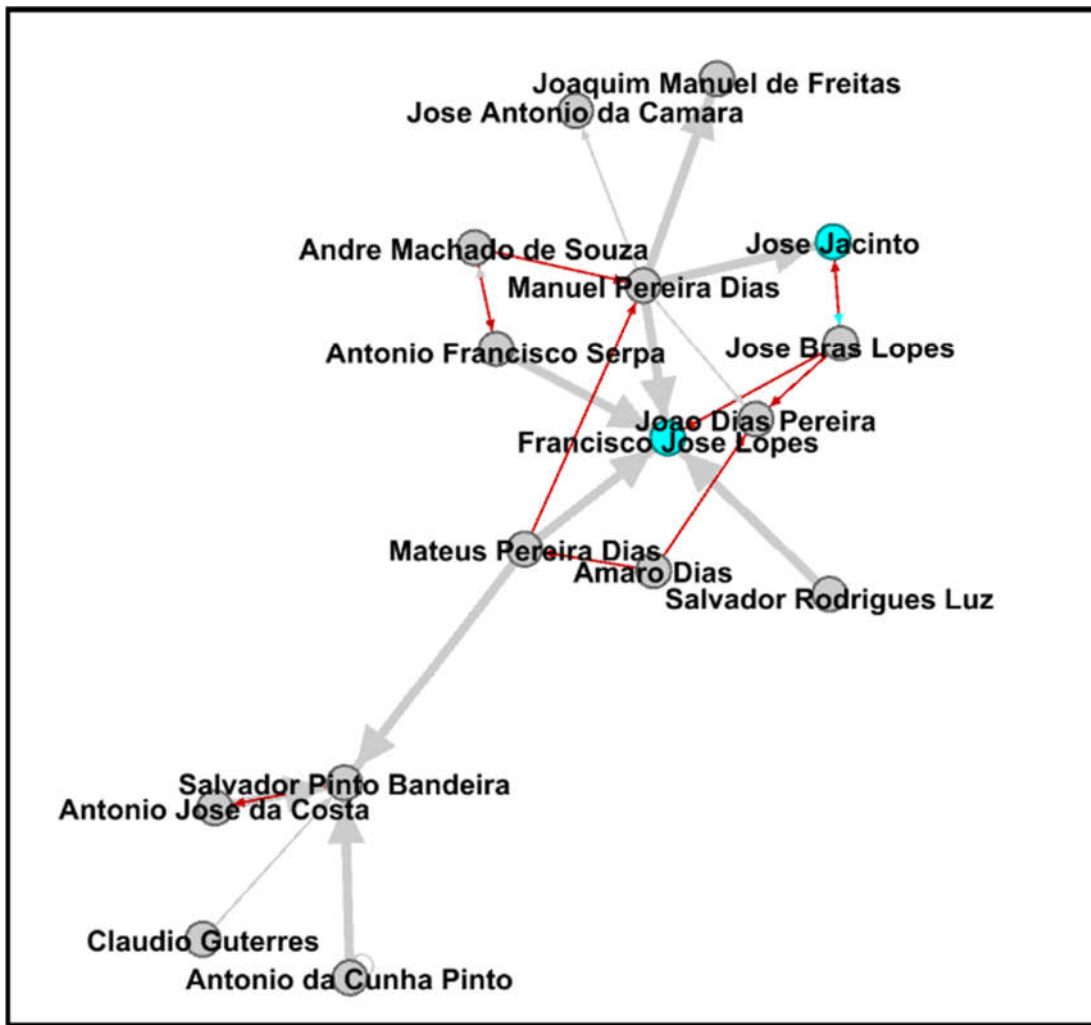
Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Nos próximos parágrafos, iniciaremos a análise das redes egocentradas com o objetivo de refletir sobre as estratégias de escolhas de compadres e comadres no interior das famílias extensas. Contamos com quatro casos, de famílias de Porto Alegre e Viamão. Os nós serão coloridos para indicar informações pertinentes, particularmente a ocupação profissional. As arestas (linhas) vermelhas representam relação de filiação (originada do pai

para o filho) e, as de cor preta ou cinza, compadrio (do pai da criança para o padrinho).

Os mecanismos acionados através do compadrio no interior da família extensa e suas implicações podem ser vislumbrados nas escolhas de compadres do casal formado por Mateus Pereira Dias e sua esposa Maria Rodrigues Moreira, como demonstrado no próximo diagrama. Um irmão de Mateus Pereira, de nome João Dias Pereira, casou-se com filha do já falecido José Brás Lopes e da viúva Catarina Machado, casal pertencente a uma das famílias mais importantes região. Mateus Pereira e esposa escolheram como casais de compadres um dos cunhados do irmão, filho do rico estancieiro. Neste caso, o casal parece ter tido o objetivo aproveitar o parentesco criado pelo irmão e reforçou a vinculação entre as duas famílias extensas diferentes e desiguais. Interessa observar que a escolha efetuada por Mateus Pereira foi reproduzida e ampliada por seu filho Manuel Pereira Dias e sua esposa Maria Joaquina de Jesus. O casal escolheu como compadre não apenas o tio bem casado (João Dias), como os cunhados deste, seguindo o exemplo do próprio pai.

Diagrama 3 - Vínculos de parentesco e compadrio envolvendo o casal Mateus Pereira Dias e Maria Rodrigues Moreira, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Legenda:

Arestas cinzas: compadrio.

Arestas vermelhas: filiação.

Nós azuis claro: cunhados do tio de Manuel Pereira Dias.

Obs.: a posição de alguns nós foi levemente alterada para facilitar a visualização dos nomes dos respectivos nós.

Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMFA.

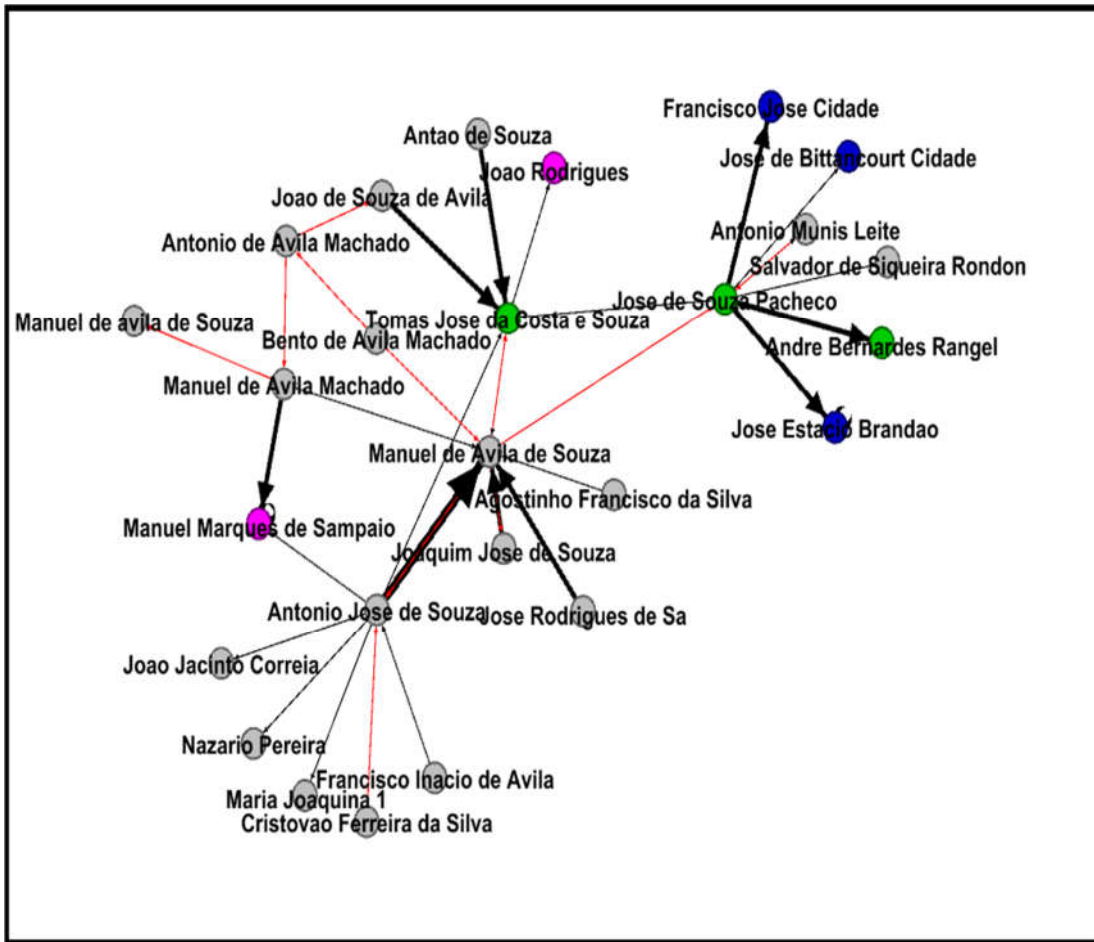
Onde antes havia relações de afinidade que vinculavam esposo-sogros, esposa-sogros, esposo-cunhados e esposa-cunhados, foram criados vínculos espirituais que ligaram o irmão e o sobrinho de João Dias Pereira aos cunhados deste último. Neste caso, com alguma segurança, podemos afirmar que a estratégia familiar pode compreender uma série de decisões tomadas por parentes, reproduzidas de uma geração a outra. Matrimônio e compadrio, neste caso, permitiram a aproximação entre duas gerações de uma família extensa de açorianos a núcleos de uma família extensa de estancieiros oriundos de Laguna.

A relação de compadrio ora analisada não pode ser considerada uma relação diádica pois envolve núcleos familiares pertencentes a dois grupos parentais distintos. Neste caso, portanto, o emprego do compadrio para aproximar parentes faz sentido do ponto de vista da organização da família extensa.

No próximo diagrama apresenta-se a rede egocentrada em dois níveis dos lavradores ricos Manuel de Ávila de Souza e Catarina Isabel, um casal açoriano que fora agregado de um dos primeiros estancieiros de Viamão. O casal tornou-se compadre deste estancieiro sem filhos, o qual, ao falecer, destinou a maior parte da sua terra ao casal, a alguns filhos e ao irmão de Manuel de Ávila (Antônio de Ávila)³⁶⁵.

³⁶⁵ GOMES, Luciano. Estrutura Agrária, Redes Familiares e Reprodução Social no Agro de Porto Alegre: 1769 – 1797. *Ciências Humanas e sociais em Revista*, vol. 32, n. 2, 2012, p. 57-71, aqui, p. 59; FORTES, João. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001, p. 62.

Diagrama 4 - Vínculos de parentesco e compadrio envolvendo o casal Manuel de Ávila de Souza e Catarina Isabel, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Legenda:

Nós de cor azul: comerciante;

Nós de cor verde: lavrador-criador;

Nós de cor rosa: padre ou licenciado;

Aresta vermelha: filiação;

Aresta de cor preta: compadrio.

Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

A família de Manuel de Ávila representa o mais bem-sucedido exemplo de vinculação clientelar entre casal açoriano sem terras com a primeira geração de latifundiários de Viamão. No *rol de confessados de Viamão de 1757*, Manuel, a esposa Catarina Isabel e filhos aparecem no interior do domicílio do estancieiro Sebastião Francisco Chaves³⁶⁶. No *rol de confessados de Porto Alegre de 1780*, Manuel e Catarina aparecem como chefes de um domicílio com três filhos e oito cativos com 11 anos ou mais³⁶⁷. O tamanho verdadeiro de sua escravaria está subregistrada neste caso, pois os menores de dez anos, filhos de suas

³⁶⁶ *Rol de confessados de Viamão de 1757*, AHCMPA.

³⁶⁷ *Rol de confessados de Porto Alegre de 1780*, AHCMPA.

cativas e cativos, não foram contabilizados. Manuel de Ávila de Souza, de agregado sem cativos, tornou-se dono de significativa extensão de terras e proprietário de uma das maiores escravarias da região.

Observaremos, agora, as escolhas do filho de Manuel de Ávila, José de Souza Pacheco, casado com Maria Teresa de Oliveira, filha de outro lavrador rico. O casal escolheu um lavrador e criador como compadre, filho de uma das primeiras famílias de estancieiros. Se isso pode representar a reprodução da estratégia paterna, as demais escolhas indicam uma mudança de comportamento, pois o casal escolheu três comerciantes como compadres, dois deles provavelmente parentes: Francisco José Cidade, José Bittencourt Cidade e José Estácio Brandão. Se a vinculação mais importante estabelecida por Manuel de Ávila foi com estancieiro, seu filho reproduziu o comportamento, mas diversificou as escolhas a ponto de o grupo do qual mais obteve compadres ter se tornado o dos negociantes. Este segmento da família optou, portanto, por adequar-se aos novos tempos e fortalecer os vínculos com membros da elite adventícia.

José de Souza Pacheco, filho de Manuel de Ávila, e sua esposa decidiram estender a maioria dos vínculos parentais para fora da família, decisão que contrasta com a de seus primos. Os filhos de Antônio de Ávila Machado (João de Souza de Ávila e Manuel de Ávila Machado) escolheram um tio rico e o filho deste como compadres preferenciais. A vinculação do sobrinho com o tio parece ter sido tão intensa que um dos filhos daquele herdou o nome e o sobrenome do tio, tornando-os homônimos (ambos tem o nome de Manuel de Ávila de Souza)z.

No interior de uma ampla família extensa, diferentes estratégias foram cultivadas, acionadas e acessíveis de acordo com a posição dos núcleos na parentela e com o patrimônio individualmente obtido. José de Souza Pacheco, filho de lavrador rico, era ele próprio um lavrador, recebera como doação $\frac{3}{4}$ de légua em quadra de terras (2450 ha) e possuía cerca de 300 cabeças de animais. José de Souza e esposa escolheram três compadres comerciantes. De forma diversa, seus primos, um deles sem patrimônio identificado e, outro, dono de um terreno comprado e de pouco mais de uma centena de animais, empregaram parte de suas oportunidades de escolha de compadres junto à família do tio rico. As desigualdades marcavam não só a sociedade, como cada uma das famílias extensas, de modo que cada núcleo podia e precisava empregar ações condizentes com suas demandas particulares.

Pode-se fazer uma última observação a partir dos vínculos estabelecidos pela família de Manuel de Ávila. Uma parte importante dos envolvidos no diagrama anterior eram açorianos, seus filhos nascidos ou nos Açores ou nas Américas, e comerciantes portugueses

metropolitanos. Todos compartilhavam uma nação comum, a portuguesa, eram brancos em uma terra cheia de africanos, indígenas e seus descendentes, falavam o português enquanto língua nativa e era senhores de escravos. Havia, portanto, uma série de elementos que poderia criar uma identidade entre lavradores e comerciantes, tal como ocorreu entre a elite de Llanos e diferentes setores subalternos a quem ela se ligou de forma clientelar, fenômeno estudado por Ariel de la Fuente³⁶⁸, apresentado em um dos tópicos anteriores.

Partirmos para o teste da segunda hipótese deste tópico, as quais envolvem, num primeiro momento, interações entre famílias de lavradores pobres com uma família de grandes criadores e, posteriormente, entre lavradores remediados mais ricos com comerciantes.

A dona Catarina de Lima foi a madrinha que mais batizou afilhados na década de 1780: um total de 23, que consolidaram 19 laços. Catarina de Lima fora esposa do tropeiro João Diniz Alvares, que recebera a sesmaria do Rincão dos Palmares, em 1758, mas ocupada na década de 1730. Após o falecimento deste, a viúva casou-se com o capitão José Antônio de Vasconcelos, proprietário da Fazenda da Boa Vista e do Rincão do Capivari. Palmares do Sul e Capivari do Sul são os nomes de duas cidades vizinhas atuais, localizadas a leste de Viamão, fato que dá a dimensão da propriedade fundiária de Catarina de Lima. Seu filho, nascido no primeiro casamento, ordenara-se padre e tornara-se vigário de Viamão. O vigário João Diniz de Alvares é o primeiro alistado da Relação de Moradores de Viamão, possuidor das três fazendas e de mais de mil cabeça de reses. Mãe e filho eram os mais ricos produtores rurais da região³⁶⁹. No diagrama abaixo, apresentam-se os vínculos de comadrio e compadrio estabelecidos pela família.

³⁶⁸ FUENTE, Ariel de la. *Los hijos de Facundo...*, op. cit.

³⁶⁹ FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001, p. 55s; *Relação de moradores de Viamão, 1784-5*, Códice 104, ANRJ.

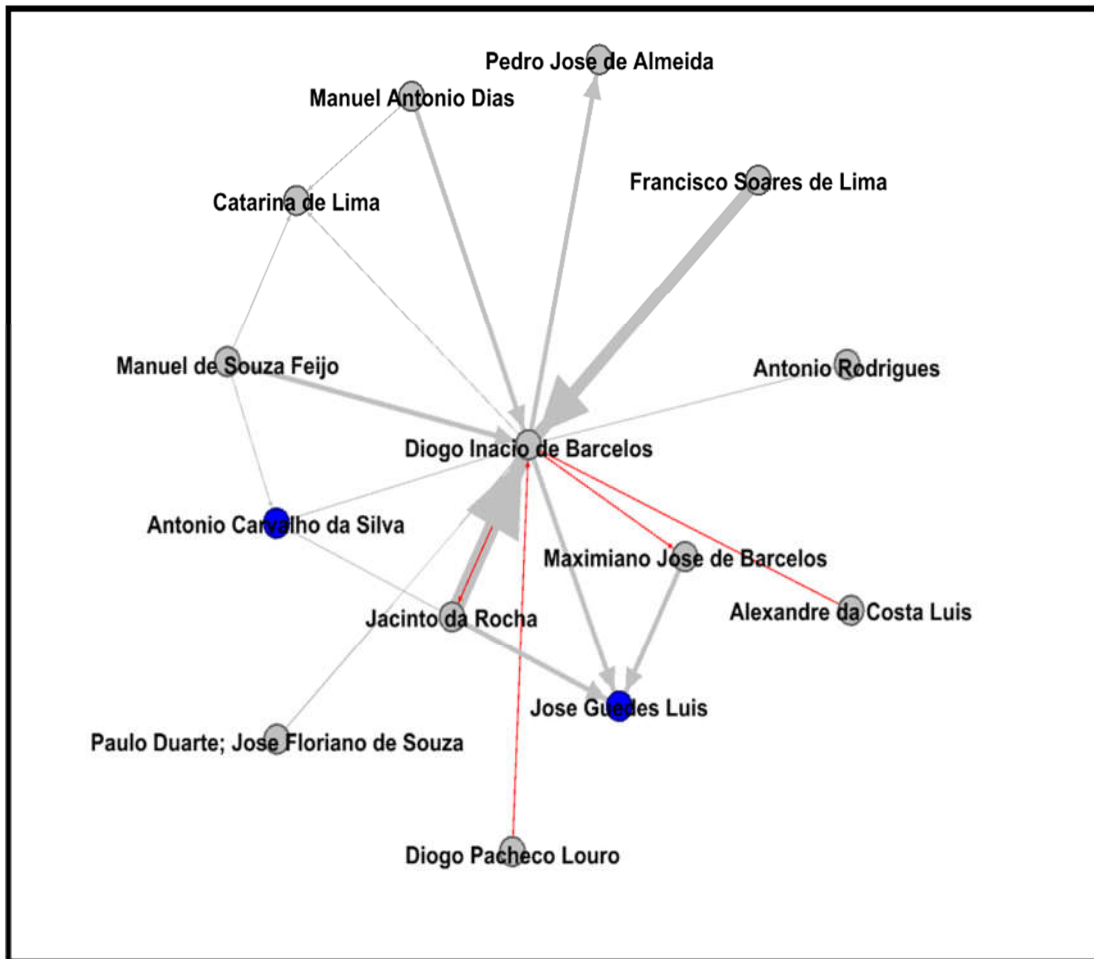
filhos casados (Alexandre José Dias e Manuel Antônio Dias, dois lavradores pobres) não apenas repetiram a escolha do pai, como também convidaram o filho de Catarina, o padre João Diniz, como compadre. A reprodução geracional dos vínculos de compadrio efetuou-se não apenas do lado daqueles que convidaram como contemplou a segunda geração da família do padrinho.

Uma informação presente no inventário da esposa de Antônio Garcia dos Santos, aberto em 1793, reforça a análise precedente. Um dos terrenos possuídos pela família fora comprado com dinheiro dado por esmola por dona Catarina de Lima a sua afilhada, Joana. A análise deste caso revela uma verdadeira relação de clientela: núcleos de uma família extensa criam vínculos verticais estreitos com uma família infinitamente mais rica e viram-se ajudados materialmente para reproduzir a própria família³⁷⁰.

Dentre os compadres de Catarina de Lima, encontramos o lavrador remediado mais rico Diogo Inácio de Barcelos e sua esposa Ana Felícia do Nascimento, lavradores remediados mais ricos, filhos de lavradores ricos. Este fato indica que a inexistência de vínculos de compadrio de lavradores ricos junto a lavradores-criadores (visto num dos tópicos anteriores) não significa o afastamento entre os dois grupos. Em realidade, existia vinculação, mas tendia a ser indireta, por meio dos filhos dos lavradores ricos. No grafo seguinte, será apresentado o conjunto dos vínculos que se criaram ao redor do casal chefiado por Diogo Inácio e Ana Felícia.

³⁷⁰ O estudo da Fazenda Boa Vista e da família de dona Catarina, incluindo os bens doados em testamento, encontra-se em ORTIZ, Vitor. *As sesmarias da Fazenda Boa Vista. Terra e herança nos campos de Viamão (1735-1813)*. Porto Alegre: Dept. História/UFRGS, 2018.

Diagrama 6 - Vínculos de parentesco e compadrio envolvendo o casal Diogo Inácio de Barcelos e Ana Felícia do Nascimento, Porto Alegre e Viamão, 1781-1790



Legenda:

Nós azuis: comerciantes.

Arestas vermelhas: filiação.

Arestas cinzas: compadrio.

Obs.: a posição de alguns nós foi levemente alterada para facilitar a visualização dos nomes dos respectivos nós.

Fontes: Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre; Terceiro e Quarto Livres de Batismos de Viamão, AHCMPA.

Se, de fato, o casal escolheu uma rica estancieira como comadre, também escolheram dois comerciantes durante a década de 1780, Antônio Carvalho da Silva e José Guedes Luís. O primeiro já havia participado de rituais de batismo de filhos do casal nos anos de 1772 e 1775. O mais interessante é observar as escolhas dos filhos casados. Além dos pais, ambos os comerciantes também foram escolhidos pelos casais Maximiano José de Barcelos e Perpétua Rosa e Jacinto da Rocha e Bernarda Joaquina, os quais convidaram os dois negociantes nos anos de 1786, 1789 e 1790. Maximiano e Bernarda são irmãos, filhos de Diogo Inácio e Ana Felícia. A vinculação parental, neste caso, foi reproduzida de uma geração para a outra. A vinculação entre os comerciantes, particularmente Antônio Carvalho,

era inegavelmente densa e intensa, possivelmente considerada como uma legítima relação de clientela e, ao mesmo tempo, deveria ter uma conotação parental³⁷¹.

Os pais e mães das crianças batizadas seguramente eram as responsáveis pelas escolhas dos padrinhos e madrinhas de seus filhos, sendo que estas escolhas se realizavam de modo a reforçar interações pretéritas nascidas a partir de rotinas sociais e de produção – condicionadas pela situação econômica das famílias – e, conforme vimos neste tópico, efetuavam-se no contexto social mais amplo da família extensa. Os casais poderiam não somente considerar as situações imediatas de seu núcleo doméstico, como também o contexto mais amplo da própria família extensa, o que resultaria em implicações sobre a própria organização familiar, bem como sobre os vínculos de clientela.

O compadrio e o apadrinhamento não eram laços utilizados pelos pequenos e médios produtores rurais apenas para ligar núcleos familiares domésticos com o entorno rural ou com autoridades, pois as duas instituições poderiam também servir para reordenar e reforçar as cadeias de vinculação no interior da família extensa ou para criar novas pontes entre famílias extensas aproximadas por relação parental de afinidade. Ambas as instituições também poderiam ser empregadas para reproduzir relações de clientela, quando os filhos herdavam, por assim dizer, os compadres dos pais, o que evidencia a reprodução das cadeias de hierarquia de uma geração para outra.

No entanto, mudanças ocorriam e poderiam estimular os filhos a tomarem decisões diferentes das efetuadas por seus pais, de modo a constituir e consolidar vinculações novas, de tipo emergente. A seleção de compadres e comadres no interior da família de Manuel de Ávila é um exemplo nesse sentido, pois as escolhas efetuadas pela geração mais jovem implicavam na reprodução social no sentido de transformação das estruturas.

Por fim, acreditamos que as informações deste tópico podem nos ajudar a pensar as cadeias hierárquicas que ligavam os produtores rurais com as elites econômicas da região. Os dois sistemas de clientela que detectamos por meio dos vínculos de compadrio não podem ser entendidos como estáticos, como dois agrupamentos sociais diferentes e apartados. Antes, constituem dois sistemas de relacionamento coexistentes no mesmo espaço social e, às vezes, no interior de algumas famílias. O que se percebe é associação de dois processos: um de redirecionamento das tendências de escolha de padrões que ocorrem nas famílias com

³⁷¹ Ver Terceiro Livro de Batismo de Viamão, folha 37v, batismo de Antônio, filho de Diogo Inácio de Barcelos e Ana Felícia, 14/02/1772; Primeiro Livro de Batismo de Porto Alegre, folha 16, batismo de Luis, filho de Diogo Inácio de Barcelos e Ana Felícia, 27/08/1775; Primeiro Livro de Batismo de Porto Alegre, folha 16, batismo de Antônio, filho de Diogo Inácio de Barcelos e Ana Felícia, 27/08/1775

maior capacidade de produção de excedentes comercializáveis e, outro, o de envelhecimento de uma geração e de amadurecimento da mais jovem. Portanto, a análise dos sistemas de clientela precisa considerar as transformações das condições materiais objetivas dos clientes (tanto no contexto dos núcleos domésticos como do próprio conjunto das famílias extensas) pois elas, em grande medida, delimitam o leque de ações disponíveis. O entendimento do contexto material das famílias e das transformações geracionais contribui para o entendimento da racionalidade presente em cada uma e no conjunto das escolhas de compadres efetuadas.

Conclusão

A freguesia de Viamão, fundada por famílias lagunistas que constituíram estâncias, sofreu uma transformação devido à criação da freguesia de Porto Alegre e à divisão de duas grandes propriedades, cujas parcelas foram distribuídas a mais de centena de famílias, no início da década de 1770. Doações e um processo lento e contínuo de compra e venda de terras, oriundas de datas ou sesmarias, criaram pelo menos dois grandes bolsões de pequenas e médias propriedades e uma série de outros terrenos de limitada extensão ilhados entre grandes fazendas. Comerciantes percorriam o território, algumas vezes como dizimistas que cobravam o que lhes era devido, outras para obter farinha de mandioca para entregar à Fazenda Real e, mais frequentemente, para vender fazendas, escravos e outros bens aos lavradores e obter como pagamento parte da colheita do trigo.

Houve lavradores que se tornaram ricos, ou quase isso, para os padrões locais. Dispunham de terra suficiente para abrigar alguns núcleos familiares além do próprio, criavam pequenos rebanhos e contavam com o trabalho de homens e mulheres escravizados. Outros lavradores, frequentemente mais jovens, eram pobres ou apenas remediados, dedicavam-se a colher o suficiente para a sobrevivência e deveriam produzir poucos excedentes comercializáveis. Alguns possuíam terrenos de tão limitada extensão que precisavam fazer uso de outras terras que não as próprias. Para aumentar os rendimentos, talvez se tornasse necessário virem a trabalhar como peões ou participar da colheita do trigo de vizinhos com maior produção.

As famílias viviam as mais variadas condições de vida, condicionadas que eram pelos recursos agrários possuídos, pela mão-de-obra disponível, pelas bocas improdutivas que precisavam ser alimentadas, pelo ciclo de vida individual e familiar e outros tantos fatores. O que foi possível perceber nesta pesquisa é o fato de que, quando consideradas em

agrupamentos delimitados de acordo com o nível de recursos detidos, tais setores apresentavam perfis de escolha de padrinhos e madrinhas assemelhados.

Nesta sociedade camponesa e pequeno escravagista, o contexto mais imediato dos recursos materiais condicionava as rotinas das famílias e, desta maneira, circunscrevia o leque de compadres e comadres disponíveis e razoáveis. Os lavradores ricos e os lavradores remediados mais ricos, dois grupos que apresentaram condições para produzir excedentes comercializáveis, empregaram muitos de seus convites à pia batismal para reforçar os vínculos com negociantes. Os lavradores mais pobres, bem como os não proprietários fundiários, convidaram lavradores-criadores com maior frequência. A escolha de compadres e comadres parece acompanhar as relações mais importantes para as economias domésticas, de modo que os vínculos espirituais criados no batismo transformam e fortalecem interações sociais mais antigas por meio das quais se obtinha acesso aos mercados, a fontes de água e matos, emprego temporário, à terra extra para criar gado e outros bens agrários importantes.

Cada um dos grupos de lavradores não estabeleceu vínculos de tipo exclusivo, mas preferencial. Isto é, os lavradores pobres preferiam escolher lavradores-criadores como padrinhos e madrinhas, mas os comerciantes também foram convidados com frequência, por exemplo. Demonstra-se o caráter relativamente aberto desta comunidade de homens e mulheres livres com variados graus de autonomia produtiva, pois não havia um fechamento social em relação aos grupos que concentravam recursos. As escolhas efetuadas apresentavam as tendências preferências em virtude da racionalidade própria das economias domésticas de cada família. Em alguns casos, observou-se uma mudança geracional das escolhas efetuadas, com pais vinculados a grandes criadores tendo filhos casados optando por reforçar seus vínculos com a elite mercantil adventícia.

Os lavradores-criadores, as famílias que concentravam a maior parte dos recursos agrários da região, formavam um grupo marcado por heterogeneidade. Possuíam em comum o fato de deter muita terra ou animais, mas uma parte deste setor era formado por famílias que possuíam a mesma origem de outros lavradores, com a diferença de terem conseguido amedidar maior fortuna ao longo de suas vidas. O caso de Manuel de Ávila e sua família extensa é um bom exemplo disso. Tal situação explica porque lavradores ricos e lavradores-criadores possuíam a mesma mediana de convites recebidos. No entanto, havia um conjunto menor de lavradores-criadores que conformavam um grupo de agentes sociais destacados por fatores políticos.

Havia famílias de descendentes dos povoadores lagunistas ou de refugiados da Colônia do Sacramento que possuíam acesso aos cargos institucionais de poder, por meio

dos quais somavam importante acréscimo de capital político aos recursos econômicos detidos. Como vimos, os lavradores-criadores ou criadores que mais concentravam convites eram que possuíam patentes de Ordenança. Uma das madrinhas mais requisitadas era a dona Catarina de Lima, a maior proprietária fundiária da região e que também contava com o poder institucional do filho, o vigário João Diniz.

No entanto, a categoria que mais se destacou na pia batismal entre os lavradores foram os comerciantes, que conseguiam concentrar maior quantidade de convites. Parte destes comerciantes participava do comando político da região, pois ocupavam cargos da Câmara e postos de Ordenanças. Era um grupo realmente novo, que não dispunha do prestígio de antiguidade, como argumentam Adriano Comissoli e Tiago Gil³⁷². Não conformavam, por certo, um sistema de prestígio baseado na linhagem, que significasse servilismo e um sentimento de inferioridade por parte de seus subordinados, compadres e afilhados³⁷³. Mas eles possuíam, sim, um prestígio, baseado no poder econômico, no político e nos muitos anos de vinculação junto aos lavradores. Lembramos, como descrevemos no terceiro capítulo, que os comerciantes participaram da guerra vendendo farinha de mandioca, parte desta obtida, seguramente, junto aos lavradores de Viamão e Porto Alegre. Eles precisavam deste prestígio para consolidar e reproduzir tais vínculos junto aos lavradores, inclusive no sentido de evitar a perda de seus clientes para outros comerciantes.

A partir do estudo do compadrio, concluímos que havia dois sistemas de clientela em Porto Alegre e Viamão, em fins do século XVIII, os quais estavam conectados entre si. O compadrio, com bastante frequência, ligava famílias de grupos com diferentes recursos possuídos, caracterizando-se tais vínculos como verticais. Nem os lavradores, nem os grupos que concentravam recursos mais escassos eram homogêneos. Uma parte dos lavradores era mais dependente dos vínculos comerciais e, outra, de recursos rurais de terceiros. Muitos, por fim, dependiam de ambas as fontes de recursos. Os grupos superiores, no mínimo, eram formados por comerciantes e grandes proprietários rurais. No entanto, uma parte destes grandes produtores rurais não se diferenciava significativamente de seus compadres e afilhados mais pobres, enquanto outros pertenciam aos grupos de comando da localidade e, seguramente, eram capazes de oferecer um apoio político ou jurídico aos seus protegidos.

³⁷² COMISSOLI, GIL, *Camaristas e potentados...*, *op. cit.*

³⁷³ MILLS, *A elite do poder...*, *op. cit.*, p. 66.

Capítulo 5: Herança e sucessão entre os produtores rurais de Porto Alegre e Viamão

Neste capítulo, abordaremos os processos de transmissão da herança e de sucessão entre produtores rurais de Porto Alegre e Viamão, entre 1781 e 1794. Serão analisadas as experiências vividas por algumas dezenas de famílias, as quais ocorreram em um universo jurídico que obrigava à divisão igualitária. Nossa preocupação é a de entender as estratégias empregadas pelos muitos agentes envolvidos e, quando possível, suas motivações. Como defende Giovanni Levi, a análise da estratificação social não pode se restringir ao estudo da posse de bens materiais, pois é o conjunto de estratégias disponíveis a cada família que constitui o núcleo dos processos de diferenciação social. É preciso observar, no entanto, que um fator não está desligado do outro: são os recursos acessíveis e manipuláveis que permitem a ação social e que, portanto, condicionam o leque de estratégias disponíveis³⁷⁴.

A análise de Levi centrou-se sobre o grupo de lavradores arrendatários, os mais enriquecidos dentre os camponeses do Piemonte³⁷⁵. No rastro de Levi, João Fragoso estudou as estratégias de reprodução das famílias de conquistadores quinhentistas do Rio de Janeiro, Fábio Kühn analisou as estratégias da elite pecuarista de Viamão durante o século XVIII e, Luís Augusto Farinatti, as estratégias de grandes criadores de Alegrete durante o século XIX. Ao delimitar um grupo específico, cujos componentes possuíam um nível de riqueza razoavelmente semelhante, estes autores arrolaram as estratégias empregadas pelas famílias estudadas, destinadas a reproduzir seus grupos familiares em termos não só biológicos, como sociais e econômicos³⁷⁶.

Nosso objetivo é semelhante aos dos supracitados autores, mas vemo-nos diante de um complicador, qual seja, o fato de estudarmos uma população rural heterogênea em termos econômicos, conforme demonstramos no Capítulo 2. Tal situação faz com que abordemos famílias que experimentaram os mais diversos dilemas e que tiveram, por isso, que empregar uma maior variedade de práticas ou estratégias como resposta a suas demandas. Uma das tarefas desta etapa do trabalho, portanto, é a de tentar encontrar alguns padrões pertinentes

³⁷⁴ GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2009.

³⁷⁵ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 96ss.

³⁷⁶ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294; KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado; FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

às práticas de reprodução porventura encontradas.

Parece-nos que nosso trabalho possui um segundo fator diferencial se comparado aqueles de Levi, Fragoso, Kühn e Farinatti. Ao trabalharem com famílias afortunadas ou de elite, os autores constataram estratégias coordenadas capazes de agregar e organizar os diferentes núcleos domésticos de uma família extensa. Em Porto Alegre e Viamão, verificamos fenômeno semelhante, mas restrito apenas a famílias com chefes idosos e enriquecidos. Pelo contrário, a maioria dos casos estudados não se encaixa em tal modelo.

Para explicar uma parcela significativa das práticas de herança e sucessão executadas entre os pequenos e médios produtores agrícolas de Porto Alegre e Viamão, defendemos a seguinte hipótese: *no interior das famílias extensas, alguns membros ou núcleos domésticos poderiam se organizar e articular com outros núcleos de modo independente frente aos demais familiares e, assim, colocar em ação iniciativas e projetos próprios, os quais poderiam se chocar com demais interesses. Poderiam surgir estratégias familiares, mas elas não compreendiam todos os demais os membros ou núcleos da família extensa.* Nossa hipótese inspira-se no raciocínio elaborado por Bourdieu, segundo o qual as relações familiares podem ser esquecidas se não houverem trocas regulares³⁷⁷. Compartilhar o sangue, nesse sentido, não significa compartilhar a vida e o trabalho.

Iniciaremos pelo estudo da distribuição da herança entre herdeiros, tomando grupos de fortuna como ponto de partida da análise. Em seguida, ao estudar especificamente a distribuição da terra, decidimos tomar por ponto de partida não os grupos, mas práticas de sucessão empregadas. Isto é, distribuímos as famílias de acordo com as formas como a terra foi dividida, o que permitiu delinear as diferenças entre grupos em termos das estratégias disponíveis, que variavam conforme o ciclo de vida familiar e o nível de posse de recursos agrários. No terceiro tópico, analisamos casos pontuais, de forma qualitativa, para tentar entender as estratégias, motivações e objetivos dos agentes históricos em suas relações familiares. No último tópico, por fim, observaremos alguns casos de interferência externa efetuada por padrinhos nos processos de divisão de herança, o que ajuda a entender de forma mais qualitativa o papel desta figura para as famílias estudadas. Em linhas gerais, temos o objetivo de verificar as estratégias de reprodução familiar disponíveis às famílias pertencentes a um sistema de produção camponês e pequeno-escravista localizado ao sul da América portuguesa.

³⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 27º ano, n. 4-5, 1972, p. 1105-1127. Aqui, p. 1109.

A documentação e o perfil dos inventariados

A documentação analisada é formada por inventários *post mortem* abertos entre 1781 e 1794, decorrentes do falecimento de moradores das freguesias de Porto Alegre e Viamão. Foram selecionados inventários de proprietários de bens rurais, os quais somam 43 documentos pertencentes aos fundos da Primeira e da Segunda Vara Civil e Crime e da Primeira Vara de Família e Sucessão, pertencentes ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Os documentos de cada um dos fundos foram produzidos por dois órgãos da câmara de vereadores: o juizado de civil e crime e o juizado de órfãos e ausentes. Tomamos nota, ainda, de três inventários de viúvos ou viúvas que vieram a falecer alguns anos após seus cônjuges serem inventariados.

Os 43 documentos representam 23% dos inventários abertos no período em foco pelos juízes lotados na Câmara localizada em Porto Alegre, subordinados à ouvidoria de Santa Catarina. Uma parcela importante dos demais inventários pertence a moradores da área urbana de Porto Alegre e do povoado de Viamão. O restante foi aberto devido ao falecimento de moradores de freguesias próximas e, mesmo, distantes, tais como Rio Pardo, Cachoeira e Rio Grande.

Os inventários são formados por até quatro partes: a abertura, a descrição do patrimônio, a partilha e os anexos formados por convocação de tutores, cobrança de dívidas, venda ou arrendamento de bens e ações ou processos abertos para dirimir conflitos. Nesta etapa do trabalho, interessam-nos as duas últimas partes dos inventários, a partilha e os anexos. Elas permitem, de maneira privilegiada, observar como se efetuou a partilha dos bens e se conduziu o processo sucessório.

Os inventários pertencentes ao juizado civil e crime eram abertos pelo juiz ordinário quando credores ou herdeiros reivindicavam o pagamento de dívidas ou a entrega de sua respectiva parcela do patrimônio do falecido. No caso dos inventários abertos no juizado de órfãos e ausentes, o juiz de órfãos era convocado para acompanhar a divisão da herança de modo a proteger o interesse dos herdeiros menores de idade. O processo de produção dos documentos por estas instituições levava a duas características desse fundo documental. Como a historiografia pertinente já demonstrou, os inventários sobrerrepresentam as camadas sociais detentoras de maior patrimônio³⁷⁸. Ao mesmo tempo, nem todas as pessoas detentoras de riqueza abriam ou eram obrigadas a abrir inventários.

³⁷⁸ GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las 'estancias' en la campaña de Buenos Aires: los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, R. (org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: CEAL, 1993, p. 125.

O núcleo da administração local nos territórios sob domínio do rei de Portugal eram as Câmaras, ocupadas pelos indivíduos socialmente destacados eleitos por seus pares³⁷⁹. No conjunto dos inventários analisados, 11 juízes atuaram em 57 oportunidades, sendo que até dois poderiam participar de etapas diferentes do mesmo processo. Destes, os quais ocupavam concomitantemente os cargos de juiz de órfãos e juiz ordinário, identificamos um grande criador, um lavrador e artesão e dois comerciantes. Três portavam patente militar ou de ordenanças.

O cargo de escrivão dos órfãos não era eletivo como os demais, pois era acessível via provimento concedido pelo Provedor da Fazenda Real, e seu ocupante representava um dos poucos técnicos de direito escrito presente nas localidades do império português³⁸⁰. De modo geral, era o que recebia os maiores valores pecuniários pela abertura e escrita dos processos inventariais. Ao todo, 8 escrivães atuaram em um total de 47 oportunidades.

No momento da avaliação dos bens, o juiz e o inventariante deveriam escolher, cada um, um avaliador dos bens. Dois avaliadores ou louvados atuavam em conjunto, portanto. Ao todo, 68 indivíduos foram convidados a ocupar o papel e participaram em 93 oportunidades. Os comerciantes e produtores rurais analisados nesta pesquisa participaram, no mínimo, em 61 oportunidades, praticamente dois terços do total. Os comerciantes estiveram presentes em 6 oportunidades; os criadores, em 16; e os lavradores, por fim, em 39. A maioria não assinou o próprio nome. Tais números indicam que a descrição dos bens era o momento no qual elementos da comunidade rural, tidos como de confiança pelos inventariantes, faziam-se presentes no processo.

A partilha era o momento delicado no qual se fazia a divisão dos bens e o cômputo do valor que cada um dos herdeiros deveria receber. Os partidores eram convocados em dupla para a atividade e recebiam pagamento pelo trabalho prestado. Foram 30 os indivíduos chamados, os quais atuaram em 68 oportunidades. Com uma única exceção, todos assinaram seus nomes. Reconhecemos dois comerciantes e o nome de um partidador é semelhante ao de um enriquecido lavrador, justamente o único que não assinou o nome. Nesta etapa, portanto, não atuavam nem produtores rurais, nem comerciantes. Provavelmente, sejam os partidores

³⁷⁹ BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 287; COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (176701808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008.

³⁸⁰ "Sabendo ler e escrever e dominando a praxe judicial e a arte notarial, os escrivães e tabeliões terão sido, durante muito tempo, os únicos técnicos de direito escrito e erudito em nível local" (HESPANHA, António. *História das instituições: épocas medievais e modernas*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982, p. 276). Os provimentos de escrivão dos órfãos encontram-se nos registros da provedoria da Fazenda Real. Ver ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* – volume 11. Porto Alegre, 1995.

indivíduos com outras atividades urbanas (como é o caso de um tabelião que atuou como partidor) ou caixeiros de comerciantes.

Na última etapa, os anexos do inventário, uma miríade de agentes é encontrada em convocações, procurações e ações: o porteiro do juízo, herdeiros e seus cônjuges, os viúvos, tutores, procuradores, credores e testemunhas. Os documentos disponíveis fornecem vívidos relatos de situações de conflito, cobranças detalhadas de dívidas, bem como convocações do juiz ou justificativas e explicações dos indivíduos quando envolvidos em ações.

A análise do perfil dos indivíduos que participaram dos processos de inventários mostra um quadro social variável de acordo com a etapa de elaboração do processo. Na abertura, basicamente contamos com a presença do inventariante, para além do juiz e do escrivão. Na descrição dos bens, comerciantes, criadores e lavradores fazem-se bastante frequentes como avaliadores, especialmente os últimos. Na partilha, participam indivíduos letrados que provavelmente não são comerciantes e deveriam se ocupar em outras funções menos lucrativas, ainda que possivelmente distintas em uma sociedade eminentemente rural. Nos anexos, diferentes indivíduos são encontrados vendendo bens do patrimônio em praça pública ou os comprando, solicitando o controle de suas partes da herança por terem alcançado a maioria, testemunhando em litígios, sendo convocados para assumir o papel de tutor de órfãos ou, então, a explicar o motivo de não poderem assumir tal papel.

Ao analisar as duas últimas etapas dos inventários, deparamo-nos com documentos de natureza diversa. A partilha era uma lista elaborada sob supervisão de dois indivíduos provavelmente afastados do convívio dos produtores rurais, executada de modo a respeitar o que cada herdeiro ou credor deveria receber. Dentro dos limites da aritmética, o montelíquido era distribuído de acordo com o que regia a lei, com algumas orientações do falecido quando este havia ditado testamento e, possivelmente, com alguma sugestão ou pressão do cônjuge sobrevivente.

Nem todos os inventários contam com peças anexas após a partilha. Em parte destas peças, os autores manifestam contrariedade à forma como o patrimônio do falecido foi distribuído ou solicitam proteção do mesmo patrimônio contra ações de terceiros. Há elementos reveladores da dinâmica social e familiar nestes documentos, pois indivíduos convocam a justiça ou são por ela interpelados para questionar, modificar ou justificar as decisões de herdeiros ou a forma como a partilha foi executada. Ao confrontar as partilhas com as peças anexas, considerando as exigências da justiça e o contexto social da produção de cada documento, pode-se tentar apurar os interesses e preocupações dos agentes

envolvidos no processo de sucessão e herança, bem como os procedimentos informais ou institucionais empregados relativos à divisão do patrimônio.

Uma última palavra neste tópico é necessária sobre o perfil econômico dos inventariados. No segundo capítulo, definimos 5 grupos rurais, de acordo com a classificação que receberam das autoridades, a extensão de suas terras, o tamanho dos rebanhos e o total de trabalhadores disponíveis, particularmente escravos. Os mais afortunados produtores eram os lavradores-criadores, os quais possuíam as terras mais extensas e rebanhos maiores. Os lavradores ricos possuíam terras, rebanhos ou escravos em maior dimensão que a maioria dos demais lavradores. Os lavradores remediados possuíam recursos razoáveis para o contexto local, cujo valor é aproximado ao da média para cada conjunto de recurso, sendo que os remediados mais ricos apresentavam algum destaque frente aos demais. Os lavradores pobres não possuíam escravos e suas terras ou rebanhos ficavam bem abaixo da média. Os inventariados foram identificados de acordo com esta classificação.

Na tabela seguinte, apresentamos as estatísticas de tendência central relativas ao monte mor dos inventários, distribuídos conforme a classificação produtiva por nós elaborada. No conjunto de inventários analisados, não foi encontrado nenhum lavrador pobre. Isso gera uma consequência importante na análise que se segue: os lavradores pobres não estão representados nos inventários, enquanto os lavradores mais pobres dos inventariados são, em realidade, *remediados mais pobres*. Esta é uma informação importante para conhecer a representatividade dos grupos sociais contida na documentação analisada.

Ao observar os valores detidos por cada grupo, observamos que quanto maior o nível de classificação dos produtores, maiores são os valores de média e mediana do monte mor. Um aspecto interessante é que o valor da mediana de cada faixa representa pouco mais da metade do setor imediatamente superior. O patrimônio mediano dos lavradores ricos valia pouco mais da metade da posse mediana de um lavrador-criador, enquanto o de um lavrador remediado mais pobre valia pouco mais de uma sexta parte. Há, portanto, uma tendência regular de decréscimo das fortunas entre uma categoria ou setor rural e outro. Nesse sentido, os dados dos inventários confirmam a pertinência dos parâmetros por nós estabelecidos a partir das *Relações de moradores* e dos *róis de confessados* para hierarquizar os grupos ora estudados, conforme apresentado no capítulo dois.

Tabela 35 - Monte mor de inventariados conforme classificação produtiva, Porto Alegre e Viamão, 1781-1794

Classificação produtiva	Inventários	Média	Mediana	Desvio-padrão	Coefficiente de variação (%)
Lavrador-criador	11	2247\$992	2033\$880	1780\$022	79,2
Lavrador rico	3	1316\$697	1112\$640	639\$514	48,6
Lavrador remediado mais rico	14	687\$010	622\$480	405\$437	59,0
Lavrador remediado mais pobre	14	421\$186	343\$860	259\$663	61,7
Geral	42	1052\$208	622\$480	1221\$884	116,1

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

Se já foi observado que os inventários não representam o setor dos lavradores pobres, precisamos avaliar se a participação dos demais grupos inventariados é proporcional ao tamanho real de cada grupo, cujos dados encontram-se na Tabela 24. Verificamos, pois, que a proporção de lavradores-criadores e lavradores ricos encontrada nos inventários é semelhante a proporção de cada um destes setores no conjunto dos produtores intermediários e enriquecidos. Excluídos os lavradores pobres e os não proprietários de terras, os lavradores-criadores representavam 26% dos produtores e dos inventariados. Os lavradores ricos, por sua vez, eram 9% dos produtores e 7% dos inventariados. Estes dois grupos, portanto, estão proporcionalmente representados.

Há distorção de representação entre os lavradores remediados. Se os lavradores remediados mais ricos totalizam 18% dos produtores (excluídos lavradores pobres e não proprietários de terras), somam 33% dos inventariados, enquanto os lavradores remediados mais pobres eram 47% dos produtores e, apenas, 33% dos inventariados. Enquanto os lavradores pobres não estão representados nos inventários, os lavradores remediados mais pobres estão sub-representados. Os setores intermediários mais afortunados e os mais ricos produtores conformam uma parcela desproporcionalmente superior nos inventariados se comparados a sua participação no conjunto total das unidades domésticas rurais, portanto.

Debate historiográfico

A transmissão do patrimônio de um casal aos seus herdeiros é uma etapa crucial no ciclo de vida de uma família e tem implicações importantes para a reprodução de qualquer sociedade. É um processo complexo que é afetado pelo momento no qual a transmissão ocorre e pelo conteúdo cedido ou negado. Depende também do número de filhos, do patrimônio disponível, do grupo social e do *status* da família, bem como das relações comunitárias e de clientela. O contexto econômico mais amplo é bastante relevante. As

tradições locais ou leis escritas são capazes de conformar o processo ou reger as disputas passíveis de ocorrer. No entanto, tais tradições ou leis apresentam graus variáveis de flexibilidade, pois os agentes planejam e executam estratégias destinadas a contornar impedimentos ou deveres indesejados ou prejudiciais³⁸¹.

Quando se estuda sociedades rurais, é preciso considerar que a estrutura agrária e as tradições locais são capazes de condicionar significativamente o processo de transmissão. Para o caso da América Latina, David Robichaux é convincente ao demonstrar que as leis ibéricas não foram capazes de estabelecer um regime de herança homogeneizado. Há comunidades camponesas andinas nas quais a transmissão da terra é patrilinear, tradição antiga mantida apesar das leis espanholas que obrigavam a divisão igualitária entre filhos e filhas. Na comunidade colombiana de Aritama, cuja economia baseia-se na agricultura de roçado, predomina um sistema familiar matrilinear que fortalece o vínculo avó-mãe-filha, as quais constituem a principal referência familiar. Entre os caboclos do baixo Amazonas, no Brasil, o casal inicia sua vida junto à família da esposa, mas, com o tempo, estabelece novo domicílio nas terras do pai do marido³⁸².

A partir da abordagem de Robichaux, podemos nos precaver contra qualquer concepção que suponha a universalidade do sistema de transmissão patrimonial ao qual pertencem os inventários aqui analisados. Lidamos com inventariados predominantemente portugueses, cujos processos foram abertos na Câmara e tiveram as leis metropolitanas como parâmetro. No entanto, é seguro afirmar que a maioria das famílias do Rio Grande de São Pedro do século XVIII transmitiu bens móveis e imóveis sem recorrer à justiça ou seguir estritamente a lei. Famílias guaranis e de africanos libertos de língua banto, provavelmente, seguiram lógicas de transmissão diferentes das praticadas pelos sujeitos ora pesquisados. Tal avaliação não nega, entretanto, o fato de que amplos territórios foram conquistados por súditos dos monarcas ibéricos e transmitidos por via legal, motivo pelo qual precisamos debater os sistemas de herança e sucessão na Europa.

Um dos mais elementares modelos científicos para estudar a composição das famílias e forma de transmissão patrimonial é de autoria de Frédérik Le Play, para quem

³⁸¹ GOODY, Jack. Inheritance, property and women: some comparative considerations. In: GOODY, Jack, et al (org.). *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Londres: Cambridge University Press, 1976, p. 10-36; LE ROY LADURIE, Emanuel. *História dos camponeses franceses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 1, p. 101ss, 170ss; CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco. Patrimonio y matrimonio. Sistemas hereditarios y cambio social en la Europa mediterránea (siglos XV-XVIII). In: JIMÉNEZ, Francisco. *El Viaje de las familias em la sociedad española. Veinte años de historiografía*. Murcia: Universidade de Murcia, 2014, p. 383-394.

³⁸² ROBICHAUX, David. Sistemas familiares e práticas matrimoniais subalternas da América Latina: a hegemonia questionada. *História Unisinos*, vol. 12, 2008, p. 5-16.

existiriam dois tipos principais de agregados domésticos na Europa desde a Idade Moderna até a Contemporânea: a família-estirpe ou troncal e a família instável. A primeira apresentava um caráter patriarcal, com a transmissão da propriedade fundiária para apenas um filho, ainda que os outros pudessem permanecer na casa paterna caso se mantivessem celibatários, o que resultava em domicílios com muitos membros. A família-estirpe seria generalizada na Europa pré-industrial e teria conhecido seu fim com o desenvolvimento da industrialização, quando as famílias se desagregaram e passaram a ser formadas por dois indivíduos independentes casados e seus filhos. Esta unidade doméstica era pequena e inevitavelmente encontraria seu fim com a saída dos filhos crescido e casados e com o falecimento do casal. O patrimônio familiar, neste caso, era transmitido de forma igualitária para todos os filhos legítimos³⁸³.

Aspectos importantes deste modelo foram refutados pelas pesquisas de historiadores demógrafos desde a década de 1960, como Peter Laslett e Louis Henry. Laslett demonstrou a partir de estudos em documentos censitários que a família nuclear (a família instável de Le Play) era o tipo mais comum na Inglaterra pré-industrial. No entanto, como salienta, Margarida Durães, Le Play tem o mérito associar um tipo de estrutura familiar à forma de transmissão patrimonial, algo não contemplado no modelo de Laslett. Sem conhecer o sistema de transmissão patrimonial, assevera Durães, não é possível entender a formação e composição dos diferentes tipos de agregados domésticos³⁸⁴. Como exemplifica Jack Goody, os casais que formam um agregado de tipo troncal poderiam residir sob tetos diferentes no interior do mesmo terreno, fato que não seria observado na análise de um censo. Neste caso, apesar de fazerem parte do mesmo agregado, as duas famílias seriam tidas como separadas e nucleares³⁸⁵. É preciso, portanto, conhecer as formas de transmissão para entender a formação e funcionamento das famílias.

Os sistemas de herança europeus da época moderna eram ou igualitários, no qual a herança era distribuída entre todos os herdeiros legítimos, ou de herdeiro único, no qual apenas um filho seria o sucessor, sendo os demais ressarcidos com dotes. O predomínio de um ou outro sistema variava conforme período, região e classe social. Na Normandia, o sistema era igualitário exclusivamente entre os filhos homens. Na Península Ibérica, a nobreza possuía o direito de instituir os morgadios ou *mayorazgos*, o que permitia que apenas

³⁸³ ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da Família Ocidental*. Lisboa: Editorial Quercus, 1984.

³⁸⁴ DURÃES, Margarida. Herança: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX). *Biblos*, Vol. LXXVI, 2000, p. 155-186, aqui, p. 156s.

³⁸⁵ GOODY, Jack. Inheritance, property and women: some comparative considerations. In: GOODY, Jack, et al (org.). *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Londres: Cambridge University Press, 1976, p. 10-36, aqui p. 29.

um herdeiro se tornasse o sucessor dos pais, enquanto aos plebeus era obrigatória à divisão igualitária do patrimônio. No entanto, no caso de os camponeses possuísem terras aforadas, estas deveriam passar para um único sucessor³⁸⁶.

O momento da transmissão do patrimônio e da sucessão – isto é, o fim do ciclo de vida de um casal – era decisivo na reprodução e organização das famílias. O patrimônio poderia ser distribuído durante a vida dos pais, quando do falecimento de um dos cônjuges ou exclusivamente quando do falecimento do último membro do casal. A distribuição de adiantamentos (dotes ou doações) aos filhos poderia estar associada à prática de transmissão da propriedade territorial e da liderança do domicílio a um único herdeiro, sendo os demais dotados e excluídos do recebimento das terras, o que ocorria enquanto os pais estavam vivos. Em famílias regidas pelo sistema de herança igualitária, os filhos poderiam casar, residir sob teto próprio, mas continuar a desfrutar dos bens produtivos de seus pais, sem que os mesmos lhes fossem repassados. Neste caso, a distribuição dos bens, inclusive da propriedade fundiária, tenderia a ocorrer apenas com o falecimento de um ou dos dois membros do casal³⁸⁷.

O dote ou a doação era uma parcela da propriedade entregue antecipadamente a filha ou ao filho, respectivamente. Para Jack Goody, o dote servia como o valor individual no mercado matrimonial, tornando seu receptor mais ou menos desejável para outros pretendentes. Filhos também poderiam receber adiantamento de sua herança, sem se casar, para iniciar sua vida produtiva independente. O recebimento do dote impedia o recebimento da herança, a menos que o valor do dote pudesse ser restituído ao espólio a ser dividido. No sul da França, o receptor do dote estava necessariamente excluído da herança. Na Normandia, o receptor do dote seria obrigado a devolvê-lo e participar da herança. Por fim, sistema desenvolvido na região parisiense no século XVI, o receptor do dote teria a opção de restituir para assim poder participar da distribuição da herança³⁸⁸. O caso português é aproximado deste último, no qual o indivíduo dotado, se quisesse participar da distribuição da herança, poderia restituir metade do dote quando do falecimento de cada um dos pais, mecanismo este conhecido como *colação*. Mas não necessariamente, caso sua antecipação fosse superior à legítimas³⁸⁹.

³⁸⁶ DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X, 3, 1992, 125-141.

³⁸⁷ GOODY, Inheritance, property..., *op. cit.*

³⁸⁸ GOODY, Inheritance, property..., *op. cit.*, 16ss; LE ROY LADURIE, *História dos camponeses...*, *op. cit.*, p. 185.

³⁸⁹ DURÃES, No fim, não somos iguais..., *op. cit.*; NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz; EDUSP, 1984.

Na história do Brasil, o dote e a doação – ainda que efetuados sob uma única legislação durante os períodos colonial e imperial – foram constituídos e empregados de acordo com o momento econômico e as formas de organização familiar. Muriel Nazzari, em seu estudo sobre o dote nas famílias paulistas ao longo de três séculos, constatou o fato de o dote ter representado um instrumento das famílias de bandeirantes do século XVII destinado a atrair genros preferencialmente brancos ou com ofícios artesanais capazes de participar da principal atividade econômica regional, qual seja, a caça aos indígenas para transformá-los em cativos. Mais do que tornar uma jovem cobiçada, para Muriel Nazzari o dote concedia poder de compra à família e à mulher dotada no mercado matrimonial. Os destinos da família eram direcionados pelo patriarca, que utilizava uma parte importante do patrimônio para dotar as filhas, especialmente com meios de produção agrários, o que permitia reproduzir a família enquanto uma unidade empresarial³⁹⁰.

O colapso do bandeirantismo e a descoberta de ouro em Minas Gerais e Goiás marcou um período de empobrecimento das famílias paulistas no século XVIII, associado ao deslocamento geográfico dos locais para se fazer riqueza, ao fortalecimento do setor comercial e à presença mais constante do Estado. Os filhos homens passaram a receber quase o mesmo que as mulheres e a incorporação de um genro com fortuna própria, especialmente oriunda do comércio, tornou-se um objetivo para as famílias mais ricas e a real fonte de riqueza dos casais. A composição dos dotes alterou-se, passando a ser composta particularmente por bens de consumo e com menor participação de bens de produção agrária³⁹¹.

A análise de Nazzari é particularmente instigante para pensar a relação entre o modelo de família e a forma de emprego do dote. O chefe da família patriarcal do século XVII era capaz de decidir o destino dos seus filhos, pois a transferência de dotes apenas às mulheres deixava os filhos homens sob domínio dos pais, enquanto a incorporação de genros mais pobres garantia que o patrimônio repassado e o novo casal se estabeleceriam no interior da família da noiva. No contexto de empobrecimento do século seguinte, os filhos homens tornaram-se dependentes de doações ou de suas legítimas para sobreviver, especialmente porque não contariam mais com os dotes vultosos de esposas de ricos proprietários. Tal situação tornou-se tão acentuada que levou a situações de conflito judicial, nos quais filhos reivindicavam contra suas mães e irmãs aquilo que lhes era devido por direito. Nesse sentido, o modelo patriarcal da família bandeirante não encontrou mais as condições que garantiam

³⁹⁰ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁹¹ NAZZARI, *O desaparecimento...*, *op. cit.*

sua reprodução e um novo modelo, individualista, surgiu para tornar-se predominante no século XIX³⁹².

Sobre as elites detentoras de engenhos, diferentes autores evidenciaram a existência de estratégias destinadas a alcançar fins variados, os quais seriam os mais adequados para a reprodução de suas famílias no contexto em que se encontravam. Conforme demonstrou João Fragoso, a nobreza da terra fluminense, proprietária de engenhos de cana-de-açúcar no século XVIII, precisou armar esquemas de venda de terras entre parentes para preservar o patrimônio no interior da própria família. Sheila de Castro Faria observou em Campos, no século XVIII, uma tendência entre os grandes proprietários de transferir suas terras às filhas com o objetivo de atrair genros comerciantes, tal como apontado por Nazzari, em São Paulo. Dora Costa, ao estudar a redistribuição da herança na elite de Campinas, no final do século XVIII e metade do XIX, verificou padrão semelhante, de repasse das terras às filhas, mas acompanhado pela entrega de bens móveis aos filhos. Diferente do contexto de empobrecimento do século XVIII, a expansão econômica do século XIX tornou a migração à fronteira por parte dos rapazes uma atividade lucrativa, pois permitia adquirir uma propriedade por baixo custo e iniciar sua vida econômica autônoma a partir da riqueza disponibilizada pela antecipação paterna³⁹³.

Para os senhores de engenho, a manutenção da indivisibilidade do patrimônio fundiário era um elemento imprescindível para garantir a continuidade da unidade produtiva. Situação diferente se deu nos processos de transmissão patrimonial da elite pecuarista de Alegrete, no século XIX, estudada por Luís Farinatti. Todos os filhos recebiam parcelas idênticas das terras, sem preferências conforme o sexo. Muitos filhos iniciavam suas vidas produtivas nas terras paternas, sendo que o dote raramente era constituído por terrenos. Os grandes produtores não administravam sozinhos suas propriedades, pois filhos ou genros compartilhavam a gerência dos bens da família quando criavam seus animais nos campos paternos, saldavam dívidas ou pagavam os peões contratados por pais ou sogros. Farinatti salienta que a destinação dos filhos não se dava exclusivamente por força da autoridade, mas pelos incentivos materiais que os pais eram capazes de oferecer, seja por meio das antecipações, por permitir a utilização dos campos ou por conceder os recursos necessários

³⁹² NAZZARI, *O desaparecimento...*, *op. cit.*

³⁹³ Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243 – 294; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.; COSTA, Dora. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. *História econômica & história das empresas*, vol.VII.2, 2004, p. 7-35.

para se obter título acadêmico³⁹⁴.

As pesquisas acima mencionadas analisaram as diferentes estratégias empregadas pelas elites da América portuguesa e do Brasil imperial destinadas a reproduzir a riqueza e o *status* familiar. No entanto, ao se analisar as práticas de herança entre proprietários de riqueza intermediária ou inferior, não pertencentes a elite, a tarefa de encontrar lógicas ou estratégias comuns torna-se mais difícil. Ao estudar as partilhas e os processos sucessórios da terra em Ubatuba, séculos XVIII e XIX, Maria Luíza Marcílio encontrou um sistema de herança heterogêneo, pois poderia se fundar em termos patri ou matrilinear, de descendência dupla. Havia possibilidade de se passar antecipações, normalmente dotes recebidos pelas filhas na forma de terras ou escravos. No entanto, via de regra, o sistema de dote era raro, ocorrendo a transferência do patrimônio quando da morte dos pais. Marcílio assevera que a vontade do testador tinha força extraordinária, superando a letra da lei, o que lhe permitia distribuir igualmente seus bens ou escolher alguns beneficiados, o que, no fim das contas, não impedia o funcionamento de um processo estrutural de parcelamento das terras³⁹⁵.

A análise de Cláudia Maria Fuller sobre as formas de acesso à terra em Campinas, no início do século XIX, agrega conclusões importantes sobre a distribuição das terras quando da entrega das legítimas, especialmente entre produtores de riqueza intermediária ou pobres. Um primeiro elemento de destaque era o fato de que brigas entre sogros e genros, mães e filhos, herdeiros entre si ou estes e indivíduos externos à família poderiam ocorrer, particularmente quando se desejava ou, de fato, vinham a ser vendidas parcelas das terras. Sob certo aspecto, tal avaliação relativiza a ênfase dada por Marcílio à força da decisão do testador, pois o destino de diferentes propriedades fundiárias poderia se processar sem que o falecido ditasse seu testamento ou, quando o fizesse, que o mesmo documento se perdesse ou fosse intencionalmente ocultado, conforme constatou Fuller³⁹⁶.

Como em Ubatuba, poucos foram os casos campineiros nos quais ocorreu antecipação formada por terras. Em Campinas, a divisão das terras terminava de diferentes modos, conforme a decisão dos herdeiros e o tamanho do espólio a ser recebido. Filhos que se “arrancharam” nas terras de seus pais obtinham o local onde se estabeleceram como parte da legítima facilmente. Por outro lado, frequentemente se solicitava para que as terras fossem vendidas quando a divisão tornava as parcelas diminutas demais ou quando faltassem braços para trabalhar nas propriedades de órfãos menores de idade. A venda de terras alcançou um

³⁹⁴ FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

³⁹⁵ MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara. Terra e população*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 97ss.

³⁹⁶ FULLER, Claudia. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1829-1840)*. Campinas: UNICAMP, 1995, p. 106ss.

quarto dos casos, sendo que os valores obtidos foram investidos em outras atividades ou destinados à compra de cativos. A autora salienta que a posse de escravos possuía prioridade sobre as terras em um contexto no qual este último bem era obtido por outros meios além dos monetários, como o apossamento de terras em áreas de fronteira. Havia uma tendência de fragmentação das terras, enquanto ricos produtores de açúcar eram capazes de comprar parcelas e concentrar terras, modelo relativizado pelo fato de agricultores ou lavradores também participarem deste incipiente mercado de terras com o desejo de ampliarem suas produções.³⁹⁷

A discussão acima elaborada revela como o estudo das formas de distribuição do patrimônio familiar contribui para o entendimento do processo de constituição de novos domicílios. A atividade produtiva desenvolvida poderia tornar obrigatória a preservação da propriedade fundiária, como no caso das terras de engenho, ou permitiria a divisão sem prejuízos dentro de algumas gerações, como no caso das terras de estâncias. Negar doações aos filhos poderia ser uma forma de mantê-los nos limites do domínio paterno ou, sua concessão, um estímulo para que os mesmos buscassem terras em regiões de fronteiras, de modo a aumentar o patrimônio da família. Uma ou outra dessas alternativas representavam estratégias adequadas em contextos diferentes e tinham o mesmo fim, a reprodução das famílias e a preservação do *status* social.

Entre os setores intermediários ou mais pobres, nem sempre preservar as terras era algo viável. A pulverização de uma propriedade acarretaria na sua inutilização para a prática da agricultura, mesmo que de subsistência. A falta de braços, o investimento em outras atividades ou a migração para outro território poderia ser uma alternativa melhor do que se manter em um diminuto pedaço de terra. A venda das terras poderia ocorrer entre familiares, mas sem evitar possíveis conflitos. O testamento feito pelo chefe da família poderia condicionar o destino da propriedade, mas isso deve ser parcialmente relativizado. Feitas estas reflexões, partiremos para a análise da distribuição do patrimônio em Porto Alegre e Viamão.

³⁹⁷ FULLER, *Pequenos agricultores...*, *op. cit.*, p. 111-6, 123-131.

Padrões de distribuição conforme nível de riqueza das famílias

Transferências anteriores ou paralelas à entrega das legítimas

Para a análise que se segue, foram considerados 36 inventários, pois os demais são de inventariados sem propriedade fundiária, sem filhos ou que tiveram seu processo embargado.

Nos inventários analisados, encontramos 227 herdeiros forçados, dentre os quais apenas 4 eram filhos naturais. Havia um predomínio feminino, com 92 homens para cada 100 mulheres. Entre as filhas mulheres, as casadas somavam 48% do total, valor muito superior ao encontrado entre os homens, de 21%. As mulheres eram não só mais numerosas enquanto herdeiras, como também eram as que mais se casavam. Os homens solteiros predominam frente as mulheres (razão de sexo de 133 h/m), mas as mulheres casadas superam os homens na mesma condição em duas vezes e meio (razão de sexo de 39 h/m). Em linhas gerais, portanto, encontramos frente a déficit masculino e a predomínio feminino entre os herdeiros casados.

Ao seguir à risca o que apregoava a legislação metropolitana, todos os herdeiros listados nos inventários de Porto Alegre e Viamão receberam nominalmente a parte exata do que lhes era devido quando da partilha. Como já mencionado, um proprietário poderia conceder adiantamentos aos filhos e filhas como legar um terço da metade do patrimônio como desejasse. Da mesma forma como Dora Costa encontrou nos inventários de Campinas³⁹⁸, havia nos inventários de Viamão e Porto Alegre algumas práticas de distribuição sem um caráter formal que podem passar despercebidas pelo pouco valor envolvido. Decidimos contabilizar todas e testar a possibilidade de haver algum padrão em sua distribuição. As práticas de distribuição desigual não formalizadas encontradas são as seguintes: um dos herdeiros receber mais do que o devido e passar a dever para outro que recebeu menos; dívida de pai para com o filho; recursos externos advindos de padrinhos ou madrinhas.

Apesar das diferenças entre estas práticas, seja no momento em que ocorreram (se antes ou após a morte de um dos membros do casal), seja da origem do recurso (se interno ou externo à família), todas elas são unificadas pelo fato de beneficiarem filhos específicos contra a tendência de igualdade postulada pela partilha. Abaixo, segue a distribuição

³⁹⁸ COSTA, Formação de famílias proprietárias..., *op. cit.*, p. 23.

encontrada, segmentadas conforme o monte mor do inventariado, os quais foram distribuídos em quatro faixas de fortuna.

Tabela 36 - Presença transferências patrimoniais anteriores ou paralelas às legítimas destinadas a herdeiros específicos, filhos de produtores com bens rurais, por inventário, em Porto Alegre e Viamão, 1781-1794

Faixas de fortuna	Adiantamento	Favorecimento via terça	Reposição posterior	Recurso externo	Dívida pai-filho	Inventários com transferências	Total de inventários por faixa
Até 499 mil réis	4	1	1	1	-	6	18
Entre 500 e 999 mil réis	2	1	1	1	-	4	12
Entre 1 e 2,9 contos	4	1	1	-	1	5	9
3 contos ou mais	4	-	-	-	-	4	4
Total Geral	14	3	3	2	1	19	43

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

A existência de práticas de transferência de bens ocorridas antes ou paralelamente à entrega das legítimas estão associadas ao nível de fortuna dos chefes falecidos. Elas são pouco frequentes entre os mais pobres e o grupo intermediário inferior (com monte mor entre 500 e 999 mil réis), atingindo apenas um terço do total. No grupo intermediário superior (com valor entre 1 e 2,9 contos de réis), o valor chega a mais da metade do total dos inventariados, enquanto todos os inventários de ricos apresentam dotes ou doações. Nos dois setores mais pobres, a presença de dote é pouco frequente. Com exceção dos ricos, as demais práticas de distribuição desigual do patrimônio encontram-se em todos os estratos econômicos. O adiantamento da fortuna não é uma exclusividade dos ricos, mas é neste setor que a prática assume um caráter prosaico.

Tabela 37 - Filhos de produtores rurais beneficiados por transferências patrimoniais anteriores ou paralelas às legítimas em Porto Alegre e Viamão, 1781-1794

Faixas de fortuna	Adiantamento	Favorecimento	Reposição posterior	Recurso externo	Dívida pai-filho	Total geral	Total de herdeiros	Herdeiros beneficiados
Até 499 mil réis	11	3	1	1	0	16	92	17%
Entre 500 e 999 mil réis	5	1	2	3	0	11	60	18%
Entre 1 e 2,9 contos	14	1	1	0	1	17	46	37%
3 contos ou mais	16	0	0	0	0	16	29	55%
Total Geral	46	5	4	4	1	60	227	26%

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

Apesar de o sistema de herança local ser igualitário, de fato, percebe-se a existência de algumas formas de legar que beneficiam desigualmente os filhos, que eram mais frequentes quanto mais rica fosse a família. Se os mais pobres dos inventariados beneficiaram menos de um quinto dos herdeiros, mais da metade dos filhos dos ricos receberam dote ou doação. Portanto, quanto maior a riqueza de um casal, maior a facilidade para manejar o destino dos bens dos herdeiros. De modo inverso, os inventariados mais pobres encontravam-se diante de limites estreitos caso desejassem beneficiar alguns filhos em especial e, para isso, foi necessário empregar outros mecanismos para além do adiantamento.

Os herdeiros eram desigualmente favorecidos não apenas de acordo com a riqueza da família, como também conforme o gênero e a prática de transferência empregada. De modo geral, as filhas eram as mais favorecidas por adiantamentos, pois 34 dos 46 efetuados eram dotes destinados às filhas mulheres. Entre os mais ricos e os mais pobres, a prática assume o objetivo mais evidente de fornecer maior recurso às filhas no mercado nupcial. Os setores intermediários, por sua vez, apresentam um perfil um pouco mais equilibrado, de modo que o grupo inferior (com menos de um conto de réis) favoreceu os filhos homens e o superior (com mais de um conto de réis e menos de 2,9 contos) destinou apenas um pouco mais para as mulheres. Para o setor intermediário, é possível que a legítima a ser recebida pela esposa fosse suficiente para disputar um genro ou nora preferível, provavelmente filho de outro produtor que também receberia sua legítima. Para os mais pobres, em um contexto de provável predomínio proporcional de mulheres sobre os homens no mercado matrimonial, talvez a concorrência por um jovem branco, livre e capaz para o trabalho fosse dificultada pelos recursos limitados da família, o que obrigaria a fazer um investimento maior nas filhas mulheres.

Tabela 38 - Transferências de dotes e doações a filhos de produtores com bens rurais, conforme faixa de riqueza e sexo do recebedor, Porto Alegre e Viamão

Faixas de riqueza	Herdeira	Herdeiro	Total Geral
Até 449 mil réis	10	1	11
Entre 500 e 999 mil réis	2	3	5
Entre 1 e 2,9 contos	9	5	14
3 contos ou mais	13	3	16
Total Geral	34	12	46

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

Quando avaliamos as práticas de distribuição da herança sem considerar os adiantamentos, verificamos uma situação diferente. Os filhos homens são os mais favorecidos, especificamente nos setores intermediários. Entre os mais pobres, as transferências podem estar relacionadas a créditos intrafamiliares e à prática de clientelismo, como discutiremos adiante. Em linhas gerais, temos a impressão de que recursos mais limitados tornavam difícil o manejo dos bens a serem distribuídos entre os herdeiros, obrigando o emprego de certas artimanhas para favorecer minimamente alguns dos filhos. A análise de parte dos bens envolvidos nesta prática ficará para o próximo tópico.

Tabela 39 - Transferências de recursos a filhos de produtores com bens rurais, excluídos dotes e doações, conforme faixa de riqueza e sexo do herdeiro, Porto Alegre e Viamão

Faixas de riqueza	Herdeira	Herdeiro	Total Geral
Até 449 mil réis	3	2	5
Entre 500 e 999 mil réis	2	4	6
Entre 1 e 2,9 contos	1	2	3
3 contos ou mais	0	0	0
Total Geral	6	8	14

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

A seguir, analisaremos os dotes e doações de Porto Alegre e Viamão, registrados em 16 inventários. Entre os bens distribuídos, encontram-se animais, escravos, instrumentos e equipamentos, joias, tecidos e roupas e terras. Os dotes foram divididos conforme o montante do falecido, em quatro grupos.

Tabela 40 - Tipos de bens repassados via dote ou doação, por inventário, entre os produtores rurais, Porto Alegre e Viamão, 1781 a 1794

Faixas de fortuna (em mil réis)	Inventários	Animais	Terras	Instrumentos, equipamentos e utensílios	Escravos	Dinheiro	Jóias	Tecidos e roupas	Variados	Total Geral
Até 499	4	3	1	2	1	0	1	0	0	8
Entre 500 e 999	4	4	1	1	2	0	0	2	0	10
Entre 1 e 2,9 contos	4	3	1	3	3	2	0	1	1	14
Três contos ou mais	4	4	0	1	4	1	2	1	1	14
Total	16	14	3	7	10	3	3	4	2	46

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

No conjunto dos inventários, cujos dados aparecem na tabela anterior, os bens mais frequentemente distribuídos eram animais, indivíduos escravizados e equipamentos, as quais estão presentes em 14, 10 e 7 inventários, respectivamente. A transmissão de animais era generalizada, mas a de escravos era concentrada nos estratos mais enriquecidos. A preocupação generalizada dos pais era a de garantir, portanto, a posse de recursos produtivos para os filhos recém-casados. Dinheiro, joias e pagamento de créditos (este último registrado no item “variados” da faixa com 1 a 2,9 contos) estavam concentrados nas duas faixas mais ricas. Foram distribuídos alguns pedaços de terras, concentrados nas duas faixas mais pobres. Em linhas gerais, portanto, os mais ricos frequentemente eram capazes de fazer os filhos iniciarem uma vida de casados em condição confortável, contando não apenas com animais, como com cativos.

Conforme os dados da próxima tabela, os valores repassados por meio de dote estavam concentrados entre os mais enriquecidos produtores. Estes, um quarto dos inventariados que repassaram dotes, legaram 70% do montante envolvido. Foram os que transmitiram a maior parcela dos escravos e joias e uma parcela importante dos animais. Apesar de terem doado roupas com menor frequência, estas eram de maior qualidade e valor. O grupo intermediário superior (com monte mor avaliado entre 1 e 2,9 contos) apresenta um perfil semelhante. No extremo oposto, o grupo de inventariados mais pobre era capaz de repassar aos filhos quase que exclusivamente animais. O único indivíduo escravizado transferido neste grupo não foi avaliado, mas, em termos monetários, deveria valer quase tanto quanto os animais legados. Os dois grupos mais pobres, em conjunto (todos com menos de um conto réis de monte mor), somavam metade dos inventariados, mas legaram apenas 12% dos valores.

Tabela 41 - Valores repassados via dote, conforme tipo de bem, entre os produtores com bens rurais, Porto Alegre e Viamão, em réis, 1781 a 1794

Faixas de fortuna	Animais	Instrumentos, equipamentos e utensílios	Terras	Escravos	Dinheiro	Jóias	Tecidos e roupas	Variados	Total Geral
Até 499	89\$320	9\$920	25\$000	-	-	20\$640	-	-	144\$880
Entre 500 e 999	18\$360	0\$640	60\$000	268\$800	-	-	25\$920	-	373\$720
Entre 1 e 2,9 contos	157\$480	22\$840	3\$200	323\$600	128\$000	-	5\$000	166\$550	806\$670
Três contos ou mais	548\$380	17\$160		1759\$200	100\$000	37\$670	99\$600	518\$400	3080\$410
Total Geral	813\$540	50\$560	88\$200	2351\$600	228\$000	58\$310	130\$520	684\$950	4405\$680

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

Se os valores dos dotes forem segmentados por faixas de fortuna, como apresentado na tabela seguinte, verifica-se que o bem concentrador da maior parte do montante investido são os indivíduos escravizados, os quais totalizam 53% do total geral. A capacidade de legar trabalhadores, isto é, de desfazer-se de indivíduos sob o cativo em favor dos filhos era uma marca das famílias mais enriquecidas da região, distinguindo-as das demais famílias de produtores. Ainda no que diz respeito ao total geral, se rebanhos de animais representavam outro recurso bastante importante, a doação de terras apresentava importância irrisória no conjunto dos dados.

Tabela 42 – Valores (%) repassados via dote/doação, conforme faixas de fortuna, entre os produtores com bens rurais, Porto Alegre e Viamão, em porcentagem, 1781 a 1794

Faixas de fortuna (mil réis)	Animais	Instrumentos, equipamentos e utensílios	Terras	Escravos	Dinheiro	Jóias	Tecidos e roupas	Variados	Total Geral
Até 499	61,7	6,8	17,3	0,0	0,0	14,2	0,0	0,0	100,0
Entre 500 e 999	4,9	0,2	16,1	71,9	0,0	0,0	6,9	0,0	100,0
Entre 1 e 2,9 contos	19,5	2,8	0,4	40,1	15,9	0,0	0,6	20,6	100,0
Três contos ou mais	17,8	0,6	0,0	57,1	3,2	1,2	3,2	16,8	100,0
Total Geral	18,5	1,1	2,0	53,4	5,2	1,3	3,0	15,5	100,0

Fonte: Tabela 41.

A tabela precedente informa que, entre os mais ricos dos inventariados, escravos e rebanhos somavam a maior parte do que foi legado. Entre os produtores com fortuna intermediária (entre 1 e 2,9 contos), os escravos representaram uma parcela importante, mas inferior, devido ao maior peso de animais, dinheiro e crédito (constante no item “variados”) entregues. Entre os produtores com riqueza entre 500 e 999 mil réis, os escravos envolvidos em dotes somavam a maior parcela dos bens oferecidos, com pequeníssima participação de animais. A respeito dos mais pobres dos produtores, é importante frisar que o único escravo listado não foi avaliado em termos de valor e, por isso, não foi computado. Dito isto, verifica-se que os animais distribuídos representavam o maior legado deixado para o grupo. Importa destacar, por fim, que para os dois grupos mais pobres, as pequenas extensões de terras distribuídas representaram um valor bem significativo, um pouco superior a 15%.

Quando os dados são segmentados pelos bens distribuídos, conforme apresentado na tabela seguinte, verifica-se que os mais ricos dos inventariados concentram 70% do que foi transmitido. As duas faixas mais pobres legaram, juntas, pouco mais de 10% do total. Ceder dotes era uma prerrogativa dos ricos. Os mais ricos dos inventariados concentraram três quartos dos escravos e tecidos distribuídos e cerca de dois terços dos animais e das joias. O setor intermediário mais rico (entre 1 e 2,9 contos) sobressaiu-se ao conceder instrumentos/equipamentos, bem como dinheiro. Os mais pobres, por sua vez, dominaram os valores distribuídos em forma de terras.

Tabela 43 - Valores (%) repassados via dote/doação, conforme tipo de bem, entre os produtores com bens rurais, Porto Alegre e Viamão, em porcentagem, 1781 a 1794

Faixa de fortuna (mil réis)	Animais	Instrumentos, equipamentos e utensílios	Terras	Escravos	Dinheiro	Jóias	Tecidos e roupas	Variados	Total Geral
Até 499	11,0	19,6	28,3	0,0	0,0	35,4	0,0	0,0	3,3
Entre 500 e 999	2,3	1,3	68,0	11,4	0,0	0,0	19,9	0,0	8,5
Entre 1 e 2,9 contos	19,4	45,2	3,6	13,8	56,1	0,0	3,8	24,3	18,3
Três contos ou mais	67,4	33,9	0,0	74,8	43,9	64,6	76,3	75,7	69,9
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabela 41.

Legar dotes e doações era uma prática rotineira entre os ricos, que mais frequentemente distribuíam antecipadamente seus legados e investiam valores altos nessas operações. Os bens mais importantes concedidos por eles foram rebanhos e cativos. Ainda que o valor entregue em equipamentos fosse pequeno frente aos bens precedentes, eram altos

se comparados ao que foi entregue aos filhos dos demais produtores. Os filhos dos ricos iniciavam suas unidades produtivas com animais, escravos e equipamentos, mas não terras, o que revela a reprodução da família de modo que as novas unidades sejam independentes, mas ainda ligadas à economia doméstica paterna por permanecerem nas mesmas terras. O perfil dos inventariados intermediários mais ricos (com fortuna de até 2,9 contos) é bastante semelhante, com a diferença de ter maior participação relativa referente aos instrumentos e equipamentos. Se para os mais afortunados era prosaico dotar os filhos e filhas de modo a permitir-lhes erigir seus domicílios, para os poucos mais pobres que conseguiram antecipar algum bem, um cativo, um pequeno lote de terras ou alguns animais poderiam representar um recurso valioso destinado a um único herdeiro, para que este fosse atraísse para a família um bom genro ou nora.

Ao concluir este tópico, faremos a distribuição dos valores gerais dos dotes conforme os grupos de classificação econômica dos produtores, apresentado na tabela seguinte. O investimento feito pelos lavradores-criadores em adiantamentos destacava-se significativamente diante dos demais lavradores, pois a mediana é mais de sete vezes maior do que a entregue pelos lavradores remediados.

Tabela 44 - Valor (em mil réis) dos adiantamentos conforme classificação produtiva, Porto Alegre e Viamão, 1781-1794

Classificação produtiva	Inventários	Média	Mediana	Desvio-padrão	Coefficiente de variação (%)
Lavrador-criador	6	610\$597	427\$805	386\$715	63,3
Lavrador rico	1	102\$400	102\$400	-	-
Lavrador remediado mais rico	5	82\$484	72\$800	46\$001	55,8
Lavrador remediado mais pobre	3	82\$427	70\$680	56\$382	68,4

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

Pode-se concluir que os adiantamentos, entre os produtores remediados, significavam a concessão de alguns animais aos filhos para iniciar a vida produtiva seguramente ainda bastante vinculada à economia doméstica paterna ou garantir o traje para a festa de casamento. Em alguns casos, um escravo ou pedaço de terra poderia ser transferido, bem valiosos que poderia facilitar a disputa no mercado matrimonial. Os ricos, por sua vez, investiram de forma mais intensa para consolidar a unidade produtiva de seus filhos na fase inicial da vida familiar, que contaria inclusive com mão-de-obra escravizada, no mínimo, para o trabalho doméstico. Importa destacar que os setores intermediários mais enriquecidos apresentavam um perfil semelhante, mas com investimento absoluto inferior.

Os setores mais pobres, por sua vez, revelam um nível mais intenso de dependência da economia paterna.

Semelhante conjunto de dados evidencia cabalmente como a reprodução das famílias era um momento decisivo para a geração de domicílios mais ou menos independentes em Porto Alegre e Viamão. Observe-se que não se distribuía propriedade fundiária, com poucas exceções, o que deveria implicar na manutenção dos filhos, solteiros e casados, na órbita da economia doméstica paterna, em todas as faixas de riqueza. No entanto, como veremos adiante, a distribuição desigual do patrimônio estava direta ou indiretamente vinculada à distribuição desigual das terras. Além disso, ter os próprios bens produtivos e mão-de-obra escravizada garantiria, por exemplo, a possibilidade estabelecer uma unidade produtiva própria em um novo terreno, obtido a partir de migração a uma área pouco habitada ou pela compra de uma propriedade próxima.

A sucessão e as práticas de distribuição do patrimônio fundiário

Estudamos uma sociedade rural na qual a terra era um meio necessário à própria sobrevivência familiar e as diferentes modalidades de acesso ao uso da mesma poderiam abrir ou fechar as portas da ascensão social. A terra era valiosa não só por sua extensão como pelo que abrigava, como fontes de água e matos, sem esquecer o peso decisivo da fertilidade dos campos ou da ausência de insetos prejudiciais à agricultura, tais como formigas. Agregam-se ao valor das terras suas benfeitorias, como casas de engenho ou currais, as quais permitiam o desenvolvimento de certas atividades, como a produção de farinha, açúcar ou a domesticação de rebanhos. Por isso, a divisão de uma propriedade fundiária só seria viável se as novas e menores parcelas contivessem os recursos necessários para o dia-a-dia, bem como sua extensão permitisse a produção de uma quantidade de bens capaz de atender às necessidades da família e gerar algum excedente comercializável.

Na Europa da Era Moderna, a sucessão podia ser destinada a um único filho que assumia a liderança das terras e da família (unigenitura), ou podia ser igualitária, destinada a todos ou quase todos os filhos. Nos domínios portugueses, a unigenitura era um direito reservado à nobreza proprietária de morgadios e a lavradores foreiros, fator que permitia a manutenção da unidade da propriedade. A plebe, por sua vez, era obrigada a dividir igualitariamente, o que poderia implicar no fracionamento da propriedade fundiária³⁹⁹. Sob esta última situação viviam os súditos do monarca de Portugal na América, o que motivou,

³⁹⁹ DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais..., *op. cit.*, p. 130s.

conforme vimos, o emprego de diferentes estratégias para garantir a reprodução das famílias, conforme o contexto econômico, a atividade produtiva ou o nível de riqueza possuído.

Como vimos no capítulo dois, Porto Alegre e Viamão apresentavam uma estrutura fundiária marcada pela presença de inúmeras pequenas e médias propriedades e algumas poucas grandes extensões que compreendiam a maior parte de ambas as freguesias. No tópico anterior, verificou-se que terras não eram concedidas via adiantamento e, portanto, só seriam distribuídas quando ocorresse a distribuição das legítimas. Em princípio, haveria duas alternativas, neste caso: ou as terras seriam mantidas unificadas até o falecimento do cônjuge sobrevivente ou parcelas poderiam ser entregues antecipadamente aos herdeiros. Em uma ou outra situação, as terras poderiam ser distribuídas igual ou desigualmente. Qualquer uma das alternativas poderia ter implicações sérias, conforme a extensão das terras possuídas, as benfeitorias necessárias à produção, o acesso à água, a atividade produtiva desenvolvida e o número de herdeiros envolvidos.

Precisamos avaliar se todos os herdeiros recebiam terras de forma igualitária. Se o nível de riqueza condicionava a distribuição das terras. Se o viúvo mantinha ou não seu domínio após o falecimento do parceiro. Se havia estratégias destinadas a evitar ou diminuir a intensidade da fragmentação. Se as divisões nominalmente igualitárias correspondiam ao que, de fato, ocorria. Se as famílias conseguiam distribuir o espólio sem maiores conflitos.

Como mencionamos no início deste capítulo, o conjunto documental ora analisado foi produzido por dois órgãos pertencentes a câmara de vereadores, mas frequentemente representados pela mesma pessoa: o juizado de cível e crime e o juizado de órfãos e ausentes. O juiz de órfãos produzia os inventários quando herdeiros menores de idade se faziam presentes. Falecidos idosos solteiros, sem filhos ou com filhos todos adultos, por sua vez, eram atendidos pelo juiz ordinário. Em significativa medida, a diferença entre a produção de um ou outro órgão está relacionado ao ciclo de vida do falecido.

Dos seis inventários produzidos por juiz ordinário, dois pertenciam a proprietários pobres (com patrimônio inferior a 250 mil réis) e quatro são de indivíduos remediados ou ricos (cujo patrimônio variou entre 1,1 e 4,6 contos de réis). A mediana do monte mor encontrada é de 1.596\$975, valor muito superior à mediana geral do conjunto de inventários analisados (609\$520). Os inventários produzidos pelo juiz de órfãos são a maioria e somam 37 processos, sendo que a mediana encontrada, de 600\$960, era um pouco mais baixa que a mediana geral. De maneira geral, portanto, aqueles que tiveram seus processos abertos pelo juizado de cível e crime eram mais velhos e possuíam fortunas consolidadas, enquanto os que tiveram bens abertos no juizado de órfãos e ausentes possuíam patrimônios ainda em

processo de constituição. No entanto, é preciso salientar que uma parcela daqueles que faleceram com algum filho menor de idade já estava na fase final do ciclo doméstico, como veremos adiante.

A metodologia empregada nesta análise é a de considerar as práticas acionadas pelos agentes sociais como um fator de distinção, com base na concepção de que as estratégias sociais são desigualmente distribuídas e tal distribuição define as fronteiras entre grupos⁴⁰⁰. Nesta etapa, as famílias foram agrupadas a partir da semelhança de suas formas de legar e de seus processos sucessórios, e somente depois foi avaliado o monte mor possuído por cada uma. O objetivo é o de tentar elaborar um modelo flexível da distribuição das formas de tomar decisões e pô-las em prática, no qual o nível de riqueza e o momento do ciclo de vida da família servem como parâmetros, de modo a contextualizar as decisões individuais e familiares.

Dos 36 inventários nos quais se registram transmissão de terras, encontramos a seguinte distribuição: em 4 casos, as terras ficaram inteiramente na meação do viúvo; em 15 casos, excluída a parcela destinada à meação quando havia cônjuge sobrevivente, as terras foram desigualmente distribuídas entre os filhos; em 17 casos, por fim, excluída a parcela destinada à meação quando havia cônjuge sobrevivente, as terras foram igualmente distribuídas entre os filhos. É preciso avaliar se as diferentes práticas eram acionadas de forma aleatória ou se eram efetivadas de acordo com o nível de riqueza dos produtores. Em linhas gerais, constatamos que os mais pobres dos inventariados distribuíram igualmente suas terras entre seus filhos. Entre os mais ricos, por sua vez, era viável distribuir a terra para apenas alguns filhos e destinar aos outros bens também valiosos, como escravos ou rebanhos maiores.

Nos inventários em que a terra foi igualmente distribuída entre os herdeiros, os valores medianos do monte mor e da propriedade fundiária eram inferiores quando comparados aos encontrados nos inventários nos quais a terra foi desigualmente distribuída, conforme a tabela seguinte. A partir destes cálculos de medida central, constata-se maior nível de riqueza entre os que legaram suas terras de forma desigual. Os mais ricos tinham maior facilidade para manejar o patrimônio a ser dividido. Posses fundiárias com valor inferior a 100 mil réis faziam parte do patrimônio de 3/5 dos que distribuíram igualmente e de 2/5 dos que distribuíram desigualmente. Por outro lado, os terrenos que valiam 300 mil réis ou mais representavam 1/10 dos que distribuíram igualmente e quase metade dos que

⁴⁰⁰ Ver LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 125s.

distribuíram desigualmente suas terras. Metade dos que distribuíram igualmente suas terras possuíam menos de 500 mil réis de monte mor, enquanto apenas 1/5 dos que distribuíram desigualmente se encontravam nesta faixa⁴⁰¹. Saliente-se que houve casos nos quais o viúvo reteve as terras na meação recebida, de modo a atrasar a divisão (mesmo que apenas ideal) das terras. Mas estas terras eram, de modo geral, de pequeno valor.

Tabela 45 - Valor mediano do monte mor e da propriedade fundiária conforme o tipo de distribuição das terras quando da transmissão do patrimônio aos herdeiros, em Porto Alegre e Viamão, 1781-1794

Forma de distribuição das terras	Monte mor	Terras
Desigual	921\$980	126\$800
Igualitária	536\$140	80\$733
Meação	649\$920	37\$800

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

Como demonstra a próxima tabela, à distribuição desigual das terras estava associado o emprego de práticas de distribuição desigual do conjunto do patrimônio, assunto estudado no tópico anterior. Dos 60 herdeiros beneficiados com distribuição desigual de bens, praticamente dois terços eram filhos de pais que distribuíram desigualmente suas terras. Ainda que apenas três dotes contenham terras, a menor parte dos dotes está inserida em processos no qual a terra foi igualmente distribuída ou permaneceu sob domínio dos viúvos por meio da meação. Há um caso em que uma recebedora de vultoso dote decidiu não fazer a colação. Três dos cinco recebedores de benefícios via terça, irmãos, receberam terras. Um dos casos de reposição posterior se deve a um processo no qual um filho recebeu um quinhão de terras bem superior ao de seu irmão e ficou a lhe dever a diferença. A dívida de pai para filho foi paga, em partes, com terra. Os dois recursos externos eram compostos por terras. A partir destes dados, pode-se chegar a uma conclusão. Se para os mais ricos era relativamente mais fácil distribuir terras de forma a evitar demasiado parcelamento quando da distribuição das legítimas, entre os produtores remediados, fossem os mais ricos ou os mais pobres, foi necessário empregar a terça ou outros expedientes para distribuir desigualmente as terras, assim como depender da boa vontade de um padrinho ou madrinha.

⁴⁰¹ Importa destacar que cada um dos grupos apresentava uma média e mediana idênticas de herdeiros (mediana de 5 filhos para ambos, e uma média de 5,7 e 5,9 herdeiros entre os que, respectivamente, distribuíram igual e desigualmente suas terras). Portanto, maior ou menor frequência de filhos parece não ter afetado significativamente a forma de distribuição das terras.

Tabela 46 - Número de beneficiados por mecanismos de distribuição do patrimônio anteriores ou paralelos às legítimas de acordo com a forma de distribuição das terras, em Porto Alegre e Viamão, 1781-1794

Forma de partilha da terra	Dote	Terça	Reposição posterior	Dívida pai-filho	Recurso externo	Total Geral
Desigual	28	3	4	1	3	39
Igualitária	14	2	-	-	1	17
Meação	4	-	-	-	-	4
Total Geral	46	5	4	1	4	60

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

Ao concluir que a divisão desigual das terras era uma estratégia desigualmente distribuída, precisamos averiguar se a mesma tendência se repete quando distribuimos as modalidades de transmissão do patrimônio fundiário entre os diferentes grupos rurais, definidos no segundo capítulo, apresentado na próxima tabela. Constatamos que quase dois terços dos lavradores ricos e lavradores criadores, conseguiu distribuir desigualmente suas terras, enquanto menos de um terço dos lavradores remediados mais ricos e mais pobre o conseguiu.

Tabela 47 - Formas de legar terra conforme classificação econômica rural das famílias, Porto Alegre e Viamão, 1891-1794

Rótulos de Linha	Meação	Igualitária	Desigual	Total Geral
Lavrador-criador	1	3	6	10
Lavrador rico	0	1	2	3
Lavrador remediado mais rico	1	7	4	12
Lavrador remediado mais pobre	2	6	3	11
Total Geral	4	17	15	36

Fonte: Inventários de Porto Alegre e Viamão, 1781-1794, APERS.

Em linhas gerais, a distribuição desigual da terra era uma prerrogativa ou alternativa disponível aos mais afortunados. Ambos os grupos de lavradores remediados, possuidores de datas de terra, em geral, proprietários de pouco escravos e rebanhos mais limitados, viam bastante dificuldade em evitar maior fracionamento das terras. Estas, como o restante dos bens possuídos, eram divididos da forma mais equilibrada possível. Os lavradores ricos, bem como os lavradores-criadores, possuidores de patrimônio maior, inclusive em termos de animais e pessoas escravizadas, possuíam maior margem para legar aos seus filhos de modo a diminuir o fracionamento das terras.

Mas precisamos ir além e analisar a execução das práticas na população em foco, para então elaborar um modelo flexível que permita avaliar as diferenças a partir das

estratégias disponíveis para ascender socialmente ou enfrentar necessidades imediatas que cada grupo de fortuna enfrentava conforme o ciclo de vida da unidade doméstica.

Terras inteiramente entregues na meação do viúvo ou distribuídas igualmente entre os herdeiros

Como regra, em todos os inventários consultados o cônjuge sobrevivente recebia metade ou, em quatro casos, toda a propriedade fundiária do casal em sua meação. Especialmente quando o viúvo ou viúva cuidava de jovens órfãos, isso implicava na continuidade do controle unificado sobre as terras e no retardo do processo de sucessão. Um expediente para manter o controle por parte do viúvo foi a atribuição das benfeitorias ao mesmo. Quando faleceu o lavrador remediado mais rico Francisco Cardoso, em 1784, duas datas e uma chácara (provavelmente originária de uma data de terras) foram distribuídas entre herdeiros e viúva. Esta recebeu a chácara, a qual continha casa, currais, cercas e lavouras. A viúva ainda ficou com quase 30 mil réis a mais do que devia receber, o que foi considerado uma dívida a ser paga posteriormente aos demais herdeiros⁴⁰².

A divisão igualitária era a prática mais empregada de distribuição da propriedade fundiária entre os herdeiros. Os filhos de proprietários de largas extensões de terra possuíam real possibilidade de fundar unidades produtivas autônomas a partir do desmembramento das terras paternas. Quando o inventário de Ana Maria da Silva Guimarães foi aberto, em 1794, seu viúvo ficou com metade de meia légua de terras em quadra, enquanto cada um dos cinco órfãos menores recebeu cerca de 109 hectares de terra⁴⁰³. Se todos fossem adultos e desejassem criar unidades produtivas próprias, cada um teria em suas mãos porções de terra apenas um pouco inferiores às datas de terras recebidas pelos casais ilhéus em Porto Alegre, no ano de 1772. No que diz respeito exclusivamente à extensão, eles poderiam imediatamente se tornar pequenos ou médios produtores, desde que possuíssem acesso a outros recursos importantes, como água ou matos, bem como bois ou indivíduos escravizados. Quando o pai viesse a falecer, as terras disponíveis aos herdeiros dobrariam de tamanho.

Diferente do caso anterior, no entanto, a maioria das divisões igualitárias efetuou-se sobre propriedades cujas extensões aparentemente não comportariam muitos

⁴⁰² Francisco Cardoso, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 112.

⁴⁰³ Ana Maria da Silva Guimarães, ano de 1794, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0786, invent. núm. 189.

desmembramentos. Quando a lavradora remediada mais pobre Mariana de Santo Antônio faleceu em Viamão, no ano de 1782, deixou uma data de terras de um quarto de légua para ser dividida entre o viúvo e quatro herdeiros. Nesta oportunidade, cada um dos órfãos recebeu 34 hectares de terra, uma porção realmente diminuta para os parâmetros locais, talvez suficiente apenas para uma produção voltada à subsistência⁴⁰⁴. Neste caso, a partilha igualitária talvez fosse uma ficção por ser irracional dividir terras a ponto de tornar todas as parcelas inutilizáveis. Ao falecer, em 1787, ficou registrado que o viúvo de Mariana, Francisco Luís Terra, deixou para órfãos sua metade da data mais um “passo” de terras. Provavelmente com o objetivo de legar uma extensão maior de terras, o viúvo comprou um pedaço de campo junto ao capitão Domingos Gomes Ribeiro⁴⁰⁵. Este caso parece indicar que a extensão das terras a serem legadas representavam um problema para os produtores, de modo a levá-los a adquirir mais terrenos para atender às necessidades de reprodução da família. Interessa observar que Francisco Luís não agiu isoladamente.

Às vezes, era necessário ou mais eficiente vender algum recurso para obter outro, contextualmente mais relevante. Quando o inventário do lavrador remediado mais rico Francisco José Flores foi aberto, em 1783, a viúva Luzia de Jesus solicitou ao juiz de órfãos autorização para vender a escrava Josefa com o objetivo de adquirir uma propriedade fundiária de maior extensão. Luzia justificou que desejava comprar um campo para “donde se quer mudar para melhor criar seu gado e seus órfãos”⁴⁰⁶. Neste caso, mais do que extrair o trabalho de uma mulher escravizada, pareceu à viúva proveitoso aumentar as terras para dar continuidade à criação de animais e, no futuro, facilitar a divisão das terras entre seus filhos.

Estes casos reforçam nossa dúvida sobre a viabilidade de se erigirem unidades relativamente independentes sobre as parcelas desmembradas, a menos que se obtivessem novas extensões por meio de compra. Especialmente devido ao fato de que a maioria daqueles que dividiram igualmente as terras estavam entre os mais pobres, suspeitamos que uma parte significativa das terras divididas nominalmente de forma igualitária fosse, na prática, dividida desigualmente. Ou, quem sabe, nem dividida fosse. Um caso encontrado lança algum entendimento sobre práticas não registradas e resultantes de acordos ou tensionamentos no interior das famílias.

⁴⁰⁴ Mariana de Santo Antônio, 1782, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 130.

⁴⁰⁵ Francisco Luís Terra, 1787, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 130.

⁴⁰⁶ Francisco Jose Flores, 1783, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0774, invent. núm. 104.

Após o falecimento da lavradora mais pobre Francisca Inácia de Jesus, em 1793, cujo patrimônio era dos menores, inferior a 400 mil réis, a metade da data de terras foi distribuída em 9 parcelas igualitárias de quase seis mil réis. O viúvo Antônio Garcia de Jesus, entretanto, precisou entrar com ação no Juízo de Órfãos contra seu genro José Muniz. Em suas palavras, o autor tentou pagar ao genro o valor de cinco mil réis pelas terras que cabiam a sua esposa, filha da falecida. O genro negou a oferta, pois “queria campos e não dinheiro”. Antônio Garcia não aceitou a resistência do genro pois, em sua opinião, “lhe não pertence se não o mesmo dinheiro como *se declara é costume nas mesmas partilhas*” (itálico nosso)⁴⁰⁷.

Estas poucas linhas são reveladoras! O autor utiliza-se de um argumento que entendeu ser plausível e reconhecido pelo juiz, qual seja, de que o *costume* regia as práticas de partilha das propriedades de menor dimensão, de modo que alguns dos herdeiros deveriam ceder sua parcela por dinheiro sonante. Se é verdade que as Ordenações Filipinas proibiam a substituição por dinheiro da legítima que se compõe de bem fundiário⁴⁰⁸, por outro, o costume era uma das fontes do direito no Antigo Regime português e poderia ser considerado um recurso legítimo diante de um juiz⁴⁰⁹. Semelhante informação pode ser uma rica sinalização da existência de práticas familiares baseadas no direito costumeiro, em contradição com a lei escrita, destinadas a salvaguardar o quanto possível a integridade da propriedade fundiária. Deste modo, o costume poderia vir a sedimentar práticas de reprodução familiar cujo objetivo era preservar o bem produtivo fundamental, de modo a garantir um mínimo de autonomia ao produtor que assumisse a liderança do domicílio após a morte dos pais.

É importante enfatizar o fato de que o genro não apenas negou a oferta como, enquanto estava agregado a favor nas terras de um vizinho, começou a cavar um valo para separar as terras que pertenceriam a sua esposa. Quando o sogro foi pedir para que parasse, este respondeu-lhe com impropérios. O falecimento da Francisca Inácia abriu a possibilidade para que o genro agisse de modo a separar sua parcela fundiária devido a seu direito de coerdeiro. A autoridade da geração mais velha, portanto, podia ser alvo da insubordinação e do questionamento das gerações mais novas a partir da concessão das legítimas.

⁴⁰⁷ Francisca Inácia de Jesus, 1793, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0784, invente. núm. 170.

⁴⁰⁸ DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais..., *op. cit.*, p. 130.

⁴⁰⁹ HESPANHA, *História das instituições...*, *op. cit.*, p. 271s.

Distribuições desiguais da propriedade fundiária

Ao abordar a divisão igualitária das terras, verificamos que havia produtores com extensões significativas de terras, as quais poderiam vir a atender às demandas das unidades produtivas a serem erigidas por seus filhos. Por ser formado por inúmeras famílias com limitada extensão de terras, era recomendável adquirir mais terra para “melhor cuidar” dos órfãos e herdeiros. Parte significativa das divisões igualitárias pode ter sido apenas nominal, quando envolvia os mais pobres dos produtores. Nas próximas páginas, analisaremos casos em que houve a divisão desigual as terras, sendo que em alguns deles foi possível verificar não somente *como*, mas também o *porquê* de nem todos os filhos receberem o mesmo quinhão de terras.

O lavrador e criador Francisco Goulart deixou, em seu inventário aberto em 1788, quase quatro contos de réis de patrimônio para a viúva e cinco herdeiros. Estes eram quatro mulheres e um homem, todos casados. Todos os filhos receberam dote, alguns menos, alguns muito mais. Enquanto Anicleta precisou entrar com apenas 10 mil réis como meio dote, João Goulart entrou com 170 mil e Rosa, 179 mil. Os dois últimos receberam escravos, animais, roupas e instrumentos agrícolas. Rosa, a mais bem dotada, foi a única a não receber nenhuma parcela da metade das terras deixadas aos filhos. Dos cinco netos órfãos, três meninas receberam sozinhas a parcela de sua finada mãe⁴¹⁰.

Um caso semelhante é o da lavradora remediada mais rica Sebastiana de Souza, que faleceu com o patrimônio de um conto e cem mil réis, para ser distribuída entre viúvo e sete filhos. O patrimônio é bem inferior ao de Francisco Goulart, mas ainda assim está entre o terço mais enriquecido do universo com o qual trabalhamos. É possível dizer que Sebastiana e o esposo possuíam um patrimônio razoável. Ela faleceu idosa, com 70 anos. Seis de seus filhos estavam casados e o único solteiro possuía 30 anos. Os dois filhos que receberam dotes com escravos, poucos animais e instrumentos receberam algumas das menores parcelas de terra. Isabel recebeu a menor parcela, mas que veio acompanhada de um escravo crioulo. João Cardoso e Manuel Cardoso, que não receberam dotes, ficaram com as maiores parcelas do campo e do potreiro⁴¹¹.

⁴¹⁰ Francisco Goulart, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 141.

⁴¹¹ Sebastiana de Souza, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0782, invent. núm. 16.

Em síntese, encontramos-nos diante de dois enriquecidos e idosos casais que apresentavam quase todos os filhos casados quando do falecimento do primeiro cônjuge. Alguns dos filhos receberam dotes significativos e a divisão das terras, ainda que desigual, parece ter se processado sem dificuldade. A transmissão dos bens, nesse sentido, ocorreu no longo prazo, por etapas, sem rompimentos bruscos, em um modelo como o proposto por Francisco Chácon Jiménez. Para o autor, o falecimento dos pais é apenas uma fase do ciclo doméstico e o processo de sucessão e herança poderia apresentar um caráter mais progressivo que de ruptura, impondo-se uma imagem de transição entre uma geração e outra⁴¹². Este parece ser o caso destas famílias, pois todos os filhos eram adultos e estavam, aparentemente, “bem encaminhados”.

As famílias de Francisco Goulart e Sebastiana de Souza parecem representar o extremo de um modelo, pois os mesmos faleceram idosos, enriquecidos e com capacidade de dispor mais facilmente dos bens a serem transmitidos por herança. Talvez este quadro não seja excessivamente diferente daquele encontrado por Luis Farinatti na elite pecuarista de Alegrete. Os próximos casos, pelo contrário, apresentam outros contextos familiares, como aqueles em que o falecido estava na meia-idade e possuía filhos pequenos. A maioria dos patrimônios são muito menores. Sem contar as situações em que os bens não foram divididos de modo tranquilo e sem rompimentos ou desigualdades.

Há casos em que a distribuição desigual das terras ocorreu de modo a beneficiar alguns filhos em detrimento de outros. Serão apresentados três casos em que foi possível encontrar uma explicação ou levantar uma suposição para tal decisão tomada pelos viúvos ou pais que fizeram testamento. Encontramos-nos diante de casais maduros com todos ou a maioria dos filhos maiores de idade. A primeira família possuía uma riqueza mediana, enquanto as duas últimas estão entre as menores, especialmente a última.

Maria Ferreira, lavradora remediada mais pobre, ao falecer em 1785, deixou cinco filhos. Metade das terras, como de praxe, ficou com o viúvo, Custódio Martins Braga. A outra metade foi dividida entre uma filha casada e dois herdeiros solteiros, sendo uma filha de 23 e um filho de 28 anos. A outra filha, que residia em Laguna, não recebeu terras e parte importante do legado que lhe coube era composto por créditos a serem cobrados⁴¹³. Neste caso, as terras foram desigualmente distribuídas com a exclusão de uma filha afastada do espaço doméstico paterno.

⁴¹² CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco. Patrimonio y matrimonio..., *op. cit.*, p. 387.

⁴¹³ Maria Ferreira, ano de 1785, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 122.

No segundo caso, devido ao falecimento da esposa Inês de Santo Antônio, em 1786, o lavrador e criador Manuel Nunes Goulart ficou com metade do sítio e metade do campo do casal. O restante do terreno foi dividido entre apenas quatro de oito herdeiros. Estes quatro eram os mais velhos, estando metade solteira e a outra metade, casada. A filha casada, em realidade, já era falecida e deixara órfãos. A filha solteira mais velha, Francisca, de 51 anos, ficou com uma escrava, o que resultou em uma dívida para com seus sobrinhos órfãos para ser reposta posteriormente.

A explicação da distribuição desigual das terras entre estes herdeiros encontra-se no inventário do viúvo de Inês, aberto um ano depois. Manuel Nunes Goulart deixou um testamento no qual destinou a terça para seus dois filhos solteiros mais velhos, Francisca de Santo Antônio e José Nunes (os mesmos beneficiados com terras citados no parágrafo anterior), e justificou sua decisão com as seguintes palavras: “pelos serviços que lhes *devo* e terem em tudo sido *filhos de benção*” (itálico nosso). A terça não foi pequena e somou quase 200 mil réis, contando com quase uma centena de animais e um indivíduo africano escravizado⁴¹⁴. O viúvo provavelmente foi acompanhado pelos dois filhos adultos, solteiros e *abençoados* nos seus últimos dias de vida, deixando-lhes um conjunto superior de bens como reconhecimento.

Por fim, a abertura do inventário da viúva lavradora e criadora Maria de Jesus ocorreu em 1789 e a herança foi dividida entre 5 filhos. Três deles, solteiros (dois homens e uma mulher com idades entre 35 e 50 anos), dividiram entre si um pedaço de campo. O filho casado e os netos órfãos ficaram com a maior parte do valor de uma cativa. No testamento deixado por Maria de Jesus, ela inventariada solicitou que, pagas as missas para sua alma, o valor da terça ficasse para seus três filhos solteiros, valor que somou pouco mais de 50 mil réis. Além disso, a autora do testamento informa que os dois filhos solteiros receberam um crioulinho cada e que Joana, a filha solteira, recebeu dois. Maria de Jesus também solicitou que os jovens cativos não entrem no cômputo da partilha, pois são *dádivas*. Caso contrário, se fossem contabilizados na partilha, a precavida autora do testamento solicitou que os crioulinhos fossem avaliados pelo valor de quando entregues aos seus filhos e que o montante fosse debitado na terça⁴¹⁵.

Maria de Jesus explica o motivo das dádivas: foram os três filhos solteiros que acompanharam a mãe em seus últimos anos de vida e cuidaram dela. Como retribuição, a

⁴¹⁴ Manuel Nunes Goulart, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 136.

⁴¹⁵ Maria de Jesus, 1789, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 145.

mãe invoca um mecanismo extrajurídico para beneficiar seus filhos. Dentre os significados de dádiva encontra-se o de presente, dom. A antropologia econômica explica que o dom faz parte da lógica da reciprocidade, em que a oferta de um presente é acompanhada por uma dívida que se estende até sua contraparte, o contra-dom, que acaba por reiterar a própria reciprocidade⁴¹⁶. A mãe, portanto, sentia-se em dívida para com seus filhos. Este caso não é diferente daquele do casal Inês de Santo Antônio e Manuel Nunes.

Estes três casos apontam para o peso da proximidade física e afetiva entre pais e filhos. No primeiro caso, a filha afastada foi prejudicada, possivelmente por estar longe. Nos dois últimos, os pais justificam que a concessão de benefícios é originada de dívida para com os filhos que deles cuidaram e que não se afastaram do teto onde foram criados. A força da autoridade paterna é relativizada pela crescente importância do trabalho dos filhos, de modo a se criar uma situação na qual os pais se tornam *devedores*, mesmo em famílias de lavradores-criadores. Semelhante relação era expressivamente diferente daquela encontrada entre os grandes pecuaristas alegretenses da primeira metade do século XIX, proprietários de estâncias demasiadamente extensas, os quais tornavam-se *credores* dos seus filhos, conforme demonstrou Luís Farinatti⁴¹⁷.

Como já mencionamos, a maioria dos inventários diz respeito a processos de herança envolvendo órfãos menores de idade. Abaixo, serão apresentados casos em que a proteção do patrimônio e bem-estar dos órfãos foi a prioridade que justificou o formato da distribuição. Destes, quatro pertencem ao terço intermediário de riqueza; apenas o último pertence a um produtor com menor recurso. A preocupação com os menores não afetava apenas os pais que dividiram desigualmente suas terras, como também aqueles que distribuíram igualmente o terreno, conforme vimos no subtópico anterior.

Antônio Dias, um lavrador remediado mais rico, deixou seis órfãos ao falecer. Os três filhos mais velhos casaram e cada um recebeu um escravo, animais e tecidos como dote. Metade das terras ficou na meação da viúva e, a outra, dividida entre os filhos mais novos. Joaquina, uma das filhas mais novas, recebeu o valor inteiro de um escravo e ficou a dever para seu irmão José. Houve, aqui, uma divisão desigual da herança que não significou uma desvantagem para aqueles que não receberam terras. Os filhos mais velhos foram agraciados com trabalhadores escravizados e bens produtivos que lhes garantiriam um maior nível de independência produtiva, mesmo sem necessariamente possuir terras próprias. Os mais

⁴¹⁶ GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996, 159ss.

⁴¹⁷ FARINATTI, *Confins meridionais...*, *op. cit.*, p. 314.

novos, por sua vez, passaram a ser donos de terras e animais, ainda que não pudessem governar o próprio patrimônio⁴¹⁸. Suspeitamos que a vantagem recebida por Joaquina em sua legítima fazia parte de uma escolha pensada no sentido aumentar seus recursos quando viesse a entrar no mercado nupcial.

Quando o inventário do lavrador remediado mais pobre Antônio Francisco Gomes foi aberto, em 1784, listaram-se cinco órfãos, o mais velho com 13 anos. Dois terços do sítio ficaram na meação da viúva. O restante, com os três filhos mais novos, Joaquim, Joaquina e Ana. Os mesmos também receberam de seu padrinho um pedaço de campo com animais dentro como herança. Estes campos (um “retaço” de campo com seu sítio, casas, lavouras, cercas, currais e arvoredos) e animais (180 reses, 6 juntas de bois, 10 cavalos mansos e 40 éguas) foram colocados em praça pública para arrendamento, ao valor de 5% ao ano. Importa destacar que as duas meninas foram as mais beneficiadas pelo padrinho falecido, pois Joaquim recebeu apenas 20 reses.

Durante o processo do inventário de Manuel Lourenço Mariante, aberto em 1791, a viúva solicitou para que o filho mais velho e o genro não recebessem parcelas das terras. Como o filho mais velho já possuía terras próprias, a preocupação da viúva era garantir que os mais jovens tivessem seu quinhão. Este caso será analisado com mais calma depois, mas indica, desde já, a preocupação da viúva e do tutor com o destino dos órfãos menores.

Nos casos acima apresentados, a preocupação com os filhos menores levou a uma decisão de excluir os mais velhos da propriedade da terra outorgando-lhes outros bens. No entanto, houve casos semelhantes, mas sem a presença de filhos mais velhos, o que levou a divisão igualitária e exclusiva entre órfãos menores de idade. Depois do falecimento do lavrador remediado mais rico Manuel Vieira dos Amores, cujo inventário foi aberto em 1786, ocorreu uma divisão igualitária das terras. Ao mesmo tempo, o tutor pediu licença ao juiz de órfãos para vender a mulatinha Teresa em praça pública para, com seu valor, comprar gado para aumento do patrimônio dos órfãos. Foram obtidos 115 mil nessa operação. Para melhor cuidar das crianças livres, foi vendida a filha da escrava. Esta é uma cena brutal e cotidiana do que era o Brasil escravista, mesmo no contexto econômico de uma agricultura de pequeno e médio porte acompanhada pela criação de animais. Pais e mães estavam preocupados com o legado a ser deixado para os seus e reordenaram o patrimônio de modo a atender os interesses futuros, garantindo-lhes condições de se reprodução materialmente por meio do trabalho rural.

⁴¹⁸ Antônio Francisco Gomes, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 117.

Luzia de Jesus, como vimos no tópico anterior, vendeu uma mulher escravizada para comprar mais terra para criar gado e cuidar dos órfãos. Neste caso como no anterior, efetuou-se uma recomposição do patrimônio através do mercado. Apesar das diferentes decisões estratégicas tomadas após o falecimento do cônjuge para assegurar a propriedade dos menores (legar igual ou desigualmente as terras, vender alguns bens para obter outros), é significativa a constância da doação conjunta de campos e animais como alternativa para garantir uma renda fixa para os órfãos. Da mesma forma, a propriedade de pessoas escravizadas mostrou-se uma forma de poupança possível em uma sociedade com baixa presença de dinheiro sonante ou instituições financeiras. Se não houvesse um escravo ou mesmo o adulto para gerir a propriedade, o tutor poderia pedir ao juiz para lançar terras e animais em praça pública para serem arrendados. Ao que parece, estamos diante de uma prática rotineira e, nesse sentido, de uma instituição social.

Houve uma situação na qual, entretanto, o tutor pediu para vender os animais. Na partilha do falecido lavrador remediado mais pobre Paulo Duarte dos Santos, ocorrida em 1784, seus quatro órfãos receberam partes iguais de metade do sítio e metade dos campos, ao que se somam 60 animais. Posteriormente, o tutor dos órfãos, Antônio Rodrigues Rangel, outro lavrador remediado mais pobre, informou ao juiz que enfrentava problemas na gerência dos bens dos órfãos:

os suplicados inteiramente não têm campos para o poderem criar e costear, correndo o gravíssimo prejuízo por andar o gado corrido dos vizinhos e nem tem o dito tutor campos suficientes para o poder criar que do seu próprio gado que possui está pagando o quarto a Pedro Crisóstomo Fiúza⁴¹⁹.

Ao conhecedor do processo de partilha desta família fica evidente que a solicitação de Antônio Rodrigues era um engodo. Justamente por isso, o curador geral dos órfãos negou o pedido do tutor pelo fato de o mesmo ser “alheio à verdade”. Além disso, informa, só se podem vender os animais que não derem filiação para suprir a necessidade dos mesmos órfãos. Ordenou, por isso, o arrendamento dos campos e dos animais a 5% ao ano⁴²⁰. A tentativa de Antônio Rodrigues de se desfazer dos bens dos menores esbarrou em um procedimento aparentemente institucionalizado nesta sociedade de pequenos e médios

⁴¹⁹ Paulo Duarte dos Santos, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 114. Grafia atualizada.

⁴²⁰ Paulo Duarte dos Santos, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 114.

produtores agrícolas: a reprodução dos animais era um mecanismo padrão para garantir renda aos órfãos.

A venda de parcelas de terras não ocorreu em nenhuma oportunidade. Aliás, houve uma, mas cujo objetivo era a compra de outra maior. Esta tendência difere bastante da encontrada em Campinas, na primeira metade do século XIX, onde a venda de parcelas ou de todas as terras era uma constante, conforme demonstrou Claudia Fuller. Para as famílias de Porto Alegre e Viamão, pelo contrário, partilhar a terra ocupada por animais era um expediente, às vezes associado a outros procedimentos, destinado a garantir a segurança material dos menores. Um dos procedimentos associados poderia ser, como vimos, a dotação de filhos mais velhos e sua exclusão das terras, ou a venda de algum bem para adquirir outro. Num caso, o objetivo foi alcançado pela alocação diferenciada do patrimônio possuído. Com uma única exceção, o monte mor destas famílias encontra-se no terço intermediário dos níveis de riqueza. Somente o patrimônio de Paulo Duarte fazia parte do terço inferior.

Importa, por fim, destacar que o registro da divisão no juizado de órfãos, ainda que apenas nominal, era um procedimento que protegia juridicamente os órfãos contra tutores mal-intencionados ou irmãos cobiçosos. Se não fosse isso, é possível que os filhos do falecido Paulo Duarte tivessem seus animais vendidos pelo tutor. Na realidade, não perderam seus animais *naquele momento*.

Conclusão: o acesso desigual às formas de legar terras

Neste tópico, as famílias foram distribuídas conforme o ciclo de vida dos produtores e suas práticas de legar e produzir a sucessão. Inicialmente, as famílias foram divididas entre as que distribuíram igual ou desigualmente as terras. Constatamos que em todos os grupos sociais, com menor ou maior facilidade, alguns herdeiros receberam maiores extensões de terras enquanto outros receberam menores ou, mesmo, nada. Quando agrupados os produtores de acordo com a classificação econômica elaborada no capítulo 2, percebe-se que os grupos com maior patrimônio agrário e escravocrata eram os que conseguiam distribuir desigualmente suas terras com maior frequência e diminuir a intensidade do fracionamento das terras. Entre os lavradores remediados, as terras eram distribuídas igualmente com maior frequência, implicando em fracionamento mais intenso.

A tendência de apropriação de metade das terras por parte do cônjuge sobrevivente garantia a manutenção da propriedade, atrasando sua divisão. Particularmente, a manutenção do sítio sob uma só autoridade garantia que as benfeitorias destinadas à produção

continuassem associadas, revertendo em benefício para todos os parentes. Quando as terras eram suficiente amplas, a divisão igualitária poderia atender bem a todos os filhos órfãos, garantindo seu estabelecimento relativamente independente. No entanto, a maioria das propriedades talvez não possuísse extensão suficiente para tanto, obrigando a compra de mais terras para melhorar o legado dos filhos. Isso pode ter motivado uma parcela dos inventariados a adquirir mais de uma propriedade fundiária. Ou, em outros casos, especialmente entre os mais pobres dos produtores, acordos intrafamiliares e a venda de parcelas de terras para irmãos tenham se tornado comuns. A divisão igualitária, nestes casos, era resultado da falta de margens para distribuir o patrimônio, obrigando o inventariado a distribuir de forma ideal a herança, mas sem ter meios de realizá-la sem desvantagens para alguns dos herdeiros.

Num segundo momento, foi analisada a forma como as terras eram divididas quando a transmissão era desigual. As famílias agrupadas por compartilharem esta prática apresentavam características razoavelmente semelhantes. Os casais idosos e enriquecidos deixavam suas terras para alguns, mas compensavam os outros filhos com bens valiosos. Quando a terra e outros bens eram distribuídos de modo a beneficiar os filhos adultos que se mantiveram com os pais, os casais eram idosos, mas tendiam a ter uma riqueza intermediária. Quando os filhos menores eram beneficiados, os casais tendiam a ser formados por indivíduos de meia-idade, não idosos, e com riqueza intermediária.

Inegavelmente, a divisão igualitária ou quase igualitária da terra predominou em Porto Alegre ou Viamão, o que levou ao esperado processo de parcelamento constante das terras. No entanto, por diferentes modos, empregaram-se medidas para arrefecer sua intensidade ou atrasar o momento da divisão, tomadas por pais e mães de famílias, filhos e filhas, genros e cunhadas, os quais atuavam no sentido de garantir o bem-estar comum de parentes queridos ou, pelo contrário, apenas o do próprio núcleo familiar. Alguns pais, detentores de pouca terra e filhos menores, compraram mais terras para deixar um legado que viesse a garantir-lhes maior segurança. Uma filha que recebeu em dote provavelmente maior do que receberia com a legítima desistiu de fazer a colação e, por isso, garantiu um maior legado fundiário para seus irmãos⁴²¹. Paralelo ao processo de desmembramento constante das propriedades, ocorreu uma contracorrente de pequena concentração das terras nas mãos de uma parte dos herdeiros, em todos os grupos de riqueza, mas com maior frequência entre os mais ricos. É importante salientar que tal processo ocorreu não sem uma

⁴²¹ Jose Rodrigues da Silva, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0785, invent. núm. 177.

boa dose de conflito entre indivíduos do mesmo sangue, os quais por muito tempo compartilharam o mesmo teto.

Casos de família

O primeiro tópico deste capítulo demonstrou que a oferta de dotes ou doações era uma prerrogativa das famílias mais enriquecidas, o que permitia uma distribuição de bens planejada, executada ao longo da vida do casal chefe de família. No que diz respeito à divisão das terras, os mais enriquecidos dispunham de alternativas para beneficiar todos os filhos sem que a propriedade fundiária fosse fragmentada de forma igualitária entre todos os herdeiros. Entre as famílias mais pobres, a situação poderia tornar-se tensa, tendo em vista que a divisão de pequenas porções de terra corria o risco de tornar as novas parcelas inúteis para a produção agrícola. Como vimos, em pelo menos uma situação o genro não aceitou o planejamento de divisão da terra imaginado pelo sogro. Alguns filhos poderiam ter participado mais ativamente da constituição do patrimônio ou cuidado de seus pais, o que os colocariam em uma posição privilegiada frente aos demais irmãos. Entre as famílias chefiadas por casais não tão idosos, a presença de filhos pequenos poderia criar a demanda de se elaborar meios para a subsistência dos mesmos.

Esta série de dilemas e problemas parentais estimula-nos a pensar em um modelo de organização familiar no qual os pais possuem um domínio relativo e temporário sobre seus filhos e genros, o que impede a constituição de estratégias familiares capazes de organizar de forma mais ou menos harmônica o agregado de núcleos que pertencem à família extensa. Nossa hipótese é a de que nas famílias extensas mais pobres e remediadas (e mesmo em algumas das mais enriquecidas) tenham ocorrido articulações entre apenas alguns núcleos domésticos específicos, de modo que os vínculos de solidariedade mais imediata tenham sido limitados a apenas alguns parentes. Desse modo, a família vivida não se espalhava a toda a vinculação consanguínea existente e conflitos poderiam estalar quando do choque de interesses.

A disputa pela autoridade

Quando Manuel Lourenço Mariante faleceu, a viúva solicitou para que o filho Manuel Joaquim não recebesse terras em sua parcela da herança. Este já houvera recebido um quarto do campo da família como dívida, provavelmente por ter trabalhado junto com o

pai para obter os recursos necessários para a aquisição do terreno⁴²². No entanto, diferente dos filhos de benção de Inês de Santo Antônio e Manuel Nunes, Manuel Joaquim não se manteve obediente a sua mãe e com ela disputou a autoridade sobre o patrimônio após o falecimento do pai.

A viúva Maria Silveira entrou com uma ação contra seu filho. Afirmou diante do juiz que o filho Manuel Joaquim é de “tão má conduta e tão desobediente a suplicante sua mãe” que se este viesse a participar da divisão da herança iriam ficar a suplicante e filhos menores “em breve tempo sem cousa alguma por ser o dito filho inclinado ao jogo e outros mais vícios que a prudência oculta”. A mãe desqualificou publicamente seu filho, acusando-o de agir em interesse próprio e contra a família. Não bastasse isso, seu genro João Carlos Pacheco representava outro problema pois, “não que seja de má conduta, mas por ser acérrimo amigo do dito seu filho” se viesse, a se apossar do campo “serão continuadas as desordens”⁴²³. Portanto, do ponto de vista da matriarca, os cunhados aparentemente se uniram contra ela e os filhos menores.

No documento subsequente, bastante danificado pelo transpasso de tinta do verso da folha, encontra-se uma descrição mais detalhada da desobediência do filho. Condena ela ao filho e ao genro pelo “ato de pegar e vender bens da suplicante sem a sua ordem”. A viúva explica que o transtorno pelo qual passa se deve ao fato de que ambos “se põem como senhores de todos os bens da suplicante pondo-a em tal consternação e sem legar aos demais”⁴²⁴.

O falecimento de Manuel Loureço fez estalar um sério problema relativo à sucessão da liderança familiar, pois mãe e filho mais velho passaram a disputar o poder sobre o patrimônio. De acordo com a mãe, o filho arrogou-se no direito de vender alguns bens da família, situação contestada e denunciada na justiça. Neste caso, a justiça foi convocada para resolver um conflito que a autoridade familiar não foi capaz de evitar. Tão diferente daquele caso dos mais enriquecidos produtores, aqui a divisão familiar não se processou de um modo tranquilo, por etapas, de acordo com a hipótese de Chácon Jiménez. Pelo contrário, o rompimento foi a regra.

No entanto, em contradição com a acusação da viúva, parece que a mesma talvez tenha posto em prática expedientes extralegais para tentar preservar ou concentrar o patrimônio consigo. Sabemos disso por meio de uma *ação de sonogados* aberta pelo filho

⁴²² Manuel Lourenço Mariante, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0781, invent. núm. 155.

⁴²³ Manuel Lourenço Mariante, *idem*.

⁴²⁴ Manuel Lourenço Mariante, *idem*.

mais velho contra sua mãe. A antiga vítima tornou-se ré. De acordo com o filho Manuel Joaquim, sua mãe e o tutor, o tio materno, obraram de modo a ocultar uma série de bens e a negar seus direitos de herança. Dentre os bens sonegados estão uma escrava, uma espada, uma arma de fogo, instrumentos agrícolas, utensílios de metal, móveis domésticos, couros de novilhos, reses e algumas centenas de alqueires de trigo e feijão e de mãos de milho. Parte dos bens foram vendidos antes de as partilhas se findarem. A mãe também fingiu que o dinheiro obtido e utilizado para pagar uma dívida dos campos era emprestado, quando era próprio e deveria ter entrado na partilha. Argumenta o autor que se o trigo, milho e feijão que sua mãe colheu foi “plantado com os escravos do monte”, os mesmos bens “deveriam ser partilhados igualmente com os órfãos herdeiros maiores na forma que recomenda o direito”⁴²⁵.

Encontramo-nos diante de um acontecimento muito delicado. Mãe e filho acusam-se mutuamente de vender de forma oculta bens não partilhados. Enfrentam-se, aqui, duas pretensões à autoridade sobre o patrimônio doméstico. O filho labutou ao lado do pai para juntar o dinheiro necessário para comprar o campo e, por isso, sentia-se autorizado a dispor dos bens familiares. Semelhante aos casos em que os filhos cuidaram dos pais e estes se sentiram em dívida, aparentemente o trabalho do referido filho foi crescente, conferindo-lhe um poder moral e um dividendo material no interior de sua família. No entanto, ao invés de optar pela obediência, como os *filhos de benção* de Manuel Nunes, Manuel Joaquim optou por disputar o patrimônio com sua mãe.

Longe de funcionar de forma homogênea, as famílias eram diferentes não só por suas fortunas, mas também porque seus membros se relacionavam de maneiras particulares entre si, de acordo com os contextos vividos. Famílias aparentemente semelhantes em termos materiais poderiam apresentar resoluções para situações idênticas tão diferentes decorrentes dos recursos obtidos pelos filhos e as decisões tomadas pelos mesmos. Em algumas situações, os filhos poderiam adquirir condições suficientes até mesmo para confrontar os pais. No caso ora em análise, constatamos que os mãe e filho desentenderam-se e que cada um de seus núcleos domésticos articulou-se a outros núcleos da família extensa: a mãe se ligou a irmão, enquanto o filho aproximou-se do cunhado. Se enfrentavam os próprios pais, nada impedia que irmãos também entrassem em confronto.

⁴²⁵ Manuel Lourenço Mariante, *idem*

No caso anterior, vimos que mãe e filho disputaram entre si o espólio da família. A história que se segue é algo semelhante e envolve dois irmãos, em Porto Alegre, no ano de 1815. Seu registro não faz parte dos inventários ora analisados, e sim é resultado de um processo criminal aberto por Miguel Silveira Gonçalves contra Vicente Silveira Gonçalves, listados no banco de dados que utilizamos para o período entre 1781 e 1790⁴²⁶. Ambos são filhos de Manuel Silveira Gonçalves, um pobre lavrador sem escravos listado na *Relação de moradores* de 1784 como proprietário de pequeno rebanho e limitada extensão fundiária, bem inferior a uma data de terras. Este processo será utilizado brevemente, pois a riqueza de suas informações obriga uma análise mais detalhada que, por ora, não temos condições de executar. Três situações nos interessam nesta história: o conflito entre irmãos, a quase similaridade de posição entre os chefes de família e suas esposas, a proximidade entre sogro e genro⁴²⁷.

Miguel Silveira, sua esposa e o genro abriram um processo criminal contra Vicente Silveira, esposa e genro, com a acusação de serem os responsáveis pelo rompimento e derrubada de cercas e porteira que foram levantadas em uma parte da propriedade. Junto ao resultado do crime, encontravam-se uma cruz e um osso de boi, entendidos pelos autores da ação criminal como uma mensagem de intimidação. Os réus negaram a execução o crime.

Miguel possuía uma porção bem maior de terras que seu irmão Vicente. Conforme acusação de Vicente, o irmão que ficou responsável pelo cuidado da mãe idosa e viúva a “seduziu” com o objetivo de comprar-lhe as terras que ficaram na meação. Nesse caso, um dos irmãos aproximou mais intensamente ao núcleo doméstico da mãe, o que terminou em um provável sentimento de dívida desta para com o filho. Talvez este caso seja muito semelhante ao de Manuel Nunes Goulart, anteriormente mencionado, que legou maior quantidade de bens aos filhos que lhe acompanharam na última etapa de sua vida. É possível que Miguel fosse, igualmente, considerado um “filho de benção”, tal qual os filhos preferidos de Manuel Nunes.

Encontramo-nos, portanto, diante de mais um caso de divisão desigual de um pequeno pedaço de terras que não foi planejado pelos chefes doméstico e que resultou, pelo contrário, de um modo de organização no qual um dos núcleos domésticos de descendentes

⁴²⁶ Agradeço a Vanessa Schommer, responsável pela transcrição do documento, que gentilmente me ofereceu o mesmo.

⁴²⁷ Ação possessória aberta por Miguel Silveira Gonçalves e mulher, 1815, Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina, 2ª Vara Cível e Crime, ex. 004.6094, doc. 889.

aproximou-se com mais intensidade do núcleo dos pais, que terminou por desfavorecer os demais membros da família extensa. Importa observar, também, que semelhante prática representou um mecanismo que permitiu diminuir a intensidade do parcelamento das terras, que se somou a outros tantos atos familiares ou individuais que funcionaram com uma contracorrente, mesmo que tímida, ao processo mais amplo de parcelamento intenso das terras.

No caso ora analisado, é enfatizado o fato de que tanto eram autores quanto réus os irmãos *e suas esposas*. Ainda que a ordem social dos territórios sob domínio da monarquia portuguesa fosse patriarcal, diferentes autores pontuaram o fato de que as esposas assumiam papel de liderança em suas famílias. As longas ausências masculinas na São Paulo, durante o século XVII, tornavam as esposas dos bandeirantes verdadeiras matriarcas que controlavam suas famílias e unidades produtivas, conforme analisou Muriel Nazzari. Em Porto Alegre e Viamão, tendo em vista que o trabalho rural exigia a associação praticamente idêntica entre os membros do casal e que o patrimônio era formado pela união das legítimas ou adiantamento de cada um dos cônjuges, sendo que os adiantamentos mais comuns eram femininos, percebe-se que as lavradoras, na condição de mães e esposas, poderiam assumir não só um importante papel doméstico como, também, público. Ao considerar que as mulheres da elite da vila de Rio Grande das décadas de 1750 e 60 assumiam destaque social, como evidenciado por Martha Hameister a partir dos registros de batismos, uma situação algo análoga, ainda que mais delicada, poderia ter sido vivenciada pelas produtoras rurais de Porto Alegre⁴²⁸.

Do lado de cada uma das famílias em conflito encontrava-se um genro. O advogado dos autores, em determinado momento, afirmou que Miguel Silveira houvera prometido a seu genro a permissão de fazer suas próprias plantações nas terras que eram dele, Miguel. De fato, o genro arranchou-se na área e suas plantações ficavam junto à servidão, estrada que atravessava a propriedade e servia para o trânsito comum. Aqui reside um dos motivos do conflito, pois estas plantações foram devoradas por animais. Provavelmente a promessa de permitir plantações próprias foi uma espécie de dote ofertado à filha e um elemento fortalecedor da relação sogro-genro. Entre os irmãos Silveira, os genros estavam a trabalhar dentro das fronteiras da economia doméstica dos sogros e esta relação de afinidade sogro-genro tornou-se um vínculo mais forte que o consanguíneo que unia os irmãos. No interior

⁴²⁸ HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006,

de uma mesma família extensa, conviviam diferentes articulações entre os núcleos domésticos. No interior de uma mesma família, famílias diferentes existiam.

A estratégia efetuada por Miguel levou ao empobrecimento de seu irmão Vicente, pois o mesmo não vivia da produção agrícola, mas de ganhos. Este e o genro ocupavam-se de transportar pedras para a cidade em seu carro de bois. Vicente possuía um pequeno pedaço de terra, mas por alguns apontado como insuficiente para manter os próprios animais. A divisão desigual (e talvez imoral) das terras afetou a tal ponto as condições de formação da economia doméstica de Vicente que este se tornou mais pobre que seu pai, um lavrador pobre, mas foi o que garantiu ao irmão condições para estabelecer sua unidade de produção agrícola. Este caso evidencia de maneira cabal como uma excessiva divisão das terras ou a entrega de um lote demasiado pequeno implicaria em uma real crise de reprodução de novas unidades domésticas. O sucesso ou fracasso das estratégias de sucessão, de entrega de terras para os filhos antes ou durante o processo de divisão da herança, poderia levar à reprodução sustentável de todos ou de parte dos novos núcleos familiares ou, pelo contrário, ao seu empobrecimento.

Conclusão: a articulação limitada de núcleos domésticos

As situações de conflito familiar encontradas nesta pesquisa apontam, justamente, para as formas de solidariedade praticadas, as quais envolviam laços de sangue ou de afinidade. As histórias precedentes evidenciaram a articulação entre dois núcleos familiares dentro de uma família extensa, que poderia unir pai e filho, sogro e genro, irmãos ou cunhados. Outras situações evidenciam melhor tal articulação. No processo de partilha das terras de José Rodrigues da Silva, o filho Antônio tornou-se um dos herdeiros de metade do campo e ficou “sendo sócio em igual parte com os demais herdeiros”. A expressão “sócio” é recorrente na documentação trabalhada. De acordo com o dicionário de Antônio de Moraes Silva, *sócio* o companheiro de outro que, juntos, concentram forças para em comum chegarem a algum fim⁴²⁹.

Nas *Relação de Moradores* de Viamão, elaborada em 1784-5, encontramos algumas sociedades formadas por sogros e genros. Manuel Nunes Goulart e seu genro Francisco Luís Terra compraram, como sócios, um campo de meia légua em quadro. Antônio Machado Fagundes e seu genro Faustino Luís Dinis, da mesma forma, compraram em

⁴²⁹ Sócio. In: MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario de lingua portuguesa*, vol. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível na página: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/socio>. Acesso em 22 jul. 2018.

sociedade um campo idêntico ao anterior, de meia légua em quadro. Ainda que sem receber o qualitativo de sócio, alguns irmãos parecem compartilhar o controle sobre as propriedades que foram dos pais. Inácio dos Santos de Abreu, um irmão e uma irmã compartilham um campo de légua e meia em quadro e quase dois mil animais. No ano de 1781, Inácio e o irmão João aparecem a residir no mesmo domicílio, segundo o *rol de confessados*⁴³⁰.

Da mesma forma que havia filho ou genro disposto a rebelar-se contra os pais ou sogros, ou irmão capaz de atrair irmão, houve frequentes casos em que sogros e genros, bem como irmão, vincularam-se de modo a comprar terras ou gerir patrimônio fundiário recebido em herança de forma conjunta. A solidariedade familiar ou o conflito eram alternativas possíveis, empregadas de acordo com a avaliação ou índole de cada indivíduo dentro dos contextos econômico e o ambiente familiar. Por vezes, os conflitos resultavam de solidariedades limitadas que articulavam apenas alguns familiares entre si, os quais poderiam pôr em xeque interesses de seus parentes.

Ser compadre: entre o auxílio externo e reforço das posições no interior da família

Vimos, no capítulo 4, que o compadrio e o apadrinhamento aqui estudados se referem ao conjunto de relações nascidas no ritual do batismo. Apesar de o vínculo pertencer ao mundo espiritual, no mundo social o mesmo poderia assumir diferentes naturezas, como reforçar laços internos ao grupo ou criar pontes hierarquizadas entre famílias de grupos diferentes. De maneira mais precisa, ocorre uma interrelação transformadora entre o religioso e outras esferas sociais, como a política e a econômica. Como o padrinho é o pai espiritual do seu afilhado e possui uma relação de reciprocidade relativa com seu compadre, no mundo católico da época moderna o compadrio muitas vezes confundiu-se com o clientelismo, mas não sempre⁴³¹. O que nos interessa, neste momento, é avaliar o papel do compadrio no processo de sucessão e herança.

⁴³⁰ *Relação de moradores de Viamão de 1784-5*. Versão oficial encontra-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Borrador encontra-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁴³¹ MINTZ, Sidney; WOLF, Eric. An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo). In: *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 6, No. 4, 1950, pp. 341-368; GUDEMAN, Stephen. "The Compadrazgo as Reflection of the natural and spiritual person". In: *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. 1971. pp. 450-71; SANTILLI, Daniel. Entre el clientelismo y el reforzamiento de vínculos. Familia y padrinazgo en Buenos Aires, 1780-1840. *Revista de Demografía Histórica*, XXVII, II, 2009, segunda época, p. 111-148; BRÜGGER, Silvia. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 313-347; ALFANI, Guido. La Iglesia y el padrinazgo: ¿una institución social rebelde? (Italia, España y Europa desde el siglo V hasta la actualidad). *Revista de Demografía Histórica*, XXVI, I, 2008, p. 87-124.

A primeira referência necessária, apresentada no Capítulo 2, é a do lavrador Manuel de Ávila de Souza e sua esposa Catarina Isabel. Em 1757, eles formavam um casal de açorianos agregado junto ao domicílio do estancieiro Sebastião Francisco Chaves, o qual se tornou padrinho de alguns de seus filhos. Este não possuía filhos e deixou a maior parte de suas terras para seu agregado e compadre. Cerca de trinta anos depois, Manuel de Ávila e sua família extensa tornou-se uma das mais ricas famílias dentre os lavradores, de modo que ele era um lavrador rico e dois de seus filhos foram, a partir de nossos parâmetros, considerados como lavradores-criadores. A dádiva de padrinho para afilhado e compadre transformaram uma família extensa de açorianos pobres e recém-chegados em membros da elite rural local. Tornaram-se eles elite não só pela riqueza, mas por criar vínculos espirituais e parentais com outras famílias rurais destacadas.

Algumas páginas atrás vimos que o padrinho dos mais jovens órfãos de Antônio Francisco Gomes legou terras e animais aos afilhados. Estas garantiriam uma renda de 5% até que os mesmos se tornassem maiores de idade ou casassem. Neste caso, um recurso externo ao núcleo familiar, originado de um padrinho que era um produtor provavelmente solteiro, dono de dois terrenos com um quarto de légua cada e 4 cativos, conferiu um patrimônio importante e diferenciado para parte dos filhos, particularmente para as meninas, as quais teriam dotes valiosos para concorrer no mercado matrimonial.

Joana, filha do lavrador remediado mais pobre Antônio Garcia dos Santos e da falecida Francisca Inácia de Jesus, recebeu uma esmola de sua madrinha Dona Catarina de Lima, mãe do vigário João Diniz Alves de Lima, ambos os proprietários de três estâncias e, provavelmente, os mais enriquecidos produtores da região. Declarou Antônio Garcia que a madrinha de Joana e sua comadre havia dado à afilhada uma esmola no valor de 25,6 mil réis, com o qual se comprara um pedaço de terreno⁴³². Vimos esta história no Capítulo 4, onde demonstramos a forte vinculação entre a família extensa de Antônio Garcia e Dona Catarina de Lima. Antônio e seus filhos escolhem tanto Catarina quanto seu filho, o vigário, como compadres.

Considerando que se trata de uma relação intensa entre famílias demasiadamente desiguais, vemo-nos diante de uma situação na qual uma política de clientela pode ter sido consagrada pelos muitos rituais de batismo realizados. Se assim for, a observação de Francisco Chácon Jiménez evidencia-se correta para a localidade ora estudada, pois o clientelismo tornara-se elemento pertinente no processo de reprodução desta família: tanto a

⁴³² Francisca Inácia de Jesus, 1793, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0784, invente. núm. 170.

jovem Joana recebera um valor significativo para o dote quanto a transmissão da herança, por consequência, termina por ser desigual e favorável a apenas uma das herdeiras⁴³³. A família de um lavrador remediado, neste aspecto, foi favorecida por uma madrinha para melhor disputar no mercado matrimonial, o que poderia viabilizar a reprodução de, ao menos, um núcleo doméstico novo em condições de se tornar semelhante ou mais afortunado que paterno.

Um último caso salienta a importância do compadrio na constituição dos núcleos familiares e que o mesmo não se resume a elementos exclusivamente materiais. Após o falecimento de Antônio Silveira da Rosa, o padrinho e tio de uma das órfãs, João Luís Bucellas, entrou com um processo contra o tutor dos órfãos. Afirma o padrinho que o tutor não estava fazendo a arrecadação dos bens dos órfãos, além de “os ter desfrutado” e “largado a disposição de diversos”, de modo que “alguns bens se acham consumidos e outros sem valor e sem arrecadação alguma”. O tutor encontrava-se ausente, e foi acusado de ter dado fuga para Laguna. O nome do tutor é José Silveira da Rosa que, pelo sobrenome, deveria ser irmão do falecido e também tio dos órfãos⁴³⁴.

Neste caso, o compadrio reforçou o vínculo sanguíneo de apenas um lado da família, pressionando ou estimulando o parente carnal e espiritual a sair em defesa de sua afilhada e sobrinha, bem como dos demais órfãos. O outro lado, pelo visto, manteve-se fraco a ponto de ocorrer um caso de provável abuso por parte do familiar sobre o patrimônio dos órfãos. A ideia de que o compadrio serve para reforçar os laços familiares, apesar de correta em linhas gerais, é insuficiente. O espaço social das relações familiares era relativamente amplo, dependendo do tamanho da família. Quando se escolhia um irmão ou irmã, tio ou tia como compadre ou comadre, outros parentes não eram escolhidos e, portanto, o reforço apresentava um caráter bem direcionado e delimitado. Parece-nos mais adequado, portanto, afirmar que *a escolha de um parente como compadre reforçava a posição dos pais e dos filhos no interior da família extensa ao estabelecer uma relação mais apertada com alguns parentes, mas não com outros.*

Os quatro casos apresentados neste tópico demonstram como vinculações externas ao núcleo familiar – decorrentes dos vínculos de compadrio – podiam, eventualmente, agir a favor dos pais e compadres e, particularmente, dos filhos menores quando os pais não tivessem condições para tal. Isso significa não apenas o aporte de valiosos recursos materiais, como a atuação no campo judicial para proteger os interesses e direitos atacados. Limitações

⁴³³ CHÁCON JIMÉNEZ, Patrimonio y matrimonio..., *op. cit.*, p. 385.

⁴³⁴ Antônio da Silveira Rosa, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0785, invent. núm. 172.

no interior do núcleo familiar poderiam ser transpostas pela ação de parente próximo e moralmente encarregado da proteção de seus afilhados quando os pais não tivessem condições. Inclusive, este compadre parente teria a missão de proteger seus afilhados contra outros parentes mal-intencionados. Às vezes, no entanto, semelhante papel deveria ser cumprido por um compadre externo à família consanguínea, mas envolvido com o cuidado de seu afilhado.

Conclusão

Em Porto Alegre e Viamão, como em toda a América portuguesa, a herança deveria ser igualmente distribuída entre os herdeiros, ainda que a prática do dote e da concessão de parte da terra do testador pudessem gerar algum tipo de desigualdade. A oferta de dotes ou doações era pouco frequente entre os setores mais pobres, regular no seio do setor intermediário mais afortunado e costumeira entre os mais ricos produtores rurais. Ao mesmo tempo, para todos os grupos sociais, parcelas de terras não eram concedidas antecipadamente. Portanto, maior independência produtiva no início da vida de casados, ainda que nas terras paternas, era uma prerrogativa dos filhos dos mais ricos produtores, bem como de uma parcela dos grupos intermediários. Contavam com a reprodução do próprio rebanho, cultivavam lavouras próprias e possuíam alguns escravos a sua disposição. Ignorado este setor, a regra era a dependência dos filhos casados nos limites da economia doméstica dos pais ou sogros, ainda que pudesse dispor de alguns animais e algumas lavouras. Somente quando faleciam um ou ambos os progenitores poderiam seus filhos adquirir uma parcela de sua herança por meio da entrega das legítimas.

As famílias estudadas, via de regra, empregaram alguns procedimentos para evitar ou atrasar o parcelamento das propriedades fundiárias. Metade das terras e, com frequência, o conjunto do sítio (currais, cercas, arvoredos e demais benfeitorias) permaneciam na meação do cônjuge falecido. No entanto, a propriedade fundiária era igualmente dividida entre os herdeiros da maioria das famílias. Entre os mais ricos dos produtores, era viável dividir as terras e garantir uma extensão útil aos filhos. No entanto, como a maioria daqueles que dividiram igualmente suas terras possuíam fortunas menores, fazia-se necessário adquirir terras para evitar a concessão de parcelas de pouca extensão. Ou, o que deveria ser a regra, especialmente entre os mais pobres, majoritariamente lavradores remediados nos inventários pesquisados, a terra era apenas nominalmente dividida de forma igualitária,

efetuando-se práticas informais de divisão decorrentes de acordos familiares ou, mesmo, estratégias que resultariam na distribuição desigual dos pequenos lotes.

Algumas famílias, especialmente as mais afortunadas, possuíam condições de dividir desigualmente as terras de forma minimamente planejada e nominal, de modo a diminuir a intensidade do parcelamento e de possíveis conflitos familiares. Entre os mais ricos, a concessão de adiantamento cujo valor fosse superior à legítima poderia retirar de alguns dos filhos o interesse de fazer a colação do dote para participar da partilha das terras. Houve casos em que a concessão de partes da terça ou a outorga de um valor superior à legítima (com conseqüente dívida para com outro herdeiro) permitiu que alguns dos filhos viessem a receber mais que seus irmãos.

Sob muitos aspectos, esta era uma sociedade camponesa, pois a mão-de-obra básica era representada pelo conjunto formado pelos chefes de família e seus filhos. Estes filhos, quando cresciam, poderiam tomar escolhas conforme o contexto de suas vidas: casar, manter-se na casa dos pais ou migrar para trabalhar em outra localidade, dentre outras possíveis. Enquanto tornavam-se adultos, trabalhavam e ajudavam a aumentar o patrimônio da família, processo que fazia deles mais importantes em seus domicílios, conferindo-lhes algum nível de responsabilidade sobre o patrimônio e sobre o bem-estar familiar. Os pais podiam vir a se sentir em dívida com os filhos, enquanto, ao mesmo tempo, estes podiam se sentir donos do patrimônio. Neste contexto, os filhos poderiam assumir um comportamento obediente frente a seus pais – tornando-se filhos de benção, como um pai referiu-se a seus filhos, reconhecendo neles a intervenção divina–, ou, pelo contrário entrar em conflito pelo que consideravam seu – e tornar-se, assim, um filho desobediente e cheio de vícios. Vê-se, portanto, que os indivíduos eram capazes de assumir as posições que achassem as mais adequadas, participando de forma ativa e refletida do processo de reprodução familiar. Processo este que é um dos mais importantes para definir a reprodução social como um todo.

O costume parece ter exercido um papel importante na divisão das terras dos mais pobres, como reivindicou o sogro que desejava comprar a pequena parcela das terras do genro. No entanto, em um contexto no qual havia oficiais da câmara e advogados preparados para fazer valer as leis protetoras dos direitos de herdeiros, filhos e filhas, bem como seus companheiros, poderiam reivindicar na justiça o que lhes pertencesse quando da divisão das legítimas, de modo a contrariar qualquer planejamento que seus pais ou sogros pudessem vir a ter. Particularmente no caso dos irmãos Silveira Gonçalves, não havia qualquer forma de divisão negociada em família e foi a estratégia do irmão Miguel de reforçar seu vínculo com

a mãe que lhe abriu acesso ao patrimônio fundiário materno, relegando seu irmão a uma situação de pobreza.

A associação entre diferentes núcleos familiares representou um importante expediente para organização do trabalho e para aquisição de patrimônio. Pais e filhos, sogros e genros, bem como irmãos ou amigos poderiam tornar-se sócios para adquirir um pedaço de terras e nelas trabalhar. A estratégia familiar no seio destas comunidades, portanto, dificilmente congregava todos os núcleos da família extensa, antes, poderia articular dois ou três, sem considerar os demais.

O núcleo familiar não era fechado e completamente independente. Em realidade, intervenções de parentes não-co-residentes ou mesmo de pessoas externas ao grupo familiar eram muito úteis, seja através da ajuda de compadres ou pela intervenção do Estado de forma de dirimir conflitos que os pais não eram capazes de solucionar. Num ambiente em que a possibilidade de falecer era relativamente alta e no qual as mulheres não eram juridicamente autônomas, a presença de tutores interessados e de padrinhos capazes de ajudar seus afilhados e compadres em termos econômicos e jurídicos era um elemento precioso capaz de modificar positivamente os processos de reprodução familiar. A família de pequenos e médios produtores, como vimos, não pode ser considerada como um conjunto homogêneo e ordenado desde o centro. Pelo contrário, desavenças e conflitos poderiam estalar em diferentes oportunidades, especialmente quando da divisão da herança. A escolha de parentes para ocuparem o papel de compadres ou comadres poderia vir a reforçar a posição dos pais e seu filho batizados no interior da correlação de forças dos núcleos familiares não-co-residentes.

O conjunto dos dados aqui levantados permitem pensar em um modelo de família. Excluídas as famílias de lavradores-criadores que faleceram ao fim do ciclo de vida do casal, que lembram algo das famílias da elite pecuarista, as famílias de demais lavradores-criadores com filhos jovens e as famílias de lavradores remediados parecem compartilhar uma série de características, desigualmente distribuídas. A autoridade paterna era incontestada, mas poderia ser posta em dúvida a partir da divisão das legítimas. Os pais, na medida em que envelheciam, viam os filhos como contribuidores do aumento patrimonial e isso redundava em dívida moral ou material para com estes. Aparentemente, os setores remediados não tinham como objetivo aumentar ou manter o prestígio da família, mas viam-se enredados em questões muito práticas de sobrevivência, como garantir a renda para os filhos menores, a concessão de terras de tamanho suficiente ou retribuição à dedicação dos filhos que deles cuidaram durante a velhice. O auxílio externo ao núcleo familiar, seja de família aparentada

ou via clientelismo, poderia se tornar um recurso valioso, inestimável. Em linhas gerais, o que aqui tentamos delinear foi uma relação das estratégias de reprodução da família camponesa e pequeno-escravista e verificar o quanto elas eram ou não acessíveis aos diferentes núcleos domésticos.

Capítulo 6: Formas de acesso à terra, vizinhança, crédito e parentesco espiritual envolvendo libertos

Havia indivíduos e famílias negras residentes no Rio Grande do Sul, durante o período escravista, que conseguiram manter-se de maneira relativamente autônoma graças ao acesso ao uso ou à propriedade da terra⁴³⁵. Neste capítulo final, temos dois objetivos. Primeiro, por meio de análise bibliográfica baseada em trabalhos desenvolvidos nos últimos quinze anos, mapear algumas pesquisas e informações obtidas consideradas relevantes para montar um quadro sobre o referido tema. Abordaremos obras que problematizam o acesso à terra por parte de escravos e forros no sudeste e nordeste do Brasil, bem como na história do Rio Grande do Sul. Tal divisão regional foi escolhida exclusivamente pelo caráter pioneiro de algumas das obras sobre o sudeste e nordeste e não porque a escravidão nestas regiões seja considerada como completa ou a verdadeiramente nacional. Salientamos que os trabalhos sobre a escravidão e liberdade no Rio Grande do Sul constituem não o segmento de uma história regional da escravidão, mas sim representam um conjunto de obras sobre a escravidão na América portuguesa e depois Império do Brasil ambientada no Rio Grande de Sul.

O segundo objetivo é o de abordar as formas de acesso à terra por parte de famílias negras em Porto Alegre e Viamão, na década de 1780. A identificação dos possuidores ou proprietários de terras forros é tarefa sem dificuldade, pois os mesmos estão registrados na *Relação de moradores de Porto Alegre de 1785*, bem como na *Relação de Viamão*, documentos que se constituem enquanto listas de produtores agrários, com ou sem terras. Além disso, o problema mais importante deste trabalho, foi encontrado um interessante indício que permitiu levantar a hipótese de que havia famílias de pretos forros que obtiveram o acesso ao uso da terra de terceiros ou mantiveram acertos de trabalho junto a lavradores da localidade. Para sustentar a hipótese, foi realizada uma pesquisa nominal dos agentes sociais envolvidos em um inventário e nos livros de batismos de Porto Alegre e Viamão.

⁴³⁵ Por “acesso ao uso da terra” entendemos a utilização produtiva do solo sem necessário reconhecimento jurídico de propriedade. O acesso ao uso da terra poderia se dar por meio da prática de agregar-se junto a um proprietário, pelo arrendamento ou pela ocupação de terras devolutas. A ocupação feita de boa-fé, que fosse produtiva e antiga poderia garantir o direito de posse da terra, uma garantia jurídica. O arrendamento baseava-se em um contrato, o que implicava em direitos e deveres entre arrendatário e arrendador. O agregado ou inquilino, em princípio, não teria direito algum e o acesso à terra poderia ser dado e retirado conforme a vontade do proprietário de terras. No entanto, era frequente o reconhecimento de posse de benfeitorias por parte daqueles que a construíam. Por “acesso à propriedade” referimo-nos ao domínio direto de uma extensão territorial, social e juridicamente reconhecido. Ver CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia*. Barcelona: Crítica, 2007, p. 40; MOTTA, Marcia. Posse. In SERRÃO, José; MOTTA, Márcia; MIRANDA, S. (dir.). *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL, 2015. Disponível em: <https://edittip.net/2015/09/21/posse/>. Acesso em 01/01/2017.

Ao estudar as famílias aqui selecionadas, entende-se que cada uma se constituía enquanto uma economia doméstica formada por familiares e dependentes sob o comando de um casal chefe de domicílio, sendo que os últimos se relacionavam com outros chefes de domicílio que possuíam mais ou menos recursos, o que resultava em diferentes tipos de vínculo, como contratos laborais, clientelismo, compadrio, parentesco ou amizade. Na documentação disponível, as vinculações mais comuns encontradas são as formais, produzidas por funcionários reais ou padres, os quais registraram dívidas ativas e passivas, casamentos, batismos ou compras e vendas. Das vinculações informais, poucos registros são disponíveis e, para abordá-las, utilizaremos indícios indiretos, a partir dos quais serão levantadas hipóteses baseadas no contexto específicos das relações desenvolvidas.

Os documentos analisados são as *Relações de Moradores de 1785*, os *róis de confessados* do período entre 1779 e 1782, os *livros de batismos* de Porto Alegre e Viamão e um inventário *post-mortem*. Ao informar os nomes dos indivíduos, especialmente dos chefes de fogo, a documentação permite elaborar um quadro das vinculações sociais formulado a partir da hipótese de pesquisa acima apresentado. Ao fim deste trabalho, será possível refletir sobre os laços comunitários existentes em Porto Alegre, durante a década de 1780, particularmente sobre os tipos de ajuda que cada tipo de laço social oferecia, sobre a amplitude socioespacial destes laços e sobre o papel do contexto político e econômico sobre as vinculações⁴³⁶.

Nas páginas que se seguem, apresentaremos a discussão bibliográfica, seguida pela análise da documentação em etapas. Nesta última fase, no primeiro momento, será apresentado um grupo dos forros que obteve a propriedade direta de uma porção de terra e, depois, outro grupo que estava a residir na área rural de Porto Alegre no ano de 1781. Em seguida, a partir de um inventário, apresentaremos o conjunto das pessoas para quem um casal de pretos forros estava em dívida. Por fim, os registros de batismos serão utilizados para verificar possíveis vinculações espirituais criadas na pia batismal entre as pessoas encontradas nas etapas anteriores da pesquisa. Tal trajetória tem o objetivo de sustentar uma hipótese relativa ao acesso à terra de terceiros por parte de famílias de forros.

⁴³⁶ WELLMAN, Barry; WETHERELL, Charles. Social network analysis of historical communities: some questions from the present for the past, in *The History of the Family*, v.1, n. 1, p. 97-121, aqui, p. 104ss.

O acesso à terra feito por indivíduos e famílias negras no sudeste e nordeste do Brasil escravista

A análise do acesso à terra por parte negros e negras no longo período da escravidão deve ser associada à análise das atividades agropecuárias por eles desenvolvidas de maneira autônoma. A primeira teoria relevante sobre o tema é a da “brecha camponesa”, termo que designa as roças de subsistência cuidadas por cativos no interior das grandes plantações, inicialmente utilizado para o caso caribenho e apropriado por Ciro Flamarion Cardoso para o brasileiro. Essas roças eram cultivadas aos sábados ou domingos e feriados religiosos, frequentemente dependiam da formação de núcleos familiares, favoreciam os senhores por diminuir os gastos com compra externa de alimentos e garantiam aos pequenos produtores negros uma melhoria no nível de vida⁴³⁷.

Cardoso enfatiza a vinculação do proto-campesinato negro e escravizado aos mercados locais, onde eram vendidos os excedentes, o que significava uma maior de interação social extra-cativeiro, bem como a possibilidade de acúmulo de pecúlio. A hipótese defendida por Cardoso é a de que a “brecha camponesa” constituía um elemento estrutural no escravismo colonial, de modo a implicar numa leitura menos rígida do passado escravista e mais atenta à ação não-violenta de escravos em busca do aumento de suas curtas margens de autonomia. Se, por um lado, a brecha camponesa conferia benefícios aos senhores, também implicava na obtenção de direitos aos oprimidos. Se os lotes eram concessões senhoriais, os escravos se apropriaram desse sistema, “assumiram-no, crescentemente, passando a lutar para preservá-lo e ampliá-lo”.⁴³⁸

Hebe Mattos de Castro abordou a questão do acesso à terra e à produção autônoma por parte dos cativos a partir do problema do processo de diferenciação social no regime escravista do Sudeste brasileiro no século XIX. Sua pesquisa em processos-crime evidenciou uma constante referência a espaços para a economia própria dos escravos, especialmente em horários de folga, ainda que os recursos exploráveis não fossem iguais para todos. Foram encontradas referências a áreas inteiras reservadas às roças dos escravos, a práticas de mutirões para a colheita do milho e a comercialização de excedentes nos mercados locais⁴³⁹.

O acesso às parcelas de terras e o trabalho familiar constituíam elementos que aumentavam concomitantemente a autonomia dos cativos e sua dependência para com os

⁴³⁷ CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 91ss.

⁴³⁸ CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês?...*, *op. cit.*, p. 112s.

⁴³⁹ MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 57s.

senhores. O resultado desse processo era a criação de uma diferenciação social no interior das escravarias.⁴⁴⁰ A estabilidade do acerto entre senhores e escravos contribuiu para a acomodação do sistema escravista, situação que foi progressivamente rompida com a intensificação do tráfico interno após o fim do tráfico atlântico. Como muitos escravos crioulos acostumados a certos direitos costumeiros foram privados dos mesmos quando enviados para outras regiões, ocorreu um aumento no nível de tensão social no interior das grandes escravarias⁴⁴¹.

Robert Slenes, em pesquisa sobre Campinas no século XIX, defende uma perspectiva muito próxima a de Ciro Cardoso, mas advoga a impertinência da metáfora da “brecha”, por esta remeter a uma concepção de estrutura arquitetônica eurocêntrica, ignorante das concepções africanas de arquitetura e política. Sugere, em seu lugar, o emprego do conceito de “economia interna dos escravos”, apropriado da literatura norte-americana, que inclui atividades e relações empregados pelos escravos que permitem o acesso e até acúmulo de recursos econômicos⁴⁴².

Em torno da economia interna dos cativos incidiam pontos de vista diferentes de escravos e senhores que não necessariamente coincidiam e, às vezes, podiam ser até conflitivos. Para o autor, as roças não podem ser vistas somente da perspectiva do senhor, como uma concessão, mas fazem parte do cruzamento das relações entre dominadores e dominados, cujo interesse dos cativos contribuiu para a conquista de direitos costumeiros, a formação de uma visão de economia moral, a redefinição dos limites de ação de cada agente e a possibilidade de criação de identidades de família, comunidade, nação e classe. Ainda que não necessariamente, este processo poderia vir a ter um resultado desestabilizador para senhores e para a sociedade⁴⁴³.

Há autores que abordaram particularmente as possibilidades de acesso à terra por parte de indivíduos forros. Em grande medida, a historiografia enfatizou a capacidade de deslocamento espacial dos libertos como um fator preponderante que garantiria o apossamento de terrenos devolutos. Esta hipótese recebe sua versão melhor desenvolvida na obra *A Colônia em Movimento*, de Sheila de Castro Faria, para quem livres e libertos pobres formavam os “andarilhos da sobrevivência”, deslocando-se para regiões fronteiriças para se tornarem pequenos produtores independentes⁴⁴⁴. Hebe Mattos tende a concordar com a

⁴⁴⁰ MATTOS, *Das cores do silêncio...*, op. cit., p. 154-9.

⁴⁴¹ MATTOS, *Das cores do silêncio...*, op. cit., p. 128ss.

⁴⁴² SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 198s.

⁴⁴³ SLENES, *Na senzala, uma flor...*, op. cit., p. 207s.

⁴⁴⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 102.

autora e enfatiza a importância do processo de formação de família para o enraizamento destes andarilhos. Para a autora, possibilidade de migrar e seu movimento inverso, de constituir família, eram elementos constitutivos do ser livre no Brasil escravista⁴⁴⁵.

Guillermo Palacios, em seu estudo sobre o longo processo de formação do campesinato nordestino no século XVIII, defende que a constituição deste segmento se dava de maneira antagônica à dinâmica dos grandes proprietários escravistas. Com a crise dos engenhos de açúcar pernambucanos e a crescente demanda de mantimentos, tabaco e algodão, homens e mulheres livres e pobres, não proprietários de cativos e organizados a partir de suas famílias, ocuparam os espaços deixados pelos antigos produtores arruinados, expandindo-se, inclusive, pelas fronteiras anteriormente não desbravadas por elementos luso-americanos. Especialmente na segunda metade do século XVIII, ocorreu amplo crescimento populacional e o aparecimento de muitas freguesias formadas por camponeses. Este setor de pobres livres era “racialmente diferenciado”, contando com pessoas de todas as classificações de cor, com possível predomínio de mestiços. Na época, conforme o autor, “a colheita de algodão era conhecida como uma atividade praticamente exclusiva dos forros, isto é, negros libertos”. Como também dos pardos ou mulatos libertos, faltou acrescentar⁴⁴⁶.

Bert Barickman, em seu estudo sobre a Bahia de fins do século XVIII até metade do século XIX, apontou que a fronteira agrária regional ainda estava aberta para a expansão de pequenos produtores, mas esta não era a única alternativa para descendentes de africanos livres ou libertos, pois havia algumas oportunidades para ascensão social. No censo de Iguape de 1835, dos 98 lavradores de cana listados, nada menos do que 40 eram pardos e 3 eram pretos. Destes, apenas 5 eram libertos⁴⁴⁷. Esse dado aponta para possível hipótese de permanência de gerações de forros e seus descendentes livres no mesmo local, os quais estabeleciam relações de dependência mais favoráveis com donos de engenhos e obtinham recursos econômicos e *status*.

Mais recentemente, alguns autores têm enfatizado a escolha pela permanência no mesmo lugar como uma estratégia proveitosamente empregada por indivíduos e famílias de libertos ou livres de cor. João Fragoso, em estudo sobre cinco gerações de famílias residentes em paróquias cariocas do século XVII e início do XVIII, demonstrou o funcionamento de um processo que levou à produção social de uma camada de pequenos produtores negros no final deste período. Alguns grupos de escravos conseguiram aproximar-se das famílias de

⁴⁴⁵ MATTOS, *Das cores do silêncio...*, op. cit., p. 32.

⁴⁴⁶ PALÁCIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UNB, 2004, p. 95-8.

⁴⁴⁷ BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 199s.

conquistadores quinhentistas por meio de diferentes vínculos, como o clientelismo, o concubinato e o compadrio, relações essas que foram reproduzidas nas gerações seguintes. Se os senhores precisavam da lealdade de parte de seus cativos para garantir seu domínio social, para um pequeno grupo de escravos destacados esta aliança possibilitou o acesso autônomo a lotes de terra, aos favores de protetores e a concessão de alforrias. Um dos resultados foi a criação de gerações de crianças negras ou pardas livres. Como resultado inesperado de uma política exitosa de dominação social, o enfraquecimento da elite quinhentista diante do crescimento e fortalecimento de novos grupos econômicos e políticos não impactou as antigas famílias de libertos, que passaram a formar um verdadeiro campesinato negro livre na América portuguesa que resistiu ao desaparecimento de seus antigos protetores⁴⁴⁸.

Feita esta rápida apreciação bibliográfica⁴⁴⁹, poderemos elaborar algumas comparações e verificar o nível de generalidade ou particularidade de tendências em torno do acesso à terra no Rio Grande do Sul.

O acesso à terra por indivíduos e famílias negras no Rio Grande do Sul escravista

O escravismo foi uma forma de arregimentação do trabalho fundamental na história do Rio Grande do Sul, no mínimo, desde o início da década de 1750. Após 1780, afirmou-se um modelo de emprego dos escravos na agricultura, pecuária, charqueadas e atividades urbanas e portuárias que se estendeu pelas décadas seguintes. A partir de 1820, o complexo charqueador e pecuário tornou-se o mais importante consumidor da mão-de-obra escravizada. Portanto, negros e negras livres ou escravizados estavam a trabalhar em todas

⁴⁴⁸ FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João, et al (org.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 21-125, aqui p. 35, 118ss.

⁴⁴⁹ Há pesquisas mais recentes que deveriam ser incluídas nesta discussão, mas que infelizmente não tivemos condições de incorporá-las. São eles: MALAQUIAS, Carlos. Da escravidão à autonomia produtiva: trabalho e família nos domicílios de forros em Minas Gerais. Freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1795-1831. *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed.UFSC, 2013; FRACCARO, Laura. O desafio de permanecer: pequenos agricultores livres de cor perante a expansão dos engenhos de açúcar escravistas – Campinas, virada do século XVIII. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2015; COSTA, Alex. Entre (dí)vidas: escravos, lavradores pobres e a luta pela sobrevivência. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2015; CRUZ, Jerônimo. As diversas famílias de lavradores de cana: estratégias de reprodução social -Freguesia de Campo Grande -RJ (1750-1800). *Anais do 29º Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Brasília: UNB, 2017.

as atividades, nas diferentes regiões da capitania e depois província do Rio Grande de São Pedro⁴⁵⁰.

Para iniciar o debate, o caminho mais adequado é o de abordar o tema da atividade produtiva agropecuária dos indivíduos forros no conjunto da sociedade escravista e onde eles se encontravam. Para isso, o mapa de população do Rio Grande de São Pedro do ano de 1802 pode ser útil. Os mapas são quadros sintéticos da demografia elaborados pelas autoridades portuguesas, sendo que o de 1802 apresenta a informação de condição jurídica e cor dos indivíduos contabilizados.

As localidades que somavam a maior parcela de pardos e pretos libertos eram Rio Grande (316 indivíduos), Porto Alegre (305), Cachoeira (294) e Triunfo (243). As áreas urbanas em expansão eram as que atraíam com mais intensidade os elementos forros graças à diversidade de ofícios e trabalhos para os quais havia demanda ou que poderiam possibilitar alforria aos cativos. Ao mesmo tempo, as regiões de fronteira ocupadas pela expansão da pecuária mostraram-se atrativas pelas oportunidades geravam⁴⁵¹. A partir destes dados, pode-se sugerir que a hipótese de migração de indivíduos forros para a fronteira, elaborada por Faria e Palacios para o sudeste e o nordeste do Brasil, pode ser aplicada para o caso da ocupação da fronteira do Rio Grande do Sul no período colonial. Neste aspecto, inclusive as áreas urbanizadas devem ser entendidas enquanto partícipes dessa fronteira.

Há duas pesquisas que relacionaram ocupação produtiva, cor ou condição jurídica e ciclo de vida. Ambas permitem avaliar as condições gerais de acesso aos recursos agrários por parte de libertos e livres de cor. A partir de informações de processos criminais do Rio Grande de São Pedro, entre 1779 e 1834, Helen Osório estudou os perfis econômicos das testemunhas de processos (peões, capatazes, roceiros, criadores e lavradores) e confirmou a existência de associação entre ciclo de vida e condição jurídica e social. A autora demonstrou que, quando jovens, os negros e pardos tendiam a trabalhar como peões e, às vezes, poderiam ser capatazes de grandes fazendas. Ao envelhecer, aos pardos e negros era mais comum tornarem-se roceiros, categoria onde os casados eram mais frequentes e que possuía alguma autonomia por disporem de acesso à terra e pequenas plantações. Por outro lado, indivíduos brancos eram a totalidade dos estancieiros e a maioria dos lavradores. Era, portanto, possível a um indivíduo forro ou livre de cor tornar-se um produtor, mas, via de regra, sua condição

⁴⁵⁰ OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007; KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006; FARINATTI, 2010; VARGAS, Jonas. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2013.

⁴⁵¹ GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012, 65ss.

econômica era a de subsistência. Devido às características da documentação, não é possível conhecer o perfil feminino⁴⁵².

Para a região de Alegrete, entre 1845 e 1865, Luís Farinatti aplicou metodologia semelhante e compulsou as características sociais e econômicas de 549 testemunhas e réus presentes em processos criminais. Os homens qualificados de pretos apareceram exclusivamente como peões. Os pardos eram a maior parcela dos peões e alguns foram registrados como criadores. Entre os pardos, é possível que parcela deles fosse mestiça, filhos de índias e brancos. A totalidade dos fazendeiros, por outro lado, era formada por indivíduos brancos, assim como três quartos dos capatazes⁴⁵³.

Tais resultados apresentados por Farinatti evidenciam a reprodução de um sistema econômico bastante hierarquizado nas áreas de ocupação territorial mais recentes. Particularmente para os indivíduos negros, em uma época onde estes eram muitos em Alegrete, a situação parece ter se tornado mais difícil do que o fora algumas décadas antes. Ainda assim, ressalta o autor, a possibilidade de criar pequenos rebanhos, de os jovens empregarem-se como peões, a criação de famílias e a prática de agregar-se em terras de terceiros eram recursos disponíveis aos grupos subalternos que garantiam um mínimo de autonomia⁴⁵⁴.

Era possível, portanto, a elementos egressos do cativo tornarem-se produtores relativamente autônomos. A questão que se coloca, agora, é a de *como* o conseguiam. Em linhas gerais, os meios de acesso à terra poderiam ser formais ou informais. Os meios informais são a prática de agregar-se junto a proprietários de terras ou ocupar terrenos devolutos; os meios formais eram a obtenção da concessão de terras feitas por antigos senhores a alguns de seus escravos quando da elaboração de testamentos, o reconhecimento público e legal da ocupação de terras devolutas (isto é, a obtenção do direito de posse) e, por fim, a compra.

Em realidade, é uma quimera a possibilidade de separar com facilidade os meios formais e os informais de acesso à terra, pois o primeiro frequentemente dependia dos últimos. Por isso, vamos apresentar as formas de acesso da seguinte maneira: primeiro, abordaremos o caso dos escravos que conseguiam concessão de terras por parte dos senhores; depois, abordaremos os meios informais e inseguros de garantir o acesso à terra

⁴⁵² OSÓRIO, Helen. “Com a sua marca”: trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres na pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, Alexandre, *et al* (orgs.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 187-203. Aqui, p. 196ss. [Primeira versão publicada em 2003].

⁴⁵³ FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010, p. 412ss.

⁴⁵⁴ FARINATTI, *Confins meridionais...*, *op. cit.*, p. 406.

por parte de libertos, quais sejam, a prática de agregar-se e a ocupação de terrenos devolutos; por fim, abordaremos os casos em que libertos conseguiram a propriedade da terra por meio da compra ou da obtenção do direito de posse por meio de legítima ocupação de terreno devoluto.

A primeira forma de acesso à terra e à produção autônoma a ser abordada é aquela nascida das relações entre senhores e seus trabalhadores escravizados. Esta modalidade é a melhor documentada por fazer parte do processo testamentário de indivíduos bem aquinhoados.

Ilka Leite, em seu relatório histórico-antropológico sobre a comunidade quilombola de Casca, localizada em Mostardas, demonstrou que as terras de uma família da elite estavam divididas entre quatro grandes posses, uma delas pertinente aos cativos do casal e a libertos dependentes. Quando do falecimento da então viúva Quitéria Pereira do Nascimento, esta reconheceu em seu testamento de 1827 o uso da terra feito pelos cativos e libertos e conferiu-lhes a propriedade coletiva e inalienável da mesma, bem como dos animais. Situação semelhante ocorreu com uma comunidade de cativos vizinha. Neste caso, o enriquecido e destacado capitão José Carneiro Geraldês deixou terras e animais ao libertar seus escravos antes de falecer, em 1819. As duas comunidades cultivaram ligações familiares por quase dois séculos, assim como desenvolveram laços de amizade e compadrio⁴⁵⁵.

Ilka Leite demonstra o conjunto dos elementos pertinentes à formação da comunidade de pequenos produtores negros. Um conjunto de escravos estava estabelecido havia bastante tempo na propriedade, organizaram-se em grupos familiares e desenvolveram relações com seus senhores, inclusive afetivas. Para garantir o domínio, tanto no Rio de Janeiro estudado por Fragoso quanto no Rio Grande do Sul, os senhores precisavam ceder alguns benefícios para obter algum nível de fidelidade de seus escravos. Para homens e mulheres sob o cativo, esta era uma possibilidade para aumentarem suas margens de autonomia. Esta relação hierarquizada ocorria paralelamente à vinculação entre negros e negras cativos ou libertos dentro e fora da comunidade e, também, ao possível acoitamento de cativos fugidos, hipótese levantada pela autora⁴⁵⁶.

O relatório histórico-antropológico do quilombo de Morro Alto, situado em Maquiné e Osório, é bastante rico para entender o processo de territorialização negra no Rio Grande do Sul. Esta comunidade de negros livres foi fundada no fim do século XIX e é formada por uma série de localidades ligadas entre si por laços familiares, sociais e

⁴⁵⁵ LEITE, Ilka. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004, p. 79s, 95, 115.

⁴⁵⁶ LEITE, *O legado do testamento...*, *op. cit.*, p. 100, s, 111, 114.

religiosos, sendo que seus atuais membros são descendentes de escravos que receberam doação de terras de sua senhora, Rosa Osório Marques. Os cativos formaram famílias, possuíam roças próprias, conheciam os caminhos das matas, tinham contato com os quilombos das redondezas, vendiam excedentes e, com permissão de seus senhores ou não, visitavam amigos e namoradas ou frequentavam bailes em outras propriedades⁴⁵⁷.

Relações horizontais e verticais ligavam os escravos entre si, bem como estes à família senhorial, a vizinhos proprietários, a escravos de outras fazendas, a indivíduos libertos e a escravos foragidos. O filho de uma escrava com um parente menos enriquecido da família senhorial foi reconhecido como herdeiro de seu pai. Este fato, ligado a outros, como a especialização profissional de alguns poucos escravos, produziu desigualdade no interior das escravarias, especialmente porque foram estes aqueles que receberam mais benefícios através do testamento de Rosa Osório Marques. Eram comuns a escolha de senhores e proprietários da redondeza para serem padrinhos dos filhos de escravos, mas libertos e outros escravos tornaram-se mais frequentes com o passar do tempo. Formação das desigualdades internas, bem como a criação de laços familiares e o compartilhamento de memórias e identidade estão imbricados na constituição desta comunidade negra e livre⁴⁵⁸.

Os casos encontrados em Morro Alto de filhos de escravas e homens livres não foram incomuns no Rio Grande do Sul. O caso mais famoso é o do casal de pardos forros Inácio José de Mendonça e Margarida da Exaltação, fundadores de Santo Antônio da Patrulha, estudado por Sherol Santos. O pai de Margarida era um tropeiro e, o de Inácio, um padre, ambos os quais mantiveram relações estáveis com mulheres por eles escravizadas e reconheceram publicamente seus filhos⁴⁵⁹. Estes casos fazem parte dos poucos nos quais a herança deixada por pais bem colocados redundou em ascensão econômica e social para os filhos negros ou pardos encontrados no Rio Grande do Sul, o que contrasta com exemplos um pouco mais frequentes encontrados nas regiões de engenho e de mineração do sudeste e nordeste do Brasil.

As histórias das comunidades de Casca e Morro Alto, hoje reconhecidas como quilombos, assemelham-se mais às comunidades camponesas negras fluminenses, estudadas por Fragoso, e distancia-se da dos lavradores de cana baianos, estudados por Barickman.

⁴⁵⁷ BARCELLOS, Daisy, *et al.* *Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 23s, 78ss, 88s, 105.

⁴⁵⁸ BARCELOS, *Comunidade Negra...*, *op. cit.*, p. 93s, 99ss, 105. Ver, também, a tese de Rodrigo Weimer, que participou da elaboração do referido relatório histórico-antropológico: WEIMER, Rodrigo. *Felisberta e sua gente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁴⁵⁹ SANTOS, Sherol. *Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824)*. São Leopoldo: PPGH- UNISINOS, 2009.

Ambas as comunidades, a de Casca e a de Morro Alto, caracterizaram-se pela importância dos laços familiares e de vizinhança reproduzidas na longa duração, pelo desenvolvimento de atividades econômicas autônomas, mas, em princípio, não se voltaram para um tipo de cultura que permitisse obter maior lucro e prestígio social, tal como foi possível aos lavradores de cana pardos da baiana Iguape. Pelo contrário, há relatos de existência de alguns estigmas contra as famílias que compunham as referidas comunidades quilombolas⁴⁶⁰.

As trajetórias das famílias de Casca e Morro Alto demonstram que história da escravidão não pode ser resumida apenas a uma concepção de escravidão onde todos os negros eram iguais, ou que estavam despojados de qualquer forma de ação autônoma para além da violência contra seus senhores ou da fuga, ou de que predominava apenas ou a resistência ou a concessão senhorial. As relações familiares, a solidariedade e a desigualdade na comunidade negra (formada esta por cativos e libertos) e as vinculações de clientela com senhores ou outros potentados poderiam se sobrepor sem necessariamente ser conflitantes. O acesso e a manipulação destas redes sociais, a posse de alguns recursos econômicos autônomos e o emprego de certas estratégias poderiam significar um capital social ou econômico importante para escravos obterem condições melhores para sobreviver, garantir a reprodução individual e familiar e, em algumas situações, garantir a ascensão sociojurídica por meio da alforria.

Outras pesquisas mostraram situações semelhantes, nas quais escravos e escravas conseguiram acesso ao uso da terra e desenvolveram uma economia própria graças a vinculações específicas com seus senhores. Em Rio Grande, no ano de 1811, Manuel, escravo de Bárbara Lopes de Jesus, tentou obter a alforria por meio de um requerimento às autoridades, mas sem obter o consentimento de sua senhora. Ao justificar a negativa, Bárbara Lopes afirmou que o escravo estava bem sob o cativo, pois tinha possibilidade de cultivar suas plantações de trigo e criar um pequeno rebanho. Conforme pontuou Rachel Marques, Manuel era um escravo que possuía uma economia familiar própria, a confiança de sua senhora e vinculações com outros indivíduos livres, mas isso não foi suficiente para conseguir a liberdade. Suas visões de liberdade e autonomia contrastaram-se com as de sua senhora e, sem a autorização desta, a carta de manumissão não foi obtida⁴⁶¹.

Há outros casos de cativos que produziam trigo nos séculos XVIII e XIX. Em 1793, o cativo Pedro registrou sua carta de alforria, a qual foi concedida como cumprimento de verba testamentária de seu antigo senhor. O senhor recebeu o valor da liberdade em trigo,

⁴⁶⁰ LEITE, *O legado do testamento...*, *op. cit.*, p. 105s.

⁴⁶¹ MARQUES, Rachel. *Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social* (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 – c. 1800). Curitiba: PPGH-UFPR, 2016, p. 124ss.

plantado e colhido com seu consentimento. Em Santo Antônio da Patrulha, em 1814, o preto forro Manuel conseguiu sua liberdade parcialmente devido ao pecúlio obtido com a produção de trigo, cujas sementes foram emprestadas por um comerciante local, o qual também comprava os excedentes⁴⁶². Nestes três casos, os escravos conseguiram o consentimento de seus senhores para plantar um produto rentável e comercializável, além de possuírem vinculações com outros indivíduos livres, os quais facilitaram-lhes o acesso a recursos econômicos ou sociais.

A pecuária, principal atividade rural do Rio Grande do Sul no século XIX, também ensejou a possibilidade de escravos desenvolverem atividades autônomas. Para Helen Osório, como os cativos campeiros e domadores eram os mais valorizados dentre todos os escravos (informação obtida nos inventários de produtores agrários), fazia-se necessário aos senhores criar estratégias para manter seus peões cativos nas estâncias. Manuel Antônio da Câmara informou em seu testamento de 1805 que os cativos Francisco e Joana “tem algumas reses marcadas com a sua própria marca”, dos quais poderiam dispor a partir de sua morte. Para a autora, promessas de alforria ou outros benefícios deveriam fazer parte das estratégias de dominação senhorial, bem como dos próprios escravos campeiros para conseguir a liberdade. O mulato Domingos, conforme o testamento de seu senhor, aberto em Jaguarão no ano de 1824, poderia levar 20 vacas, 20 éguas e 10 cavalos e deveria receber um *canto nos campos*, sendo que o mesmo deveria continuar a servir como capataz de sua senhora enquanto fosse viva, ganhando meia dobra por mês como pagamento⁴⁶³.

No centro, oeste e noroeste da província do Rio Grande, na segunda metade do século XIX, era comum a existência de economias escravas autônomas, frequentemente associadas ao uso da terra. Em Cruz Alta, no ano de 1879, foi aberto um processo criminal para averiguar o sumiço de uma vaca propriedade da escrava Honorata. Uma das testemunhas do caso afirmou que a mesma possuía “reses e que estas se acham *debaixo de sua marca*”. Estes animais pastavam nas terras do senhor, o que indica a autorização do último para que Honorata desenvolvesse uma economia interna ao cativo. Esta cativa também possuía uma marca própria⁴⁶⁴.

Thiago Araújo, responsável por encontrar o caso acima descrito, pesquisou mais de três mil cartas de alforria de oito municípios da região central, leste e noroeste do Rio Grande do Sul, entre 1850 e 1888. Apesar de serem raros os casos nos quais são descritas as formas

⁴⁶² MARQUES, *Para além dos extremos...*, *op. cit.*, p. 127ss.

⁴⁶³ OSÓRIO, “Com a sua marca”, *op. cit.*, p. 193s.

⁴⁶⁴ ARAÚJO, Thiago. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2008, p. 280s.

de se obter pecúlio por parte dos cativos para conseguir comprar a liberdade, o autor encontrou 31 casos nos quais está descrito que os cativos possuíam animais, usados para pagar parcial ou integralmente a liberdade⁴⁶⁵.

Conforme Araújo, na região de fronteira, onde a pecuária era uma atividade econômica muito relevante, a criação de animais era um dos elementos centrais da economia interna dos escravos e resultava de uma negociação entre estes e seus senhores. Ao desenvolver sua economia interna, alguns escravos eram capazes de comercializar alguns artigos, apesar da existência de certas proibições legais. Fazia parte da política de domínio senhorial oferecer benefícios para que os escravos se tornassem obedientes e dependentes, mas, ao mesmo tempo, tais estímulos aumentavam as expectativas de mobilidade por parte dos cativos⁴⁶⁶.

Em pesquisa sobre cartas de liberdade de Alegrete, Marcelo Matheus encontrou 13 alforrias que foram pagas parcial ou completamente com animais entre os anos de 1872 e 1880. Apesar de serem poucos casos ao se considerar que o município era um dos principais centros de produção pecuária, o autor aventa a hipótese de que outras pessoas, incluindo mulheres, apresentavam animais próprios ou de familiares para saldar a dívida das alforrias onerosas⁴⁶⁷.

O autor encontrou interessantes indícios sobre as formas de ocupação da terra por parte dos cativos. Na descrição dos limites de um prédio cuja venda foi registrada em cartório no ano de 1853, uma das lindeiras era a parda Maria, escrava de João Nunes. Maria possuía um rancho nas terras do seu senhor, o que indica autonomia de moradia, mas seus animais provavelmente deviam ser criados junto aos do proprietário. Houve escravos que receberam alforria, animais e terras quando da elaboração dos testamentos de seus senhores, situação semelhante à vivida pelos formadores das comunidades quilombolas de Casca e Morro Alto. Em 1861, ao escravo Florêncio foram legadas duas partes de campo. Em 1866, o senhor Antônio Rodrigues legou 400 braças de terra e 50 animais para sete cativos, além de suas alforrias. Em 1873, ao escravo Braz foi concedida a liberdade, sendo que este já possuía uma chácara povoada com animais. Em 1880, Delfino Rodrigues alforriou dois cativos e concedeu-lhes, bem como a uma crioula já forra, uma quadra de sesmaria de campo e, para cada um, dez reses de criar⁴⁶⁸.

Para Matheus, o conflito não era uma situação inerente à relação entre senhores e

⁴⁶⁵ ARAÚJO, *Escravidão, fronteira...*, op. cit., p. 277.

⁴⁶⁶ ARAÚJO, *Escravidão, fronteira...*, op. cit., p. 263.

⁴⁶⁷ MATHEUS, Marcelo. *Fronteiras da liberdade: Escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 285

⁴⁶⁸ MATHEUS, *Fronteiras da liberdade...*, op. cit., p. 291ss.

escravos e, para os alguns dos últimos, boas relações com os senhores poderiam se tornar proveitosas. Eram essas relações que permitiam o acesso ao uso da terra e à criação de uma economia autônoma. No entanto, as relações entre a pecuária e o escravismo em constante perda de legitimidade, nas décadas finais do século XIX, fizeram com que os privilégios de alguns cativos os estimulassem a negociar cada vez mais por sua liberdade, mesmo contra a vontade de seus senhores⁴⁶⁹.

Ao abordar o tema do acesso à terra por parte de libertos, já está indicado que uma parcela daqueles cativos que conseguiram a liberdade continuou a trabalhar na mesma atividade e, às vezes, permaneceram no mesmo local junto a seus antigos senhores. Tal fenômeno pode vir a evidenciar uma estratégia senhorial de manter controle sobre o trabalho de escravos alforriados, como demonstraram alguns dos autores supracitados. Para os excativos, tal situação também poderia ser benéfica ao garantir maior estabilidade ao acesso à posse ou uso da terra⁴⁷⁰.

Havia dois meios informais de se acessar à terra, ou a prática de agregar-se junto a terceiros ou a ocupação de terras incultas. Ainda que sejam bastante distintas, as duas formas poderiam exigir o estabelecimento de relações de clientela com potentados locais, relações de solidariedade com vizinhos ou a formação de família. A possibilidade de apossar terrenos lindeiros aos de grandes proprietários ou tornar-se agregado no interior de suas terras decorria da necessidade dos proprietários de terem os pretensos limites de seus terrenos reconhecidos e vigiados, enquanto os primeiros precisavam de um mínimo de estabilidade para manter sua ocupação⁴⁷¹.

Tais meios informais são os de mais difícil avaliação pela menor frequência com que são encontrados na documentação, bem como pelos conflitos que poderiam gerar. Um caso encontrado por Graciela Garcia é exemplar. Em Alegrete, no ano de 1826, foi aberto um processo de despejo de uma família de pretos forros, denunciados como *arrendatários* que não quitaram suas dívidas com o importante proprietário que se supunha dono das terras em questão. A família, então constituída apenas por sogra e nora, ambas viúvas, foi despejada e sua casa destruída antes mesmo de poderem se defender na justiça. Verificou-se, depois, que a família não era arrendatária, mas a ocupante original das terras em litígio, chegados ao local em 1808, antes de serem distribuídas as primeiras sesmarias. Sua posse,

⁴⁶⁹ MATHEUS, *Fronteiras da liberdade...*, *op. cit.*, p. 296.

⁴⁷⁰ OSÓRIO, “Com a sua marca”, *op. cit.*, p. 194 ; BARCELOS, *Comunidade Negra...*, *op. cit.*, p. 89s, 109; ARAÚJO, *Escravidão, fronteira...*, *op. cit.*, p. 263.

⁴⁷¹ Ver, por exemplo, GARAVAGLIA, Juan. *San Antonio de Areco, 1680-1800: um pueblo de la campaña, del Antiguo Régimen a la modernidade argentina*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2009, p. 239; FARINATTI, *Confins meridionais...*, *op. cit.*, p. 438ss.

nesse sentido, era legal. Dionízia Pereira, a sogra, conseguiu reverter a provável armação, em grande medida, por ter contado com a colaboração de um potentado local que atuou como seu procurador⁴⁷².

Na pesquisa sobre o Quilombo de Morro Alto foram encontradas poucas, mas significativas, referências de situações semelhantes. Em 1813, Gonçalo de Oliveira Preto foi qualificado como vizinho de Aguapés, terreno pertencente à Fazenda de Morro Alto. Em 1856, quando da elaboração do Registro Paroquial de Terras da localidade, foi feita referência ao um Gonçalo preto, vizinho da Fazenda de Morro Alto. Este Gonçalo não fez seu registro, assim como nenhum outro forro, atestando o caráter periférico de sua ocupação e a dificuldade de fazer reconhecer pública e oficialmente sua posse. Os casos de ambos os Gonçalos permitiram levantar a hipótese de que a expansão da poderosa família Marques, possuidora das duas fazendas em questão, levou à expulsão de vizinhos de poucos recursos⁴⁷³.

Outro meio informal de ter acesso ao uso da terra era o viver a favor ou tornar-se agregado, o que dependia da criação de laços de dependência. O caso do preto forro Pedro Gonçalves, morador de Cai, termo rural de Porto Alegre, assassinado em 1819, é um ótimo exemplo. Ele era casado, proprietário de reses e escravos, e contratava os serviços de um peão. No entanto, precisou agregar-se junto às terras do capitão José Alexandre de Oliveira, comandante do distrito. Gabriel Aladrén, ao abordar o caso, pontua que o referido preto forro precisou tecer uma série de relações parentais e de subordinação, para cima e para baixo na escala social, para ascender socialmente e conseguir se estabelecer como pequeno produtor escravista. O autor encontrou outros casos semelhantes que reforçam sua avaliação⁴⁷⁴.

Fica evidente o caráter instável que o acesso informal apresentava para a maioria dos pretos e pardos forros ou livres sem maiores recursos econômicos e sociais. Apesar da pequena frequência com que é encontrada nas atuais pesquisa, talvez fosse a forma mais acessível aos egressos do cativeiro, especialmente se lembrarmos que, quando jovens, pretos e pardos forros tendiam a ser peões, sem ter moradia fixa ainda que possuíssem família, como demonstraram Osório e Farinatti.

A ocupação de terras incultas, quando antigas e socialmente reconhecidas como de boa-fé, e a compra poderiam garantir o direito de posse ou a propriedade da terra. Aladrén, ao trabalhar com 26 inventários de forros de Porto Alegre, Viamão e Aldeia dos Anjos, entre

⁴⁷² GARCIA, Graciela. *Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado., 127ss.

⁴⁷³ BARCELOS, *Comunidade Negra...*, op. cit., p. 52.

⁴⁷⁴ ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-35*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008, p. 90ss.

1800 e 1835, encontrou um total de 15 indivíduos classificáveis como lavradores, 13 dos quais possuíam “chácaras”, “sítios”, “retalhos de campo” ou “pedaços de terra”, expressões que indicam a pequena dimensão da propriedade⁴⁷⁵. A maior parcela deles não possuía escravos e dependia principalmente da mão-de-obra familiar para produzir suas roças ou plantações.

Ao considerar a sobrerrepresentação dos grupos melhor aquinhoados nos inventários abertos no período colonial e imperial e o caráter predominantemente rural deste amplo território pesquisado, o autor concluiu que a agricultura se tornou a principal atividade dos pretos e pardos forros que conseguiram ascender economicamente na região. Mas eles eram poucos e seus patrimônios eram modestos⁴⁷⁶. Seguramente, a maioria dos membros deste agrupamento faz parte do que Osório, supracitada, classificou como roceiros.

Pretos forros proprietários de terras

O primeiro passo do trabalho é identificar homens e mulheres libertos que tiveram acesso à posse ou propriedade da terra. A *Relação de Moradores* informa a existência de apenas 5 forros, apenas um deles morador de Viamão. Apenas um é um lavrador remediado mais rico, três são lavradores remediados mais pobres e um, por fim, é um lavrador pobre. Quatro deles compraram suas terras, enquanto uma obteve por doação. Quatro possuem rebanhos pequenos, não superiores a 20 reses, enquanto um não possuía animais nem lavouras. Todos foram qualificados como pretos, indício seguro da origem africana. Ao procurar pelos nomes destes chefes nos *róis de confessados* do período entre 1779 a 1782, encontramos informações sobre quatro. Com exceção do lavrador pobre de Viamão que não possuía cativos, os demais possuíam entre um e três escravos adultos. Havia um casado, uma mulher solteira acompanhada de dois filhos e um homem viúvo. Em conjunto, portanto, o grupo é formado por pequenos produtores organizados em famílias e que contam com o trabalho adicional de cativos. Salientamos que apenas um deles não apresentava nenhum tipo de produção rural.

A procura pelos nomes em livros de batismo, alforrias e em pesquisas recentes permitiu elaborar um quadro melhor informado da vida deste pequeno grupo. Um dos casais é formado por Luzia da Conceição e Garcia de Souza, africanos classificados como *angola* que provavelmente trabalharam como escravos em Rio Pardo antes de irem para Porto

⁴⁷⁵ Em princípio, não há como saber se foram compradas ou tomadas por ocupação, mas – especulação nossa – o fato de serem registradas em inventário tenderia a reforçar o direito de posse sobre as mesmas.

⁴⁷⁶ ALADRÉN, *Liberdades negras...*, *op. cit.*, p. 82s.

Alegre, já libertos. Possuíam duas pequenas propriedades de terra e três escravos com mais de dez anos. Em sua casa residiam também alguns pretos forros agregados, a maioria idosa. Estes elementos evidenciam o intenso trabalho do casal ao longo de anos para acumular um razoável patrimônio, algum nível de autoridade social – pois possuíam terras e governavam escravos e agregados jovens, conforme informam os róis de confessados – e sua capacidade de proteger libertos em idade avançada, talvez amigos ou aparentados.

Informações interessantes são encontradas na carta de liberdade de Luzia da Conceição, a qual foi obtida pelo pagamento de 102 mil réis oferecidos pelo marido, Garcia de Souza, sendo que a filha do casal já era forra, além de ser afilhada do senhor⁴⁷⁷. Neste processo de liberdade, fizeram-se presentes a família negra e a entrega de dinheiro obtido por contínuo trabalho, aliados a uma política de aproximação junto ao senhor pouco comum: os escravos tornaram-se compadres do próprio senhor por meio do ritual do batismo. Para o dono dos cativos, antes de ser contraditória, a concomitância entre ceder a liberdade à comadre e à afilhada e receber dinheiro pela alforria da primeira vinculava as satisfações de agraciar seus protegidos espirituais, ver respeitada sua posição hierárquica e ser ressarcido pela perda da propriedade⁴⁷⁸.

Diferente da história de Luzia e Garcia, Teresa de Jesus era uma preta forra solteira possuidora de uma chácara comprada de um padre, conforme a *Relação de moradores de 1785*. No rol de 1782, estava acompanhada de dois filhos, ambos com mais de dez anos, e dos escravos adultos José e Maria, mais os três filhos desta. A liberdade de Teresa foi concedida pelo seu antigo senhor em 1771, o *reverendo* João Ferreira Rodrigues, seguramente o dono anterior das terras compradas. Portanto, Teresa foi capaz não apenas de trabalhar e juntar dinheiro para sua liberdade como para obter a chácara. Talvez tenha sido ajudada pela sorte, pois o padre deixou o Rio Grande de São Pedro e dirigiu-se a Coimbra, situação que pode ter facilitado seu processo de liberdade⁴⁷⁹.

Nota-se que esses libertos se afastaram de seus antigos senhores. O casal Garcia e Luzia mudou-se de Rio Pardo para Porto Alegre; Teresa viu o padre voltar para Portugal. Ao recordar que os ex-escravos deviam obediência a seus antigos senhores⁴⁸⁰, é possível que a ausência dos mesmos pudesse ser considerada um elemento a dar maior dignidade e autonomia aos alforriados.

⁴⁷⁷ MOREIRA, Paulo & TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748 – 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 429.

⁴⁷⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 197 e 217.

⁴⁷⁹ MOREIRA & TASSONI, *Que com seu trabalho...*, *op. cit.*, p. 432.

⁴⁸⁰ SCHWARTZ, *Escravos, roceiros...*, *op. cit.*, p. 201.

Os dados disponíveis indicam a excessiva dificuldade de libertos obterem a posse ou propriedade da terra em Porto Alegre e Viamão, pois os 5 forros proprietários de terras somavam 3% dos 166 proprietários ou possuidores de terras da região. Todos eles foram classificados como pretos, indício seguro de serem africanos. Seguramente todos conheceram a condição da escravidão.

Os processos sociais que levaram à constituição dos cenários baiano e carioca de negros e pardos livres proprietários de terras elaborados por Bert Barickman e João Fragoso servem como um parâmetro para o caso de Porto Alegre. Nos primeiros, gerações de negros livres tornaram-se nativas da região e proprietários, inclusive chegando a um nível remediado ou superior de condição econômica, como no caso dos pardos baianos produtores de cana. Mas, no início de semelhante processo, como demonstrado por Fragoso para o caso carioca, uma geração de cativos e seus filhos, libertos ou não, aproximou-se dos senhores e obteve alguns recursos raros sob o cativo. Se o caso dos negros proprietários de terras de Porto Alegre tiver algo de semelhante às famílias negras das freguesias cariocas, seguramente será em relação à primeira geração, a qual se aproximou dos senhores e obteve a liberdade. A particularidade do caso de Porto Alegre e Viamão é o fato de que quatro dos cinco chefes forros compraram suas terras e, destes, apenas uma comprou de seu antigo senhor. Portanto, o acesso à terra, supomos, foi menos dependente de relações assemelhadas ao clientelismo junto aos antigos senhores e, sim, resultante do trabalho familiar e dos benefícios obtidos de vínculos construídos na comunidade.

Famílias de pretos forros na vizinhança de lavradores escravistas: uma hipótese

Apesar de terem sido realmente poucos os africanos proprietários fundiários em Porto Alegre e Viamão, na década de 1780, há indícios que permitem a elaboração da hipótese de que outras famílias negras tenham obtido acesso ao uso das terras de terceiros por meio de arrendamento ou de acordos de trabalho. Este é o assunto principal deste capítulo e o conjunto de informações utilizado foi compulsado a partir do fio condutor oferecido pelo caso do casal Catarina Duarte e Teodósio Pires da Mota, estudado por Ana Paula Schantz, o qual abriu uma fresta inesperada para estudar o tema, pobre em termos de informações documentais disponíveis⁴⁸¹.

A partir da contribuição de pesquisas relativas ao acesso ao uso e posse de bens

⁴⁸¹ SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX*. Salvador: PPGH-UFBA, 2009. Dissertação de mestrado. Pág. 72-4.

agrários no Rio Grande do Sul por indivíduos e famílias negras, pode-se verificar que são mais frequentes os registros de escravos que obtinham pequenos rebanhos ou pedaços de terrenos (informações estas contidas em inventários ou testamentos) do que registros de libertos que obtinham terras por compra ou posse. No entanto, o cômputo dos registros encontrados em arquivos não parece representar com consistência os processos reais relativos ao problema em questão. Como as práticas de agregar-se junto às terras de terceiros, arrendamentos ou contratos de trabalho constituíam-se a partir de relações pessoais informais, apenas em algumas circunstâncias tornavam-se alvo de registro. Quando envolviam crimes ou disputas judiciais, por exemplo. Portanto, ao se elencar o estudo de relações intermediadas de acesso à terra por parte de libertos, aborda-se um tema de difícil observação no século XVIII e que exige, portanto, o emprego de meios indiretos para analisá-lo. Como dito anteriormente, o inventário de Catarina Duarte apresentou um problema pertinente que permitiu a construção de um caminho de pesquisa.

Ao falecer no ano de 1780, Catarina Duarte possuía um rebanho razoável de bois, indicação segura da prática da agricultura⁴⁸². Não há referência à propriedade de terras, apenas a de uma morada de casas, o que, pela posse dos animais, fez Schantz supor que fosse uma propriedade rural⁴⁸³. No entanto, há um registro junto à Fazenda Real de uma concessão de data de chão para casas na Rua da Bragança, datado de 1793, em nome de Teodósio Pires. É provável, portanto, que ambos os documentos (o inventário e o registro de concessão) refiram-se à mesma propriedade⁴⁸⁴. Nesse caso, o casal deveria fazer uso das terras de algum dos lavradores da região ou, então, de algum terreno baldio nas proximidades. Para solucionar tal questão, o nome de Teodósio Pires foi procurado nos *rols de confessados* dos anos de 1779 a 1782, documento que constitui uma lista de moradores e permite visualizar se as moradias localizavam-se na área urbanizada ou no cinturão rural⁴⁸⁵.

No rol de 1782, a maioria dos fogos chefiados por forros (19 de 22) encontram-se no espaço reservado à área urbana, dentre os quais se inclui o do então viúvo Teodósio Pires. Em 1780, a situação é semelhante. No entanto, em 1781, Teodósio aparece em uma das últimas descrições de domicílio do rol, localizado no espaço reservado à área rural. Nessa situação, ele e outros domicílios chefiados por pretos forros ou livres com famílias pequenas

⁴⁸² Inventário *post mortem* de Catarina Duarte, Porto Alegre, 1780, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Comarca de Santa Catarina, 2ª Vara Civil e Crime, ex. 004.0053, n. 9.

⁴⁸³ SCHANTZ, *Libertos no Rio Grande...*, *op. cit.*, p. 72

⁴⁸⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* – volume 11. Porto Alegre, 1995, p. 297.

⁴⁸⁵ GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012. Dissertação de mestrado. Pág. 71ss.

encontram-se intercalados entre as descrições das famílias de lavradores escravistas, alguns dos quais com mais de uma propriedade de terras. No quadro a seguir, estão apresentados os chefes de fogo conforme a ordem em que se encontram no documento.

Quadro 1
Chefes de domicílio de Porto Alegre de 1781, parcela da área rural

Fogo	Nome	Ocupação	Situação conjugal	Condição Jurídica	Idade	Familiares	Escravos
245	Antônio da Cunha	Marinheiro/ Lavrador	Casado	Livre	56	8	4
246	Pedro Gomes	Arranchado	Casado	Livre	75	2	2
247	Jose Pereira Garcia	Lavrador	Casado	Livre	40	7	1
248	Antonio Rodrigues		Casado	Livre	80	4	0
249	Antonio Francisco Gomes	Lavrador	Casado	Livre	45	3	3
250	... Da Silva			Livre	0	1	0
251	<i>Lucas Ferreira Veloso</i>		<i>Casado</i>	<i>Livre/forro</i>	45	3	1
252	Rodrigo Francisco	Lavrador	Casado	Livre	37	2	4
253	Henrique Xavier		Casado	Livre	40	4	1
254	<i>Manuel Jose</i>		<i>Casado</i>	<i>Livre/forro</i>	40	2	0
255	Antonio Pereira Vieira	Lavrador	Casado	Livre	54	2	6
256	Manuel Francisco			Livre	0	1	0
258	Manuel Fernandes	Lavrador	Casado	Livre	60	7	14
259	<i>Caetana de Sena</i>		<i>Casado</i>	<i>Livre/forro</i>	30	2	1
260	Jose Coelho Severino	Lavrador	Casado	Livre	38	6	6
261	Antonio D[corroído]s		Casado	Livre	40	5	0
262	Manuel Garcia	Lavrador	Casado	Livre	23	9	8
264	<i>Teodósio Pires DA Mota</i>		<i>Viúvo</i>	<i>Livre/forro</i>	39	1	2
265	Manuel da Silva Ferreira	Lavrador	Casado	Livre	43	7	8

Fonte: rol de confessados de Porto Alegre, 1781, Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Informação de ocupação obtida na *Relação de moradores de 1785*.

Nesta descrição, encontram-se 4 famílias então chefiadas por forros. Lucas Ferreira, com esposa e filho, possuía um cativo, enquanto o viúvo Teodósio Pires possuía dois cativos. Caetana de Sena estava acompanhada por seu filho e havia o registro de que seu esposo, escravo do provedor da Fazenda Real, encontrava-se ausente. Por fim, o forro Manuel José não possuía cativos. Esta rápida descrição indica a capacidade de acúmulo de recursos por parte das duas primeiras famílias, enquanto a terceira era chefiada por um dos cativos de uma das figuras mais relevantes do cenário político regional.

Ao se observar a ordem dos domicílios no documento, apresentada no quadro, e o fato de os pretos forros e livres pobres não possuírem terras, é possível lançar a seguinte

hipótese: os forros e livres sem-terra, com suas famílias e alguns escravos, foram abordados pelo pároco responsável pela elaboração dos róis no momento em que estavam a trabalhar nas terras de terceiros como arrendatários ou como contratados temporários dos lavradores escravistas. Para sustentar semelhante hipótese, é preciso considerar as concepções relacionadas à posse e ao uso da terra nos mundos pré-capitalistas.

No período anterior à Revolução Francesa na Europa, à Lei de Terras de 1850 no Brasil, ou à dominação inglesa na Índia, a terra não podia ser entendida a partir do conceito moderno de propriedade privada. A partir de seu estudo sobre as formas de propriedade da terra na Espanha, Rosa Congost demonstra como, de maneira paralela à propriedade direta, poderia se incidir uma série de direitos de uso costumeiros ou certas práticas sociais publicamente reconhecidas sobre a terra. Para a autora, o conceito de propriedade deve ser entendido como uma relação social marcada por um caráter plural e mutante de direitos e de grupos sociais. Uma concepção puramente econômica ou legalista, neste sentido, pode mascarar as condições reais de acesso ao uso da terra e de obtenção de certos direitos costumeiros⁴⁸⁶.

Pressões sociais, reciprocidade, violência ou simples tolerância poderiam marcar as formas de relacionamento entre agentes sociais desiguais em torno do uso da terra. Diferentes eram as relações que poderiam ser criadas e as formas de denominá-las, como o viver agregado, o viver a favor, o arrendamento, o conchavo, entre outras. Em estudo baseado nas cartas trocadas por Juan Manuel de Rosas com os administradores de suas estâncias, Jorge Gelman identifica uma série de situações nas quais Rosas, enquanto estancieiro, teve de aceitar práticas camponesas que o próprio, enquanto governador, havia proibido. Dentre elas, estão os direitos de arrendatários, o direito de ocupantes venderem as porções de terras ocupadas com plantações e construções, as chamadas *poblaciones*, e a liberdade para caçar avestruzes. Conforme aponta Gelman, os *pobladores* poderiam servir aos interesses do proprietário ao estarem disponíveis para trabalhar em certos períodos do ciclo agrário ou vigiarem os limites da propriedade, o que implicava no estabelecimento de uma relação de reciprocidade, talvez de estilo clientelista. No entanto, algumas situações poderiam representar sérios problemas quando, por exemplo, animais eram misturados ou quando o gado dos ocupantes invadia as plantações do proprietário⁴⁸⁷.

Ao considerar, portanto, que a propriedade da terra era uma relação social não exclusivamente definida por questões econômicas ou legais, poderemos utilizar outras

⁴⁸⁶ CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia*. Barcelona: Crítica, 2007, p. 14s, 20ss, 40ss.

⁴⁸⁷ GELMAN, Jorge. Un gigante com pies de barro. Rosas y los pobladores de la campaña. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE; Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses*. Buenos Aires, EUDEBA, 1998, p. 223-240.

informações, obtidas em diferentes documentos, para testar a viabilidade da hipótese elaborada a partir do rol de confessados de 1781. Se a localização das descrições das famílias de forros no documento não é casual e se, de fato, algumas famílias livres ou forras estabeleceram acordos de trabalho temporário ou de arrendamento com os lavradores escravistas proprietários de terras, então podemos supor que também estabeleceram com esses senhores e os membros de seus espaços domésticos outras relações sociais ou econômicas. A documentação utilizada nesta etapa é composta por um inventário e pelo livro de batismos de Porto Alegre. Efetuou-se uma pesquisa pelos nomes dos agentes sociais envolvidos, no sentido de procurar vinculações pertinentes, as quais serão apresentadas no próximo tópico.

Dívidas e compadrio: o teste da hipótese

Neste tópico, o objetivo é testar a hipótese lançada anteriormente, com base no princípio de que as relações fundiárias pré-capitalistas eram atravessadas por outros tipos de relações sociais ou econômicas. Para o caso do Rio Grande do Sul, há pesquisas que evidenciam que o acesso ao uso ou à propriedade da terra por indivíduos ou famílias negras estava vinculado a relações de tipo clientelista com senhores ou antigos senhores, produtores enriquecidos ou autoridades políticas, bem como eram dependentes das relações familiares, de vizinhança e, em alguns casos, poderiam envolver relações com subordinados, como escravos e agregados. De início, o inventário de Catarina Duarte, esposa de Teodósio Pires da Mota (fogo 264 do Quadro 1), estudado por Schantz, servirá para analisar as dívidas do casal e descobrir com quem ambos mantiveram relações econômicas.

A relação de pessoas para quem o casal devia era socialmente diversificada. Registram-se livres e libertos, indivíduos qualificados por sua atividade ou cor. Entre os mais aquinhoados, o casal devia a Antônio Caetano Ramalhosa, comerciante e agente camarário, o qual vendeu uma escrava. Outro comerciante era José Guedes Luís, que também atuou na câmara de vereadores. Simão José Xavier, que teve inventário aberto pouco antes de Catarina Duarte, era seguramente comerciante devido à quantidade de dívidas e tecidos que havia arrolados em seu próprio inventário⁴⁸⁸. Para João Pereira Chaves, a dívida também se devia à compra de um cativo. De Bento Fernandes, o casal adquiriu fazendas, o que indica a possível ocupação no comércio.

⁴⁸⁸ Inventário *post mortem* de Simão José Xavier, Porto Alegre, 1779, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Comarca de Santa Catarina, 2ª Vara Civil e Crime, cx. 004.0053, n. 8, 1780.

Catarina e Teodósio possuíam dívida com Mateus Inácio de Oliveira, lavrador remediado mais pobre, possuidor de uma data de terras e de três escravos adultos. Também há referência a um “Antônio M.iz”, que provavelmente é outro lavrador, Antônio Muniz Leite, um lavrador rico dos arrabaldes de Porto Alegre, senhor de dez cativos e dono de duas datas de terras. Por fim, há um terceiro lavrador, já mencionado, o preto forro Garcia de Souza, lavrador remediado mais rico. O casal formado por Catarina e Teodósio tinha segura vinculação com o setor agrícola da localidade.

Há também referência a setores subalternos da localidade, indivíduos qualificados apenas com nome e mais algum qualitativo. Havia pequenas dívidas com Isabel preta, Antônio preto e Manuel preto forro. Dos dois primeiros, não sabemos se eram, de fato, libertos. Mas, seguramente, todos eram africanos por serem qualificados como pretos⁴⁸⁹. Deste Manuel foram adquiridas madeiras para o quintal. Outros nomes estão associados a tipos de moradia, como o “Caetano da tapera” e “André, morador da varge”. Tais dívidas podem indicar três tipos de situações: o casal obteve pequenos empréstimos, obteve produtos ou serviços especializados sem pagamento imediato, ou contratou a mão-de-obra para atividades temporárias. Outro preto forro é o já mencionado Garcia de Souza. Pode-se vislumbrar, portanto, uma rede de trabalho, serviços ou comércio envolvendo pretos libertos em Porto Alegre. Relações estas que poderiam ser marcadas por maior equilíbrio ou, mesmo, pela existência de algum nível de subordinação.

O casal Teodósio e Catarina possuía crédito na praça. O número elevado de dívidas passivas para com comerciantes e produtores rurais indica a confiança que pessoas de estratos sociais mais elevados depositavam no trabalho do casal⁴⁹⁰. Por outro lado, eles eram capazes de obter bens, serviços ou trabalho de outros pretos da região. Semelhante capital social materializava-se na compra de diferentes tipos de bens e serviços prestados por terceiros, alguns dos quais foram úteis no processo de consolidação da condição econômica do casal. Torna-se evidenciado o amplo espaço social e econômico através do qual o casal foi capaz de criar vinculações.

Demonstrada a amplitude das relações do casal, foram procurados laços entre os indivíduos listados no Quadro 1 e no inventário de Catarina Duarte nos *livros de batismos* de Porto Alegre e Viamão. A partir da disposição das famílias no rol de confessados de 1781 foi lançada a hipótese de que famílias livres e libertas estavam a ocupar terras de terceiros e

⁴⁸⁹ LARA, Sílvia. *Fragmentsos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴⁹⁰ GIL, Tiago. *Coisas do caminho. Tropeiros e seus negócios de Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2009.

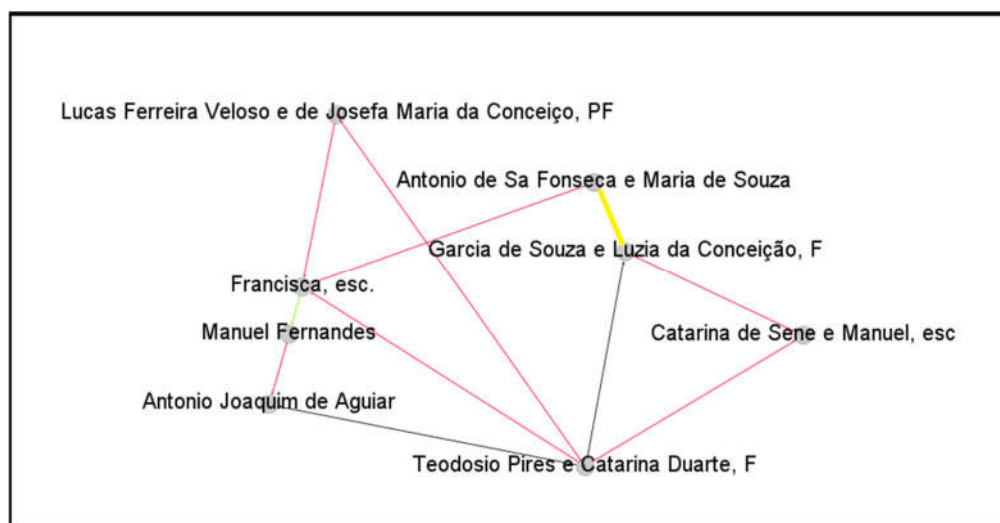
conviviam em um ambiente de vizinhança e trabalho. Se não foram encontradas dívidas entre Catarina Duarte e seu marido com seus supostos vizinhos listados em 1781, os registros de batismo permitem captar possíveis relações entre os envolvidos, relações de compadrio, criadas a partir do ritual do batismo.

Conforme discutimos no capítulo 4, o compadrio, ao lado do apadrinhamento, é uma vinculação espiritual nascida no ato do batismo. O compadrio é aqui entendido como uma relação religiosa que é precedida por um histórico de relações sociais ou econômicas entre pais e padrinhos. Ao ser efetivado, o compadrio é capaz de reforçar ou transformar tais vinculações pretéritas, sejam elas de tendência horizontal ou vertical. O registro do compadrio, neste sentido, é utilizado como um indicativo de uma relação social⁴⁹¹.

Na próxima ilustração, apresentamos o resultado da pesquisa. A posição dos nós foi reorganizada para facilitar a visualização. As arestas (linhas) de cor cinza representam as dívidas passivas do casal Catarina e Teodósio; de cor vermelha são as que representam o compadrio; de amarela, registram-se a vinculação pais e filhos/sogro e genro; por fim, a cor verde representa a relação senhor e escrava.

⁴⁹¹ GUDEMAN, Stephen. *The Compadrazgo as Reflection of the natural and spiritual person*. In: Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. 1971. pp. 45-71; GUDEMAN, S.. *Spiritual Relationships and Selecting a Godparent*. In: Man, New Series, Vol. 10, No. 2, Jun., 1975, pp. 221-237; IMÍZCOZ, KORTA, *Economía doméstica...*, *op. cit.*

Diagrama 7 - Vínculos de compadrio, dívida, familiaridade e escravidão na área rural de Porto Alegre, décadas de 1770 e 1780



Legenda:

Aresta vermelha: relação de compadrio; aresta cinza: relação de dívida; aresta amarela: relação entre sogro/pai com genro/filha; aresta verde: relação senhor-escravo.

P: preto; F: forro; esc: escravo.

Fontes: 1º e 2º Livros de batismos de Porto Alegre (entre 1772 e 1799); 1º Livro de batismos de escravos de Porto Alegre (entre 1772 e 1797); 3º Livro de batismos de escravos de Porto Alegre (entre 1772 e 1797). ACMPA; Inventário *post mortem* de Catarina Duarte, Porto Alegre, 1780.

As informações referentes ao compadrio demonstram a existência de vinculações diretas e indiretas entre as famílias listadas no Quadro 1. Os vizinhos, ainda que temporários, foram convidados a participar do ritual do batismo em diferentes oportunidades, de maneira reiterada. Francisca, escrava de Manuel Fernandes, o maior proprietário listado no Quadro 1, escolheu como padrinhos e madrinhas de três de seus filhos Catarina Duarte e seu esposo Teodósio (em 1774), Lucas Ferreira (ou Fernandes) e sua esposa Josefa Maria (em 1777) e, por fim, Antônio de Sá e Maria de Souza, respectivamente genro e filha de Garcia de Souza e Maria da Conceição (em 1785). Com três rituais de batismos, a escrava Francisca vinculou-se a três núcleos familiares diferentes, dois deles vizinhos no ano de 1781. Catarina de Sene e esposo e Garcia de Souza e esposa, por sua vez, estão relacionados com os compadres da cativa Francisca. Portanto, está evidenciada a relação, ainda que indireta, entre um membro dependente do espaço doméstico de Manuel Fernandes e as famílias de pretos forros listados em sua vizinhança, no rol de 1781.

A forra Catarina (ou Caetana) de Sena e seu esposo Manuel, escravo do Provedor da Fazenda Real, escolheram Catarina Duarte e Garcia de Souza como madrinha e padrinho de sua filha, no ano de 1771. Como o conjunto das relações de compadrio também inclui a vinculação espiritual entre padrinho e madrinha, evidencia-se, portanto, uma vinculação

forte entre Catarina Duarte e Garcia de Souza, pois a primeira não apenas possuía uma dívida para com o segundo, como esteve por ele acompanhada na pia batismal. Ambos são bem destacados na comunidade, pois são padrinhos de filhos de cativos do Provedor da Fazenda Real e de um dos mais afortunados lavradores da paróquia.

Os forros Lucas Ferreira Veloso e sua esposa Josefa Maria, além de serem padrinhos de um filho da escrava do próspero lavrador Manuel Fernandes, também escolheram Catarina Duarte como madrinha, em um ritual realizado no ano de 1776. Por fim, ainda que não exista uma relação direta entre Manuel Fernandes e Catarina Duarte e seu esposo, ambos estão vinculados indiretamente. Em primeiro lugar pelo fato de Catarina apadrinhar o filho de uma escrava do primeiro; segundo, Catarina devia para um dos padrinhos de um filho de Manuel Fernandes, Antônio Joaquim de Aguiar. Portanto, tais ligações indiretas evidenciam provável proximidade entre ambas as famílias, a do escravista Manuel e a da forra Catarina. É importante lembrar que, conforme as dívidas passivas de Catarina, esta também criara vinculações com outros lavradores escravistas da região.

Conclui-se que à situação de vizinhança na área rural de Porto Alegre verificada no rol de 1781 somam-se relações de compadrio e de dívida que vinculam as famílias de forros entre si e destes com um membro dependente do espaço doméstico de um dos mais afortunados lavradores da localidade. Tais relações devem ser pensadas no quadro material das relações de produção regional e permitem refletir sobre as relações comunitárias então estabelecidas.

Triticultura, relações de trabalho e comunidade

O Rio Grande de São Pedro, entre as décadas de 1770 e 1820, foi marcado pela triticultura, cuja produção era exportada para o Rio de Janeiro, o que garantiu ampla aquisição de cativos por parte dos produtores regionais. As vinculações apresentadas nos tópicos anteriores devem ser pensadas a partir do quadro de relações de trabalho surgidas sob tal tipo de produção.

A produção e escoamento do trigo geram ampla gama de atividades e apresentam uma maior demanda de trabalho em períodos específicos. Na região do Chesapeake, sudeste dos Estados Unidos, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, a triticultura se desenvolveu em detrimento da produção de tabaco, em um modelo amplamente amparado pelo trabalho escravo. A produção de trigo exigiu uma mão-de-obra em maior quantidade, mais móvel e habilitada, pois envolvia a necessidade de cuidar dos bois que carregavam os

arados, um maior esforço físico despendido durante a colheita e a execução das tarefas de armazenar grãos, moê-los e enviá-los aos mercados consumidores. Uma série de outras atividades não-rurais se desenvolveu, como tanoarias, forjas, curtumes e moinhos, enquanto aumentaram as pessoas que conduziam barcos e vagões. Boa parte deste trabalho era executado por cativos, os quais muitas vezes precisavam se deslocar das propriedades onde habitavam quando, por exemplo, eram alugados por outros senhores⁴⁹².

Na região da bacia do Prata, o trigo era produzido em abundância desde o século XVIII por unidades produtivas de diferentes tamanhos. O ciclo do trigo criava altas demandas de trabalho nos meses de maio e junho, quando se arava e semeava a terra, e em janeiro e fevereiro, quando da colheita e da debulha do cereal. Nesses períodos, ocorria uma maior dificuldade para contratar peões tanto para a pecuária quanto para a colheita do trigo nas grandes estâncias, pois muitos destes peões eram pequenos produtores que precisavam se dedicar ao cuidado de suas próprias lavouras. Nesse sentido, a presença de cativos nas grandes fazendas era fundamental para garantir a continuidade dos trabalhos quando escasseava a disponibilidade de trabalho assalariado. Os cativos representavam, portanto, o núcleo fundamental de trabalho, concentrados nas lavouras no início do ano e distribuídos em outras atividades, especialmente na pecuária, na segunda metade do ano⁴⁹³.

No Rio Grande de São Pedro, o ciclo do trigo era um pouco diferente do platino, pois o trabalho de aragem da terra, plantio e cerceamento ou abertura de fossas no entorno das lavouras eram realizados próximos a junho, enquanto a colheita se iniciava em dezembro⁴⁹⁴. Como a região se caracterizava pela policultura e pela associação entre agricultura e pecuária, outras atividades eram desenvolvidas ao longo do ano, como o plantio de mandioca, milho e feijão, a produção da farinha de mandioca, o cultivo de árvores frutíferas e o cuidado dos rebanhos, inclusive nas menores unidades produtivas. Portanto, em linhas gerais, havia uma demanda constante de trabalho, com picos no mês de dezembro e próximos a junho.

O período de colheita aumentava bastante a intensidade do trabalho familiar, ao ponto de interferir no sistema de arregimentação de soldados⁴⁹⁵. Ao mesmo tempo, o

⁴⁹² BERLIN, Ira. *Gerações do cativo*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 140ss

⁴⁹³ GELMAN, Jorge. Sobre esclavos, peones gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores em una estancia colonial rioplatense. In SANTAMARIA, Daniel et al. *Estructuras sociales y mentalidades em America Latina. Siglos XVII y XVIII*. Buenos Aires: Fundación Simon Rodríguez, Editorial Biblos, 1990. p. 241-279.

⁴⁹⁴ OSÓRIO, *O império português...*, *op. cit.*, p. 148.

⁴⁹⁵ OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 43-62.

emprego de escravos foi elemento estrutural à produção tritícola e responsável pela reprodução do escravismo na região. O trabalho de indivíduos escravizados fazia-se presente nos Campos de Viamão desde o início da década de 1750, quando 40% da população era formada por negros cativos e, 5%, por indígenas administrados. Com o estabelecimento e crescimento da cultura do trigo, o sistema de produção familiar e escravista de pequena dimensão se reproduziu rapidamente na região. Em 1800, todas as freguesias onde havia o predomínio da agricultura como atividade econômica principal apresentavam mais de 30% de sua população composta por cativos. Em Porto Alegre, semelhante nível de participação de cativos se verificava já em 1779. Vimos isso no primeiro capítulo.

Sobre ambos, parentes e escravos submetidos ao regime doméstico dos chefes de família em algumas freguesias do Rio Grande, há já pesquisas baseadas em conjuntos de informação relevantes. No entanto, pouco se sabe sobre a obtenção de mão-de-obra externa ao ambiente doméstico na região. Para as unidades tricultoras do final do século XVIII, é pouquíssimo provável que venha a ser achado algum registro tão rico como os da *Estancia de las Bacas*, estudados por Gelman. Para as primeiras décadas do século XIX, Gabriel Aladrén encontrou informações muito pertinentes em processo, nos figuram pretos e pardos forros com acesso à terra e com vinculações horizontais e de subordinação com outros agentes sociais, como capitães e proprietários de terras.

Os róis de confessados disponíveis, os quais conformam uma rica documentação para estudar a composição da mão-de-obra no conjunto de uma população, apresenta informações pertinentes para entender a participação da mão-de-obra de agregados. No ano de 1782, o *rol de confessados de Porto Alegre* registrou apenas seis domicílios com agregados na área rural, dos quais cinco apresentavam cativos. Por outro lado, registram-se agregados em 42 domicílios urbanos, no mesmo ano. Portanto, a prática de agregar-se no interior de uma unidade doméstica rural não era recorrente. Em realidade, era outro o tipo de agregar-se o mais comum no cinturão agrário de Porto Alegre. Ao se procurar pelos indivíduos listados nas *Relações de moradores de 1785* classificados como agregados ou vivendo a favor nos róis de confessados, os mesmos são encontrados como chefes de domicílio. Portanto, na área rural, diferente da urbana, eram mais comuns os agregados chefes de suas próprias famílias, muitos deles seguramente vivendo em domicílio próprio. Vimos isso no segundo capítulo.

A discussão acima elaborada é útil para contextualizar os dados levantados neste capítulo. A economia tricultora demandava uma quantidade maior de trabalhos em alguns períodos do ano, enquanto outras culturas e o cuidado com os rebanhos mantinha uma

demanda mais estável. Nas lavouras norte-americanas e na *Estancia de las Bacas* (representante das grandes estâncias platinas) era regular o uso de cativos no cultivo do cereal, enquanto os picos de trabalho eram enfrentados com o aluguel de outros cativos ou com a contratação de jornaleiros. No Rio Grande de São Pedro, conjugado ao trabalho de familiares era regular o emprego de cativos, enquanto em Porto Alegre, particularmente, sabe-se que não eram comuns indivíduos solitários agregados na casa dos lavradores, mas sim de famílias relativamente autônomas nas suas terras. Tal constatação torna ainda mais plausível considerar que as famílias de libertos e livres encontrados no rol de 1781, apresentados no Quadro 1, estivessem temporariamente instaladas nas terras dos lavradores, particularmente os proprietários de maiores extensões fundiárias. Especialmente se considerarmos que tais unidades domésticas foram as últimas registradas no documento, sendo este rol concluído em 5 de junho, quando provavelmente se efetuavam os trabalhos de aragem da terra, plantio e de proteção das lavouras com cercas ou fossas. Por fim, ao menos a família de um desses pretos forros, a de Catarina Duarte, possuía bois, animal fundamental na produção agrícola, pois era utilizado para conduzir o arado.

Semelhante sistema de trabalho, que obrigava a incorporação temporária de unidades domésticas externas, oportunizava a criação de novos tipos de relações sociais. Com o desenvolvimento da triticultura Chesapeake, o deslocamento de indivíduos escravizados ajudou os mesmos a romperem os antigos limites sociais das *plantations* de tabaco. Por outro lado, como havia pequenos produtores brancos a cultivar trigo, estes trabalhavam ao lado de seus cativos ou de outros, situação impensável nas produções de tabaco. A transformação da economia no Chesapeake alterou as condições de trabalho e vida dos negros escravos e libertos, bem como oportunizou formas de socialização não restritas ao espaço da *plantation*⁴⁹⁶. Os dados levantados para o caso de Porto Alegre indicam algo semelhante.

O aumento da produção do trigo parece ter criado oportunidades reiteradas de trabalho em certos períodos na área rural, ao longo de muitos anos, para famílias que não possuíam terras. Tendo em vista a falta de braços nos momentos mais intensos de labor, o rendimento do trabalho nas lavouras poderia ser suficiente para recompensar o abandono temporário das atividades na área urbana da localidade, marcada esta por um aumento constante de pessoas e atividades. Podemos supor que tais famílias de livres e libertos sem terras desenvolveram vinculações constantes com lavradores das localidades, o que ajudaria a explicar o crédito do casal Teodósio e Catarina Duarte obtido junto a três produtores locais,

⁴⁹⁶ BERLIN, *Gerações...*, *op. cit.*, p. 140ss.

dentre os quais o preto forro Garcia de Souza.

O contexto também favoreceu famílias escravizadas a criarem vinculações para fora das propriedades de seus senhores. Em Porto Alegre, entre 1770 e 1800, desenvolveu-se uma ampla trama de vinculações entre compadres e comadres escravos que envolvia inúmeras escravarias da localidade. Na área rural, mais frequentemente, os compadres escolhidos pertenciam aos parentes dos senhores ou vizinhos. Além disso, era possível desenvolver convívio com outros indivíduos ou famílias livres ou libertas, não pertencentes ao espaço doméstico de seus senhores, tal como Francisca, escrava do Manuel Fernandes, que se tornou comadre de três núcleos familiares de pretos forros.

O tráfico transatlântico rompeu com as vinculações sociais destes indivíduos, enquanto o escravismo os obrigara a trabalhar para outrem. No convívio junto às lavouras, laborando em propriedades vizinhas ou na mesma, ao compartilhar origens culturais semelhantes, por provavelmente terem desenvolvido uma língua franca de base banta (pois a maioria desses africanos é classificada como *angola*), libertos e escravos aproximavam-se entre si ao ponto de constituírem laços espirituais diante da Igreja e da comunidade⁴⁹⁷. Tais laços, ao implicarem em deveres recíprocos entre compadres e comadres e entre padrinhos, madrinhas e afilhados, sacralizava as diferenças sociais e de trajetórias entre eles e tornava-os comprometidos com o bem-estar comum. Os padrinhos formavam um grupo de adultos preparados para proteger material e espiritualmente os pequenos recém-nascidos, como também se tornavam guias dos jovens que se inseriam nessa sociedade recentemente formada pela interrelação de africanos bantos, negros e pardos americanos, índios guaranis, luso-americanos de diferentes procedências e portugueses continentais e insulares⁴⁹⁸.

Alguns deles, por sua vez, conseguiram obter a liberdade e desenvolver suas próprias economias domésticas. Semelhante situação fez com que o convívio nas lavouras se tornasse o ponto de partida das vinculações sociais, as quais agregavam relações de trabalho e vizinhança. Ambas criavam momentos de contato e os afetos ou desafetos surgidos levavam ao estabelecimento de vínculos de amizade, religiosidade e de parentesco por afinidade ou por laço espiritual. As relações de parentesco vinculavam os indivíduos mais fortemente, permitiam a reprodução biológica e social, regularizavam as expectativas e deveres dos indivíduos entre si e contribuíam na redefinição das identidades sociais. As relações de amizade, informais, bastante seletivas e mais sensíveis a mudanças, estão

⁴⁹⁷ Esta leitura é baseada em: SLENES, Robert. Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁴⁹⁸ HAMEISTER, *Para dar fogo...*, *op. cit.*, p. 315-26

relacionadas ao estabelecimento de maior confiança e favoreciam uma maior circulação de recursos, sociabilidade e apoio. Delineiam-se, portanto, algumas das tramas que permitiram o desenvolvimento de uma comunidade afro-americana envolvendo indivíduos livres, libertos e cativos na área rural de Porto Alegre, em suas primeiras décadas de existência.

Conclusão

O conjunto dos trabalhos abordado demonstra a ampla dificuldade de acesso ao uso ou à propriedade da terra por parte da população negra, africana ou nascida no Brasil. A dificuldade, entretanto, não foi um impedimento. Como regra, o acesso à terra era dependente do estabelecimento de relações pretéritas com senhores e ex-senhores, potentados locais ou proprietários de terras vizinhos. Com certa frequência, os negros que acessavam terras possuíam famílias e estabeleciam relações com outras famílias negras. Houve casos de famílias negras remediadas que conseguiram comprar alguns escravos ou realizar acordos de trabalho com peões ou ajudantes. As relações sociais estabelecidas por eles, portanto, eram elementos fundamentais para garantir a reprodução de uma vida econômica e socialmente autônoma.

As formas mais seguras de se obter o acesso à terra eram a compra e a concessão por parte de antigos senhores. Ambas as formas implicavam o acordo com anterior proprietário ou possuidor, de modo a gerar menor perigo de disputa do que terras devolutas apossadas mansamente, pois estas poderiam se tornar alvo da cobiça de grandes proprietários que as reivindicassem. A possibilidade de compra era limitada a um grupo muito restrito de indivíduos ou famílias negras remediadas e frequentemente se referia a pequenos pedaços de terras. A obtenção por meio de concessão senhorial pode ter ocorrido com alguma regularidade e frequentemente eram famílias de escravos aproximadas de senhores que conseguiam o benefício. Essa concessão era antecedida pelo uso de porções de terras, pela criação de animais ou cultivo de roças, atividades econômicas relativamente autônomas e reconhecidas pelos senhores. A obtenção do direito de posse através da ocupação mansa e pacífica era possível, mas dependia da obtenção de recursos sociais (como o reconhecimento de vizinhos, especialmente os poderosos) e da “sorte” de não haver expansão territorial de grandes proprietários.

Há raros registros de casos de negros ou pardos filhos de proprietários brancos que herdaram as terras de seus pais no Rio Grande do Sul. Esta talvez seja uma das principais distinções da capitania/província em relação a localidades de escravismo mais antigo, como

os casos carioca e baiano estudados por Fragoso e Barickman, respectivamente. Nestas duas regiões, onde a ocupação territorial inicial contou com grande presença de homens livres e solteiros, foi frequente o concubinato entre estes e escravas, o que possibilitou a formação de significativo contingente populacional mestiço e livre nas gerações seguintes. No Rio Grande do Sul, a política de ocupação territorial feita com casais europeus pode ter dificultado a ocorrência de processo semelhante.

O mais comum, e seguramente menos registrado, era a ocupação de terrenos incultos e a prática de agregar-se junto a terceiros. Ambas as formas eram marcadas pela informalidade, motivo de haver tão poucas informações a respeito. A ocupação certamente garantia maior autonomia ao produtor, mas o avanço de grandes proprietários poderia representar um risco à permanência nas mesmas terras. A prática de se agregar a terceiros talvez fosse o meio mais comum de acesso à terra e a que dependia e gerava relações sociais mais assimétricas com os proprietários das terras. A permanência nas mesmas terras, neste caso, estava associada às necessidades do proprietário (por mão-de-obra, por indivíduos para ocupar espaços limítrofes da propriedade) e obrigava, possivelmente, o agregado a estabelecer uma relação de clientela com aquele que o acolhia. No entanto, a prática de agregar-se poderia ser resultado de um acerto temporário benéfico aos forros, pois estes teriam a liberdade sair das terras e procurar outras oportunidades conforme a época do ano⁴⁹⁹.

Em Porto Alegre e Viamão, na década de 1780, verificamos que poucas famílias obtiveram a propriedade ou posse da terra. Além disso, levantamos a hipótese de que algumas famílias de forros ou livres não-proprietários de terras, de maneira regular, mantinham contatos econômicos e sociais com as famílias de lavradores e suas escravarias, bem como com outras famílias autônomas de não-proprietários. A presença destas famílias forras e livres na vizinhança dos proprietários de terras pode, portanto, indicar a existência de algum tipo de relação que abria acesso ao uso da terra para não-proprietários, como acertos de trabalho por tempo limitado ou o arrendamento de parcelas de terrenos. Associada às relações relativas à terra, estes indivíduos desenvolviam vinculações de outros tipos, fortalecendo seus laços sociais, econômicos e espirituais na região, os quais envolviam livres, libertos e escravos. Neste trabalho, enfatiza-se a vinculação entre famílias africanas escravizadas e libertas, donos de terras ou não, através de relações de trabalho, vizinhança e por parentesco espiritual, as quais sugerem o desenvolvimento de relações comunitárias.

⁴⁹⁹ FRADKIN, Raul. Procesos de estructuración social en la campaña bonaerense (1740-1840): elementos para la discusión. *Travesía*, n. 1, 1998, p. 41-62. Aquí, p. 50ss.

Conclusão

A presente pesquisa abordou a organização e algumas ações sociais de famílias que, em diferentes medidas, dependiam do trabalho dos próprios membros e de escravos. A maioria das famílias possuía terras, das mais variadas extensões. Denominamos este sistema de mão-de-obra e estrutura agrária como *camponês e pequeno escravista*, o qual caracterizava as freguesias de Viamão e Porto Alegre, ao que se pode acrescentar Mostardas, ainda no ano de 1780. É possível que semelhante sistema tenha se alastrado para o restante da capitania, em um período marcado pela paz imperial na região, pela expansão da produção tritícola e pela elevada oferta de cativos no mercado. Os lavradores não eram os setores mais pobres dessa sociedade, pois, sob o domínio de muitos deles, havia ampla parcela da população em estado de cativo.

A ocupação e manutenção do Rio Grande de São Pedro dependeu, em grande medida, de uma série de ações promovidas pela Coroa, como a distribuição de terras a pequenos produtores e o envio de tropas para lutar pelo território, durante a guerra. Encerrado o conflito, dezenas de comerciantes trabalharam para obter o trigo plantado pelos lavradores, obtidos como pagamentos de escravos, fazendas e outros produtos. Estes mesmos comerciantes venderam alimentos ao exército durante a guerra e depois, atuaram na Câmara, ocupando cargos destinados a manter a ordem e o bem comum, de modo a fazer valer a justiça real na região. No caso do Rio Grande de São Pedro, Estado e Mercado, instituições que não apresentavam uma fronteira bem definida no Antigo Regime, forneceram elementos necessários ao desenvolvimento dos sistemas de mão-de-obra e da estrutura fundiária pertinente ao território ora analisado.

Foi um grupo específico de famílias o mais beneficiado por este contexto: aquele formado por gente de origem açoriana, que puderam se tornar agregados de sesmeiros, criar os próprios rebanhos, receberam datas de terras, compraram cativos e eram compadres de comerciantes ou de grandes produtores. Esse sistema não era fechado e houve famílias de nativos de outras capitanias da América e, inclusive, alguns africanos alforriados, que conseguiram comprar terras, cultivar lavouras e adquirir alguns cativos.

A sociedade ora estudada caracterizava-se pela existência de diferentes tipos de recursos. Ainda que houvesse a concentração de alguns deles, os mesmos eram acessíveis por parte da população livre. Dentre esses recursos, listamos gado, terras, mão-de-obra cativa, trabalho familiar, ajuda doméstica, solidariedade vicinal, o paternalismo dos ricos e apoio político e jurídico dos “homens bons”. Em termos de recursos apropriáveis,

classificados com valor de moeda, passíveis de serem listados em inventários, são três os mais importantes: animais, cativos e terras. A associação e manipulação destes três bens fazia parte das estratégias das famílias. Os dois primeiros poderiam representar uma poupança em uma sociedade com escassa circulação monetária. Associar terras e rebanhos era uma forma de garantir uma fonte de renda aos órfãos menores de idade, de modo a garantir um mínimo de segurança econômica enquanto fossem incapazes de trabalhar. De acordo com as necessidades imediatas, um recurso poderia ser vendido para se adquirir outro mais urgente.

O recurso fundamental para entender a organização e o nível de riqueza das famílias de lavradores era a posse fundiária. A extensão dos terrenos determinava a quantidade máxima de grãos e raízes que podiam ser plantados, o tamanho dos rebanhos e, por consequência, a mão-de-obra necessária. A disponibilidade de terras condicionava os meios de reprodução geracional das famílias: a quantidade de núcleos domésticos novos que podiam se instalar nas terras paternas, o tamanho destas unidades agregadas, bem como a extensão das parcelas de terras que seriam distribuídas entre os herdeiros quando do falecimento dos pais. Em alguns casos, chegaram a surgir verdadeiras casas-grandes de lavradores.

A pobreza era um perigo presente no horizonte desses lavradores, possuísem escravos ou não. Em outra oportunidade, constatamos que parte importante dos vendedores de terras em Porto Alegre encontravam-se no fim de suas vidas e alguns não tiveram inventário aberto devido a sua pobreza⁵⁰⁰. Vimos, nesta pesquisa, como o filho de um lavrador pobre tornou-se ainda mais pobre por receber um pedaço de terra insuficiente para plantar ou criar pequeno rebanho. Uma viúva afirmou não ter feito inventário dos bens do casal por falecimento do marido por ser pobre, ainda que possuíse cativos. Pode ser que esta viúva lavradora estivesse a fazer uso de expressões retóricas para justificar o fato de não ter aberto o inventário antes de ser convocada por um oficial da câmara. No entanto, é significativo que esta inventariante tenha solicitado a venda de uma cativa e sua propriedade fundiária para comprar um terreno maior para poder cuidar dos filhos. A preocupação com o futuro e o medo do empobrecimento deveriam ser comuns a todos os produtores.

Pobreza e riqueza não são dados estáticos e estão associadas ao ciclo de vida das famílias, em maior ou menor medida. Vimos que lavradores-criadores e criadores não apresentavam um padrão específico de posse de escravos. Alguns jovens criadores poderiam

⁵⁰⁰ GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012. Dissertação (mestrado). P. 180s.

ter grandes escravarias, de modo a demonstrar a importância da herança na constituição deste grupo de elite. Da casa dos 40 aos 60 anos, o tamanho dos domicílios dos grandes proprietários fundiários não variava, isto é, parece que o limite da manutenção de mão-de-obra residente chegava mais cedo e poderia se estender por uns 30 anos.

Entre os lavradores, entretanto, a situação era diferente, pois o ciclo de vida era um fator chave para entender a composição dos domicílios. Não somente o número de filhos aumentava com o passar do tempo e com o amadurecimento das famílias, como o número de cativos aumentava proporcionalmente. O modelo de campesinato de Chayanov serve para entender o ciclo de transformação das famílias de Porto Alegre e Viamão em fins do século XVIII, mas não o explica por completo. Justamente na casa dos 60 anos, quando se inicia o declínio da presença de filhos nos lares paternos, aumentava a presença de cativos e os domicílios chegavam ao ápice do seu tamanho. Portanto, antes do declínio mais geral das famílias de lavradores, que ocorria na casa dos 70 anos, os domicílios destes produtores chegavam ao limite da sua capacidade de produção, caracterizada pela presença predominante de indivíduos sob o cativo. Por isso classificamos este sistema de organização da mão-de-obra como camponês e pequeno escravista, pois o ciclo de vida dos chefes de domicílio condicionava a composição de suas residências e o escravismo não só atrasava o declínio dos lares como permitia sua expansão próximo ao fim do ciclo destas famílias. As famílias de lavradores mais ricas eram, também, as mais velhas.

As famílias de lavradores e uma parte das de lavradores-criadores eram donas de patrimônios recentes, constituídos pelo recebimento de concessões originadas da Coroa, doações de compadres e/ou, principalmente, por meio do trabalho familiar. Eram famílias de patrimônio formado conjuntamente, não herdado, e, conseqüentemente, os filhos crescidos tinham quinhão e direitos a reivindicar devido ao trabalho executado durante anos. Para um pai viúvo, seus filhos eram uma *bênção* porque cuidavam dele nos seus últimos anos de vida. Outra mãe deixou *dádivas* aos filhos que dela cuidaram. Vemo-nos, portanto, diante de pais que podiam sentir-se em dívida para com seus filhos. Os filhos poderiam acumular um crédito no interior da família, a ser recompensado na distribuição da herança. Por outro lado, os filhos podiam ser desobedientes e disputar o patrimônio com a mãe ou pai viúvos. Genros podiam agir de maneira semelhante em relação a seus sogros, como vimos. A autoridade paterna nas famílias camponesas de Viamão e Porto Alegre era um fato, mas precisava ser negociado com os filhos adultos. Havia, nesse sentido, uma correlação de forças no interior das famílias que poderia relativizar, a longo prazo, o pátrio poder.

Como em outras comunidades camponesas, independentemente do nível de riqueza, os lavradores de Porto Alegre e Viamão dependiam de outros grupos detentores de recursos, fosse acesso ao uso da terra, oferta de trabalho estacional ou maior segurança para estabelecer acordos comerciais. O batismo dos bebês representava uma oportunidade de tecer laços e reforçar vínculos pré-existentes. Para nós, historiadores do século XXI, os registros batismos representam uma oportunidade para analisar os vínculos clientelistas, ocorridos estes entre membros de grupos desiguais e hierarquizados.

Por meio da análise do compadrio, constatamos a existência de dois sistemas ou tendências de clientela em Porto Alegre e Viamão, durante a década de 1780. Um deles tinha por padrões indivíduos comerciantes e, o outro, lavradores-criadores. Em termos de tendência, os lavradores ricos pertenciam, enquanto clientes, ao primeiro sistema e, os pobres, ao segundo. Entre um e outro, havia um espectro de matiz progressiva, com diminuição da presença de comerciantes do primeiro ao último e aumento inversamente proporcional lavradores-criadores ou criadores. Estes dois sistemas coexistiam e se relacionavam provavelmente sem atritos porque os lavradores, de acordo com seu nível de riqueza e bens agrários, buscavam recursos diferentes. Em alguns casos, um mesmo casal ou uma família extensa poderia diversificar suas escolhas a ponto de comprometer-se espiritualmente tanto junto a grandes proprietários de terras como com negociantes. A partir de algumas situações, verificamos um caráter geracional na transição de um para outro sistema. Tais sistemas desiguais e hierarquizados encontravam sua formação e transformação tanto na capacidade de certos agentes concentrarem recursos escassos quanto no desenvolvimento econômico das diferentes famílias de produtores e na avaliação e decisão destas sobre as fontes de recursos que deveriam ter os vínculos reforçados por meio de sua consagração espiritual.

Para além dos proprietários de terras ou posseiros e seus agregados, foi possível identificar e conhecer as famílias e vínculos dos não-proprietários rurais que residiam – ainda que, às vezes, temporariamente – na área rural das freguesias ora estudadas. Seus domicílios eram de pequena dimensão e, frequentemente, não apresentavam cativos. Houve casos em que conseguimos identificar núcleos domésticos de pais a residir próximos aos de filhos casados. Portanto, havia não só famílias de não-proprietários, como elas conseguiam se reproduzir e estabelecer através das gerações. Estes produtores frequentemente despossuídos de bens materiais, mas não de sociais, encontravam nos lavradores remediados e ricos e, principalmente, nos lavradores-criadores, uma fonte de padrinhos e madrinhas importantes para seus filhos, o que indica a vinculação deste setor com os de pequenos e médios

produtores rurais. Tais relacionamentos deveriam ocorrer com os donos das terras que os abrigavam, ou com aqueles com os quais faziam acordos de trabalho sazonal. Essas famílias deveriam representar importante fonte de mão-de-obra adicional, especialmente se lembrarmos que formavam um quarto do total de núcleos domésticos contabilizados nesta pesquisa.

Ao concluir esta tese, sublinhamos algumas considerações efetuadas ao longo dos capítulos e embasadas nos resultados da análise. Constatamos que o amplo grupo dos “lavradores”, além de ser economicamente heterogêneo, como demonstrou Helen Osório, apresentou um variado leque de estratégias de organização familiar e de constituição de relações sociais. Ao constatar que os recursos e estratégias eram desigualmente distribuídos, não somente erigiam-se grupos sociais diferenciados como coexistiam diferentes lógicas de organização social. Se foi constatado por Luís Farinatti que as famílias da elite do Alegrete pautavam-se por procedimentos que geravam débitos dos filhos e genros para com pais e sogros – o que não deveria ser diferente no seio da elite agrária viamonense –, entre os camponeses e pequenos escravistas de Porto Alegre, constatamos uma tendência diferente. Na medida em que os filhos cresciam e contribuía para a constituição do patrimônio familiar, ganhavam um crédito frente à geração precedente que envelhecia. No interior de uma sociedade que tinha por um de seus fundamentos o pátrio poder, os jovens que se tornavam adultos assumiam um papel decisivo na reprodução de suas famílias, pois podiam aceitar, repudiar ou contornar as decisões paternas ou maternas, de modo a tornar os processos de transmissão patrimonial imprevisíveis.

A maior autonomia dos filhos crescidos frente aos pais envelhecidos, nas famílias de pequenos e médios produtores permitia ou favorecia a criação de formas de organização descentralizadas da figura paterna e materna. Pais e mães poderiam contar com o apoio e trabalho de alguns de seus filhos adultos e, talvez, já casados, mas não de todos. Alguns jovens casados, chefes de domicílio, poderiam desenvolver uma economia doméstica apartada dos pais ou dos irmãos e escolherem como parceiros de labuta os genros ou os próprios filhos. A organização familiar nessa comunidade de pequenas e médias posses ou propriedades agrárias favorecia a formação de estratégias familiares limitadas a alguns dos núcleos pertencentes à família extensa, mas não a todas.

Em vista da possível tendência à fragmentação das famílias, outras relações poderiam ser acionadas para aproximar melhor alguns núcleos de uma família extensa entre si. Os pais de crianças batizadas escolhiam os próprios pais, irmãos, irmãs e primos para se tornarem compadres e comadres. O compadrio e o apadrinhamento, nesse sentido, poderiam

vir a reforçar a posição dos núcleos domésticos no interior da família extensa. Em algumas oportunidades, vizinhos poderiam ser vistos como padrinhos preferências, especialmente quando contassem com condições adequadas para se colocarem como protetores dos afilhados. O importante era contar com o leque mais variado possível de recursos sociais e familiares.

As relações de clientela devem considerar, na medida em que for possível, as condições gerais da estrutura econômica e da situação material e política das clientelas. A racionalidade das relações verticais encontra-se não somente no poder dos patrões, como nos interesses e demandas dos grupos subalternos da relação. A forma como ocorre a mudança na estrutura econômica e política pode significar a transformação das hierarquias sociais de modo a permitir ou não a reprodução as antigas vinculações, associadas ou contrapostas estas às novas formas de relacionamento.

Por fim, constatamos que Porto Alegre e Viamão constituíam-se enquanto um mosaico de diferentes unidades produtivas, as quais representavam o cenário no qual surgiam inúmeras formas de relação social, fossem elas de parentesco, trabalho ou de cunho religioso. Se comunidade for entendida enquanto uma rede social formadas por diferentes tipos de vínculos através da qual circulavam variados recursos, então podemos considerar que havia inúmeras comunidades na região que se entrelaçavam, mas que mantinham suas particularidades. Se considerada, por exemplo, a comunidade de fala banto encontrada em Porto Alegre, podemos constatar que o encadeamento de variados vínculos em uma mesma pessoa ou família, às vezes aparentemente contraditórios, era um mecanismo cujo resultado de seu funcionamento era a transferência e compartilhamento de possíveis recursos não só econômicos quanto, principalmente, sociais, para o interior de um grupo destituído de privilégios. Enquanto se distribuía recursos, alguns membros desta comunidade destacavam-se enquanto padrinhos e madrinhas protetores de afilhados e compadres, de modo que tais vinculações reforçavam solidariedades enquanto geravam novas matizes para a produção e reprodução das hierarquias sociais.

Referências

Referências documentais

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Róis de confessados de Porto Alegre dos anos de 1779, 1780, 1781, 1782, 1790, 1791, 1802 e 1803.

Primeiro e segundo livros de batismos de Porto Alegre (entre 1772 e 1799).

Primeiro livro de batismos de escravos de Porto Alegre (entre 1772 e 1797).

Primeiro livro de casamentos de Porto Alegre (entre 1772 e 1794).

Róis de confessados de Viamão (1776-1782)

Quarto livro de batismos de Viamão, livres e escravos (1782-1810).

Segundo livro de casamentos de Viamão (1786-1850).

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

Ana Isabel de Oliveira, ano de 1782, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0773, invent. núm. 94.

Ana Maria da Silva Guimarães, ano de 1794, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0786, invent. núm. 189.

Ana Maria, de 1783, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0774, invent. núm. 102.

Ana Teresa de Jesus, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0783, invent. núm. 165.

Antão Silveira, ano de 1782, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0773, invent. núm. 97.

Antônia Bernarda de Jesus, de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Civil e Crime, caixa 004.0002, invent. núm. 31.

Antônio da Silveira Rosa, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0785, invent. núm. 172.

Antônio de Souza Brasil, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 134.

Antônio Dias, ano de 1786, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 125.

Antônio Francisco Gomes, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 117.

Antônio Jose Pinto, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0775, invent. núm. 110.

Antônio Pereira Vieira, 1792, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Civil e Crime, caixa 004.0002, invent. núm. 37.

Catarina Duarte, 1780, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Segunda Vara Civil e Crime, caixa 004.0053, invent. núm. 9.

Diogo Pacheco, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0786, invent. núm. 180.

Francisca Inácia de Jesus, 1793, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0784, invent. núm. 170.

Francisca Inacia, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0784, invent. núm. 170.

Francisco Cardoso, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 112.

Francisco Goulart, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 141.

Francisco Jose Flores, 1783, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0774, invent. núm. 104.

Francisco Luís Terra, 1787, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 130.

Francisco Luis Terra, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 130.

Inês de Santo Antônio, ano de 1786, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 128.

João de Souza Cardoso, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0781, invent. núm. 154.

João de Souza de Avila, ano de 1794, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0786, invent. núm. 190.

João de Souza Machado, de 1782, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0774, invent. núm. 99.

João Nunes Machado, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 138.

Jose da Fonseca Peixoto, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0784, invent. núm. 168.

Jose Manuel Henriques, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0785, invent. núm. 173.

Jose Rodrigues da Silva, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0785, invent. núm. 177.

Josefa Maria, 1785, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Segunda Vara Civil e Crime, caixa 004.0053, invent. núm.19;

Josefa Maria, ano de 1785, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Segunda Vara Civil e Crime, caixa 004.0053, invent. núm. 19.

Luis Ferreira Velho, 1794, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Segunda Vara Civil e Crime, caixa 004.0054, invent. núm.33

Luzia Inacia, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 118.

Manuel da Silva Guimarães, 1783, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0774, invent. núm. 103.

Manuel de Borba, ano de 1786, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 126.

Manuel Espindola, 1787, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 135.

Manuel Lourenço Mariante, 1791, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0781, invent. núm. 155.

Manuel Nunes Goulart, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 136.

Manuel Vieira dos Amores, ano de 1786, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 127.

Maria de Jesus, ano de 1794, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0786, invent. núm. 180.

Maria de Jesus, 1789, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 145.

Maria Ferreira, ano de 1785, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 122.

Maria Francisca, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 145.

Maria Inácia, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0779, invent. núm. 137.

Maria Josefa, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0784, invent. núm. 169.

Mariana de Santo Antônio, 1782, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0778, invent. núm. 130.

Miguel Brás Lopes, 1785, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Segunda Vara Civil e Crime, caixa 004.0053, invent. núm.21

Paulo Duarte dos Santos, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 114.

Pedro José Cardoso, 1785, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Segunda Vara Civil e Crime, caixa 004.0053, invent. núm 18;

Pedro Jose Cardoso, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Segunda Vara Civil e Crime, caixa 004.0053, invent. núm. 18.

Sebastiana de Souza, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0782, invent. núm. 161.

Tomé Silveira do Nascimento, ano de 1784, Porto Alegre, comarca de Santa Catarina, Primeira Vara Família e Sucessão, caixa 004.0776, invent. núm. 111.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Relações de moradores de Porto Alegre e Gravataí de 1785, os borradores de 1785, e a Relação de 1797, Códice F-1198A.

Relações de moradores de Viamão de 1785, os borradores, e a Relação de 1797, Códice F-1198B.

Portarias do governador, relações de recrutas e bilhetes relativos aos soldados e tambores que assentaram praça entre 1781 e 1784. AHRS, Fundo da Fazenda, Manuscritos avulsos, maços 25, 26, 27 e 28.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Correspondência ao vice-rei. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 2.

Extratos da receita do cofre da Real Fazenda do Rio Grande de São Pedro, Códice 104, vol. 3, 4 e 5.

FIGUEIREDO, José Marcelino de. Correspondência ao vice-rei. Arquivo Nacional, Códice 104, v. 1 e 2.

Lista dos escravos da Freguesia de São Luiz de Mostardas do ano de 1787, assinada pelo Capitão Comandante Francisco Lopes de Mattos. Série Justiça – Africanos. Código do Fundo “AM”, Seção de guarda “CODES”, notação “IJ6”, maço 934. “Relações dos Escravos das freguesias de São Nicolau da Cachoeira, Triunfo (1788/1789) e Mostardas (1787)”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Relação de moradores que têm campos e animais no Continente, Códice 104, v. 6, 7 e 8.

Relação dos mantimentos que por esta provedoria do Continente do Rio Grande de São Pedro se estão devendo a diversos lavradores dos anos de 1775 the mayo de 1781. AN, Códice 104, v. 3, fl. 48.

Arquivo Histórico Ultramarino

Carta do [governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul], Paulo José da Silva Gama, ao príncipe regente [D. João], enviando mapas da população da capitania relativo ao ano de 1802 e relação da exportação e importação de 1802. 4 de dezembro de 1803. Anexo: Mappa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, devididos pelas freguezias actuais da mesma Capitania no anno de 1802. Caixa 7, doc. 485. Projeto Resgate: documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, cd 1.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

MAGALHÃES, Manoel Antonio de. Carta onde o autor expõe à rainha d. Maria I a situação de miséria em que se encontra a província do Rio Grande, com o contrabando feito pelos espanhóis próximo à costa. Narra os esforços realizados pelo seu governador. Porto Alegre, 01/02/1805. Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MS 554(3) d87.

Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780.

PREGO, Henrique. Descrição histórica geográfica das capitanias do Rio Grande do Sul e da Bahia. Biblioteca Nacional, Fundo Rio Grande do Sul, Coleção Augusto Lima Júnior. II – 35, 34, 13.

Fontes impressas

BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro do Brasil. In: SANTOS, *Economia e sociedade...*, *idem*, p.177-188.

BÖHM, Johann. BÖHN, Johann. Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande. In: IHGB; IGHMB. *Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Volume 3. Rio de Janeiro: IHGB; IGHMB, 1979, p. 9-229.

CORUJA, Antônio Alvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: ERUS, 1983.

FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição corográfica, política, civil e militar da capitania do Rio Grande de São Pedro. *Pesquisas – História*, n. 15, 1961.

MAGALHÃES, Manuel Antônio de. Almanaque de Porto Alegre de 1808. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, EST, 1980.

MOREIRA, Paulo & TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748 – 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações, e notícias, que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente nos anos de 1774 e 1775. In: FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: EST/Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 105-140.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SOUZA, Francisco Ferreira de. Descrição a viagem do Rio Grande. In: IHGB; IGHMB. *Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Volume 3. Rio de Janeiro: IHGB; IGHMB, 1979, p. 231-271.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. São Paulo: Antônio Louzada Antunes, 1853.

Fontes digitalizadas

BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande (1780). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXI, 1858, p. 239-299.

BERWANGER, Ana Regina; OSÓRIO, Helen; SOUZA, Suzana. *Projeto Resgate Rio Grande do Sul. Produção de catálogo e índices de documentação do Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa. 1999.

NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (Org.). *Projeto Resgate de Fontes Paroquiais: Porto Alegre e Viamão (século XVIII) – Batismos e Óbitos*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. [CD-ROM].

Instrumentos de pesquisa

BERWANGER, Ana Regina; OSÓRIO, Helen; SOUZA, Susana Bleil de (orgs.). *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa. Porto Alegre: CORAG, 2001.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* – volume 11. Porto Alegre, 1995.

Endereços eletrônicos de referência

A Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. *Family Search*. Disponível em: <https://familysearch.org/>

ELTIS, David (coord.). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>.

WESSA, P. *Free Statistics Software, Office for Research Development and Education, version 1.1.23-r7*. Disponível no endereço: www.wessa.net.

Referências bibliográficas

- ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-35*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008.
- ALÁDREN, Gabriel. *Sem respeitar fê nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói: PPGH-UFF, 2012.
- ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. In: *The Hispanic American Review*, Durham, vol. 43, n. 2, maio-1963, p. 173-205.
- ALDEN, Dauril. El Brasil colonial tardío, 1750-1808. In: BETHEL, Leslie (ed.) *Historia de América Latina*, vol. 3. Barcelona: Editorial Critica, 1990, p. 306-358.
- ALFANI, Guido. La Iglesia y el padrinazgo: ¿una institución social rebelde? (Italia, España y Europa desde el siglo V hasta la actualidad). *Revista de Demografía Histórica*, XXVI, I, 2008, p. 87-124.
- ALFANI, Guido; MUNNO, Cristina. Godparenthood and social networks in an Italian rural community: Nonatola in the sixteenth and seventeenth centuries. ALFANI, Guido; GOURDON, Vincent (ed.) *Spiritual Kinship in Europe, 1500-1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 96-123.
- ANDERSON, Michel. *Elementos para a História da Família Ocidental. 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDRADE, Leandro. *Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2007. Dissertação de mestrado.
- AQUINO, Israel; KÜHN, Fábio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769). *Revista Maracanan*, n. 19, 2018, p. 56-78.
- ARAÚJO, Thiago. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2008. Dissertação de Mestrado.
- ARPINI, Paula. *Retratos da provedoria: os agentes fazendários do Rio Grande de São Pedro (1748-1802)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2015. Dissertação de mestrado.
- BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2001.
- BARCELLOS, Daisy, et al. *Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BERKNER, Lutz. The stem family and developmental cycle of the peasant household: an eighteenth-century austrian example. *The American Historical Review*, vol. 77, n. 2, 1972, p. 398-418.

- BERLIN, Ira. *Gerações do Cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. In: Páginas, ano 4, n. 6, Rosario, 2012, p. 47-80.
- BERTRAND, Michel; LEMERCIER, Claire. Introducción: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en Historia? *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*, vol. 21, n. 1, Dez. 2011, p. 1-12.
- BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado, p. 97).
- BICALHO, Maria F. As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, J., et al (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001, p. 189-221;
- BJERG, María & BOIXADÓS, Roxana. Presentación. In: BJERG, María; BOIXADÓS, Roxana (org.). *La familia: campo de investigación interdisciplinario. Teorías, métodos y fuentes*. Buenos Aires: Universidad de Nacional de Quilmes, 2004. p. 9-29, aqui, p. 12-15.
- BLANCO, Márcio. *Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740-1760)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012. Dissertação de mestrado.
- BLANCO, Márcio. Poder e parentesco nos confins da América portuguesa: uma análise sobre a rede de compadrios do governador Veiga Cabral da Câmara (Porto Alegre, 1774-1798). In: APERGS. *VIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 251-274..
- BOTH, Elisabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996, 159ss.
- BOURDIEU, Pierre. Les stratégies matrimoniales dans l système de reproduction. *Annales. Économies, Sociétés, Civilizations*. 27º ano, n. 4-5, 1972, p. 1105-1127.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002,
- BROWN, Gregory. The Impact of American Flour Imports on Brazilian Wheat Production: 1808-1822. *The Americas*, Vol. 47, No. 3 (Jan., 1991), pp. 315-336.
- BRÜGGER, Silvia. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CAMILO, Nathan. “É preferível bom nome a muitas riquezas”. *Dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do XIX*. São Leopoldo: PPGH – UNISINOS, 2016.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 13-93.
- CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1ª ed. 1987].

- CARDOSO, Fernando. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CARRARA, Angelo. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007..
- CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 205-207.
- CESCO, S. *Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2009. Tese de doutorado.
- CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco. História de Grupos: parentes, famílias, clientelas, linajes. In: CHÁCON JIMENEZ, Francisco. *El Viaje de las familias em la sociedad española. Veinte años de historiografía*. Murcia: Universidade de Murcia, 2014, p. 223-239.
- CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco. Patrimonio y matrimônio. Sistemas hereditarios y cambio social en la Europa mediterránea (siglos XV-XVIII). In: CHÁCON JIMENEZ, Francisco. *El Viaje de las familias em la sociedad española. Veinte años de historiografía*. Murcia: Universidade de Murcia, 2014, p. 383-394.
- CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco. La historia de la familia. Debates metodológicos y problemas conceptuales. In: CHÁCON JIMENEZ, Francisco. *El Viaje de las familias em la sociedad española. Veinte años de historiografía*. Murcia: Universidade de Murcia, 2014, p. 61-73.
- CHÁCON JIMÉNEZ, Francisco; VALVERDE, Joaquín. Marriage, work, and social reproduction in one area of southern Europe at the end of the 18th century: Lorca (1797). *History of the family* n. 7, 2002, p. 397-421.
- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org). *Para uma outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Economica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.
- COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre, Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008.
- COMISSOLI, Adriano. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). *Revista Aedos*, v. 2, p. 74-96, 2009.
- COMISSOLI, Adriano; GIL, Tiago. Camaristas e potentados no extremo da Conquista, Rio Grande de São Pedro, 1770-1810. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio (org.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 241-260.
- CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia*. Barcelona: Crítica, 2007.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, núm. 37, p. 5-16, 1981
- COSTA, Dora. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em áreas de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. *História econômica & história das empresas*, vol.VII.2, 2004, p. 7-35.

- COSTA, Iraci; LUNA, Francisco. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, I & LUNA, F. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 57-77.
- CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno. Governadores e capitães-mores do Império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro (orgs.). *Optima Pars – Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252.
- DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Trabalho de conclusão de curso (graduação).
- DELFINO, Leonara. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, MG, 2010.
- DIAZ, Jose Maria Cardesin; RULL, Matias. Paysannerie, marché et État. La structure sociale de la Galice rurale au XIX siècle. In: *Annalles. Histoire, Sciences Sociales*, ano 51, n. 6, 1996, p. 1325 - 1346
- DIEHL, Isadora. *Carijós, mulatas e bastardos: a administração indígena nos campos de Viamão e na vila de Curitiba durante o século XVIII*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2016. Dissertação de mestrado.
- DURÃES, Margarida. Herança: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX). *Biblos*, Vol. LXXVI, 2000, p. 155-186.
- DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X, 3, 1992, 125-141.
- ECKHARDT, Sandra. O perfil dos moradores de São José do Taquari a partir de uma Relação de moradores de 1784. *Anais do III Encontro de Pesquisa Histórica – PPGH/PUCRS*, Porto Alegre, p. 90-101, 2016.
- ELIAS, Roger. *Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2013.
- ELLIS, Frank. *Peasant economics: farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ERICSSON, Tom. Godparents, witnesses, and social class in mid-nineteenth century Sweden. *The History of the Family*, vol. 5, núm. 3, 2000, p. 273-286.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, L. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). In: *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 16, n. 3, set.-dez. 2014, p. 294-306.
- FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.
- FARINATTI, Luis Augusto. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na Fronteira Meridional do Brasil (1816-1845). In: ANPUH-RS. *Anais do X Encontro Estadual de História*. Santa Maria: UFSM, UNIFRA, 2010, p. 1-18.
- FARINATTI, Luis; MATHEUS, Marcelo. história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Varia história*, 2017, vol.33, n.63, pp.707-743.

- FERRER I ALÓS, Llorenç. De la historia agraria a la historia de la familia. O de cómo la historia económica es historia social. In: BJERG, María; BOIXADÓS, Roxana (org.). *La familia: campo de investigación interdisciplinario. Teorías, métodos y fuentes*. Buenos Aires: Universidad de Nacional de Quilmes, 2004.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONTELLA, Leandro; MATHEUS, Marcelo. Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico (c. 1820 - c. 1870). In: *Revista Latino-americana de História*, vol. 2, n. 9, dez. 2013, p. 76-96.
- FORTES, João Borges. *Os casais açorianos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978.
- FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.
- FRADKIN, Raul. Antigüedad de asentamiento, orientaciones productivas y capital comercial en la conformación de una estructura regional: Buenos Aires, XVIII y XIX. *Revista de Historia*, núm. 5, 1995, p. 223-244.
- FRADKIN, Raul. Procesos de estructuración social en la campaña bonaerense (1740-1840): elementos para la discusión. *Travesía*, n. 1, 1998, p. 41-62.
- FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Revista Tempo*, n. 15, jul-dez. de 2003, p. 11-35.
- FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, 202, p. 41-70.
- FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João, et al (org.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006.
- FREITAS, Denize. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e as suas relações matrimoniais de 1772 – 1835*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2011. Dissertação de mestrado.
- FREITAS, Denize. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Porto Alegre: PPGH, 2017. Tese de doutorado.
- FREITAS, Denize; SILVA, Jonathan. As relações familiares entre os “filhos de ninguém” e as “donas sem vintém”: uma análise cruzada das fontes eclesíásticas da paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre (século XVIII-XIX). *Anais do XII Encontro de História da Anpuh/RS*. São Leopoldo, 2014. Disponível na página: <http://www.eeh2014.anpuh->

rs.org.br/resources/anais/30/1411311963_ARQUIVO_JonathaneDenize.texto_anpuh_2014.pdf

FUENTE, Ariel de la. *Los hijos de Facundo: caudillos y montoneras en la Provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado nacional argentino (1853-1870)*. Buenos Aires: Prometo Libros, 2007.

FULLER, Claudia. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1829-1840)*. Campinas: UNICAMP, 1995.

FURTADO, Júnia. *Homens de negócio*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las 'estancias' en la campaña de Buenos Aires: los medios de producción (1750-1850). In: FRADKIN, R. (org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: CEAL, 1993..

GARAVAGLIA, Juan. ¿Como se mide la tierra? Las medidas en el Río de la Plata, siglos XVII-XIX. In: GARAVAGLIA, Juan; GAUTREAU, Pierre (ed.). *Mensurar la tierra, controlar el territorio. America Latina, siglos XVIII-XIX*. Rosario: Prohistoria Ediciones; State Building in Latin America, 2011, p. 27-61.

GARAVAGLIA, Juan. Los labradores de San Isidro (siglos XVIII-XIX). *Desarrollo Económico*, vol. 32, n. 128, 1993, p. 513-542.

GARAVAGLIA, Juan. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una história de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GARAVAGLIA, Juan. *San Antonio de Areco, 1680-1800: un pueblo de la campaña, del Antiguo Régimen a la modernidade argentina*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2009, p. 140s, 269.

GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese de doutoramento em História. Niterói: UFF, 2007, 76.

GARCIA, Fernando. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

GARCIA, Graciela. *Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado.

GARRIDO ARCE, Estrella. El ciclo familiar y el tiempo de vida en la Huerta de Valencia, 1747-1800. *Revista de Demografía Histórica*, Vol. 13, N° 1, 1995, págs. 29-52.

GELMAN, Jorge. Sobre esclavos, peones gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores em uma estancia colonial rioplatense. In SANTAMARIA, Daniel et al. *Estructuras sociales y mentalidades em America Latina. Siglos XVII y XVIII*. Buenos Aires: Fundación Simon Rodríguez, Editorial Biblos, 1990. p. 241-279.

GELMAN, Jorge. Un gigante com pies de barro. Rosas y los pobladores de la campaña. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE; Ricardo (org.) *Caudillismos rioplatenses*. Buenos Aires, EUDEBA, 1998, p. 223-240.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2009.

GIL, Tiago. *Coisas do caminho. Tropeiros e seus negócios de Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2009. Tese de doutorado.

GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2002. Dissertação de mestrado.

- GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012. Dissertação (mestrado).
- GOMES, Luciano. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 34, n. 3, p. 593-615, 2017.
- GOODY, Jack. Inheritance, property and women: some comparative considerations. In: GOODY, Jack, et al (org.). *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Londres: Cambridge University Press, 1976, p. 10-36.
- GRIBALDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 121-150.
- GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. *Man*, New Series, Vol. 10, No. 2, Jun., 1975, pp. 221-237, aqui, p. 225s.
- GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as Reflection of the natural and spiritual person. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. 1971. pp. 45-71.
- GUEDES, Roberto; AGUIAR, Júlia R. Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (Org.). *História social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, v. 1, p. 87-120.
- GUINZBUG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GUINZBURG, Carlo, et al. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-79.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago, 1987.
- HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006. Tese de doutorado.
- HANNEMAN, Robert. Introducción a los métodos del análisis de redes sociales. In: *Revista Redes*, s/d, cap. 1, p. 13. Disponível na página revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Introduc.pdf. Acesso em junho de 2015.
- HENRY, Louis. *Manual de demografia histórica*. Barcelona: Critica, 1983.
- HESPANHA, Antônio. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; Gouvêa, Maria de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001, p. 163-189.
- HESPANHA, António. *História das instituições: épocas medievá e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982, p. 276.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- IMÍZCOZ, José Maria. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: Imízcoz (dir.). *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996.

- IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane (ed.) *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madri: Silex, 2010, p. 15-51.
- KÜHN, F. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antônio (org.). *Temas Setecentistas*. Curitiba: UFPR/ Fundação Araucária, 2009, p. 169-180.
- KÜHN, F.; COMISSOLI, A. Administração na América portuguesa: expansão das fronteiras meridionais do Império. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 169, jul.-dez. de 2013, p. 53-81;
- KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. Tese de doutorado.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, 1988/1989, p.37-63.
- LANDÉ, Carl. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, S. W. (Eds.) *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. 13-37.
- LARA, Silvia. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LE ROY LADURIE, Emanuel. *História dos camponeses franceses*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LEITE, Ilka. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.
- LÊNIN, Vladimir. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 51-86.
- LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Uma família da Vila de São José: empregando a reconstituição familiar pormenorizada para elucidar a História Social. In: LIBBY, Douglas, et al (org.). *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 51-95.
- LIBBY, D.; PAIVA, C. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1/2, jan. dez., 2000, p. 17-46.
- LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.
- LUNA, Francisco. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-55.
- MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MALAQUIAS, Carlos. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2010. Dissertação de mestrado.
- MAMIGONIAN, Beatriz; CARDOSO, Vitor. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane (org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 17-42.
- MARCÍLIO, Maria Luísa. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. Editora São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MARCONTE, Renato. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. *Revista de economia política*, 32 (1), 2012, p. 142-66.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Edusp, 2006 [1ª ed. 1986].
- MARQUES, Rachel. *Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c.1776 - c.1800)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 13 (1), jan./abr. 1983, p. 181-209.
- MATEO, José. *Población, parentesco y red social en la frontera. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001.
- MATHEUS, Marcelo. *Fronteiras da liberdade: Escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- MATHEUS, Marcelo; MOREIRA, Paulo. As matrículas de escravos da Capitania de São Pedro do Rio Grande: análise dos plantéis de cativos das freguesias de Mostardas, Cachoeira e Triunfo – década de 1780. In: *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013.
- MATOS, Paulo de; SOUSA, Paulo. A Estatística da População na América Portuguesa, 1759-1820. *Memórias*, vol. 25, Barranquillas, 2015, p. 73-103.
- MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.
- MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MATTOS, Hebe. Campesinato e escravidão. In: TEIXEIRA DA SILVA, F; CASTRO, H.; FRAGOSO, J. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. p. 331-350.
- MELLO, Christiane. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, n. 154, 1º vol., 2006, p. 267-295.
- MELO, Karina. *A aldeia de do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2011. Dissertação de mestrado.

- MINTZ, Sidney; WOLF, Eric. An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo). *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 6, No. 4, 1950, pp. 341-368.
- MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.
- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. Tese de doutorado.
- MONTEIRO, Jônathas Rego. A dominação espanhola no Rio Grande do Sul. In: IHGB, IGHMB (Orgs.) *Anais do simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Volume 4. Rio de Janeiro, IHGB, IGHMB, 1979.
- MOREIRA, Paulo & TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748 – 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.
- MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do Século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MOTTA, Marcia. Posse. In SERRÃO, José; MOTTA, Márcia; MIRANDA, S. (dir.). *E-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL, 2015. Disponível em: <https://edittip.net/2015/09/21/posse/>. Acesso em 01/01/2017.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Annablume, 1999.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. Narración y analisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pp. 221-241.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz; EDUSP, 1984.
- ORTIZ, Vitor. *As sesmarias da Fazenda Boa Vista. Terra e herança nos campos de Viamão (1735-1813)*. Porto Alegre: Dept. História/UFRGS, 2018. Trabalho de conclusão de curso.
- OSÓRIO, Helen. “Com a sua marca”: trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres na pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, Alexandre, *et al* (orgs.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 187-203. [Primeira versão publicada em 2003].
- OSÓRIO, Helen. Esclavos de la frontera: padrones de la esclavitud africana en Rio Grande do Sul, 1765-1825. In: Betancur, Arturo; Borucki, Alex; Frega, Ana. (Org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004b, p. 7-15.
- OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 43-62.
- OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

- OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII. In: *Anais 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2007.
- PALÁCIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UNB, 2004.
- PESSI, Bruno. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850-1884)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGHS-USP, 2012.
- PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. Tese de doutorado.
- PIAZZA, Walter. *A epopeia açórico-madeirense: 1748-1756*. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora Lunardelli, 1992.
- PINTO, Natália. *A benção do compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.
- QUEIRÓZ, Maria Luiza. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.
- ROBICHAUX, David. Sistemas familiares e práticas matrimoniais subalternas da América Latina: a hegemonia questionada. *História Unisinos*, vol. 12, 2008, p. 5-16.
- RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul (século XVIII)*. Porto Alegre: SEC-RS, 1965.
- RUSSEL-WOOD, A. J. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol. 18, n. 36, 1998, p.187-249.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Lavoura Canavieira e Trabalho Livre. In: Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005, p. 55-193.
- SAMPAIO, Antônio Carlos. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 459-484.
- SANTILLI, Daniel. Entre el clientelismo y el reforçamiento de vínculos. Família y padrinazgo en Buenos Aires, 1780-1840. *Revista de Demografia Histórica*, XXVII, II, 2009, segunda época, p. 111-148.
- SANTOS, Corcino. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1984, p. 92.
- SANTOS, Corcino. Os índios e a civilização cristã ocidental: Aldeia de N.S. dos Anjos em Gravataí. In: *Anais do II Simpósio Estadual Sobre Cultura*, v. 2, p. 44-109, 1988.
- SANTOS, Marília. A escrita do império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no império português do século XVII. In: SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda (org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, p. 171-192.

- SANTOS, Sherol. *Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824)*. São Leopoldo: PPGH- UNISINOS, 2009.
- SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX*. Salvador: PPGH-UFBA, 2009. Dissertação de mestrado.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCOTT, Ana Silvia. *Famílias, formas de união e reprodução no noroeste português, séculos XVIII e XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.
- SCOTT, Ana Silvia. Do Porto dos Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaio sobre os espaços de sociabilidade a partir do cruzamento nominativa de fontes eclesíásticas. In: DORÉ, Andrea; SANTOS, Antônio. *Temas Setecentistas: governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/ Fundação Araucária, 2008, p. 413-428.
- SCOTT, Ana Silvia; SCOTT, Dario; CAMILO, Nathan. Compadrio na Madre de Deus de Porto Alegre. ABEP. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de Lindóia: ABEP, 2012.
- SCOTT, Ana Silvia; BERUTE, Gabriel; SCOTT, Dario; SILVA, Jonathan; Freitas, Denize. Counting colonial populations: a comparative exercise between ecclesiastical and civil sources from the southernmost region of Portuguese America in the late colonial period. *Anais de história de além-mar*, vol. 16, Lisboa, 2015, p. 281-312.
- SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, n. 1, jan./jun. 2002, p. 10-31.
- SCOTT, James. Patronazgo, o explotación? GELLNER, Ernest (org.). *Patronos e clientes en las sociedades mediterráneas*. Madrid: Ediciones Jucar, 1985, p. 36-61.
- SELLISTER, Michelle. “A viúva rica com um olho chora e com o outro repica”: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2014. Dissertação de mestrado.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. In: Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 26, p. 41-80, 1980.
- SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo: PPGHE-USP, 2007.
- SILVA, Jonathan. *Os filhos do destino: a exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*. São Leopoldo: PPGH – UNISINOS, 2014.
- SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. (1765-1784)*. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: PPGHS-UFRJ, 2008.
- SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPR, 2011.
- SLENES, R. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 18, num. 3, set./dez. 1988, p. 449-495.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, Cambridge, v. 100, n. 1, 1971, p. 46-79.
- SUBTIL, José. Governo e administração. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p.157-193.
- TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos*. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil, São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGH-UFSC, 2008.
- TERRADAS I SABORIT, Ignasi. “La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la historia local y la historia general.” In: FERNANDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). *Lugares para la historia. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, 2001, p. 179-208.
- THORNER, Daniel. La economía campesina como una categoría en la historia económica. In: SHANIN, Teodor (org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Mexico: FCE, 1979, p. 182-196, aqui, p. 183.
- VARGAS, Jonas. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2013
- WEIMER, Rodrigo. *Felisberta e sua gente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- WELLMAN, Barry; WETHERELL, Charles. Social network analysis of historical communities: some questions from the present for the past, in *The History of the Family*, v.1, n. 1, p. 97-121.
- WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p. 73-91.
- WOLF, Eric. *Parentesco, amizade e relações patrono-clientes em sociedades complexas*. In: BELA FELDMAN-BIANCO; RIBEIRO, Gustavo (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p. 117-145.
- WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo (org.). *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, Editora da Unicamp, 2003, p. 117-141, aqui, p. 119.
- WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo (org.). *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, Editora da Unicamp, 2003, p. 117-141.
- WRIGHT MILLS, Charles. *As elites do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1956.
- WRIGLEY, E. A. *Historia y población*. Barcelona: Crítica, 1994.
- XAVIER, Ângela. HESPANHA, A. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António (coord.). *O Antigo Regime. História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 121-155.
- ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p. 56-102.

ZUÑIGA, Jean-Paul. Clan, parentela, familia, individuo: ¿Qué métodos y qué niveles de análisis? In: Anuario del IEHS, Vol. 15, Tandil, 2000, p. 52-60.